



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRF - 1ª REGIÃO

2003

PRESIDÊNCIA – PRESI

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA – ASESP

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – COJEF

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL – COREJ

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP

ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL – ASREP

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA – ASMAG

VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE

CORREGEDORIA-GERAL – COGER

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO – ESMAF

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SECOR

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD

SECRETARIA DE INFORMÁTICA – SECIN

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE

PRÊMIOS E INDICAÇÕES

HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRF - 1ª REGIÃO 2003

Brasília – DF
fevereiro/2004

© 2004. Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região 2003

Edifício-Sede: Praça dos Tribunais Superiores, bloco "A"
CEP: 70070-900 Brasília/DF
PABX: (61) 314-5225
Fax: (61) 322-1150
Site: www.trf1.gov.br
Telex: 613522/612065

COORDENAÇÃO-GERAL
Alcides Diniz da Silva
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA

COORDENAÇÃO TÉCNICA
Lucia Beatriz Mendonça de Sá

CONSOLIDAÇÃO E REDAÇÃO
Lucia Beatriz Mendonça de Sá
Agamenon dos Santos Torres
Elieusa Guedes Brandão

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Grazielle Frota Monte Coelho
Benvolio Evangelista da Silva

REVISÃO DE TEXTO

Magda Giovana Alves
Renato Cunha
Samuel Nunes dos Santos
Yara Lúcia França do Nascimento

PROJETO GRÁFICO

Benvolio Evangelista da Silva
Elieusa Guedes Brandão
Geraldo Martins Teixeira Júnior
Lucia Beatriz Mendonça de Sá
Renata Guimarães Leitão

GRÁFICOS

Elieusa Guedes Brandão

TABELAS

Carmozina Vitorina Martins da Costa

CAPA

Benvolio Evangelista da Silva

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Benvolio Evangelista da Silva
Geraldo Martins Teixeira Júnior
Renata Guimarães Leitão

TRATAMENTO DIGITAL DE IMAGENS

Cimara de Paula Carneiro (estagiária)

FOTOS

Ascom, Cojef e Dieng

CONFECÇÃO DE FOTOLITOS

Color Press Bureau Digital

REPRODUÇÃO E ACABAMENTO GRÁFICO

Divisão de Serviços Gráficos – Digma

COMPOSIÇÃO MULTIMÍDIA E IMPRESSÃO DE PROVAS

Oscar Campos Reis Neto
Eduardo Vieira de Oliveira

COLABORAÇÃO

Noaide Rosa Marques (estagiária)
Rosângela Dias Bezerra Carlos

B823 Brasil. Tribunal Regional Federal. Região I.

Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região : 2003 . – Brasília :
TRF – 1ª Região, 2004.
xxx , 364 p.: il.

I. Tribunal Regional Federal, Relatório (2003). I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca do TRF – 1ª Região.



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



CATÃO ALVES
PRESIDENTE



CARLOS FERNANDO MATHIAS
VICE-PRESIDENTE



ALOÍSIO PALMEIRA LIMA
CORREGEDOR-GERAL



PLAUTO RIBEIRO



TOURINHO NETO



ASSUSETE MAGALHÃES



JIRAIR ARAM MEGUERIAN



OLINDO MENEZES



MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



LUCIANO TOLENTINO AMARAL



CÂNDIDO RIBEIRO



HILTON QUEIROZ



CARLOS MOREIRA ALVES



I'TALO FIORAVANTI
SABO MENDES



CARLOS OLAVO



JOSÉ AMILCAR MACHADO



ANTÔNIO EZEQUIEL



DANIEL PAES RIBEIRO

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



LUIZ GONZAGA
BARBOSA MOREIRA



JOÃO BATISTA MOREIRA



SOUZA PRUDENTE



SELENE DE ALMEIDA



FAGUNDES DE DEUS



ANTÔNIO SÁVIO DE
OLIVEIRA CHAVES



MARIA ISABEL
GALLOTTI RODRIGUES



MARIA DO CARMO CARDOSO

PLENÁRIO

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO AUGUSTO **CATÃO ALVES** – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL **CARLOS FERNANDO MATHIAS** DE SOUZA – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL **ALOÍCIO PALMEIRA LIMA** – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL **PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO**
DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO DA COSTA **TOURINHO NETO**
DESEMBARGADORA FEDERAL **ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES**
DESEMBARGADOR FEDERAL **JIRAIR ARAM MEGUERIAN**
DESEMBARGADOR FEDERAL **OLINDO HERCULANO DE MENEZES**
DESEMBARGADOR FEDERAL **MÁRIO CÉSAR RIBEIRO**
DESEMBARGADOR FEDERAL **LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL**
DESEMBARGADOR FEDERAL **CÂNDIDO ARTUR MEDEIROS RIBEIRO FILHO**
DESEMBARGADOR FEDERAL **HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ**
DESEMBARGADOR FEDERAL **CARLOS EDUARDO MAUL MOREIRA ALVES**
DESEMBARGADOR FEDERAL **I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES**
DESEMBARGADOR FEDERAL **CARLOS OLAVO PACHECO DE MEDEIROS**
DESEMBARGADOR FEDERAL **JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO**
DESEMBARGADOR FEDERAL **ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA**
DESEMBARGADOR FEDERAL **DANIEL PAES RIBEIRO**
DESEMBARGADOR FEDERAL **LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA**
DESEMBARGADOR FEDERAL **JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA**
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO **SOUZA PRUDENTE**
DESEMBARGADORA FEDERAL **SELENE MARIA DE ALMEIDA**
DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO **FAGUNDES DE DEUS**
DESEMBARGADOR FEDERAL **ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES**
DESEMBARGADORA FEDERAL **MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES**
DESEMBARGADORA FEDERAL **MARIA DO CARMO CARDOSO**

CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL PLAUTO RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

PRIMEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – PRESIDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES

PRIMEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES

SEGUNDA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES

SEGUNDA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL PLAUTO RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

TERCEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PLAUTO RIBEIRO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO

QUARTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

TERCEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

QUINTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA – PRESIDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

SEXTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

QUARTA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

DESEMBARGADOR FEDERAL – VAGO (JUIZ FEDERAL CONVOCADO)

SÉTIMA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

OITAVA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

DESEMBARGADOR FEDERAL – VAGO (JUIZ FEDERAL CONVOCADO)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – CORREGEDOR-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL PLAUTO RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE REGIMENTO

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – SUPLENTE

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – SUPLENTE

COMISSÃO DE PROMOÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE CONCURSO

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – SUPLENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – SUPLENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – SUPLENTE

COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA

REVISTA DO TRIBUNAL

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – DIRETOR

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – DIRETOR

SECRETARIA DO TRIBUNAL

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA

Alcides Diniz da Silva

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU

Terezinha Pereira Ramos Marques

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SECOR

Carlos Frederico Maia Bezerra

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE

Alex Amorim de Sousa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD

Washington Luiz Ribeiro da Silva

SECRETARIA DE INFORMÁTICA – SECIN

Deusdete Alves Paixão

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI

Pedro Maximiano Pereira

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE

Sônia Maria Garcez Teixeira

CONSELHOS

CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

PRESIDENTE

Desembargador Federal Catão Alves

REPRESENTANTE DOS MAGISTRADOS

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

DIRETORA DA SECBE

Sônia Maria Garcez Teixeira

DIRETOR DA SECOI

Pedro Maximiano Pereira

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES

Paulo Cardoso de Oliveira

CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

CHANCELER

Desembargador Federal Catão Alves

MEMBROS

Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

Desembargadora Federal Assusete Magalhães

SECRETÁRIA

Andréa Balsini Ghisi

APRESENTAÇÃO

Com o sentimento do dever cumprido, apresento aos magistrados, servidores e à comunidade em geral este Relatório de Atividades de 2003 do Tribunal.

Há muito que fazer. E muito deverá ser feito.

Ao Judiciário não cabe o combate à desigualdade extrema decorrente das deformidades da economia política. Pode, entretanto, em correspondência às aspirações do povo e às mudanças que vicejam no Legislativo e no Executivo, promover meios que assegurem tratamento mais digno às demandas de quem espera não apenas justiça, mas rapidez. Padece a Justiça de lentidão angustiante. Esse calvário, é preciso reconhecer, não é fácil de enfrentar. Em 2003, ainda que premida por limitações legais, orçamentárias e estruturais, a Primeira Região teve avanços extraordinários.

Com o valoroso empenho do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian à frente da Comissão de Regimento e dos seus demais eminentes membros, Desembargadores Federais Carlos Moreira Alves, Carlos Olavo e Daniel Paes Ribeiro, revisamos o Regimento Interno do Tribunal, adequando-o à legislação vigente, e redistribuímos as competências entre os órgãos julgadores, priorizando os feitos criminais; criamos mais duas Turmas, a Sétima e a Oitava, e mais uma Seção, a Quarta.

Em apenas 40 dias, a Secretaria Judiciária promoveu com êxito mutirão que preparou e redistribuiu mais de 60 mil processos de acordo com as novas competências dos órgãos julgadores e, ao mesmo tempo, adequou-se às modificações da sua estrutura organizacional para apoio cartorário aos novos órgãos julgadores.

O Tribunal, durante o ano, julgou 81.032 processos; a Primeira Instância, 232.516. Esses números, para quem conhece as agruras do ofício de julgar, são espantosos. Neles está a doação anônima de muito do convívio familiar e social de perseverantes e despojados amantes da causa pública, magistrados e servidores.

As Turmas Suplementares continuam atuando para concluir processos pendentes de julgamento, tendo julgado 8.205 processos em 2003.

Foram pagos mais de R\$ 400.000.000,00 para quitar todas as Requisições de Pequeno Valor – RPVs e todos os precatórios (parcelados de 2001, 2002 e 2003 e alimentares), incluídos os considerados passivos, que estavam pendentes de pagamento por falta de verba ou aguardando cumprimento de diligência. Restaram, apenas, os previstos para pagamento em 2004.

Para a Primeira Instância, 46 novos juízes federais substitutos foram empossados. Após anos de negociações, fomos contemplados, por meio da Lei n. 10.772, de 21 de novembro de 2003, com a criação de 59 varas para a Primeira Região. Dessas, 18 varas, parcela autorizada para 2003 e 2004, estão com a instalação agendada para os meses de fevereiro, março e abril e todas as nomeações de pessoal realizadas, faltando, apenas, o cumprimento de requisitos legais para que os servidores entrem em exercício.

Novo concurso para o cargo de juiz federal substituto, já autorizado pela Corte Especial Administrativa no mês de dezembro, deverá ser realizado em 2004 para preenchimento das vagas criadas.

A execução da dívida ativa na Primeira Região permitiu arrecadação que ultrapassou R\$ 3.800.000.000,00 para o Governo Federal, enquanto o orçamento para funcionamento do Tribunal, das 14 Seções Judiciárias e das sete Subseções Judiciárias restringiu-se a poucos R\$ 743.000.000,00, fato que corrobora a busca persistente de maiores recursos para a Justiça Federal, posição adotada no último biênio.

Assim, foram conseguidos recursos financeiros para os inúmeros investimentos de grande porte realizados durante o ano.

Relevante e decisiva foi a atuação da Assessoria Especial da Presidência – Asep nas negociações com os Poderes Legislativo e Executivo, em especial, com o Congresso Nacional, que facilitou, significativamente, em 2003, a inclusão de verbas no orçamento e a remoção de obstáculos em questões de extrema importância para a Primeira Região, como a doação de quatro lotes, a desapropriação de uma área de terreno para construção da sede definitiva da Justiça Federal em Belo Horizonte e aprovação de projeto de lei sobre a criação de 59 varas federais.

Os meios de administração processual ganharam importantes e inéditos avanços tecnológicos, como a virtualização da execução fiscal e dos Juizados Especiais Federais e a conclusão do novo sistema processual para a Primeira Instância, em plataforma Oracle, que proporciona estatísticas mais precisas, maior segurança e facilita o controle do trâmite processual.

O Projeto de Execução Fiscal Virtual foi tirado do papel graças aos R\$ 2.000.000,00 investidos na contratação de empresa especializada para desenvolver o sistema automatizado e na aquisição de *software* e *hardware*. Chegamos ao final de 2003 com o projeto piloto implantado nas três varas de execução fiscal da Seccional do Distrito Federal, que logo será estendido às demais Seccionais, e com o prêmio Iniciativa do Ano, recebido de conceituadíssima instituição em Congresso Internacional de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, a Infoimagem/2003, em São Paulo.

A virtualização dos Juizados Especiais Federais, iniciada em caráter experimental também na Seccional do Distrito Federal, agilizou, significativamente, a rotina de magistrados e servidores que neles labutam, pormenor que autoriza sua expansão, imediatamente, a partir de março de 2004, a sete Seccionais: Acre, Amapá, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Especial desenvolvimento tiveram os Juizados Especiais Federais, que foram consolidados com as decisivas iniciativas da sua Coordenação, dos diretores de foro e dos coordenadores seccionais e a completa devoção dos magistrados de Primeiro Grau e dos servidores, que até em calçadas atenderam o público. A convicção da eficácia dos Juizados Especiais Federais fez da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, como afirmei em outras ocasiões, uma “guerreira”, sucedida pelo eminente Desembargador Federal Italo Fioravanti Sabo Mendes, que, recém-empossado, já brindou a Primeira Região com projeto de elevada complexidade técnica para distribuição dos escassos cargos e funções criados pela Lei n. 10.772/2003 para as 18 novas varas federais, proporcionando-lhes, bem como às Turmas Recursais, estrutura organizacional mais próxima das necessidades dos seus serviços.

Firmou-se a Justiça Itinerante, tão necessária à vastíssima Primeira Região. Vinte e cinco Juizados Especiais Federais foram levados às cidades e comunidades distantes dos nossos Estados para atender mais de 25 mil pessoas, povo humilde e excluído. Com esse mister, fomos incansáveis na busca de parcerias e convênios, que nos possibilitaram a utilização de unidades móveis rodoviárias e fluviais e de prédios públicos nos mais longínquos rincões do Brasil, como Benjamim Constant, na divisa com o Peru e a Colômbia, e o Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa. A Fundação Banco do Brasil fez doação que ajudou a colocar nas rodovias duas unidades móveis (carretas) para os serviços de atermação e audiência, equipadas com o que há de mais moderno em tecnologia da informação, dando maior autonomia aos Juizados Especiais Federais Rodoviários. Com as carretas, colocadas nas estradas em setembro, ainda que funcionando em caráter experimental apenas nas cidades mineiras de Ipatinga, Governador Valadares, Araçuaí e Montes Claros, 13 mil pessoas, aproximadamente, foram atendidas, resultando na atermação de mais de 3.300 ações. Com o apoio do Poder Executivo, mediante inúmeras negociações, foram incluídos R\$ 3.400.000,00 no orçamento de 2004 para aquisição e adaptação de embarcação própria para os Juizados Especiais Federais atuarem nas localidades em que o acesso por terra não é possível. Nesse aspecto, destacaram-se, pela peculiaridade e relevância social, os três juizados fluviais realizados em 2003. O primeiro, nas ilhas de Santana e Elesbão, mediante convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá para utilização do barco Tribuna; os demais na Amazônia Ocidental, chegando a mais de 13 cidades, vilas e comuni-

dades, por meio de convênio com o Governo do Estado do Amazonas para utilização do barco do projeto Pronto Atendimento Itinerante – PAI.

De outro lado, os legítimos interesses de magistrados e servidores não foram esquecidos. Dedicado empenho teve a Corte para conseguir os recursos orçamentários para contemplá-los com a liquidação de todas as pendências de natureza laboral existentes.

Desse modo, continuou a ser pago aos magistrados o abono decorrente da Resolução n. 245, de 12 de dezembro de 2002, do Supremo Tribunal Federal. Os servidores receberam a devolução do Plano de Seguridade Social descontado sobre as funções comissionadas, desde maio de 1999, e do Plano de Seguridade Social retido sobre os adicionais de 1/3 de férias, serviço extraordinário, insalubridade e periculosidade e o pagamento de antecipação do Auxílio-Alimentação de janeiro de 2004.

Esperar justiça é crer que o juiz está preparado para julgar segundo as leis e os princípios jurídicos. O concurso público, por si, não é garantia de que o aprovado esteja plenamente habilitado ao exercício da magistratura. Esse o entendimento condutor da idéia de preparação de novos juízes, que vem sendo, brilhantemente, conduzida pela Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf. E o pressuposto não é o reconhecimento do despreparo, mas da necessidade de adequada e específica formação para o ofício jurisdicional. Com esse pensamento, foi eleita como prioridade a construção de uma sede de estudos e treinamentos para a Primeira Região, que terá como destinação primordial, também, a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores, pois, o ofício jurisdicional não se realiza sem o apoio especializado da sua organização administrativa.

As edificações do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe começaram em janeiro de 2003 e estarão inteiramente acabadas e aptas a funcionar em março de 2004. Serão mais de 4.300m² para capacitação e aprimoramento. Terão auditório com 280 lugares, palco e camarins, salas de aula, 36 apartamentos e toda a área necessária à administração dos serviços de ensino e hospedagem.

A Justiça Federal da Primeira Região, desde a reestruturação em 1988, ano após ano, busca acomodações prediais próprias ou ajusta as disponíveis às crescentes necessidades. A tarefa exige enorme esforço, acurado planejamento e perseverantes negociações para obtenção e aplicação correta dos elevados recursos necessários. Além do Centrejufe, foi iniciada em 2003 a tão sonhada reforma geral do Edifício Anexo do Tribunal, que terá todos os andares entregues no mês de fevereiro, acomodando as unidades que lá funcionam em ambientes amplos e confortáveis, limpos e arejados, condizentes com as necessidades dos servidores e jurisdicionados. A reforma não se restringiu aos espaços físicos; abrangeu, também,

toda a rede elétrica do prédio, a substituição do forro, do piso e do sistema contra incêndio e a instalação de novo sistema de ar condicionado central e de divisórias e persianas.

Deu-se início, também, no mês de novembro, à construção de prédio no Setor de Garagens Oficiais Norte – SGON, destinado à garagem e à oficina do Tribunal, com amplas e modernas instalações para a guarda, conserto e adequada manutenção dos seus veículos.

Igualmente, expressivo foi o volume de obras e reformas iniciadas ou que tiveram prossecução em 2003 no âmbito da Primeira Instância. Quase todas as Seções e Subseções Judiciárias tiveram sensíveis melhorias em suas acomodações. A nova sede da Seção Judiciária do Estado do Acre foi concluída e entregue; as obras da Subseção Judiciária de Tabatinga, no Amazonas, iniciadas em 2002, chegaram ao final de 2003 com 80% dos serviços concluídos, estando o término previsto para o mês de fevereiro de 2004; o edifício da Subseção Judiciária de Ilhéus, Bahia, foi totalmente reformado e acrescido da construção de amplo estacionamento pavimentado e arborizado em área doada pela União; a sede da Subseção Judiciária de Marabá, Pará, foi, amplamente, reformada e adaptada, também, para receber o Juizado Especial Federal; no Amapá foi construída subestação de energia elétrica; na Seção Judiciária do Estado do Maranhão, foi reformado o anexo para instalação do Juizado Especial Federal e, na Seccional do Estado do Tocantins, foi adquirido e instalado elevador para facilitar o acesso a este, recuperado telhado e reformado o sistema elétrico; tiveram seguimento as obras de construção das sedes das Seccionais dos Estados do Piauí e de Mato Grosso.

Novo terreno, com área de 17.705 m², foi adquirido, mediante desapropriação, para construção da sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais e acrescido de 14.102 m², referentes a quatro lotes doados pelo Município de Belo Horizonte no bairro Belvedere (Lei Municipal n. 8.724, de 30 de dezembro de 2003), ficando a área total com 31.807 m², contando, no orçamento de 2004, com R\$ 4.500.000,00.

Foi adquirida, por meio de cessão feita pela Aeronáutica, área de terreno de 12.135,60 m² para construção da nova sede da Subseção Judiciária de Santarém, cuja pedra fundamental foi lançada em 17 de novembro de 2003.

Juiz de Fora também terá nova sede com a cessão, pelo Exército Brasileiro, de área de terreno de 14.000 m². A pedra fundamental será lançada em março de 2004.

Foram contratados, mediante licitação, os projetos básico e executivo da nova sede da Subseção Judiciária de Imperatriz.

A Seção Judiciária do Estado da Bahia, por meio de gestões junto aos órgãos governamentais, foi contemplada com recursos no orçamento de 2004 para ampliação do seu

edifício anexo e construção da sede dos Juizados Especiais Federais em Salvador.

À Seção Judiciária do Estado do Pará foram reservados no orçamento de 2004 recursos para aquisição de terreno destinado à construção do seu estacionamento.

No Plano Plurianual – PPA 2004/2007, destacamos a inclusão de recursos para execução dos projetos de construção do edifício-sede do Tribunal em terreno contíguo ao Superior Tribunal de Justiça e do prédio da Justiça Federal de Uberaba, além de outras instalações para as novas Subseções Judiciárias previstas na Lei n. 10.772/2003.

Quanto aos custos administrativos e financeiros, a política de contenção adotada a partir de 2002 foi mantida, com renegociação dos contratos vigentes com as empresas prestadoras de serviços e uma economia de mais de R\$ 700.000,00. Utilizados os pregões como preferência para nossas licitações, foram evitados gastos de mais de R\$ 1.000.000,00. Da seriedade na condução administrativa e financeira do Tribunal e das Seccionais resultou a aprovação de 11 Tomadas de Contas pelo Tribunal de Contas da União – TCU em 2003.

Atento às necessidades dos magistrados, servidores e seus familiares, o Tribunal promoveu ampla revisão do Regulamento do Pro-Social para assegurar o equilíbrio financeiro do Programa, a continuidade e a qualidade dos serviços e benefícios que oferece, em especial, de assistência médica e odontológica. A Primeira Região manteve-se na vanguarda, também, das ações de qualidade de vida, obtendo reconhecimento nacional do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT, agraciado com o prêmio da Associação Brasileira de Qualidade de Vida e Trabalho – ABQV.

A prestação jurisdicional não se restringe aos Tribunais; requer, também, divulgação. Não podemos padecer aturdidos e inertes diante da difamação do Poder Judiciário. Não precisamos “abrir a caixa preta”, mas mostrar à população todo o esforço e dedicação intrínsecos às Casas de Justiça.

Nessa ordem de idéias, a Corte ousou em 2003. Além de engajamento total nas iniciativas do Supremo Tribunal Federal – STF e do Conselho da Justiça Federal – CJF na criação da TV Justiça e do Centro de Produção de Programas para TV, criou o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, um amplo projeto que intensificou a comunicação interna e externa na Primeira Região. Construiu um estúdio de televisão; instalou uma rádio que já fornece matérias para a Radiobrás veicular em nível nacional. Hoje, transmite ao vivo sessões de julgamento e matérias diversas para televisão e rádio; prepara programas especiais. Continua a manter a mídia (impressa e falada) permanentemente informada sobre todas as importantes demandas trazidas à apreciação dos seus órgãos julgadores.

Tudo isso foi trabalho conjunto. Logo, não poderei encerrar este Relatório sem agradecer, de forma especial, o inestimável e valoroso apoio e colaboração do Vice-Presidente, Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, e do Corregedor-Geral, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, com os quais administrei o Tribunal e as Seccionais em perfeita sintonia, como uma equipe, unida para o objetivo comum de integrar, incentivar e desenvolver a Primeira Região; o imensurável e abnegado desvelo do corpo diretivo e dos servidores, aos quais devem ser atribuídos todos os méritos das ações desenvolvidas e supracitadas, sob o comando decisivo e indispensável do Diretor-Geral, Alcides Diniz da Silva. Registro, ainda, meus sinceros agradecimentos aos eminentes desembargadores federais e aos magistrados de Primeiro Grau pelo denodado esforço para o bom cumprimento das nossas missões judicantes e administrativas.

Início 2004 firmemente decidido a continuar a avançar, juntamente com minha valerosa e profissional equipe de trabalho, com coragem e determinação, contando, novamente, com a colaboração de todos os que desejam um Judiciário melhor e, especialmente, de V. Exas., desembargadores federais, os verdadeiros administradores do Tribunal e da Justiça Federal da Primeira Região.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2004.

Desembargador Federal **CATÃO ALVES**

Presidente

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA – PRESI, 2

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA – ASEP, 34

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – COJEF, 56

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL – COREJ, 84

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP

ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL – ASREP, 92

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM, 114

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA – ASMAG, 126

VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE, 138

CORREGEDORIA-GERAL – COGER, 148

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO – ESMAF, 164

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES, 172

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU, 182

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SECOR, 218

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE, 234

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD, 250

SECRETARIA DE INFORMÁTICA – SECIN, 272

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI, 292

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE, 300

PRÊMIOS E INDICAÇÕES, 330

HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES, 340

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS, 359

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DO TRF - 1ª REGIÃO

2003

PRESIDÊNCIA

Coordena a gestão administrativa e financeira da Primeira Região; coordena a gestão das atividades judicantes do Tribunal e acompanha, juntamente com a Corregedoria-Geral, essas atividades na Primeira Instância; representa o Tribunal e vela por suas prerrogativas; decide sobre a admissibilidade de recursos especial e extraordinário e a expedição de ordens de pagamentos devidos pela Fazenda Pública.

Gabinete da Presidência

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários

Assessoria Especial da Presidência

Coordenadoria de Execução Judicial

Secretaria-Geral da Presidência

Assessoria de Representação e Programação Social

Assessoria de Comunicação Social

Assessoria de Assuntos da Magistratura

Destaques do ano

22.151 despachos em recursos especiais e extraordinários; consolidação dos Juizados Especiais Federais nas capitais dos Estados; implementação dos **Juizados Especiais Federais itinerantes rodoviários e fluviais**; construção do **Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe**; execução de **projetos de construção, reformas e adaptações de sedes** do Tribunal e da Justiça Federal, entre os quais o prédio da Subseção Judiciária de Tabatinga em convênio com o Governo do Estado do Amazonas; implementação de **projeto piloto de Execução Fiscal Virtual** na Seccional do Distrito Federal; desenvolvimento e implantação de **Juizados Especiais Virtuais**; realização de **parcerias** com a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, Governos Estaduais, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e instituições de ensino superior para realização de obras, locação de imóveis, aquisição de unidades móveis, mobiliário e equipamentos de informática para **ampliar, modernizar e tornar mais célere e efetiva a prestação jurisdicional**; construção do **estúdio de rádio e TV** e **implantação do Sistema Integrado de Comunicação Interna e Externa** do Tribunal.

GESTÃO DA PRIMEIRA REGIÃO

Conciliar as dificuldades e os interesses comuns para bem gerir a Justiça Federal da Primeira Região exige clara definição do que se pretende e boa dose de determinação e perseverança.

Nessa ordem de idéias, a Presidência manteve-se firme na política de priorização da atividade finalística da Primeira Região, concentrando esforços e angariando colaboradores, principalmente, para o cumprimento de duas grandes metas de trabalho durante 2003: consolidar os Juizados Especiais Federais e agilizar a prestação jurisdicional com a utilização de ferramentas de informática, virtualizando processos e procedimentos.

Na esfera administrativa, especial esforço foi empreendido para proporcionar instalações adequadas à prestação jurisdicional no Tribunal e nas Seccionais e para incrementar a comunicação interna e externa na Primeira Região, levando aos servidores e à sociedade o dia-a-dia da Justiça Federal da Primeira Região.

Encerrado o ano, as grandes metas foram alcançadas, com resultados extremamente positivos.

Os assuntos administrativos de maior relevância e abrangência foram submetidos aos órgãos colegiados competentes do Tribunal, que se reuniram ordinária e extraordinariamente, dirigidos pelo Presidente e, em suas ausências, pelo Vice-Presidente.

QUADRO 1
SESSÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS NO TRIBUNAL

SESSÕES	QUANT. ANUAL	DIA/MÊS
Plenária ordinária	7	03 e 13/02; 10/04; 1º e 14/08; 11 e 19/12
Plenária extraordinária	2	21/08 e 24/09
Conselho de Administração ordinária	15	06 e 20/02; 20/03; 03 e 24/04; 08/05; 07/08; 04 e 18/09; 02 e 16/10; 13 e 20/11; 04 e 18/12
Corte Especial Administrativa ordinária	14	06/02; 03 e 24/04; 08 e 15/05; 07/08; 04 e 18/09; 02, 16 e 30/10; 13 e 20/11 e 04/12
Corte Especial Administrativa extraordinária	5	27/02; 11/11; 11, 18 e 19/12
Conselho Deliberativo do Pro-Social	7	19/02; 09/04; 14/05; 14/07; 1º/09; 13/10 e 11/12



QUADRO 2
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DE MAIOR RELEVÂNCIA
APRECIADOS PELOS COLEGIADOS

SESSÃO	DATA	ASSUNTO
3ª Plenária	30/05	alteração do Regulamento Geral do Pro-Social criação da Quarta Seção e da Sétima e Oitava Turmas definição da competência das quatro Seções do Tribunal
4ª Plenária 6ª Plenária 7ª Plenária	12/06 19/08 14/08	eleição de juízes federais para compor os Tribunais Regionais Eleitorais nos Estados que integram a Primeira Região, biênio 2003-2005
1ª Plenária extraordinária	21/08	reestruturação da Secretaria Judiciária
11ª Corte Especial Administrativa	18/09	conversão da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais em Juizado Especial Federal, com a conseqüente renumeração da 1ª e 2ª Varas, passando a 1ª a denominar-se 2ª Vara, e a segunda, 1ª Vara
12ª Corte Especial Administrativa	02/10	eleição do Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes para Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região alteração da denominação do Pro-Social
16ª Corte Especial Administrativa	20/11	redistribuição da competência das Turmas Suplementares
8ª Plenária	11/12	aprovação da proposta de instalação e estruturação das varas federais criadas pela Lei n. 10.772, de 21/11/2003 estruturação das Turmas Recursais definição da presidência das Turmas Suplementares para o 1º semestre de 2004 aprovação da proposta de resolução para edição do Regimento Interno do Tribunal, adequando-o às recentes reformas na Lei Processual Civil (Leis n. 10.352, de 26/12/2001; 10.358, de 27/12/2001, e 10.444, de 07/05/2002)
18ª Corte Especial Administrativa	18/12	especialização das varas criminais da Bahia (2ª), Distrito Federal (10ª), Goiás (11ª), Maranhão (1ª), Minas Gerais (4ª), e Pará (4ª) para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e relativos à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores aprovação da implantação dos Juizados Especiais Federais Virtuais nas Seções Judiciárias dos Estados do Tocantins, Acre, Roraima, Mato Grosso, Amapá, Piauí e Rondônia eleição de desembargadores federais para compor a Comissão do X Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto

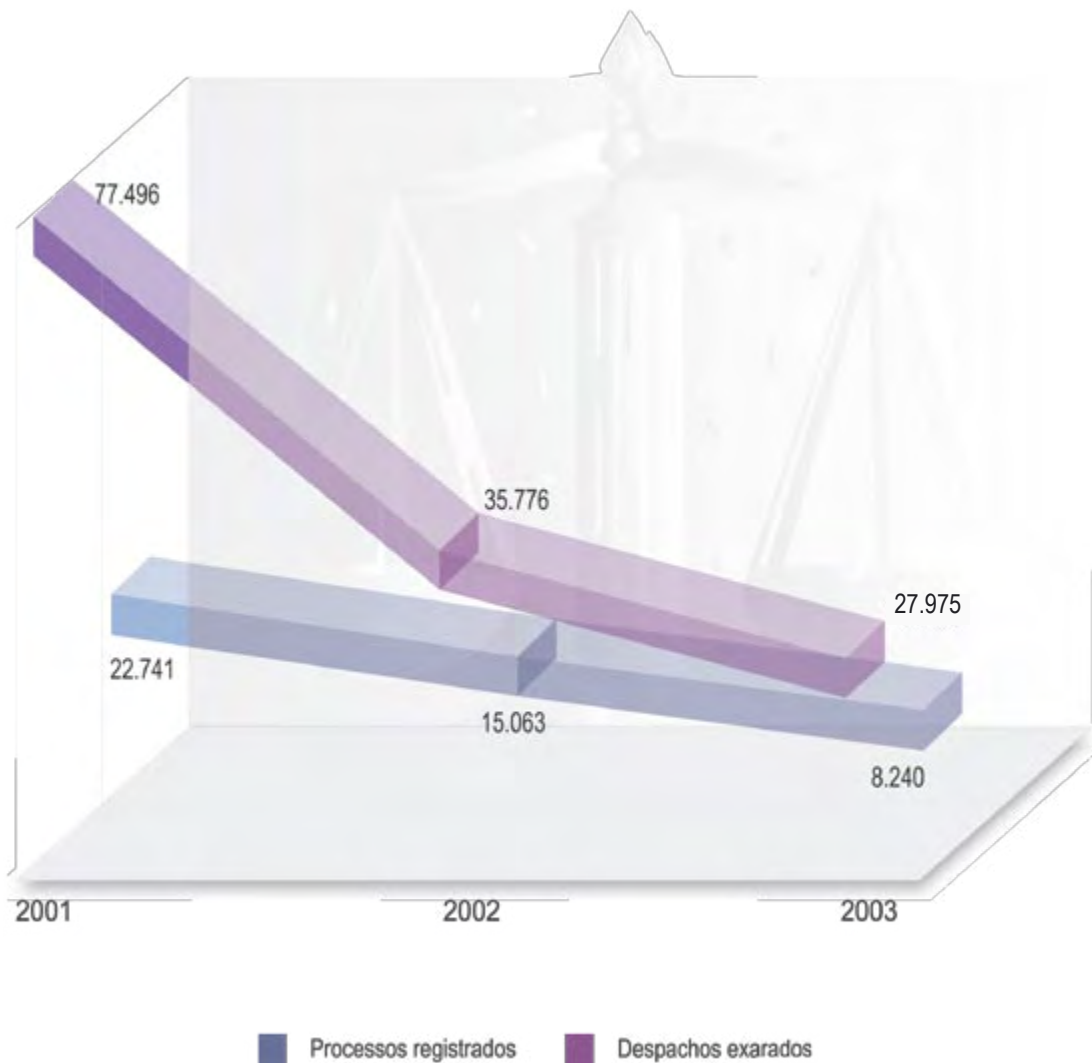


ATIVIDADE JUDICANTE

Nos termos do art. 22 do Regimento Interno do Tribunal, incumbe ao Presidente a apreciação de vários tipos de feitos judiciais, tarefa que realiza com a colaboração da Secretaria Judiciária – Secju e da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – Asret para a pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência e elaboração de minutas.

Excluídos os precatórios, o Presidente, durante o ano, emitiu 27.975 despachos, sendo 22.151 pronunciamentos finais sobre recursos especiais e recursos extraordinários.

GRÁFICO 1
PROCESSOS REGISTRADOS E DESPACHOS EXARADOS



QUADRO 3
ESTATÍSTICA DA ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS – ASRET

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Recurso extraordinário admitido	96	60	72	122	239	123	143	77	155	186	182	96	1.551
Recurso especial admitido	405	288	224	330	557	486	482	310	472	597	465	498	5.114
Recurso extraordinário não admitido	871	155	84	658	261	646	265	144	168	183	237	232	3.904
Recurso especial não admitido	978	238	148	840	467	1.037	446	219	420	448	489	528	6.258
Despachos diversos	225	312	353	287	627	155	211	372	447	672	339	524	4.524
Decisão em plantão	288	256	–	–	15	–	1	5	–	1	–	19	585
Despacho em plantão	–	–	–	–	1	–	–	–	1	–	–	5	7
Suspensão de segurança deferida	5	2	10	1	6	5	4	8	9	5	2	–	57
Suspensão de segurança indeferida	5	5	2	2	6	4	1	–	2	1	5	–	33
Decisão diversa em suspensão de segurança	–	19	31	1	5	13	2	1	2	3	1	2	80
Despacho diverso em suspensão de segurança	3	2	4	5	–	2	–	2	10	7	2	1	38
TOTAL	2.876	1.337	928	2.246	2.184	2.471	1.555	1.138	1.686	2.103	1.722	1.905	22.151
PROCESSOS NA ASRET													
Saldo anterior	1.438	1.220	1.213	1.552	1.350	1.238	1.514	1.461	1.429	1.182	1.608	1.252	–
Entradas	1.878	896	1.062	1.366	1.684	2.096	1.394	1.113	994	2.112	1.043	1.436	17.074
Saídas	2.096	903	723	1.568	1.796	1.820	1.447	1.145	1.241	1.686	1.399	1.586	17.410
SALDO ATUAL	1.220	1.213	1.552	1.350	1.238	1.514	1.461	1.429	1.182	1.608	1.252	1.102	1.102

QUADRO 4
PRESIDÊNCIA DA PRIMEIRA TURMA SUPLEMENTAR

QUANTIDADE ANUAL	DIA/MÊS
4	04, 11, 18 e 25/02
1	18/03
4	08, 15, 22 e 29/04
2	13 e 20/05
3	05, 19 e 26/08
4	02, 09, 16 e 30/09
3	14, 21 e 28/10
2	04 e 25/11
1	16/12

PARTICIPAÇÕES NO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Presidente representou o Tribunal em reuniões do Conselho da Justiça Federal, com destaque para a sessão ordinária do dia 1º de setembro, realizada na sede do TRF – 1ª Região.

QUADRO 5
PARTICIPAÇÃO EM SESSÕES DO CJF

MÊS	DIA
Fevereiro	10
Março	31
Abril	23
Maio	5
Junho	5*
Julho	23*
Agosto	8
Setembro	1º
Outubro	9*
Novembro	26*
Dezembro	18*

* Participação do Vice-Presidente no exercício da Presidência.

PLANTÕES

O Presidente do Tribunal, em várias ocasiões, atuou ou ficou à disposição como Desembargador Federal plantonista.

QUADRO 6
PLANTÕES DO PRESIDENTE

MÊS	DIAS DE PLANTÃO
Janeiro	02 a 04, 06, 11, 13 e 17
Fevereiro	28
Março	03, 04 e 28
Abril	13 a 15, 17 a 19 e 30
Agosto	22, 30 e 31
Outubro	17
Dezembro	13, 20 a 22, 28, 30 e 31

QUADRO 7
DOCUMENTOS OFICIAIS EDITADOS/EMITIDOS

TIPO	QUANTIDADE
Ato	1.117
Portaria	784
Resolução	21
Ofício	1.901

AVENÇAS

Contrato com a empresa GCE S/A, em janeiro, para construção do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe.

Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, em maio, para viabilizar o projeto Justiça sobre as Águas.

Convênio com a Fundação Banco do Brasil, em 5 de agosto, para aquisição de veículo para tracionar carroçaria (cavalo mecânico) destinado aos Juizados Especiais Federais Itinerantes.

Convênio com o Governo do Estado do Amazonas, em 6 de outubro, para utilização de embarcação destinada à atuação dos Juizados Especiais Federais Itinerantes Fluviais naquele Estado.

Convênio com a Caixa Econômica Federal, em 9 de dezembro, para construção da Estação de Tratamento de Esgoto da sede da Justiça Federal em Tabatinga, no Estado do Amazonas.

INAUGURAÇÕES



Reabertura do restaurante/lanchonete do Tribunal em 20 de janeiro, às 11h.

Solenidade de inauguração da nova sede do Juizado Especial Federal em Mato Grosso, dia 14 de fevereiro, às 17 h.



Inauguração da Galeria de Vice-Presidentes, no Salão Nobre, em 28 de março.



Reinstalação da Sala dos Advogados no Tribunal, em 8 de abril.



Inauguração da nova sede da Seção Judiciária do Estado do Acre, em 11 de abril, às 17h30, no Centro Administrativo de Rio Branco.

Instalação do Primeiro Juizado Especial Federal Virtual da Primeira Região na Seção Judiciária do Distrito Federal, em 16 de junho.



Inauguração do Núcleo de Atendimento Judiciário – NAJ, da Seção Judiciária do Estado da Bahia, em Salvador, dia 20 de agosto.



Inauguração do Estúdio de Rádio e TV do TRF – 1ª Região, em Brasília/DF, dia 1º de setembro.



Inauguração de duas unidades móveis (carretas) destinadas aos Juizados Especiais Federais Itinerantes, em Brasília/DF, dia 9 de setembro.



Lançamento de duas unidades móveis (carretas) destinadas aos Juizados Especiais Federais Itinerantes, em Ipatinga/MG, dia 11 de setembro.



Inauguração das novas instalações dos Juizados Especiais Federais, em Belo Horizonte/MG, dia 12 de setembro.



Abertura dos trabalhos dos Juizados Especiais Federais Itinerantes, no Jalapão/TO, dia 17 de setembro.





Abertura dos trabalhos dos Juizados Especiais Federais Itinerantes, em Benjamin Constant/AM, em 7 de outubro.



Abertura dos trabalhos dos Juizados Especiais Federais Itinerantes, no Oiapoque/AP, dia 21 de novembro.

Abertura dos trabalhos do II Juizado Especial Federal Itinerante, em Rondonópolis/MT, dia 1º de dezembro.

Inauguração do Centro de Processamento de Dados – CPD da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, em São Luís, dia 12 de dezembro.

POSSE

Posse dos Juízes Federais Substitutos,
na Sala de Sessões Plenárias, em 17 de fevereiro.



Posse do Coordenador dos
Juizados Especiais Federais
da Primeira Região,
Desembargador Federal
I'talo Fioravanti Sabo Mendes,
no Gabinete da Presidência,
em 29 de outubro.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

Lançamento do novo sistema de consulta jurisprudencial das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, em Brasília/DF, dia 22 de agosto.



ENCONTROS



I Encontro de Juizes Federais organizado pela Ajufer, em Macapá/AP, de 21 a 24 de maio.



III Encontro de Capacitação dos Comitês Gerenciais do PGQVT e Encontro de Coordenadores do Pro-Social, no Salão Nobre, de 23 a 26 de junho.



VI Encontro de Juizes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Regiao – Esmaf, em Uberlândia/MG, de 26 a 28 de junho.

Encontro de Juizes dos Juizados Especiais Federais da Primeira Regiao, organizado pela Ajufer, no Jalapão/TO, dia 17 de setembro.



VII Encontro de Juizes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Regiao – Esmaf, em Manaus/AM, de 5 a 7 de novembro.

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

Juizados Especiais Federais: processo eletrônico e Juizado Itinerante, realizado no Fórum Social da Justiça Federal, em São Paulo/SP, nos dias 10 e 11 de março. O presidente foi conferencista do tema Importância e Funcionamento dos Juizados Itinerantes, no dia 11 de março.

Abertura do XI Congresso Nacional dos Procuradores da Previdência Social – Comprev, nos dias 3 e 5 de setembro.



CURSOS

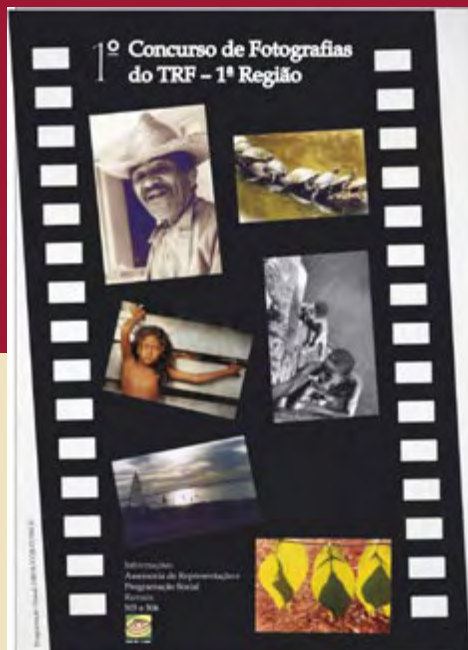
Encerramento do Curso de Brigadista para a Turma Especial de servidores das Seções Judiciárias da Primeira Região, em Brasília/DF, dia 11 de junho.



PUBLICAÇÕES

Lançamento da 2ª edição da *Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado da Bahia*, em Salvador, dia 20 de agosto.

REALIZAÇÕES CULTURAIS



Abertura da 1ª Exposição Fotográfica, no Espaço Cultural, dia 28 de março.

Exposição da artista plástica Sara Nach, no Espaço Cultural, de 8 a 22 de agosto.



Exposição Vivências, da artista plástica Lena Lessa, no Espaço Cultural, de 14 a 24 de outubro.

Exposição Viagem sem Limite, da artista plástica Carmélia Freitas, no Espaço Cultural, de 3 a 14 de novembro.



Projeto de escolarização de adultos do TRF – 1ª Região,
em Brasília/DF, dia 17 de setembro.



Abertura da VIII Feira de Saúde e da III Expo Qualidade de Vida, em Brasília/DF,
dia 20 de outubro.



DATAS FESTIVAS



Comemoração dos 14 anos de instalação do TRF – 1ª Região, em sessão solene de 28 de março.

Comemoração dos dois anos de existência das Turmas Suplementares,
em 14 de maio.



Comemoração dos 11 anos da Seção Judiciária do Estado do Amapá, em 22 de maio.

Comemoração dos 35 anos da Justiça Federal do Estado do Maranhão, dias 5 e 6 de junho.

Comemoração dos 15 anos da instalação da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, em 26 de junho.

Comemoração dos 20 anos da instalação da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e do 1º ano da instalação do Juizado Especial Federal em Porto Velho, dias 12 e 13 de agosto.

Comemoração do 36º aniversário da instalação da Justiça Federal no Estado do Amazonas, em Manaus, dia 26 de setembro.

Coquetel em comemoração ao aniversário do Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Catão Alves, no *hall* do Plenário, dia 3 de dezembro.

Festa de confraternização do Tribunal, em dezembro:

- Natal Tropical,
- Correio de Natal,
- Árvore da Solidariedade.

PRÊMIOS E HOMENAGENS

Entrega dos prêmios aos vencedores do VI Concurso Nacional de Monografias, realizado pelo Tribunal, em parceria com o Banco do Brasil, em Brasília/DF, dia 29 de agosto.

Homenagem à Desembargadora Federal Selene de Almeida, no Juizado Especial Federal Cível no Distrito Federal – SJ/DF, dia 28 de outubro.

Recebimento do VII Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, conferido pelo Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida – IBQV, pelo desenvolvimento do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT, em São Paulo/SP, dia 8 de dezembro.

ENTREVISTAS E AUDIÊNCIAS

Entrevista ao programa Fórum da TV Justiça, em Brasília/DF, dia 4 de novembro.

Vários servidores foram recebidos pelo Presidente, em atendimento ao canal de comunicação intitulado Audiências com o Servidor.

DIVERSOS



Missa em memória do Sétimo Centenário de Falecimento de Santo Ivo, no Salão Nobre, dia 19 de maio.

Dia D – Dia do Descarte, no *hall* do Plenário, em 10 de dezembro.

CONDECORAÇÕES E HOMENAGENS RECEBIDAS PELO PRESIDENTE

Medalha da Ordem do Mérito, no grau Grão-Colar do Quadro Especial, conferida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Medalha da Ordem do Mérito Tocantins, no grau Grande Oficial, conferida pelo Governo do Estado do Tocantins.

Medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário Milton Campos, conferida pela Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Título Cidadão Amapaense, conferido pela Assembléia Legislativa do Estado do Amapá.

Placa Ministro Carlos Madeira, conferida pela Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

QUADRO 8
VISITAS INTERNAS REALIZADAS PELO PRESIDENTE

DIA	UNIDADE
7 de fevereiro	Restaurante do Tribunal
21 de março	Divisão de Serviços Gráficos
7 de maio	obras do Estúdio de Rádio e TV do Tribunal
1º de setembro	Estúdio de Rádio e TV do Tribunal (acompanhante: Presidente do TRF – 3ª Região, Desembargadora Federal Anna Maria Pimentel)

QUADRO 9
VISITAS EXTERNAS REALIZADAS PELO PRESIDENTE

DIA	UNIDADE
21 de março	obras do Centrejufe
6 de agosto	instalações da primeira unidade móvel dos JEFs itinerantes, no Centrejufe (acompanhantes: Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, então Coordenadora dos JEFs; juízes federais; Diretor-Geral; Secretário-Geral; Presidente da Ajufer, Juíza Federal Solange Salgado; Deputado Federal João Magno, Vice-Líder do PT, e seu assessor) obras do Centrejufe
7 de outubro	obras da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM (acompanhantes: Juiz Federal Dimis da Costa e Mauro Sposito, Coordenador de Operações Especiais de Fronteiras da Polícia Federal); Assessor da Presidência

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Assessoria o Presidente do Tribunal no relacionamento com os desembargadores federais e com os juízes federais, intermediando a solução de problemas administrativos ou de questões externas que demandem um trabalho especial de apoio aos magistrados; representa, quando designada, o Tribunal no Congresso Nacional, Conselho da Justiça Federal, Seções Judiciárias dos Estados e demais órgãos públicos federais e estaduais.

Destaques do ano

Negociações que favoreceram a **desapropriação de terreno para construção da nova sede da Justiça Federal em Minas Gerais e a doação de quatro terrenos** pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para complementação da área desapropriada; gestões junto à Companhia Brasileira de Distribuição que resultaram na **doação dos projetos de arquitetura e engenharia** para construção da sede definitiva da Seção Judiciária de Minas Gerais; negociações para aprovação do **orçamento de 2004 e dos créditos adicionais** propostos em 2003; gestões para aprovação do projeto de lei sobre a criação de 183 varas federais, com **acréscimo de 11 varas, totalizando 59 para a Primeira Região**; obtenção, no Governo do Distrito Federal, da **aprovação dos projetos de arquitetura e engenharia do Centrejufe** e, no Congresso Nacional, mediante crédito especial, de **recursos para execução da obra**.

A Assessoria Especial da Presidência – Asep foi criada por meio da Resolução n. 22, de 26 de setembro de 2002, com os seguintes objetivos, no que se refere às atividades de natureza parlamentar:

- ◆ promover a articulação do TRF – 1ª Região com o Congresso Nacional;
- ◆ acompanhar o andamento de matérias, proposições e interesses do TRF – 1ª Região no Congresso Nacional;
- ◆ providenciar o encaminhamento de documentos de interesse do TRF – 1ª Região tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal e Congresso Nacional;
- ◆ acompanhar os parlamentares nas audiências com o Presidente do TRF – 1ª Região e vice-versa e encaminhar aos órgãos competentes os pleitos do Tribunal solicitados durante os encontros;
- ◆ assessorar o Presidente e demais dirigentes do TRF – 1ª Região nas relações com o Poder Legislativo, nos diferentes níveis do governo;
- ◆ acompanhar a tramitação das mensagens do Poder Executivo e das proposições de iniciativa do Legislativo, nos seus diversos níveis, no que diz respeito ao TRF – 1ª Região.

A Asep teve em 2003 um ano profícuo, quando foram colhidos os resultados de gestões iniciadas em 2002, que contribuíram direta e decisivamente para grandes projetos do Tribunal e das Seccionais da Primeira Região.

QUADRO 10 **ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NO PODER LEGISLATIVO

PL – Projeto de Lei	CCP – Coordenação de Comissões Permanentes
PLC – Projeto de Lei da Câmara em tramitação no Senado	CESP – Comissão Especial
PLS – Projeto de Lei do Senado	CMPOF – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
PEC – Proposta de Emenda à Constituição	CTASP – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
PLP – Projeto de Lei Complementar	CFT – Comissão de Finanças e Tributação
PLN – Projeto de Lei do Congresso Nacional	SSCL – Subsecretaria de Coordenação Legislativa
CCJR – Comissão de Constituição e Justiça e Redação	SSCLS – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania	SSCLCN – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

QUADRO 11
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Obs.: a cor preta refere-se ao ano de 2003

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p>PEC 230/95</p> <p>Fica incluída, no art. 74 da CF, a criação dos Tribunais Regionais Federais:</p> <p>6ª Região, com sede em Curitiba/PR;</p> <p>7ª Região, com sede em Belo Horizonte/MG;</p> <p>8ª Região, com sede em Salvador/BA;</p> <p>9ª Região, com sede em Manaus/AM (PA, RO, AC e RR). (Cita as composições.)</p>	<p>Dep. Abelardo Lupion</p> <p>11/10/1995</p>	<p>CCJR</p>	<p>30/10/1995 – leitura e publicação da matéria</p> <p>DCN1 de 27/10/1995, p. 3183, col. 01</p> <p>23/11/1995 – relator Dep. Vilmar Rocha (CCJR) DCD de 06/12/1995, p. 8102, col. 01</p> <p>02/02/1999 – arquivada nos termos do art. 105 do RICD (DCD, de 03/02/1999)</p> <p>30/03/1999 – desarquivada</p> <p>26/08/1999 – parecer do relator, Dep. Osmar Serraglio, pela admissibilidade, com substitutivo</p> <p>31/01/2003 – arquivada</p> <p>08/04/2003 – desarquivada</p> <p>02/05/2003 – recebimento pela CCJR</p> <p>19/05/2003 – designado o relator, Dep. Osmar Serraglio. Pela admissibilidade, com substitutivo</p>	<p>aguardando inclusão na pauta do Plenário da Comissão (CCJR)</p> <p>19/05/2003 – parecer do relator, Dep. Osmar Serraglio</p>
<p>PEC 137/99</p> <p>Estabelece limite para remuneração, subsídio, provento ou pensão, aplicável aos três Poderes Públicos e Ministério Público. (Subteto Salarial)</p>	<p>Executivo Federal</p> <p>22/10/1999</p>	<p>CCJR</p>	<p>Pareceres da CCJR e da CESP CCJR – 28/10/1999 – parecer do relator, Dep. Darci Coelho Aprovado pela admissibilidade, com substitutivo em 03/11/1999.</p> <p>CESP – 23/06/2000 – aprovado parecer favorável do relator, Dep. Vicente Arruda, com substitutivo</p>	<p>Aguardando inclusão na Ordem do Dia – Plenário</p> <p>PEC 137 – B/99</p>
<p>PEC 406/01</p> <p>Autoriza o Supremo Tribunal Federal, nos casos de incidente de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, suspender todos os processos para proferir decisão que verse exclusivamente matéria constitucional; altera a nova Constituição Federal. (por desmembramento da PEC – 382/01.)</p>	<p>Poder Executivo</p> <p>29/08/2001</p>	<p>CCJR</p>	<p>CCJR – 10/10/2001 – recebida manifestação do relator, Dep. André Benassi, pela admissibilidade</p> <p>27/02/2003 – CCJR Devolução por força de saída do relator da comissão</p> <p>10/04/2003 – CCJR Designado relator, Dep. Sigmaringa Seixas</p>	<p>Aguardando inclusão na pauta da CCJR</p> <p>10/04/2003 – CCJR Designado relator, Dep. Sigmaringa Seixas</p>

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p>PL 2.161/91</p> <p>Dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais.</p>	<p>Dep. José Luiz Clerot</p> <p>20/02/1991</p>	<p>CCJR</p>	<p>PL 2.161/91 – aprovado na Câmara em turno único e encaminhado ao Senado</p> <p>PLC 52/94 – aprovado no Senado com alterações</p> <p>Voltou para a Câmara dos Deputados (com a antiga numeração)</p> <p>18/10/2000 – discussão, em turno único, do substitutivo do Senado Federal. Retirado de pauta, da Ordem do Dia, de ofício. <i>DCD</i> de 19/10/2000, p. 51262, col. 02</p>	<p>Aguardando inclusão na Ordem do Dia – Plenário da Câmara para votação das alterações do Senado</p>
<p>PL 5.756/01</p> <p>Cria 183 varas federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País e dá outras providências.</p>	<p>STJ</p> <p>22/11/2001</p>	<p>CTASP</p>	<p>05/12/2001 – despacho à CTASP</p> <p>CTASP – 27/03/2002 – apresentação do parecer do relator, Dep. Coriolano Sales, com substitutivo. Aprovado parecer em 15/05/2002</p> <p>17/05/2002 – a Comissão do Trabalho (CTASP) encaminha à Comissão de Finanças (CFT)</p> <p>22/05/2002 – aprovado na CFT o parecer do relator, Dep. Jorge Khoury, de acordo com o substitutivo da CTASP. 22/05/2002 – a CFT encaminha à CCP para publicação. Publicada e encaminhada à CCJR</p> <p>10/06/2002 – CCJR – designado relator, Dep. Vilmar Rocha</p> <p>19/06/2002 – parecer do relator pela aprovação deste e do substitutivo da CTASP, com substitutivo. Pediu vista o Dep. Ibrahim Abi-ackel</p> <p>25/06/2002 – aprovado na CCJR parecer com complementação de voto contra o voto do Dep. Luiz Fleury. Votos em separado dos Deps. José Batochio e Luiz Fleury</p> <p>26/06/2002 – matéria encaminhada à CCP</p>	<p>04/07/2002 – pareceres da CTASP, CFT e CCJR, publicados no DCD – 07/08/2002, letra A</p> <p>Pronto para a Ordem do Dia</p> <p>PL 5.756-A/01 – aguardando inclusão no Plenário</p> <p>30/09/2003 – foram apresentadas 28 emendas de Plenário. Deferida pela Presidência solicitação do relator da CTASP, Dep. Coriolano Sales, até a sessão seguinte para apresentação de seu parecer sobre as emendas de Plenário (letra B)</p> <p>Muita discussão e várias retiradas do projeto em Plenário</p> <p>29/10/2003 – aprovação da redação final, turno único, PL 5.756-C/01</p> <p>30/10/2003 – remetido ao Senado Federal, por meio de Of. PS – GSE/967/03.</p> <p>21/11/2003 – Of. – SF, encaminhando autógrafos deste projeto promulgado.</p> <p>Transformado na Lei n. 10.772, de 21/11/2003. Publicado no DOU em 24/11/2003, p. 16</p>
<p>PLP 09/99</p> <p>Dispõe sobre as normas gerais para a Instituição de Regime de Previdência Complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Regulamenta o disposto nos parágrafos 14, 15 e 16 do art. 40 da nova Constituição Federal.</p>	<p>Poder Executivo</p> <p>16/03/1999</p>	<p>CESP</p>	<p>08/04/1999 – Comissão Especial (nos termos do art. 34, II, do RICD) para exame da matéria a ser integrada pela CESP, CTASP, CEIC, CSSF, CFT (art. 54 do RICD)</p> <p>12/05/1999 – CESP – Comissão Especial, relator, Dep. Robson Tuma</p> <p>11/08/1999 – Of. 39/99 – Pres. da CESP, solicitando a apensação deste ao PLP 08/99</p> <p>26/01/2000 – aprovado parecer do relator, Dep. Robson Tuma, com substitutivo, com complementação de voto</p>	<p>07/11/2001 – continuação da votação, Plenário da Câmara, em turno único. Encaminhamento da votação do DVS-05 pelos Deps. Jandira Feghali, Rodrigo Maia, Fernando Coruja e Mendes Ribeiro Filho. Adiada a continuação da votação do inciso I do art. 4º do substitutivo final da CESP, objeto de DVS-05 da bancada do bloco PSB/PC do B, por falta de quorum (obstrução). <i>DCD</i> de 08/11/2001, p. 56866, col. 02</p> <p>30/11/2001 – adiada a continuação da votação</p>

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p>PEC 544/02</p> <p>Cria os Tribunais Regionais Federais da: 6ª Região, com sede em Curitiba/PR; 7ª Região, com sede em Belo Horizonte/MG; 8ª Região, com sede em Salvador/BA; 9ª Região, com sede em Manaus/AM. (Explicação da Ementa: altera o art. 27 do ADCT da nova Constituição Federal.)</p>	<p>Sen. Arlindo Porto</p> <p>28/05/2002</p>	<p>CCJR</p>	<p>Concluído em dois turnos no Senado – PEC 29/01 (Sen. Arlindo Porto). Senado encaminha para Câmara</p> <p>Passou a ter um novo número na Câmara: PEC 544/02</p> <p>10/06/2002 – despacho à CCJR</p> <p>19/06/2002 – designado o relator, na CCJR, Dep. Ibrahim Abi-Ackel</p> <p>03/12/2002 – CCJR – aprovado o parecer do relator, Dep. Ibrahim Abi-Ackel, contra os votos dos Deps. Vicente Arruda, Paes Landim e Aloysio Nunes Ferreira</p> <p>Apresentou voto em separado o Dep. Osmar Serragli</p> <p>04/12/2002 – CCJR encaminha à CCP para publicação</p> <p>CCP – 13/12/2002 – encaminhada à publicação. Parecer da CCJR no DCD de 14/12/2002, letra A</p>	<p>CCP encaminhou solicitação da CCJR para a criação de Comissão Especial – CESP</p> <p>19/05/2003 – a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Ato da Presidência: Constitui Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202, c/c o art. 33, § 1º do RI</p> <p>24/06/2003 – abertura do prazo para emendas ao projeto a partir de 25/06/2003. Foram apresentadas duas emendas, do Dep. João Magno – PT/MG, representando nosso Tribunal, e pelo Dep. Zé Gerardo</p> <p>25/06/2003 – designado relator, Dep. Eduardo Sciarra</p> <p>19/08/2003 – encerrado o prazo para emendas</p> <p>08/09/2003 – parecer do relator, Eduardo Sciarra, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das emendas e pela aprovação da PEC 544/02</p> <p>10/09/2003 – aprovado o parecer</p> <p>15/09/2003 – encaminhado à publicação parecer da Comissão Especial publicado no DCD de 16/09/2003, letra B</p> <p>18/11/2003 – discussão em 1º turno</p> <p>19/11/2003 – Plenário. Retirado de pauta</p> <p>Obs.: para não voltar a PEC ao Senado, foi feito um acordo entre os deputados e senadores de não acatarem as emendas e só retirarem a composição que consta no § 12, ou seja: retiraram os incisos I e II do art. 107 da Constituição Federal. O STJ regulamentará a lei que disciplinará os Tribunais, quando for aprovada sua criação. Após a regulamentação, a lei será votada no Congresso Nacional</p>
<p>PLP 248/98</p> <p>Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável e dá outras providências.</p>	<p>Poder Executivo</p> <p>19/10/1998</p>	<p>CCJR</p> <p>CTASP</p>	<p>PLP 248/98 – aprovado na Câmara dos Deputados, em turno único. Enviado para o Senado, que mudou o número para PLC 43/99</p> <p>PLC 43/99 foi votado e aprovado com alterações. Volta para a Câmara com a numeração antiga, PLP 248/98, que vai analisar as alterações do Senado</p>	<p>26/03/2002 – designado relator, Dep. Luciano Castro, na CTASP. Aguarda inclusão na pauta para apreciação. Relatório favorável com emendas, Dep. Luciano Castro</p>

QUADRO 12
SENADO FEDERAL

OBS.: a cor preta refere-se ao ano de 2003

PROPOSIÇÃO/ EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p>PEC 83/99</p> <p>Acrescenta parágrafos aos arts. 100 e 184, modifica a redação do art. 225 da CF e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre pagamento de indenizações devidas pela Fazenda Pública)</p>	<p>Sen. Antônio Carlos Magalhães</p> <p>06/10/1999</p>	<p>CCJC</p>	<p>08/11/1999 – recebido o parecer do relator, Sen. Romeu Tuma, com voto pela aprovação da matéria</p> <p>28/02/2003 – CCJC Redistribuído ao Sen. Tasso Jereissati, para emitir relatório</p>	<p>Matéria pronta para pauta na CCJC em 08/11/2002</p> <p>28/02/2003 – CCJC – redistribuído ao Senador Tasso Jereissati, para emitir relatório</p>
<p>PEC 29/00</p> <p>Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. (Reforma do Poder Judiciário.)</p>	<p>Dep. Hélio Bicudo e outros</p> <p>30/04/1992</p>	<p>CCJC</p>	<p>Órgão de origem: Câmara dos Deputados</p> <p>PEC 96/92 Aprovada em 1º e 2º turno na Câmara dos Deputados</p> <p>Câmara encaminha ao Senado trocando a numeração</p> <p>PEC 29/00 Tramitando em conjunto com as PECs n. 21/95, 5, 7, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81, 92/99, 1, 5, 20/00 e 15/01</p>	<p>10/12/2002 – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal – SSCLSF inclui, para Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 11/12/2002, votação em primeiro turno da PEC 29/00</p> <p>11/12/2002 – Ata do Plenário – retirado de pauta da presente sessão em virtude da falta de <i>quorum</i> qualificado (não houve votação do 1º turno no Plenário do Senado)</p> <p>04/07/2003 – retorna à CCJC Gabinete do Relator, Sen. José Jorge – PFL/PE Obs: matéria constante da pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional</p>
<p>PEC 50/01</p> <p>Cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.</p>	<p>Sen. Luiz Otávio e outros</p> <p>22/11/2001</p>	<p>CCJC</p>	<p>23/11/2001 – distribuído ao Sen. Luiz Pontes, para emitir relatório</p> <p>06/05/2002 – matéria redistribuída em virtude de o Sen. Luiz Pontes não mais pertencer à comissão</p> <p>16/05/2002 – redistribuído ao Sen. Reginaldo Duarte, para emitir relatório. Relatório entregue em 25/06/2002</p> <p>20/08/2002 – Sen. Reginaldo Duarte não mais pertence à comissão</p>	<p>04/11/2002 – matéria redistribuída ao Sen. Luiz Pontes, para emitir relatório. Aguardando designação do relator</p> <p>28/10/2003 – CCJC Texto: recebido o relatório do Sen. José Maranhão – PMDB/PB, com voto pela rejeição da proposta e emendas a esta oferecida</p> <p>Pronto para pauta na CCJC</p>

PROPOSIÇÃO/ EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p>PLS 567/99</p> <p>Regulamenta o <i>caput</i> e o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.</p> <p>(Fixa o valor para pagamento de créditos de natureza alimentícia.)</p>	<p>Sen. Antônio Carlos Magalhães</p> <p>06/10/1999</p>	<p>CCJC</p>	<p>13/12/2000 – distribuído ao relator, Sen. Romeu Tuma</p> <p>22/03/2001 – recebido o relatório do Sen. Romeu Tuma, com voto pela aprovação da matéria e as Emendas n. 1R, 2R e 3R, que apresenta. Matéria pronta para a pauta na Comissão</p>	<p>Matéria pronta para a pauta da CCJC para apreciar parecer pela aprovação c/ emendas 1, 2 e 3 do relator, Sen. Romeu Tuma</p> <p>06/08/2003 – CCJC – vista à Sen. Serys Marly Shhessarenko – PT/MT</p>
<p>PLS 687/99</p> <p>Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 07/12/1940 – Código Penal, a Lei n. 8.429, de 02/06/1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, para tipificar novas condutas, e dá outras providências.</p>	<p>Sen. Paulo Souto</p> <p>14/12/1999</p>	<p>CCJC</p>	<p>29/03/2000 – CCJC – aprovado por unanimidade o relatório do Sen. Jefferson Péres com voto pela rejeição da Ementa n. 1 – PLEN e pela aprovação da matéria na forma da Emenda n. 2 – CCJC (substitutiva)</p> <p>06/12/2000 – a comissão aprova o requerimento do relator, Sen. Jefferson Péres, para realização de Audiência Pública com a participação de representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Ordem dos Advogados do Brasil, do jurista Miguel Reale Junior e de jurista a ser indicado pelo autor da proposição, Sen. Paulo Souto</p>	<p>06/12/2000 – matéria aguardando realização de audiência pública (aguarda agendamento)</p> <p>22/01/2003 – CCJC – aguardando instalação da Comissão</p>
<p>PEC 50/03</p> <p>Modifica a Constituição Federal, para denominar como desembargadores federais os membros dos Tribunais Regionais Federais.</p>	<p>Sen. Romero Jucá</p> <p>25/06/2003</p>	<p>CCJC</p>	<p>CCJC – distribui a matéria ao relator</p> <p>13/08/2003 – CCJC</p> <p>Recebido o parecer da relatora, Sen. Roseana Sarney, com voto pela aprovação da proposta</p>	<p>13/08/2003</p> <p>Matéria pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC)</p>

Como a reforma do Poder Judiciário é muito polêmica (instalada em 1992; votada e aprovada em 1995; encaminhada ao Senado, com alteração da numeração para PEC 29/2000), a Câmara dos Deputados, órgão de origem, decidiu criar Comissão Especial destinada ao estudo das matérias sobre o tema em tramitação na Casa, convidando autoridades e professores para debater o assunto.

QUADRO 13
CONGRESSO NACIONAL

PROPOSIÇÃO/ EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p>PLN 34/03</p> <p>Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 17.000.000,00, para os fins que especifica – aquisição de terreno para a o prédio da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG.</p>	<p>Presidência da República</p> <p>10/09/2003</p>	<p>CMPOF</p>	<p>Mensagem 448/03, enviada ao Congresso Nacional e publicada em 11/09/2003</p> <p>Aprovada na CMPOF em 12/11/2003 e aprovada em Plenário (sessão Conjunta do Congresso Nacional) em 20/11/2003</p> <p>Projeto remetido à sanção presidencial</p>	<p>Transformada em Norma Jurídica: Lei n. 10.782, de 25/11/2003</p> <p>Publicada no DOU – Seção I, n. 230, em 26/11/2003</p>

CRIAÇÃO DE NOVAS VARAS PARA A PRIMEIRA REGIÃO

O Projeto de Lei n. 5.756/2001, apresentado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ ao Congresso Nacional para a criação de novas varas na Justiça Federal, previa 48 varas para a Primeira Região. Após intensas negociações, o projeto, que deu origem à Lei n. 10.772/2003, foi aprovado com o acréscimo de 11 varas, totalizando 59 novas unidades para a Primeira Região.

QUADRO 14
PROJETO PARA CRIAÇÃO DE NOVAS VARAS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL	PROJETO ORIGINAL	STJ	PROJETO APROVADO
	QUANTIDADE DE VARAS	VARAS RETIRADAS	QUANTIDADE DE VARAS
1ª Região	48	–	59*
2ª Região	30	3	27
3ª Região	28	–	28
4ª Região	39	3	36
5ª Região	38	5	33
TOTAL	183	11	183

*Foram acrescentadas 11 varas para a Primeira Região.

CENTRO DE TREINAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTREJUFÉ

A construção do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe exigiu amplas e inúmeras negociações com vários setores do Governo do Distrito Federal – GDF para aprovação do projeto, que resultaram em parecer favorável da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh, com aprovação final pela Administração de Brasília.

As primeiras verbas para início das obras foram liberadas com crédito especial aprovado na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, por meio do PLN 78/02.

O êxito dessas negociações será coroado com a inauguração do prédio, prevista para o princípio do mês de abril de 2004.

EMENDAS AO ORÇAMENTO – 2004

Senador Romero Jucá – PMDB/RR – apresentou duas emendas para o Conselho da Justiça Federal:

- ◆ Emenda na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC para instalação de varas federais (implantação das varas federais);
- ◆ Emenda na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC para implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional.

EMENDAS AO PPA – PLANO PLURIANUAL 2004/2007

Senador Edison Lobão – PFL/MA: PPA

- ◆ Construção do Edifício Anexo da Seção Judiciária em São Luís/MA;
- ◆ Construção do Edifício-Sede do TRF – 1ª Região em Brasília/DF;
- ◆ Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Uberaba/MG;
- ◆ Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG;
- ◆ Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador/BA (Juizados Especiais Federais);
- ◆ Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA.

Deputado Jaime Martins – PL/MG: PPA

- ◆ Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG.

Deputada Celcita Pinheiro – PFL/MT: PPA

- ◆ Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá/MT.

Deputado Jairo Carneiro – PFL/BA: PPA

- ◆ Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador/BA (Juizados Especiais Federais).

Deputado Paulo Rocha – PT/PA: PPA

- ◆ Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Santarém/PA.

Senador Gilberto Mestrinho – PMDB/AM: PPA

- ◆ Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Manaus/AM.

Deputado Gonzaga Patriota – PSB/PE: PPA

- ◆ Reforma do Edifício Anexo do TRF – 1ª Região em Brasília/DF.

Deputado Welinton Fagundes – PL/MT: PPA

- ◆ Construção das sedes das varas federais no Estado de Mato Grosso.

Deputado Júlio Delgado – PPS/MG: PPA

- ◆ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG.

Deputado Ronaldo Vasconcellos – PTB/MG: PPA

- ◆ Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG.

ÁREAS DE TERRENOS PARA A NOVA SEDE E ÓRGÃOS DA JUSTIÇA FEDERAL EM MINAS GERAIS

Com a atuação da Asesp, o Tribunal conseguiu contornar as dificuldades ocasionadas pela revogação da desapropriação de terreno anteriormente destinado à construção pretendida, encerrando 2003 com ampla área, formada pelo lote n. 1 (que foi desapropriado dia 29 de dezembro) e pelos lotes 2, 3, 4 e 5, doados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

QUADRO 15
TERRENO EM BELO HORIZONTE

Desapropriação	DECRETO DE 7 DE MAIO DE 2003 <i>Diário Oficial da União – Seção 1, n. 87, quinta-feira, 08/05/2003</i>
Revogação da desapropriação	DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 2003 <i>Diário Oficial da União – Seção 1, n. 167, sexta-feira, 29/08/2003</i>
Crédito especial	LEI N.10.782, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003 <i>Diário Oficial da União – Seção 1, n. 280, quarta-feira, 26/11/2003. Abre, no orçamento fiscal da União, em favor da Justiça Federal, o crédito especial no valor de R\$ 17.000.000,00</i>
Decreto de desapropriação	DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003 <i>Diário Oficial da União – Seção 1, n. 254, terça-feira, 30/12/2003. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o lote n. 1, quarteirão 85, localizado no bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG</i>
Doação do projeto	Após várias reuniões e diante da impossibilidade de adequação dos projetos contratados para a área inicialmente desapropriada, a Companhia Brasileira de Distribuição resolveu doar à Justiça Federal o projeto definitivo da sede da Justiça Federal em Belo Horizonte no novo terreno desapropriado. O Desembargador Federal Catão Alves, Presidente do Tribunal, acatou o encaminhamento
Doação dos terrenos	Aprovado o Projeto de Lei n. 1.485/2003, que dispõe sobre a doação dos lotes 2, 3, 4 e 5 do quarteirão 85, localizado no bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG, que resultou na Lei Municipal n. 8.724, de 30/12/2003





PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

DOM

Diário Oficial do Município - Belo Horizonte

Diário Oficial do Município - Belo Horizonte Ano IX - Nº: 2.027 - 12/31/2003

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Governo

Lei nº 8.724 de 30 de dezembro de 2003

LEI Nº 8.724 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre doação de imóvel à União.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a doar à União os lotes nºs 02, 03, 04 e 05 do quarteirão nº 85 do Bairro Belvedere, aprovados pelo CP 216-012-M, matriculados sob os nºs 56.436, 56.437, 56.438 e 56.439, respectivamente, no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Município.

Parágrafo único - A donatária providenciará o alargamento e o prolongamento da Rua Jorge Ferraz (cód. 300334).

Art. 2º - A doação dos imóveis referidos no art. 1º desta Lei está vinculada à instalação da sede e dos órgãos da Justiça Federal, em Minas Gerais.

Art. 3º - Fica concedida à donatária o prazo de 2 (dois) anos para o início das obras e de 4 (quatro) anos para o término, sob pena de reversão imediata da doação de que trata esta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2003

Fernando Damata Pimentel
Prefeito de Belo Horizonte

(Originária do Projeto de Lei nº 1.485/03, de autoria do Executivo)

Diário Oficial da União – Seção 1

Nº 254, terça-feira, 30 de dezembro de 2003

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel urbano que menciona, destinado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Distrito Federal, para sediar órgãos da Seção Judiciária da Justiça Federal de 1º Grau em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 5º, alínea "m", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 08001.011990/2003-64, do Ministério da Justiça,

DECRETA :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o Lote de Terreno nº 01, com área de 17.705,00 m², aproximadamente, localizado no Quarteirão 85, no Bairro Belvedere, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com frente para a Rodovia BR 356, em três segmentos, cada um com 128,00 m, 217,00 m e 44,00 m, perfazendo o total de 389,00 m; frente para a Estrada de Nova Lima (Rodovia MG-30), em dois segmentos, cada um com 80,00 m e 131,00 m, perfazendo 211,00 m; lateral direita, em três segmentos, cada um com 53,35 m, 54,50 m e 120,50 m, perfazendo o total de 228,35 m; lateral esquerda, em um segmento de 46,00 m; limitando-se aos fundos com os Lotes nºs 2, 3, 4 e 5, do Quarteirão 85 do mesmo Bairro Belvedere, de propriedade da União, matriculado sob o nº 35.406, Livro nº 2 - Registro Geral, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O bem objeto da desapropriação de que trata este Decreto destina-se à União, para edificação definitiva da sede da Seção Judiciária da Justiça Federal de 1º Grau em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a cargo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Art. 3º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Art. 4º Fica a Advocacia-Geral da União incumbida de promover, em caráter de urgência e na forma da legislação em vigor, a desapropriação do imóvel descrito no art. 1º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos



Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá, a Líder do Governo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Neusinha Santos – PT/MG, e o Procurador-Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, Dr. Marco Antônio, em reunião para encaminhamento do Projeto de Lei que trata da doação dos lotes 2, 3, 4 e 5 da nova sede da Justiça Federal em Minas Gerais.



O Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Damata Pimentel, analisando com a Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá a mensagem do Projeto de Lei para doação dos lotes.

A Aesp promoveu encontros do Presidente Catão Alves com vários parlamentares e autoridades.



Dep. José Carlos Aleluia – PFL/BA, Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Presidente Catão Alves, Sen. Romero Jucá – PMDB/RR, Dep. Arnon Bezerra da Silva – PTB/CE.

A Asep também favoreceu a articulação do Tribunal com o Congresso Nacional, por meio de encontros matinais entre o Presidente do Tribunal e parlamentares.



Café-da-manhã de 26 de março. Dep. Sérgio Miranda – PC do B/MG, Presidente Catão Alves, Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá e Dep. João Magno – PT/MG.

Café-da-manhã de 9 de abril. Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá, Dep. Severino Cavalcanti – PP/PE, Presidente Catão Alves e o Presidente do Partido Progressista, Dep. Pedro Corrêa – PP/PE.



Café-da-manhã de 22 de outubro. Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá, o Dep. João Magno – PT/MG, Presidente Catão Alves, Dep. Eduardo Sciarra – PFL/PR, relator da PEC 544/02, que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.



Café-da-manhã de 10 de dezembro, com a Frente Parlamentar dos Advogados: Dep. Gustavo Fruet – PMDB/PR, Dep. Vilmar Rocha – PFL/GO, Presidente da Frente Parlamentar, Dep. Luiz Piauhyllino – PTB/PE, Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá, Dep. Thomaz Nonô – PFL/AL, Presidente Catão Alves, Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh – PT/SP, Dep. Ricardo de Freitas – PTB/MT, Dep. João Castelo – PSDB/MA, Dep. Júlio Delgado – PPS/MG, Assessores Jurídicos da Frente Parlamentar José Rui Carneiro e Murilo Sérgio Neto e o Advogado Juliano Costa Couto.

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ITINERANTE

Lançamento de unidades móveis, em 11 de setembro de 2003, no Município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.





Dep. João Magno – PT/MG, Desembargadora Federal Selene de Almeida, então Coordenadora dos Juizados Especiais Federais, Assessora Parlamentar Helga Ferraz Jucá, Presidente Catão Alves, Juiz Federal João Carlos Mayer Soares e o Juiz Federal Francisco de Assis Betti.

Além da contribuição de inúmeras autoridades para o desenvolvimento dos trabalhos da Assessoria Parlamentar, registre-se a definitiva colaboração do Deputado Federal João Magno – PT/MG, Vice-Líder, sempre com decisiva presença em todas as reuniões na Presidência da República, com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e com o Prefeito de Belo Horizonte, resolvendo questões referentes à doação dos terrenos e obtenção, mediante crédito especial, dos recursos destinados à construção da nova sede da Justiça Federal de Minas Gerais bem como ao acréscimo das varas para a Primeira Região.

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Realiza o planejamento estratégico dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região; elabora e encaminha à deliberação do Tribunal normas complementares relativas à estrutura, organização e funcionamento dos Juizados Especiais Federais, orientando sua aplicação no âmbito da Primeira Região.

Destaques do ano

Eleição do **novo Coordenador** dos Juizados da Primeira Região; projetos **Juizado Federal Virtual, A Justiça Vencendo Distâncias** — Juizados Especiais Rodoviários e Juizados Especiais Fluviais, **Construção da Cidadania, Memória dos Juizados Especiais Federais; dados estatísticos** dos Juizados Especiais Federais; **consolidação das normas** dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região; instalação de **novas varas de Juizados Especiais Federais**; Sistema Uniforme de **Cálculos Judiciais**; fases procedimentais dos incidentes de uniformização de **jurisprudência**.

Os Juizados Especiais Federais – JEFs da Primeira Região completaram um ano de funcionamento em abril de 2003, cumprindo sua missão de levar uma Justiça mais célere aos cidadãos.

Não obstante todas as dificuldades conjunturais e estruturais, o Tribunal manteve como prioridades sua consolidação e aprimoramento, contando com o imensurável esforço da Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef.

NOVO COORDENADOR PARA A PRIMEIRA REGIÃO

Em sessão da Corte Especial Administrativa realizada no dia 2 de outubro, o Desembargador Federal Italo Fioravanti Sabo Mendes foi eleito Coordenador dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região para um período de dois anos, sucedendo a Desembargadora Federal Selene de Almeida.

Na cerimônia de despedida como Coordenadora dos Juizados, realizada no dia 28 de outubro, foi lembrado o árduo, incansável e devotado trabalho da Desembargadora, incumbida de iniciar e consolidar os Juizados na Primeira Região. A tarefa foi brilhantemente cumprida.



Os Juizados foram implantados nas sedes de todas as Seções Judiciárias e levados aos quatro cantos da Primeira Região em caráter itinerante. Para tanto, a Desembargadora providenciou convênios e parcerias com governos estaduais, outros tribunais e universidades, levando o atendimento aos jurisdicionados em prédios públicos cedidos, barcos e ônibus. Até carretas foram adquiridas para os Juizados.

A Desembargadora conseguiu, ainda, sensibilizar o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que fossem incluídas, no Orçamento Geral da União do próximo ano, verbas para a construção de um barco próprio, que irá realizar audiências itinerantes pelas águas da região amazônica.

No tocante à regulamentação, foram trazidas à apreciação do Tribunal diversas normas que organizaram os procedimentos e o funcionamento dos Juizados. Realizou-se concurso de conciliadores e elaboraram-se manuais para os serviços.

Durante a posse, em breves palavras, o Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes pediu a colaboração da Casa e do Senado Federal, representado, na ocasião, pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Edison Lobão, na continuação dos trabalhos, assumindo o compromisso de fazer o melhor de si durante os dois anos como Coordenador dos Juizados.



PROJETOS

A Cojef atuou em várias frentes, com o desenvolvimento e a implementação simultânea de projetos complexos, cujos resultados, além de possibilitarem o equacionamento das dificuldades existentes, mantiveram a conceituada reputação do Tribunal no âmbito do Poder Judiciário.

VIRTUALIZAÇÃO

A virtualização dos procedimentos e processos judiciais dos Juizados Especiais Federais foi implantada em solenidade oficial, no dia 16 de junho, como modelo piloto, na Seção Judiciária do Distrito Federal, após quatro meses de intensos trabalhos, coordenados pelo Juiz Federal Substituto Bruno Augusto Santos Oliveira.

O TRF – 1ª Região é um dos três Tribunais Regionais Federais que detêm esse processo, com a diferença de possuir sistema mais completo, com **índice de virtualização e automação inéditos** no Judiciário.



Está prevista, para os primeiros meses de 2004, a extensão do sistema para os Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A virtualização elimina a movimentação física de processos no âmbito dos JEFs, simplifica e confere celeridade aos atos, procedimentos e rotinas processuais. Inúmeras são suas **vantagens**: reduz o serviço burocrático e, por conseguinte, ameniza o problema da carência de servidores, agravado sobretudo pelo crescente número de ações ajuizadas; elimina papéis; permite autuação automática pelo sistema, assinatura digital, marcação automática de audiências, confecção automática de documentos por meio de “mesclagem de dados”, marcação automática de perícias. Permite, ainda, apresentação de contestação, petição inicial e incidental via e-proc; formalização de citações, intimações, ofícios etc. por e-mail; lançamento de fases pelo sistema; assinatura digital criptografada dos juízes federais; verificação de prevenção automática pelo sistema; tramitação virtual e consulta via internet. Além disso, amplia imensamente a publicidade; aumenta a velocidade de operação e a segurança no armazenamento de dados e informações e sua transferência; garante, também, maior segurança contra perda de autos.





Para melhor divulgação das inovações da virtualização, foi criada a cartilha *Juizado Virtual: a justiça real* e confeccionado rico material informativo-explicativo, distribuídos por ocasião da inauguração.

JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS

Vanguardista, o TRF – 1ª Região foi a primeira Corte Regional a dispor desse tipo de consulta processual, inclusive com a íntegra dos acórdãos.

O projeto foi concluído com o apoio do Juiz Federal João Carlos Mayer Soares, que demonstrou o funcionamento do novo sistema aos desembargadores federais, juízes federais, autoridades e servidores, durante a solenidade de lançamento realizada em 22 de agosto.



O novo sistema coloca à disposição dos consulentes, via internet, a jurisprudência das Turmas Recursais dos JEFs da Primeira Região. Estudantes, operadores do Direito ou quaisquer interessados podem, a qualquer hora e de qualquer lugar do mundo, acessar esses dados por meio do *site* do Tribunal, em “Consulta Jurisprudência das Turmas Recursais”.

A JUSTIÇA VENCENDO DISTÂNCIAS

O projeto A Justiça Vencendo Distâncias abarca todas as ações e propostas de implementação de um JEF voltado para as longínquas regiões do interior do Brasil integrantes da Primeira Região, onde mora grande parte dos jurisdicionados, de forma que se maximize o alcance jurisdicional e social dos Juizados.

O projeto fundamenta-se em ações itinerantes, realizadas em locais ou prédios públicos, barcos ou veículos, com o fim de evitar os elevados custos com instalações prediais e materiais, muitas vezes incompatíveis com o volume da demanda de ações.



Vencer a distância é aproximar a Justiça do povo, em sua maioria humilde e de baixa renda, ir até ele para servi-lo.



Em 2003, foram realizados 25 juizados itinerantes, nos quais foram ajuizadas 10.779 ações, experiências extremamente promissoras, que contaram com o entusiasmo e o suporte das populações locais.

Desses, 18 ocorreram em locais públicos, normalmente providenciados pelas prefeituras.

QUADRO 16
JUIZADOS ITINERANTES EM LOCAIS PÚBLICOS

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	NÚMERO DE AÇÕES AJUIZADAS
Acre	Xapuri e Brasília	11 a 13/08 15 a 26/09 (Brasília) 10 a 21/11 (Xapuri)	cível e previdenciário	307
Amapá	Oiapoque	06 e 07/10 21 a 23/11	cível e previdenciário	18
Amazonas	Benjamim Constant	07 a 21/10	previdenciário	1.049
Bahia	Vitória da Conquista	25 a 27/08 10 a 14/11	cível e previdenciário	476
Maranhão	Santa Inês	06 a 10/10 03 a 05 e 09 a 12/12	previdenciário	481
Mato Grosso	Mirassol D'Oeste	25 a 29/08 27 a 31/10	cível e previdenciário	323
	Rondonópolis	1º a 10/12	cível e previdenciário	2.100
Minas Gerais	Varginha	22 e 23/01	criminal	57
	Montes Claros	1º a 03/04	criminal	74
	Governador Valadares	09 a 12/06	criminal	90
Pará	Barcarena	27 a 29/08 27/10 a 14/11	cível e previdenciário	253
Piauí	São Raimundo Nonato	08 a 12/09 10 a 15/11	cível e previdenciário	913
Rondônia	Cacoal	16 e 17/07 15 a 19/09	previdenciário	307
Roraima	Mucajá	26 e 27/09 28 e 29/11	previdenciário	124
	Normandia	24 e 25/10 12 e 13/12	cível e previdenciário	59
Tocantins	Gurupi	18 a 22/11 27 a 31/01 26 a 28/02	cível e previdenciário	136
	Araguaína	10 a 13/06 18 a 22/08	cível e previdenciário	297
	Jalapão	17 a 19/09 03 a 07/11	cível e previdenciário	120
TOTAL				7.184

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ITINERANTES RODOVIÁRIOS

Objetivando adquirir maior mobilidade e facilidade para realização dos juizados itinerantes, o Tribunal adquiriu em 2003 duas unidades móveis rodoviárias, que começaram a funcionar a partir de setembro. Mais de 5 mil ações foram ajuizadas apenas com a utilização das carretas.



Os veículos foram adquiridos mediante parceria entre o Tribunal e a Fundação Banco do Brasil. O Tribunal arcou com a aquisição de um cavalo mecânico, dois semi-reboques, adaptações dos semi-reboques e equipamentos (móveis, climatizadores, computadores e *softwares* de comunicação de dados e informações de última geração, instalação de sistemas elétricos, eletrônicos e hidráulicos), com investimentos de R\$ 600.240,00.

A Fundação Banco do Brasil destinou ao convênio R\$ 116.990,00 para a compra de um cavalo mecânico e pintura dos dois semi-reboques.

As duas carretas funcionam de forma sistematizada. A primeira, destinada ao atendimento inicial e às aterrações, abre a programação de atendimento. A segunda, aproximadamente 30 dias após, realiza as audiências.





Em 2003, o funcionamento deu-se em caráter experimental. A experiência subsidiou a programação para 2004, que deverá ser bastante extensa.

QUADRO 17
JEFs ITINERANTES REALIZADOS COM AS CARRETAS

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	NÚMERO DE AÇÕES AJUIZADAS
Minas Gerais	Governador Valadares	17 a 19/09 27 a 31/10	cível e previdenciário	583
	Ipatinga	11 a 13/09 20 a 24/10	cível e previdenciário	1.600
	Araçuaí	1º a 03/10 10 a 14/11	cível e previdenciário	317
	Montes Claros	08 a 10/10 17 a 21/11	cível e previdenciário	839
TOTAL				3.339

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS FLUVIAIS



Os transportes rodoviários são problemáticos na região amazônica, em razão das grandes distâncias e das rodovias mal conservadas, por vezes, inexistentes. Além disso, a precipitação abundante de chuvas torna a maioria das estradas intransitáveis.

Essas singularidades, somadas à rica malha hidroviária existente na região, fazem do transporte fluvial o meio mais utilizado por passageiros e para movimentação de carga.

Procurando adequar-se às realidades locais, **o Tribunal realizou juizados fluviais nos Estados do Amapá e Amazonas**, em convênio com o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado, respectivamente, que colocaram suas embarcações, especialmente projetadas para o atendimento aos cidadãos, à disposição da Justiça Federal.



Juizados Fluviais – Amapá

dias: 30 de abril e 5, 6 e 23 de maio

meio: barco Tribuna

locais: Ilha de Santana e Elesbão

ações ajuizadas: 22 (cível e previdenciária)

Juizados Fluviais – Amazonas

período: 6 a 11 de outubro

meio: barco do Projeto PAI – Pronto Atendimento Itinerante

locais: Novo Airão e Careiro da Várzea

ações ajuizadas: matéria previdenciária

Juizados Fluviais – Amazonas

período: outubro a dezembro

meio: barco do Projeto PAI – Pronto Atendimento Itinerante

locais: calhas dos rios Negro, Solimões, Purus e Juruá (Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Comunidade Castanhal, Comunidade do Cameté do Ramos, Comunidade de Itapeçu, Comunidade de Pedras, Itapiranga, Nhamundá, Novo Airão, Careiro da Várzea, São Sebastião do Uatuma, Silves, Urucará e Vila Amazônica)

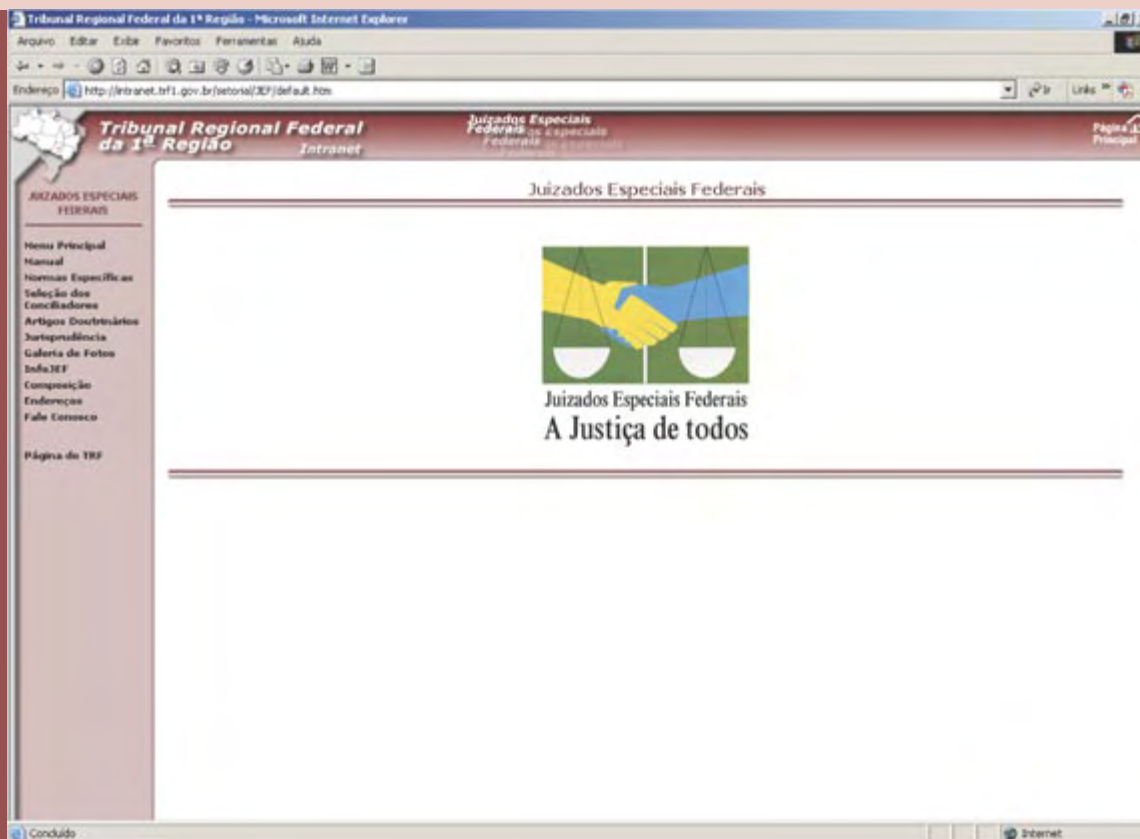
ações ajuizadas: matéria cível e previdenciária

Para consolidar o projeto, foram promovidas exaustivas gestões junto ao Poder Executivo Federal, com a intercessão do Ministro Chefe da Casa Civil e da Secretaria de Orçamento e Finanças, que resultaram na determinação de **inclusão, no orçamento de 2004 do Tribunal, de R\$ 3.400.000,00 para a construção de embarcação** própria para os JEFs da Primeira Região. A Marinha do Brasil concordou em fazer o projeto da embarcação. Em momento oportuno, convênio nesse sentido será celebrado.

CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O projeto Construção da Cidadania objetiva **difundir a importância dos JEFs**. Com esse desiderato, foram criados, durante o ano, os seguintes instrumentos de comunicação, que permitem maior integração, motivação e intercâmbio entre os juizes federais dos diversos JEFs:

- ♦ **Infojef – Informativo dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região:** veicula informações sobre as principais atividades e decisões dos JEFs da Primeira Região;
- ♦ **Lista de Discussão e Distribuição dos Magistrados:** viabiliza discussões por *e-mail* e troca de experiências entre os magistrados dos JEFs, além de inclusão de notas explicativas nas edições *Destaque do Dia* e *Destaque* mensal do Tribunal;
- ♦ **página dos JEFs no site do Tribunal:** expõe artigos doutrinários, normas específicas, jurisprudência, edições do Infojef, composição das Turmas Recursais, seleção dos conciliadores, manuais dos JEFs, galeria de fotos, telefones e endereços dos JEFs e das Turmas Recursais.



MEMÓRIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Esse empreendimento, mediante coleta de dados socioeconômicos, visa a **identificar o perfil dos cidadãos que se socorrem dos JEFs**, para melhor adequar as ações às necessidades dos jurisdicionados.

A Cojef, para isso, está elaborando parâmetros de coleta de dados socioeconômicos necessários à criação de programa de computador específico para representar esses dados estatisticamente.

DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Desde a criação dos JEFs, em 2002, a Divisão de Estatística – Diest foi orientada na elaboração de **estatísticas direcionadas ao volume de processos por sua natureza ou classe**, que têm subsidiado todas as ações e definições relativas aos JEFs da Primeira Região. Os resultados estatísticos também têm balizado as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região – Coger. Essas estatísticas, aprimoradas em 2003, revelam a quantidade de processos distribuídos, julgados e em tramitação e a classe, se relativa à Previdência, FGTS etc., nos moldes exigidos pelo Conselho da Justiça Federal – CJF.

CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA PRIMEIRA REGIÃO

Vários documentos normativos regulamentam a organização, estrutura e o funcionamento dos Juizados da Primeira Região. Procurando facilitar a consulta aos dispositivos, a **Cojef está finalizando proposta de consolidação das normas dos JEFs**, a ser brevemente submetida aos desembargadores federais e juízes federais.

INSTALAÇÃO DE NOVAS VARAS DE JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

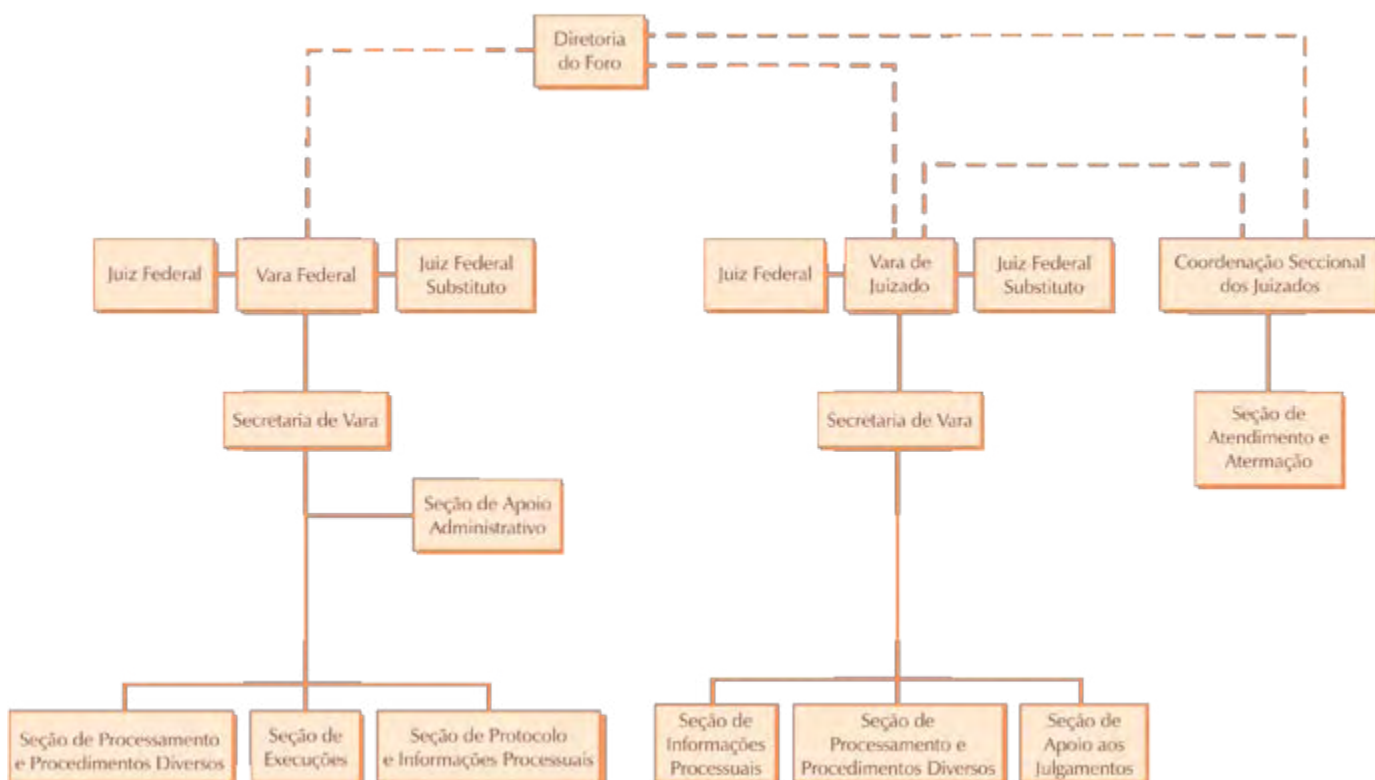
Vencidos os desafios de implantar os Juizados Especiais Federais sem a necessária criação de quadros de juízes e de servidores, tampouco sem disponibilidade de recursos orçamentários e materiais, foi promulgada a Lei n. 10.772/2003, que criou 59 varas para a Justiça Federal, das quais 24 nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, como varas de Juizado Especial Federal.

Para os anos de 2003 e 2004, a Lei autorizou a implantação de dez e oito varas, respectivamente. A Cojef participou ativamente dos estudos para implantação dessas varas, que culminaram com a aprovação, pelo Plenário do Tribunal, em 11 de dezembro, de 17 varas para os JEFs e de uma vara para a Subseção Judiciária de Tabatinga, conforme regulamentou a Resolução n. 600-018, de 16 de dezembro de 2003.

QUADRO 18
VARAS A SEREM INSTALADAS EM 2004

SEÇÃO JUDICIÁRIA	IDENTIFICAÇÃO DAS VARAS
Acre	4ª Vara
Amapá	3ª Vara
Amazonas	6ª Vara (Manaus) e Vara Única em Tabatinga, de competência geral e com Juizado Especial Federal Adjunto Cível e Criminal
Bahia	21ª e 22ª Varas
Distrito Federal	23ª e 24ª Varas
Goiás	13ª Vara
Maranhão	7ª Vara
Mato Grosso	6ª Vara
Minas Gerais	30ª, 31ª e 32ª Varas
Pará	8ª Vara
Piauí	6ª Vara
Rondônia	4ª Vara
Roraima	3ª Vara

A mencionada Resolução também dispôs sobre a organização e estrutura dos JEFs, padronizando-as na Primeira Região, com a Coordenação dos Juizados, as Secretarias das Turmas Recursais e as varas de Juizado e, ainda, com reforço para as áreas de distribuição e de contadoria.



SISTEMA UNIFORME DE CÁLCULOS JUDICIAIS

O Tribunal e o CJF, juntamente com representantes das contadorias dos demais Tribunais Regionais Federais, desenvolveram projeto denominado **Sistema Uniforme de Cálculos**, de abrangência nacional, que **atenderá, na íntegra, os cálculos dos Juizados que não possuem contadoria própria**, por meio de sistema automatizado.

A providência facilitará, sobremaneira, os serviços, tendo em vista a vedação legal, para os Juizados Especiais, de sentença condenatória por quantia ilíquida.

No período de 17 a 20 de novembro, foi realizado treinamento, do qual participaram, além dos membros da Comissão responsável pelos trabalhos, representantes das contadorias das Seccionais da Primeira Região. Na oportunidade, houve a apresentação detalhada dos módulos que compõem o novo sistema.

FASES PROCEDIMENTAIS DOS INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

A Cojef possui, aproximadamente, 300 incidentes de uniformização de jurisprudência para distribuir. Com a recente autorização da Corregedoria-Geral – Coger para que a Cojef crie as fases procedimentais do incidente, as distribuições devem seguir normal curso: relatoria, designação de dia e hora para julgamento e comunicado aos juízes federais das Turmas Recursais divergentes da realização da sessão.

RESULTADOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

A demanda pelos Juizados, normalmente muito elevada, recebeu enorme impacto nos últimos meses de 2003, devido aos processos de natureza previdenciária. O acréscimo decorreu do prazo decadencial de cinco anos previsto na Lei n. 9.711, de 20 de novembro de 1988, para revisão de ato de concessão de benefício previdenciário, o que levou os interessados a ajuizarem, maciçamente, ações para evitar a extinção de direitos.



A situação exigiu que as Seções Judiciárias se mobilizassem inteiramente para atender às enormes filas criadas, que levaram o atendimento até mesmo às calçadas públicas.

O Poder Executivo, reconhecendo a gravidade da situação, editou a Medida Provisória n. 138, de 19 de novembro de 2003, alterando para dez anos o aludido prazo.

Os JEFs receberam em distribuição elevado volume de feitos, respondendo por 44% do total de processos distribuídos na Justiça Federal de Primeiro Grau em 2003.

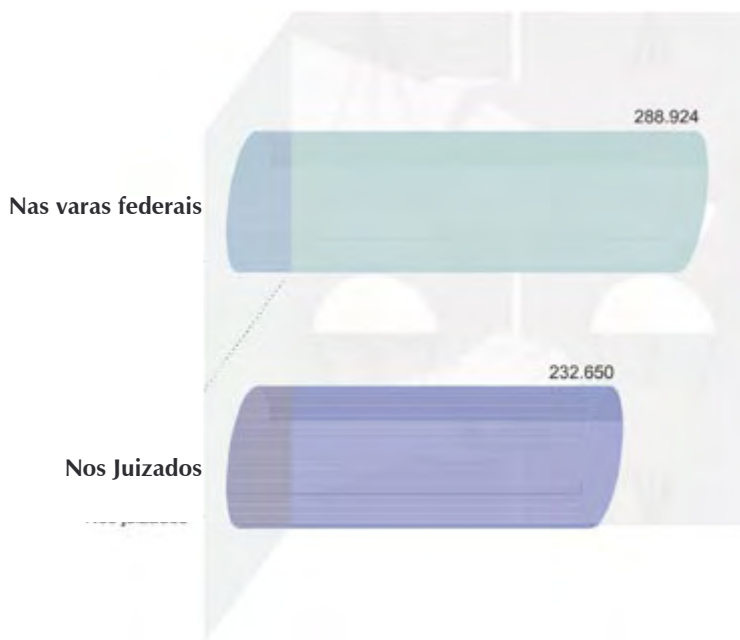


GRÁFICO 2
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

GRÁFICO 3
PROCESSOS JULGADOS

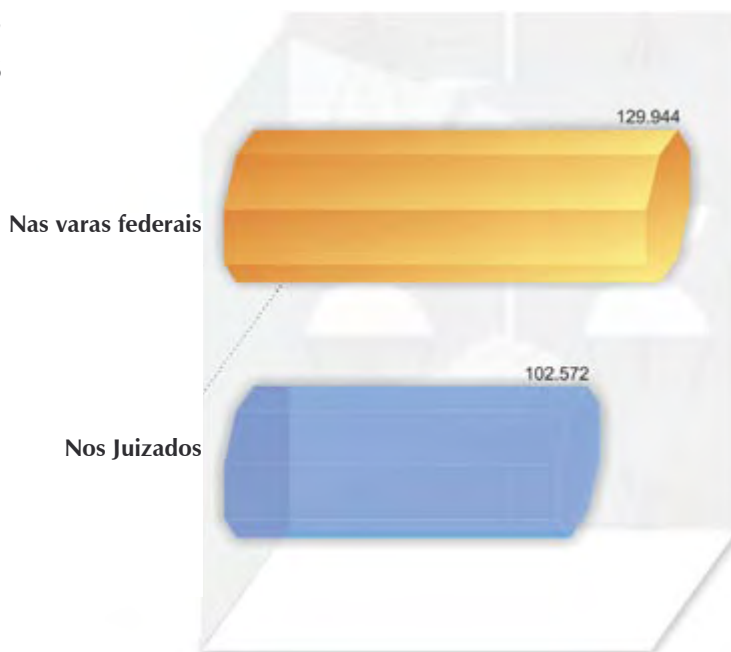
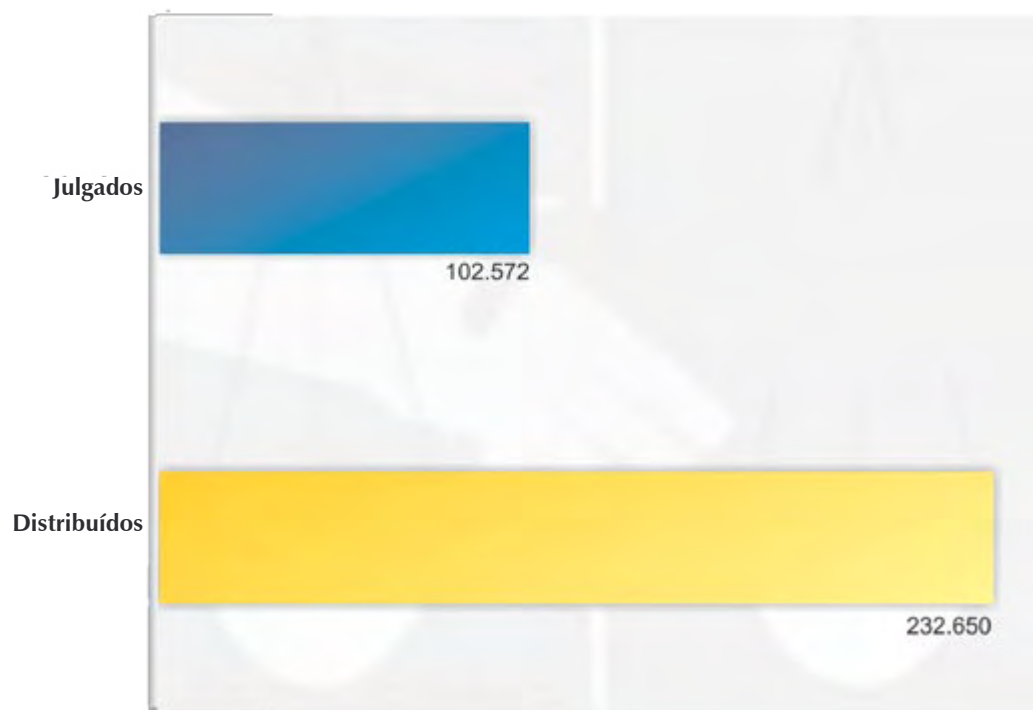


GRÁFICO 4
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E PROCESSOS JULGADOS NOS JEFs



QUADRO 19
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
ESTATÍSTICA PROCESSUAL

JUIZADO	TRAMITAÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	DESPACHOS EXARADOS	DECISÕES PROFERIDAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TRAMITAÇÃO FINAL DO ANO
AC	968	5.818	2.589	3.579	206	519	5.457
AM	5.349	9.044	4.708	10.612	332	1.139	14.127
AP	8.582	2.770	6.831	14.839	184	160	10.335
BA	1.868	36.979	6.945	8.659	2.556	4.001	36.704
DF	12.552	22.013	14.807	36.143	2.117	409	28.413
GO	7.021	19.446	12.472	27.725	4.318	2.126	19.814
MA	3.249	13.302	6.446	5.539	1.126	715	14.666
MG	12.580	65.152	20.017	28.723	6.895	4.167	73.957
MT	2.862	8.135	4.704	5.193	3.384	671	9.759
PA	5.261	21.121	3.814	14.180	541	1.434	24.545
PI	3.697	8.933	4.163	11.736	168	1.120	11.638
RO	730	14.032	8.613	4.148	134	833	11.902
RR	5.420	2.780	4.434	779	27	2.471	6.516
TO	659	3.125	2.029	3.603	93	1.082	2.688
TOTAL GERAL DA REGIÃO	70.798	232.650	102.572	175.458	22.081	20.847	270.521

Para agilizar o julgamento dos recursos das decisões emanadas dos JEFs, a Corte Especial Administrativa do Tribunal criou, em setembro de 2003, **duas novas Turmas Recursais na Primeira Região**, sendo uma na Seção Judiciária do Estado do Acre e uma na Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

ATENDIMENTOS DOS JEFs



Santa Inês/MA



Brasília/DF



Mirassol D'Oeste/MT

Apesar das dificuldades operacionais e de infra-estrutura, **as Turmas Recursais julgaram 84% dos recursos recebidos** durante o ano.

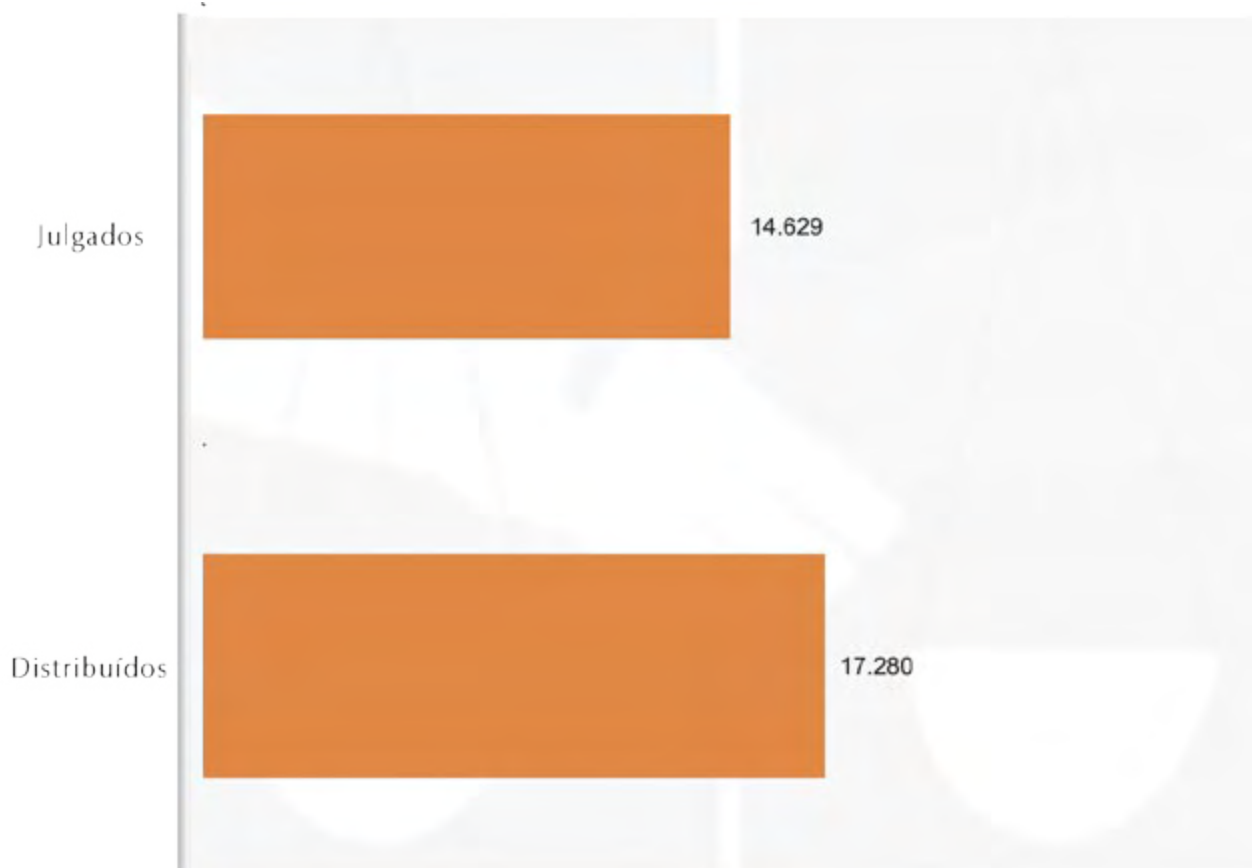
QUADRO 20
TURMAS RECURSAIS
ESTATÍSTICA PROCESSUAL

TURMA RECURSAL	SEDE	DATA DE INSTALAÇÃO	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO*
Acre	Rio Branco	09/09/2003	1.023	774	926
Amazonas/ Roraima	Manaus	07/02/2002	419	392	228
Bahia	Salvador	08/08/2002	1.665	1.719	991
Distrito Federal/ Tocantins	Brasília	28/06/2002	3.343	2.826	1.451
Goiás	Goiânia	18/06/2002	3.054	2.806	2.021
Maranhão	São Luís	21/06/2002	445	424	161
1ª Minas Gerais	Belo Horizonte	23/07/2002	1.969	1.619	1.408
2ª Minas Gerais	Belo Horizonte	20/08/2002	1.966	1.263	933
Total de MG			3.935	2.882	2.341
Mato Grosso	Cuiabá	14/08/2002	769	651	249
Pará/ Amapá	Belém	21/05/2002	441	387	425
Piauí	Teresina	12/06/2002	706	720	271
Rondônia	Porto Velho	27/06/2002	1.249	978	714
Tocantins	Palmas	22/10/2003	231	70	231
TOTAL DA REGIÃO			17.280	14.629	10.009

Fonte: Secin

* Total de processos em tramitação em 31/12/2003.

GRÁFICO 5
PROCESOS DISTRIBUÍDOS E PROCESOS JULGADOS NAS TURMAS RECURSAIS



COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL

Cadastra, autua e processa dados relativos a precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPVs para fins de pagamento.

Divisão de Precatórios

Divisão de Cálculos Judiciais

Destaques do ano

Incremento das atividades a partir do final de setembro, tendo como resultado a **atualização dos trabalhos** e o **pagamento de todos os precatórios e Requisições de Pequeno Valor**; implementação do **novo Sistema de Cálculos Judiciais da Primeira Instância**.

PRECATÓRIOS E RPVs

A Coordenadoria de Execução Judicial – Corej procedeu ao **pagamento de todas as Requisições de Pequeno Valor – RPVs e de todos os precatórios (parcelados de 2001, 2002 e 2003 e dos alimentares), incluindo aqueles considerados passivos**, que se encontravam pendentes de pagamento por falta de verba ou aguardando cumprimento de diligência. Restaram apenas aqueles com previsão de pagamento em 2004.

O **pagamento de precatórios da União e de entidades atingiu o montante de R\$ 386.773.016,89**, correspondendo a uma **execução de 98,85% do orçamento previsto e de 94,38% dos recursos financeiros**. O aumento, em relação ao exercício de 2002, foi muito significativo, principalmente quanto às RPVs, tendo os Juizados Especiais Federais respondido pelo acréscimo da quantidade processada em mais de cinco vezes.

Visando a agilizar o pagamento dos precatórios, foi atendida reivindicação da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária relativa à disponibilidade das rotinas de acesso às propostas orçamentárias e aos cronogramas da União e entidades dos precatórios a serem pagos.

Foram **sanados problemas** identificados, notadamente nos **precatórios parcelados, chamados passivos, bem como despachadas todas as petições em atraso**.

A Corej, do final do mês de setembro até o fim do ano, com as mudanças e o regime de trabalho adotados pela nova Coordenadora, teve extraordinário impulso em suas atividades. **Os precatórios e RPVs atrasados foram colocados em dia**.

QUADRO 21
ORÇAMENTO DOS PRECATÓRIOS

SUBPROJETO/ATIVIDADE	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO	CRÉDITO DISPONÍVEL	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %	
BCB	8.820.566,00	8.815.922,31	3.940,72	0,00	702,97	99,99%	99,95%	
ETF-MT	49.880,00	48.947,00	933,00	0,00	0,00	100,00%	98,13%	
ETF-OURO PRETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
UFBA	142.362,00	140.248,96	1.107,04	0,00	1.006,00	99,29%	98,52%	
UF JUIZ DE FORA	4.420.577,00	4.263.800,00	76.777,00	0,00	80.000,00	98,19%	96,45%	
UFMG	13.131.310,00	12.831.445,96	299.864,04	0,00	0,00	100,00%	97,72%	
UFPA	7.354.713,00	7.119.335,17	830,43	0,00	234.547,40	96,81%	96,80%	
UFRJ	12.725,00	12.091,37	58,63	0,00	575,00	95,48%	95,02%	
CTECMA	137.784,00	96.548,18	4.792,97	0,00	36.442,85	73,55%	70,07%	
FUF-RO	706.392,00	452.117,74	0,00	0,00	254.274,26	64,00%	64,00%	
FUNIV-AM	53.797,00	52.426,54	0,00	0,00	1.370,46	97,45%	97,45%	
FUB	1.787.770,00	1.685.851,86	50.971,79	0,00	50.946,35	97,15%	94,30%	
FUNIV-MA	95.296,00	66.033,94	29.262,06	0,00	0,00	100,00%	69,29%	
FUF-MT	380.815,00	371.690,17	9.124,83	0,00	0,00	100,00%	97,60%	
FUF-PI	62.805,00	61.632,69	1.172,31	0,00	0,00	100,00%	98,13%	
FUF-VIÇOSA	211.827,00	206.667,23	5.159,77	0,00	0,00	100,00%	97,56%	
F.C.APERFES.N.S	46.713,00	44.892,91	820,09	0,00	1.000,00	97,86%	96,10%	
FNDES-EDUC.	1.034.573,00	956.048,59	78.441,41	0,00	83,00	99,99%	92,41%	
E.A.CASTANHAL	18.074,00	17.775,64	298,36	0,00	0,00	100,00%	98,35%	
E.AG.FRIO POMBA	41.772,00	40.747,48	1.024,52	0,00	0,00	100,00%	97,55%	
E.AG.FS.J.EV	25.287,00	24.748,00	539,00	0,00	0,00	100,00%	97,87%	
FUNAI	1.649.633,00	922.939,01	8.907,39	0,00	717.786,60	56,49%	55,95%	
D.N.PMINERAL	135.844,00	132.224,25	3.619,75	0,00	0,00	100,00%	97,34%	
FJORGE DUPRAT	93.006,00	89.844,03	0,00	0,00	3.161,97	96,60%	96,60%	
I.PHIST. E ART. NAC.	189.785,50	183.948,14	0,00	0,00	5.837,36	96,92%	96,92%	
I.B.MEIO AMB.	7.406.463,00	7.025.908,42	334.054,58	0,00	46.500,00	99,37%	94,86%	
IPEA	223.625,00	49.147,24	1.007,76	0,00	173.470,00	22,43%	21,98%	
F.I.B.GEOG.EST.	424.316,00	345.533,49	51.982,51	0,00	26.800,00	93,68%	81,43%	
I.N.COL. E REFAG.	53.746.486,00	51.971.989,78	160.568,36	0,00	1.613.927,86	97,00%	96,70%	
DENOCS	1.573.315,00	1.249.540,16	31.375,27	0,00	292.399,57	81,42%	79,42%	
INSS	11.353.369,00	10.064.821,77	356.147,23	0,00	932.400,00	91,79%	88,65%	
FRGPS	45.025.567,00	42.255.401,97	2.770.165,03	0,00	0,00	100,00%	93,85%	
FNS	29.542.659,00	29.317.243,58	54.733,20	0,00	170.682,22	99,42%	99,24%	
FC PALMARES	170.000,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	100,00%	0,00%	
E.AG.FDE CUIABÁ	56.369,00	0,00	0,00	0,00	56.369,00	0,00%	0,00%	
PRECATÓRIOS DA UNIÃO	CSJ	175.955.704,00	168.912.611,17	7.043.092,83	0,00	0,00	100,00%	96,00%
	CSJ(RPV)	43.736.000,00	36.942.892,14	6.793.107,86	0,00	0,00	100,00%	84,47%
TOTAL	409.817.179,50	386.773.016,89	18.343.879,74	0,00	4.700.282,87	98,85%	94,38%	

* Dados extraídos do Siafi.

QUADRO 22
ATIVIDADES DE 2003

ATIVIDADES DESEMPENHADAS	QUANTIDADE ATÉ AGOSTO	QUANTIDADE DE SETEMBRO A DEZEMBRO	TOTAL ANUAL
Autuação de precatórios para inclusão no orçamento de 2005	–	396	396
Pagamento de precatórios da União 2001 – até 3ª parcela	69	167	236
Pagamento de precatórios da União 2002 – até 2ª parcela	49	167	216
Pagamento de precatórios da União 2003 – alimentar	383	1	384
Pagamento de precatórios da União 2003 – 1ª parcela	5	116	121
Pagamento de precatórios da União 2004 – alimentar	–	–	–
Pagamento de precatórios da União 2004 – 1ª parcela	–	–	–
Pagamento de precatórios das entidades 2001 – alimentar	26	71	97
Pagamento de precatórios das entidades 2001 – até 3ª parcela	103	95	198
Pagamento de precatórios das entidades 2002 – alimentar	288	113	401
Pagamento de precatórios das entidades 2002 – até 2ª parcela	8	105	113
Pagamento de precatórios das entidades 2003 – alimentar	22	572	594
Pagamento de precatórios das entidades 2003 – 1ª parcela	–	45	45
Pagamento de precatórios das entidades 2004 – alimentar	–	–	–
Pagamento de precatórios das entidades 2004 – 1ª parcela	–	–	–
Autuação de Requisições de Pequeno Valor – RPVs (Lei n. 10.259/2001)	3.825	3.380	7.205
Pagamento de Requisições de Pequeno Valor – RPVs (Lei n. 10.259/2001)	2.720	3.723	6.443
Ofícios expedidos	6.463	4.856	11.319
Pagamento de precatórios estaduais/municipais até 2004	–	3	3
Pagamento de precatórios das entidades – 1996	–	2	2
Pagamento de precatórios das entidades – 1997	–	1	1
Pagamento de precatórios das entidades – 1998	–	5	5
Pagamento de precatórios das entidades – 1999	17	35	52
Pagamento de precatórios das entidades – 2000	34	35	69
Mandados de intimação	117	36	153
Despachos publicados	322	341	663
Processos conclusos aos relatores após elaboração de cálculos	191	157	348


QUADRO 23
PRECATÓRIOS/RPVs AGUARDANDO PAGAMENTO EM 2004

PRECATÓRIOS/RPVs	QUANTIDADE
Precatórios 2001 da União – 4ª parcela	169
Precatórios 2002 da União – 3ª parcela	130
Precatórios 2003 da União – 2ª parcela	115
Precatórios 2004 da União – alimentar	488
Precatórios 2004 da União – 1ª parcela	229
Precatórios 2001 das entidades – 4ª parcela	53
Precatórios 2002 das entidades – 3ª parcela	50
Precatórios 2003 das entidades – 2ª parcela	41
Precatórios 2004 das entidades – alimentar	737
Precatórios 2004 das entidades – 1ª parcela	145
RPVs (Lei n. 10.259/2001)	728
Precatórios estaduais/municipais até proposta de 2004	75

CÁLCULOS JUDICIAIS

A elaboração de cálculos dos mais diversos tipos de assunto possibilitou **triplicar a quantidade de processos concluídos** aos desembargadores federais, como também aos juízes federais das Turmas Suplementares.

Objetivando aperfeiçoar a realização dos cálculos judiciais na Primeira Região, foi desenvolvido pela Secretaria de Informática do Tribunal, em parceria com o Núcleo de Modernização e Informática e o Núcleo Judiciário da Seção Judiciária do Distrito Federal, **novo Sistema de Cálculos Judiciais de Primeira Instância**.



Em novembro, a Seção Judiciária do Distrito Federal iniciou o programa de treinamento para o novo sistema, com o intuito de padronizar os cálculos judiciais no âmbito da Primeira Região e ganhar maior segurança, permitindo-se, assim, a flexibilização em função das decisões judiciais proferidas.

No período de realização do curso, de 21 a 28 de novembro, participaram, além dos responsáveis pelas contadorias das Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região, representantes dos Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões e do Conselho de Justiça Federal.

A Secretaria de Informática está estudando meios de disponibilizar o Sistema de Cálculos para as outras Regiões, dentro da proposta do CJF de desenvolvimento de um Sistema Único Nacional de Cálculos Judiciais dos Juizados Especiais Federais.

ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL

Planeja, organiza e executa eventos oficiais, sociais e culturais relativos ao Tribunal e presta consultoria às Seccionais da Primeira Região em sua área de atuação.

Seção de Divulgação e Promoção

Seção de Cerimonial e Eventos

Destaques do ano

Apoio na organização de solenidades de **posse no Supremo Tribunal Federal**, dos encontros de juízes federais promovidos pela Esmaf, do **lançamento das unidades móveis (carretas)** dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

A Assessoria de Representação e Programação Social – Asrep organizou e apoiou todos os eventos oficiais, sociais e culturais realizados pelo Tribunal, a eles assegurando a necessária observância das formalidades e regras cerimoniais e sociais.

VISITA DE ALUNOS DE FACULDADES DE DIREITO

O Programa de Visitas, Bem-Vindo ao TRF – 1ª Região, atendeu a cerca de 100 alunos de cursos de Direito do Distrito Federal e do entorno, permitindo o conhecimento da estrutura do Tribunal e, conseqüentemente, o melhor entendimento dos mecanismos de funcionamento do Poder Judiciário.

REPRESENTAÇÃO OFICIAL DO PRESIDENTE

Foram providenciados cartões e convites atinentes aos eventos e às relações oficiais do Presidente com órgãos, entidades e autoridades dos Poderes da República. Também foi cumprida, em todos os eventos, a observância das regras cerimoniais, em especial a da precedência do Presidente e de seus representantes oficiais.

INDICADOR DE AUTORIDADES

O Indicador de Autoridades Informatizado, eficiente fonte de consulta que contém a catalogação de endereços, números telefônicos e outros dados de autoridades da Primeira Região, tem sido continuamente atualizado.

APOIO A SOLENIDADES DE OUTROS ÓRGÃOS

A experiência na área de cerimonial da Primeira Região ultrapassou os limites da Justiça Federal, gerando o convite para apoiar a organização da solenidade de posse dos Ministros Maurício Corrêa e Nelson Jobim na Presidência e Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Data: 5 de junho

Horário: 16h

Local: Supremo Tribunal Federal

EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

POSSES



SOLENIDADE DE POSSE DOS JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

Data: 17 de fevereiro

Horário: 17h

Local: Sala de Sessões Plenárias

Composição da Mesa:

- ◆ Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves, Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região;
- ◆ Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias de Souza, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região;
- ◆ Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, Corregedor-Geral da Justiça Federal.

SOLENIIDADE DE POSSE DO SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA, CORONEL MÁRIO JOSÉ DE SANTANA FILHO

Data: 28 de fevereiro

Horário: 17h30

Local: Salão Nobre

SOLENIIDADE DE POSSE DA JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DAYANA DE AZEVEDO BIÃO DE SOUZA

Data: 30 de julho

Horário: 15h

Local: Gabinete da Presidência

SOLENIIDADE DE POSSE DO COORDENADOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA PRIMEIRA REGIÃO, DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO FIORAVANTI SABO MENDES

Data: 29 de outubro

Horário: 17h

Local: Gabinete da Presidência

EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

ENCONTROS, ESTUDOS JURÍDICOS, CONGRESSOS E CURSOS

Curso Cerimonial Público – Instituto Nacional de Capacitação

Data: 8 e 9 de maio

Instrutora do curso: Andréa Balsini Ghisi

III Encontro de Capacitação dos Comitês Gerenciais do PGQVT e Encontro de Coordenadores do Pro-Social

Data: 23 a 26 de junho

Local: Salão Nobre

VI Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região
Juizado Especial Federal – Uberlândia/MG
Data: 26 a 28 de junho
Local: Subseção Judiciária de Uberlândia



Solenidade de encerramento do I Curso de Auxiliar Brigadista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Data: 11 de julho

Horário: 17h

Local: Salão Nobre

I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal no Piauí

Data: 7 e 8 de agosto

Local: Seção Judiciária do Estado do Piauí

VII Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário e do Ministério Público

Data: 27 de agosto

Local: Brasília

Palestrante: Andréa Balsini Ghisi

Tema: Cerimonial no Judiciário

Encontro de Juízes Federais da Primeira Região e Advogados da Caixa Econômica Federal

Data: 4 a 6 de setembro

Local: Rio Poty Hotel – São Luís/MA

Encontro de Juízes Federais do Juizado Especial Federal da Primeira Região

Data: 17 a 20 de setembro

Local: Jalapão/TO

VII Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região

Data: 5 a 7 de novembro

Local: Manaus/AM

Solenidade de abertura do Encontro de Juízes Federais dos Juizados Especiais da Primeira Região e dos trabalhos do Juizado Especial Federal Itinerante no Jalapão

Data: 17 de setembro

Horário: 13h

Local: Seção Judiciária do Estado do Tocantins

X Congresso CNCP – Concep

Data: 28 de outubro

Local: São Luís/MA

Oficina sobre o cerimonial no Judiciário: Andréa Balsini Ghisi

EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

INAUGURAÇÕES E INSTALAÇÕES

Reinauguração do Restaurante do TRF – 1ª Região

Data: 20 de janeiro

Horário: 11h



Solenidade de inauguração da nova sede do Juizado Especial Federal em Mato Grosso

Data: 14 de fevereiro

Local: Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Solenidade de instalação do Juizado Informatizado do Distrito Federal (Autos Virtuais)

Data: 16 de junho

Horário: 11h

Local: Juizado Especial Federal do Distrito Federal

Solenidade de lançamento do Sistema de Consulta Jurisprudencial das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região

Data: 22 de agosto

Horário: 17h

Local: Sala de Sessões Plenárias

Inauguração do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística e do Estúdio de Rádio e TV

Data: 1º de setembro

Horário: 18h30

Local: auditório do Edifício Anexo I do TRF

Lançamento das unidades móveis dos Juizados Especiais Federais Itinerantes — partida festiva com destino a Ipatinga/MG

Data: 9 de setembro

Horário: 15h

Local: em frente ao Edifício-Sede



Carreta sendo abençoada pelo Rev. Carlos Aleixo, antes da partida para Ipatinga.

Inauguração do Juizado Especial Federal Itinerante na Primeira Região e lançamento das unidades móveis

Data: 11 de setembro

Horário: 10h

Local: Ipatinga/MG

EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO


HOMENAGENS E PREMIAÇÕES

Dia Internacional da Mulher

Data: 21 de março

Horário: das 10 às 17h

Local: Foyer do Plenário

A photograph showing two women seated at a table. The woman on the left has long dark hair and is wearing a black top, smiling slightly. The woman on the right has short dark hair, wears glasses and a pink top, and is looking towards the camera. In the background, other people are visible, including a woman in a white shirt with a pink logo. A glass of water is on the table in front of the woman in pink.

Desembargadora Federal Isabel Galotti e Lúcia Rodrigues, esposa do Desembargador Federal Antônio Ezequiel, prestigiam o Dia da Mulher.

Entrega dos prêmios do VI Concurso Nacional de Monografias

Data: 29 de agosto

Horário: 15h

Local: Salão Nobre

Concurso para escolha da logomarca do Grupo de Brigadistas Voluntários do TRF – 1ª Região

Promoção: Divisão de Serviços Gerais

Premiação: 11 de dezembro

Horário: 17h

Condecoração do Mérito Tocantins

Data: 14 de agosto

Horário: 17h30

Local: Salão Nobre

Solenidade em homenagem à Desembargadora Federal Selene de Almeida

Data: 28 de outubro

Horário: 18h

Local: Juizado Especial Federal Cível no Distrito Federal

Desembargadora Federal Selene de Almeida discursa ao despedir-se da Coordenadoria dos Juizados Especias Federais.



EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

DATAS FESTIVAS

COMEMORAÇÕES DO 14º ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Sessão Solene Comemorativa

Data: 28 de março

Horário: 16h

Local: Sala de Sessões Plenárias

Composição da Mesa:

- ◆ Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves, Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região;
- ◆ Ministro Ilmar Galvão, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- ◆ Ministro Nilson Naves, Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- ◆ Denise Vinci Túlio, Procuradora-Geral da República Substituta.



Discurso do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira durante a sessão solene em homenagem ao 14º aniversário do Tribunal.

Inauguração da Galeria de Vice-Presidentes

Data: 28 de março

Horário: após Sessão Solene

Local: Salão Nobre



Abertura das Exposições Fotográficas dos Juizados Especiais Federais e dos Servidores

Data: 28 de março

Horário: após inauguração da Galeria

Local: Espaço Cultural



Solenidades comemorativas dos 35 anos da Justiça Federal no Estado do Maranhão

Data: 5 e 6 de junho

Local: Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Comemoração do 20º aniversário de instalação da Justiça Federal no Estado de Rondônia e do 1º aniversário de instalação do Juizado Especial Federal no Estado

Data: 12 e 13 de agosto

Local: Seção Judiciária do Estado de Rondônia

Local: Seção Judiciária do Estado de Rondônia

Solenidade comemorativa ao 36º aniversário de instalação da Justiça Federal no Estado do Amazonas

Data: 26 de setembro

Local: Seção Judiciária do Estado do Amazonas



Data: 3 de dezembro

Horário: a partir das 17h

Local: *hall* do Plenário

Árvore da Solidariedade

Local: entrada do Edifício-Sede

Entidades beneficiadas: Creche da Sagrada

Face de Cristo e Igreja de Jesus Cristo

SEXTAS NATALINAS:

- ◆ Missa de Natal
Data: 5 de dezembro
Horário: 17h
Local: auditório do Edifício Anexo I
- ◆ Concerto de Natal
Data: 12 de dezembro
Horário: 17 horas
Local: Plenário
- ◆ Correio de Natal
Data: dezembro
Local da exposição: corredor de ligação do Edifício-Sede ao Anexo I



Natal Tropical (festa de confraternização)

Data: 19 de dezembro

Horário: a partir das 18h

Local: TRF

EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

REALIZAÇÕES CULTURAIS

Exposição: ...A Paz Sonhada
Artista plástica: Lygia Miltton
Data: 28 de abril a 9 de maio
Local: Espaço Cultural



Exposição: Convergência
Artista plástica: Zara Carloni
Data: 19 a 30 de maio
Local: Espaço Cultural

Exposição: A Arte de Chico Oliveira

Artista plástico: Chico Oliveira

Data: 9 a 20 de junho

Local: Espaço Cultural



Exposição: Pequenos Formatos

Artista plástica: Sara Nach

Data: 8 a 22 de agosto

Local: Espaço Cultural

Exposição: A Arte de Jonas Lemes

Artista plástico: Jonas Lemes

Data: 22 a 29 de agosto

Local: Espaço Cultural

Exposição: Alegria das Cores

Artista plástico: Paulo Pereira Cardoso

Data: 1º a 5 de setembro

Local: Espaço Cultural

Projeto de Escolarização de Adultos

Data: 9 de setembro

Horário: 14h

Local: Auditório do Edifício Anexo I

Exposição: A Arte Preservando a Natureza

Artista plástica: Marli Araújo

Data: 19 de setembro a 3 de outubro

Local: Espaço Cultural



Exposição: Momento Criança

Artistas plásticas: Dalva Sobral e Denise Silva

Data: 6 a 10 de outubro

Local: Espaço Cultural

Exposição: Vivências

Artista plástica: Lena Lessa

Data: 13 a 24 de outubro

Local: Espaço Cultural

Exposição: Viagem sem Limite
Artista plástica: Carmélia Freitas
Data: 3 a 14 de novembro
Local: Espaço Cultural



Exposição: Viva a Arte Musiva
Artista plástica: Marlene Nóbrega
Data: 24 de novembro a 5 de dezembro
Local: Espaço Cultural

Exposição: Alquimia do Papel
Artista plástica: Renata Guimarães Leitão
Data: 9 a 19 de dezembro
Local: Espaço Cultural

EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

OUTROS

Missas de Exéquias (servidor do TRF)

Data: 10 de março

Horário: 17h30

Local: Salão Nobre

Missas em memória do 7º Centenário de Falecimento de Santo Ivo

Data: 19 de maio

Horário: 18h30

Local: Salão Nobre



Visita de estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – Fiplac

Data: 20 de maio

Visita de estudantes do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília – UCB

Data: 11 a 13 de junho

Solenidade de assinatura de Convênio entre o TRF e a Fundação Banco do Brasil – Projeto Juizados Especiais Federais Itinerantes: a Justiça vencendo distâncias

Data: 5 de agosto

Horário: 17h30

Local: Salão Nobre

Dia D – Dia do Descarte

Data: 10 de dezembro

Horário: 17h30

Local: *hall* do Plenário



Solenidade de abertura da Feira e entrega de incentivos funcionais.

VIII Feira de Saúde e III Expo Qualidade de Vida

Data: 20 a 24 de outubro

Local: *hall* do Plenário

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Assessora a Presidência e demais autoridades do Tribunal nas atividades relativas a imprensa, promovendo e salvaguardando a imagem institucional, informando e esclarecendo o público interno e a opinião pública sobre os acontecimentos e atividades dos órgãos que compõem a Primeira Região.

Seção de Imprensa

Seção de Produção de Audiovisual

Seção de Produção de Jornal

Destaques do ano

Lançamento oficial do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, com **inauguração do estúdio de rádio e televisão do Tribunal**; preparação de matérias como **correspondente da TV Justiça, do STF**; criação de **nova página na internet**; realização de pesquisa de opinião e **aprimoramento dos meios de comunicação** utilizados; criação de **novo leiaute para o clipping**.

SISTEMA INTEGRADO DE DIVULGAÇÃO JORNALÍSTICA

Com a criação da TV Justiça, pelo Supremo Tribunal Federal – STF, e do Centro de Produção de Programas para TV, pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, a Assessoria de Comunicação Social – Ascom, vislumbrando os benefícios dessas experiências bem-sucedidas, aperfeiçoou a produção de notícias relativas à Justiça Federal e criou o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, um amplo projeto que intensificou a comunicação interna e externa da Primeira Região.

Utilizando tecnologia de ponta, com o apoio da Secretaria de Informática, o Sistema, lançado oficialmente em 1º de setembro, possibilita aos magistrados e servidores do Tribunal o **acesso pelo microcomputador, via intranet, a transmissões ao vivo de programações de rádio, televisão e de sessões de julgamento do Plenário, Seções e Turmas**. Até o final de 2005, as transmissões serão estendidas a todas as Seções Judiciárias da Primeira Região.

A implantação do projeto demandou algumas reformas e aquisições, quais sejam: **construção no subsolo do Edifício Anexo I de um estúdio de televisão e montagem de uma rádio**; construção de sala exclusiva para controle das transmissões da TV e da Rádio Destaque e para as ilhas de edição; aquisição de novos equipamentos de audiovisual (câmeras profissionais, tripés, equipamentos de iluminação, microfones, gravadores digitais, *teleprompter* etc.).

Dessa forma, o TRF – 1ª Região passou a ser o **primeiro Tribunal do país a ter uma TV interna, a TV Destaque**, com transmissão total pelo microcomputador. A TV foi inaugurada em caráter experimental no final do mês de agosto. A solenidade de inauguração foi prestigiada por desembargadores federais, juízes federais, dirigentes, servidores, advogados e autoridades como o Presidente e o Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministros Nilson Naves e Edson Vidigal; o Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ari Pargendler; ministros do Superior Tribunal Militar; membros do Ministério Público; o Presidente do TRF – 4ª Região, Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas; a Presidente do TRF – 5ª Região, Margarida Oliveira Cantarelli; e o Presidente da Ajufe, Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues.

Desembargador Federal Catão Alves descerrando a placa de inauguração da Rádio e TV Destaque.



Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian em entrevista no estúdio da TV Destaque.



A programação da TV Destaque conta com vídeos institucionais, palestras jurídicas, de recursos humanos e de qualidade de vida, eventos jurídicos e sociais e, ainda, reapresentação de programas e matérias produzidas pela Ascom para a TV Justiça. Essa programação também é disponibilizada semanalmente no Destaque Mensagem e afixada nos quadros de aviso do Tribunal e na página da Ascom na intranet.

As novas tecnologias irão levar aos interessados palestras e cursos da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região e da área de Recursos Humanos, permitindo significativas reduções de custos e facilitando as atividades de capacitação na Primeira Região.

QUADRO 24
PRODUÇÃO PARA TELEVISÃO

PROGRAMA (DESCRIÇÃO)	HORÁRIO DE TRANSMISSÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA EM 2003
Lições de Direito (desembargadores federais do Tribunal esclarecem temas e termos jurídicos)	durante os intervalos da programação da TV Justiça	26 – desde janeiro
Momento Jurídico (desembargadores federais defendem suas idéias e opiniões sobre temas polêmicos – artigo na TV)	durante os intervalos da programação da TV Justiça	9 – desde janeiro
Via Legal (produzido em parceria com o CJF e os demais TRFs – revista eletrônica que traz matérias detalhadas sobre diversos temas jurídicos)	TV Justiça: quintas-feiras, às 21 horas TV Cultura: sábados, às 9 horas	34 – desde janeiro
Fórum (programa de entrevista com 40 minutos – realizado no estúdio do TRF – 1ª Região)	TV Justiça: sextas-feiras, às 22 horas, com reprise às terças-feiras, às 7 horas	13 – desde setembro
Matérias diversas	TV Justiça: Jornal da Justiça 1ª edição, a partir das 12 horas, e Jornal da Justiça 2ª edição, a partir das 19 horas	148 (aproximadamente) – desde janeiro
Vídeos institucionais	–	5 – desde janeiro

Além da televisão interna, **o Tribunal firmou-se como correspondente da TV Justiça, do STF**, com a produção e o envio de matérias diárias e programas de entrevistas semanais.



A **Rádio Destaque**, inaugurada em julho, é voltada aos magistrados e servidores, contando com notícias em evidência e programação musical variada; dicas de filmes, exposições de arte, *shows* e eventos que acontecem em Brasília; classificados, anúncios de permutas e achados e perdidos. Notícias urgentes e extraordinárias são imediatamente veiculadas.

Concomitantemente com a Rádio Destaque, **o Tribunal passou a ser também correspondente assíduo da Rádio Justiça**, lançada em setembro, em parceria com o STF e a Radiobrás, objetivando divulgar notícias de relevo no Poder Judiciário. No programa semanal Giro de Notícias, transmitido em ondas AM, foram divulgadas em 2003 matérias como o lançamento oficial das carretas dos Juizados Especiais Federais e a realização do Juizado Fluvial no Amazonas.

As informações e os esclarecimentos sobre inúmeros processos apreciados pelo Tribunal que despertaram interesse da sociedade foram repassadas aos jornalistas pessoalmente, por fax, pela internet ou por contato telefônico.

Para agilizar a divulgação e dar maior transparência aos atos da Corte, foram solicitadas aos desembargadores federais as pautas de julgamento para o acompanhamento das sessões e posterior produção de notícias.

Entre os vários processos que despertaram a atenção dos jornalistas no ano de 2003, destacaram-se os relativos à liberação da soja transgênica no país, à Operação Diamante, à Operação Gafanhoto/Roraima, à Operação Águia/Amazonas, aos índios pataxós, aos índios hã-hã-hã, à liquidação do Banco Econômico, ao caso Luiz Estevão, às questões envolvendo o fornecimento de energia elétrica às concessionárias, ao caso Peter Blake, navegador morto em sua embarcação em águas brasileiras.



No final de junho, a Ascom realizou, em todas as unidades, **pesquisa para conhecer a opinião dos leitores do Destaque do Dia e da revista Destaque**, objetivando tornar a comunicação interna do órgão mais dinâmica e prazerosa. Responderam aos questionários 271 pessoas, indicando, em sua expressiva maioria, que os informativos possuem boa aceitação. Os resultados foram bastante positivos e demonstraram a preferência dos usuários sobre diversos aspectos, como as matérias de maior interesse (projetos de lei – 230 respostas; decisões administrativas do Tribunal – 207 respostas) e a forma como gostam de receber as informações.

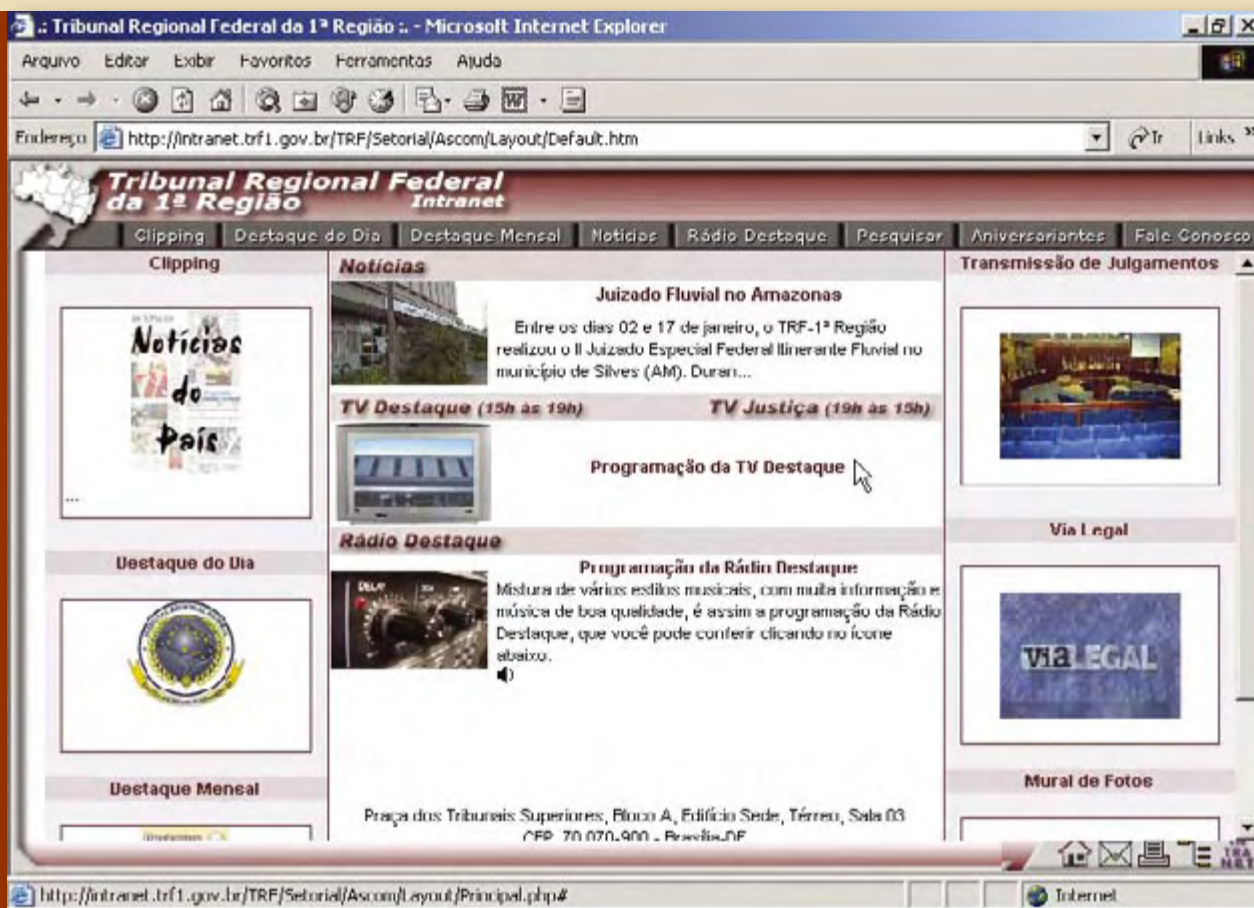
No decorrer do ano, foram produzidas e editadas as seguintes **publicações para informação jornalística**.

QUADRO 25
PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS

PUBLICAÇÃO	EDIÇÕES PRODUZIDAS
Destaque (mensal)	11
Destaque do Dia	218
Destaque Extra	31
Destaque Aniversariantes	32
Destaque Mensagem	27
Publicações extras	4



Além dessas publicações, foram selecionadas e consolidadas, diariamente, as principais notícias do país, divulgadas no **clipping**, que recebeu **novo leiaute**, para agilizar e facilitar o acesso às notícias.



A cobertura fotográfica e a cobertura em vídeo dos eventos internos e externos do Tribunal foram incrementadas por meio da **exposição das fotos em painéis no hall do Edifício-Sede do Tribunal e na página da Ascom.**

Foram registrados eventos oficiais e sociais do Presidente bem como aqueles organizados pela Assessoria de Programação e Representação Social – Asrep e pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT, sendo as fotografias posteriormente encaminhadas aos interessados e as imagens arquivadas para utilização oportuna. Também foram documentados todos os eventos externos em que a presença de cinegrafista e/ou fotógrafo tenha sido solicitada por desembargadores da Casa.

As obras geridas pelo Tribunal e os Juizados Especiais Federais Itinerantes tiveram cobertura especial, com amplo acompanhamento fotográfico e em vídeo. Todo material produzido completará o acervo histórico do Tribunal.

NOVA PÁGINA NA INTRANET/INTERNET

Para tornar a sua *home page* mais dinâmica, facilitando a circulação de informações do Tribunal para os públicos interno e externo, **a Ascom passou a lançar as principais notícias do Tribunal na rede corporativa, em forma de releases**, que podem ser consultados por jornalistas, advogados ou qualquer usuário interessado. A página ganhou mural de fotos e acesso direto às transmissões de julgamentos realizados no Tribunal. Conta também com opção de pesquisa de notícias; fotos e programação da TV Destaque; *clipping*; versão digital do *Destaque do Dia* e do *Destaque* mensal; *links* para a TV Destaque, TV Justiça e Rádio Destaque e uma inovação: um **link que reporta o usuário à cópia da decisão do magistrado, garantindo a fidedignidade da informação** para a imprensa em geral.

PRÊMIOS E INDICAÇÕES

O destacado trabalho realizado pela Ascom em 2003 ultrapassou os limites da Primeira Região, recebendo premiações.

O projeto do **Sistema Integrado de Divulgação Jornalística** foi selecionado para ser apresentado na VI Mostra Nacional de Qualidade do Poder Judiciário, realizada em Santa Catarina, em dezembro.

O **Programa Via Legal**, produzido em co-parceria com o CJF e TRFs, foi indicado para 3 prêmios, sagrando-se vencedor em um deles, com matéria sobre a Guerrilha do Araguaia.

A Ascom participou ativamente da oitava edição da Feira de Saúde do Tribunal, divulgando a programação e realizando, durante todo o evento, a cobertura diária especial da TV Destaque e da Rádio Destaque.

Como unidade integrante do Comitê de Qualidade de Vida do Tribunal, coordenou o estande “Ser Comunicativo” no evento.

VI CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Coube à Ascom, em parceria com a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – Cojud, a realização do VI Concurso Nacional de Monografias, patrocinado pelo Banco do Brasil. O edital do concurso foi publicado em 2002, mas o resultado e a entrega dos prêmios aos vencedores aconteceram em 2003. Os temas do Concurso foram: “O exercício da cidadania e os Juizados Especiais Federais”, para a categoria universitário, e “Terrorismo, repressão e repercussão nas garantias dos direitos humanos”, para a categoria profissional. **88 candidatos inscreveram-se, sendo 28 na categoria universitário e 60 na profissional.**

A **comissão julgadora** foi composta pelo Presidente Catão Alves, pelo Ministro do STJ Pádua Ribeiro, pelos Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian e Selene de Almeida e pelo Consultor Jurídico Geral do Banco do Brasil João Otávio de Noronha.



Os vencedores com a respectiva premiação foram:

◆ Categoria universitário

1º lugar (cinco mil reais) – Jorge Ferraz de Oliveira Júnior – Brasília/DF

2º lugar (dois mil reais) – Maydano Fernandes de Miranda – Rio Branco/AC

3º lugar (mil reais) – Leandro Waldir de Paula – Franca/SP

◆ Categoria profissional

1º lugar (doze mil reais) – Anna Flávia Pena Velloso – Paris/França

2º lugar (seis mil reais) – Antônio Carlos Ozório Nunes – Taubaté/SP

3º lugar (quatro mil reais) – Carlos Henrique B. Haddad – Belo Horizonte/MG

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA

Coordena e supervisiona as atividades relativas à legislação, às informações cadastrais e ao assentamento individual dos magistrados do Tribunal e das Seções Judiciárias, avaliando os resultados.

Seção de Cadastro de Magistrados

Seção de Legislação da Magistratura

Seção de Acompanhamento e Controle de Assentamentos Funcionais

Destaques do ano

Participação de **12 magistrados em cursos de doutorado e mestrado**; provimento de **46 cargos de Juiz Federal Substituto**; preparação para instalação de **18 novas Varas Federais**.

Em 2003, **12 magistrados de diversas Seções Judiciárias estiveram licenciados para cursar mestrado e doutorado**. A participação nesses cursos é incentivada pelo Tribunal como forma de contar com um corpo de magistrados altamente preparados, fator essencial para o incremento da qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais.

QUADRO 26
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

MAGISTRADO	SJ	CURSO	PRAZO	PERÍODO
Alexandre Vidigal de Oliveira	DF	Doutorado	2 anos	1º/10/2001 a 30/09/2003
Helder Girão Barreto	RR	Mestrado em Direito Constitucional – São Paulo/SP	2 anos	1º/08/2001 a 30/07/2003
David Wilson de Abreu Pardo	AC	Doutorado em Direito – Florianópolis/SC	2 anos	09/05/2001 a 08/05/2003
Dirley da Cunha Júnior	BA	Mestrado	2 anos	29/08/2001 a 28/08/2003
Maízia Seal Pamponet	RO	Pós-graduação (prestando auxílio na 3ª Vara da SJ/BA até o término do curso)	–	06/09/2001 a 19/12/2003
Mônica Neves Aguiar da Silva Castro	BA	Mestrado	2 anos	30/08/2001 a 29/08/2003
Rafael Paulo Soares Pinto	AC	Mestrado (prestando auxílio na 19ª Vara da SJ/DF)	2 anos	a partir de 1º/08/2002
Cláudia Maria Resende Neves Guimarães	PA	Mestrado (prestando auxílio na SJ/MG)	7 meses	19/08/2002 a 18/03/2003
Vera Maria Louzada Velloso	AM	Mestrado na PUC/SP	2 anos	10/10/2002 a 31/07/2004
Ney de Barros Bello Filho	MA	Doutorado em Direito, Estado e Sociedade	2 anos	1º/09/2002 a 30/08/2004
Jeferson Schneider	MT	Doutorado em Direito	2 anos	07/01/2003 a 06/01/2005
Simone dos Santos Lemos Fernandes	MG	Doutorado em Direito – elaboração de tese	180 dias	13/08/2003 a 08/02/2004

POSSE E EXERCÍCIO DE JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

Durante o ano, tomaram posse e entraram em exercício **no cargo de Juiz Federal Substituto 45 candidatos aprovados** no IX concurso público e um candidato do VIII concurso.



Além da posse dos novos juízes, o quadro da magistratura da Primeira Região contou com outro relevante acontecimento em 2003: a promulgação da Lei n. 10.772/2003, em novembro, que criou 59 novas Varas para a Primeira Região, acompanhada de decisão plenária do Tribunal aprovando a instalação de 18 dessas Varas, o que possibilitará grande movimentação de magistrados, mediante remoção para as novas varas. Concluída a instalação das varas autorizadas para 2003 e 2004, a **Primeira Região, que contava com 135 varas, passa a ter 153.**



Apesar dos permanentes esforços do Tribunal com a realização de sucessivos concursos para provimento de cargos, ainda restam 13 vagas nas Seções Judiciárias, além das 36 decorrentes das novas varas criadas.

Duas vacâncias no cargo de Juiz Federal Substituto ocorreram durante o ano, em decorrência da posse, em outro cargo inacumulável, dos magistrados Sérgio Fiúza Tahim de Sousa Brasil e Paula Emília Aragão de Sousa Brasil.

QUADRO 27
MAGISTRATURA DE PRIMEIRO GRAU
CARGOS PROVIDOS E VAGOS NA PRIMEIRA REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CARGOS DE JUIZ FEDERAL			CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO		
	Providos	Vagos	Total de cargos	Providos	Vagos	Total de cargos
Acre	3	1	4	2	2	4
Amapá	2	1	3	2	1	3
Amazonas	5	2	7	4	3	7
Bahia	20	3	23	21	2	23
Distrito Federal	21	3	24	22	2	24
Goiás	12	1	13	11	2	13
Maranhão	6	2	8	7	1	8
Mato Grosso	5	1	6	5	1	6
Minas Gerais	37	3	40	34	6	40
Pará	8	2	10	7	3	10
Piauí	5	1	6	4	2	6
Rondônia	3	1	4	3	1	4
Roraima	2	1	3	2	1	3
Tocantins	2	–	2	2	–	2
TOTAIS	131	22	153	126	27	153

QUADRO 28
MAGISTRADOS CONVOCADOS EM 2003

JUIZ FEDERAL CONVOCADO	PERÍODO	MOTIVO
Urbano Leal Berquó Neto	07/02 a 17/04	Licença-Prêmio por Assiduidade do Desembargador Federal João Batista Moreira
Francisco Neves da Cunha	17/03 a 15/04	férias do Desembargador Federal Souza Prudente
Reynaldo Soares da Fonseca	06/06 a 1º/07	Licença para Tratamento de Saúde do Desembargador Federal Fagundes de Deus
Ricardo Machado Rabelo	04/05 a 02/06	Licença-Prêmio por Assiduidade do Desembargador Federal Plauto Ribeiro
Daniele Maranhão Costa Calixto	28/04 a 22/06 e 06/09 a 30/10	em substituição ao Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian
Jamil Rosa de Jesus	02/06 a 1º/07, 11/09 a 10/10, 11/10 a 18/11 e 20/11 a 19/12	férias do Desembargador Federal Carlos Olavo; férias e Licença-Prêmio por Assiduidade do Desembargador Federal João Batista Moreira e férias do Desembargador Federal Hilton Queiroz, respectivamente
Marcus Vinícius Reis Bastos	06/03 a 04/04	férias do Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes
Ricardo Machado Rabelo	05/03 a 04/04	férias do Desembargador Federal Plauto Ribeiro
Iran Velasco Nascimento	a partir de 28/02	afastamento do Desembargador Federal Eustáquio Silveira
Marcos Augusto de Sousa	a partir de 26/09/2002	auxílio na Corregedoria-Geral
Mônica Neves Aguiar da Silva	17/09 a 14/11	auxílio na Corregedoria-Geral

QUADRO 29
MAGISTRADOS CONVOCADOS PARA COMPOR TURMAS SUPLEMENTARES

JUIZ FEDERAL CONVOCADO	ORIGEM	MOTIVO
Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	compor a 2ª Turma Suplementar, em substituição à Juíza Federal Ivani Silva da Luz
Vallisney de Souza Oliveira	Seção Judiciária do Estado do Amazonas	compor a 3ª Turma Suplementar em substituição ao Juiz Federal Eduardo José Correa
Miguel Angelo de Alvarenga Lopes	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	compor a 2ª Turma Suplementar em substituição à Juíza Federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas

QUADRO 30
MAGISTRADOS DESCONVOCADOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES

JUIZ FEDERAL DESCONVOCADO	ORIGEM	FUNDAMENTO
Vallisney de Souza Oliveira	Seção Judiciária do Estado do Amazonas	desconvocação das Turmas Suplementares do Tribunal nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução n. 5/2001, a partir de 20/12/2003
Wilson Alves de Souza	Seção Judiciária do Estado da Bahia	
Moacir Ferreira Ramos		
Antonio Claudio Macedo da Silva		
Leão Aparecido Alves	Seção Judiciária do Estado de Goiás	
Carlos Alberto Simões de Tomaz	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	
João Carlos Mayer Soares		
Miguel Angelo de Alvarenga Lopes		
Manoel José Ferreira Nunes		

QUADRO 31
PERMUTA ENTRE JUÍZES FEDERAIS

MAGISTRADO	DESTINO
João Carlos Mayer Soares Manoel José Ferreira Nunes	13ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais 3ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia
Vera Maria Louzada Velloso Boaventura João Andrade	5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas 4ª Vara da mesma Seccional

QUADRO 32
REMOÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

MAGISTRADO	ORIGEM	DESTINO
Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará	1ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora
Juíza Federal Substituta Cláudia Aparecida Salge	Seção Judiciária do Estado de Goiás	Subseção Judiciária de Uberaba
Juiz Federal Substituto Dimis da Costa Braga	Seção Judiciária do Estado do Amazonas	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

QUADRO 33
JUIZES FEDERAIS ELEITOS PARA COMPOR TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS
NO BIÊNIO 2003-2005

SEÇÃO JUDICIÁRIA	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUBSTITUTO
Acre	David Wilson de Abreu Pardo	Pedro Francisco da Silva
Amapá	Anselmo Gonçalves da Silva	José Magno Linhares Moraes
Amazonas	Boaventura João Andrade	Maria Lúcia Gomes de Souza
Bahia	Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann	Evandro Reimão dos Reis
Goiás	Maria Divina Vitória	Urbano Leal Berquó Neto
Maranhão	César Cintra Fonseca	José Carlos do Vale Madeira
Mato Grosso	Lélis Gonçalves Souza	José Pires da Cunha
Minas Gerais	Weliton Militão dos Santos	Francisco de Assis Betti
Pará	Hind Ghassan Kayath	Rubens Rollo D'Oliveira
Piauí	Carlos Augusto Pires Brandão	Clodomir Sebastião Reis
Rondônia	Mark Yshida Brandão	João Carlos Cabrelon de Oliveira
Roraima	Giovanny Morgan	Helder Girão Barreto
Tocantins	Alderico Rocha Santos	Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto

QUADRO 34
COMPOSIÇÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

TITULARES	SUPLENTES
Leomar Barros Amorim de Sousa	Sônia Diniz Viana
Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros	Marcus Vinícius Reis Bastos

Obs.: o Juiz Federal Leomar Barros Amorim de Sousa cumpre mandato de um ano; os demais, de dois anos.

QUADRO 35
JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS DECLARADOS APTOS À VITALICIEDADE

Francisco Renato Codevila Pinheiro filho
Fausto Mendanha Gonzaga
Fabíola Bernardi
Fábio Moreira Ramiro
Cleberon José Rocha
Luiz Antônio Ribeiro da Cruz
Ivo Anselmo Höhn Júnior
Atanair Nasser Ribeiro Lopes
Cláudia Aparecida Salge
Durval Carneiro Neto
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo
Márcio Luiz Coelho de Freitas
Herculano Martins Nacif
Jacques de Queiroz Ferreira
Carlos Henrique Borlido Haddad
João Carlos Cabrelon de Oliveira
Francisco de Assis Garcês Castro Júnior
Elísio Nascimento Batista Júnior
Ubirajara Teixeira

APOSENTADORIAS

Foram aposentados, compulsoriamente, o Desembargador Federal Eustáquio Nunes Silveira (Decreto da Presidência da República de 17 de dezembro de 2003) e a Juíza Federal Vera Carla Nelson Cruz Silveira, da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (Ato n. 978 da Presidência do TRF – 1ª Região, de 17 de novembro de 2003).

ASSENTAMENTOS DIVERSOS

- 1) Desembargador Federal Italo Fioravanti Sabo Mendes eleito Coordenador do Juizado Especial Federal, na sessão de 2 de outubro.
- 2) Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian eleito representante dos magistrados no Conselho Deliberativo do Pro-Social, em sessão da Corte Especial Administrativa de 27 de fevereiro.

VICE-PRESIDÊNCIA

O Vice-Presidente substitui o Presidente do Tribunal em seus afastamentos diversos; por delegação, preside a distribuição dos feitos da competência das Seções e Turmas e decide sobre a admissibilidade de recursos especial e extraordinário; integra a Corte Especial também nas funções de relator e revisor; auxilia na supervisão e fiscalização dos serviços da Secretaria do Tribunal.

Gabinete da Vice-Presidência

Assessoria da Vice-Presidência

Destaques do ano

Participação em diversos **eventos** promovidos pelo Tribunal e por outras entidades; **presidência permanente das sessões das Seções** do Tribunal; **presidência da Terceira Turma Suplementar** em caráter definitivo; **decisões proferidas em 5.909 feitos.**

De acordo com as disposições regimentais (art. 23, I), **o Vice-Presidente substituiu o Presidente do Tribunal** nas suas licenças e ausências eventuais, nos períodos relacionados a seguir:

13 a 16 de fevereiro	21 a 25 de maio	5 a 9 de outubro
21 a 24 de fevereiro	5 de junho a 6 de julho	4 a 9 de novembro
9 a 11 de março	19 a 21 de agosto	15 a 19 de novembro
30 de março a 1º de abril	24 e 29 de agosto	25 a 27 de novembro
10 a 12 de abril	5 a 8 de setembro	5 a 9 de dezembro
4 a 6 de maio	17 e 19 a 28 de setembro	12 a 16 de dezembro

Por delegação do Presidente, **realizou 149 distribuições e recebeu 4.030 feitos para apreciação.**

QUADRO 36
DISTRIBUIÇÕES

Distribuição ordinária	72
Distribuição extraordinária	77
TOTAL	149

QUADRO 37
PROCESSOS RECEBIDOS/ATRIBUÍDOS

Corte Especial e Plenário – Sucse	40
Recursos especial e extraordinário	3.610
Turma Especial de Férias	380
TOTAL	4.030

QUADRO 38
ESTATÍSTICA ANUAL

RE admitido	1.038
REsp admitido	1.678
RE não admitido	731
REsp não admitido	1.723
Despachos diversos	107
Despachos no exercício da Presidência	55
Despachos em plantão	11
<i>Habeas corpus</i> (decididos/despachados)	37
Suspensão de segurança	82
Proc. Conselho de Administração	27
Proc. Corte Especial Administrativa	6
Proc. Corte Especial (julgados)	15
Turmas Suplementares (julgados — voto vencedor)	19
Turma Especial de Férias (julgados)	5
Turma Especial de Férias (despachos com encaminhamento e/ou interlocutório)	375
TOTAL	5.474

PRESIDÊNCIA DE ÓRGÃOS JULGADORES



Por determinação regimental (art. 23, IV), a partir de 21 de agosto de 2003, **o Vice-Presidente passou a presidir, em caráter permanente, as quatro Seções do Tribunal.**

Também assumiu a **Presidência, em caráter permanente, da Terceira Turma Suplementar.**

Além dessas, presidiu:

- a) a Corte Especial Judiciária nas sessões de 6 de março, 29 de maio, 5 e 30 de junho e 30 de outubro;
- b) a Corte Especial Administrativa nas sessões de 6 de março, 29 de maio, 5, 12 e 30 de junho e 30 de outubro;
- c) o Conselho de Administração nas sessões de 27 de fevereiro, 6 de março, 15, 29 e 30 de maio, 12 e 30 de junho e 1º de julho;
- d) as sessões plenárias ordinárias realizadas em 30 de maio, 12 de junho, 1º de julho e 9 de novembro.



PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

○ Vice-Presidente, sem descurar-se de suas atribuições judicantes, representou o Tribunal nos seguintes eventos.

COORDENAÇÃO DE EVENTO

- ◆ Coordenou o Seminário sobre Direito Autoral, sob o patrocínio do Conselho da Justiça Federal — Rio de Janeiro/RJ, nos dias 18 e 19 de março.

REUNIÕES

- ◆ Representou o Tribunal Regional Federal da Primeira Região em reunião especialmente convocada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal sobre a Reforma da Previdência, em 19 de junho.
- ◆ Participou de reuniões do Conselho da Justiça Federal em Brasília/DF e em Porto Alegre/RS, nos dias 5 e 23 de junho, respectivamente.

VI Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, em Uberlândia/MG, de 26 a 28 de junho.



Solenidade de comemoração ao 35º aniversário da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, em 5 de junho.



- ◆ Seminário Aspectos Econômicos e Jurídicos promovido pela Escola de Magistratura Regional Federal da Segunda Região, em Angra dos Reis/RJ, de 23 a 25 de maio.
- ◆ Seminário sobre Direito de Autor e Conexos para juízes da América Latina, em Cartagena das Índias, Colômbia, de 14 a 18 de julho.
- ◆ Primeira Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal no Piauí, em comemoração aos 35 anos de instalação da Seção Judiciária, de 7 a 9 de agosto.

XX Seminário Roma-Brasília. Participou como Coordenador Científico e debatedor de tema — Auditório do Superior Tribunal de Justiça, de 28 a 30 de agosto.



Curso para os Juízes Federais Substitutos — Brasília/DF, em 27 de fevereiro.



- ◆ Conferência: Direito Comercial — Centro Universitário do Pará, em Belém, dia 12 de setembro.
- ◆ Conferência: Novos Rumos do Direito na Sociedade Moderna — Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito. Participou como presidente do evento. Auditório da OAB/RJ, dia 24 de novembro.

◆ Fórum de Debates, no Rio de Janeiro/RJ, dia 7 de outubro.

- ◆ II Congresso América Latina — Globalização — Aspectos Jurídicos, em Recife/PE, dias 15 e 16 de agosto.
- ◆ Congresso Nacional dos Juizados Especiais Federais, dia 20 de outubro.



O Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias em entrevista na TV Justiça.

- ◆ Palestra sobre Controle de Constitucionalidade no 1º Encontro Jurídico da Faculdade Estácio de Sá, em Belo Horizonte/MG, dia 13 de novembro.
- ◆ Encontro de Juízes Federais da Primeira Região e Advogados da Caixa Econômica Federal, em São Luís/MA, de 4 a 6 de setembro.
- ◆ VII Encontro de Juízes Federais da Esmaf — Crime Organizado, em Manaus/AM, de 5 a 7 de novembro.
- ◆ I Encontro Nacional sobre Administração Judiciária, promovido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Centro de Estudos de Justiça de las Américas – Ceja, em Brasília/DF, dias 21 e 22 de novembro.

CONDECORAÇÕES RECEBIDAS

No decorrer do ano, o **Vice-Presidente foi agraciado com três condecorações:**

- ◆ admissão na Ordem Militar e Soberana de Malta, no grau de Cavaleiro de Graça Magistral;
- ◆ Grã-Cruz do Mérito Judiciário;
- ◆ Grã-Cruz da Ordem do Mérito Anhanguera.

CORREGEDORIA-GERAL

Fiscaliza e superintende as atividades relativas ao aperfeiçoamento, à disciplina e à estatística forense da Primeira Instância, exercendo as atividades correccionais e de sindicância, bem como regulamentando o funcionamento dos serviços forenses das Seções Judiciárias.

Gabinete da Corregedoria-Geral

Assessoria da Corregedoria-Geral

Destaques do ano

Correições gerais em dez Seções Judiciárias, incluindo duas Subseções, nove Juizados Especiais Federais e cinco Turmas Recursais; iniciativas voltadas para a **consecução de imóveis** para a Justiça Federal; conclusão da implantação do **novo sistema processual da Primeira Instância**; manutenção do **serviço de ouvidoria**; mais de **3 bilhões de reais arrecadados com a execução da dívida ativa** na Primeira Região.

A quantidade de Seccionais da Primeira Região e os vários Juizados Especiais Federais instalados dimensionam o volume de trabalho da Corregedoria-Geral. Além das correições ordinárias, extraordinárias, inspeções, edição de provimentos, orientações normativas, portarias e das regulares atividades de instauração, instrução e distribuição de processos de vitaliciedade, emissão de pareceres, análise de relatórios, acompanhamento avaliativo do desempenho de novos juízes federais, encaminhamento de milhares de alvarás de levantamento às Seções Judiciárias, entre outros, a Corregedoria prestou, com especial dedicação, **apoio à instalação e ao aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Federais, juntamente com a Presidência e a Coordenadoria dos Juizados**. Ainda em março, como resultado dessa parceria, foi editada a Portaria Presi/Cojer/Cojef n. 1, que regulamentou, uniformemente, o funcionamento dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

IMÓVEIS PARA A JUSTIÇA FEDERAL

Em busca de soluções para a falta de imóveis na Justiça Federal dos Estados, o Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima iniciou **gestões com o Governo da Bahia**, em junho, por meio do Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, Roberto Moussallem de Andrade, no sentido de obter **doação de um terreno de 30.000m² para a construção da sede dos Juizados Especiais Federais na capital daquele Estado**, em local próximo à Seção Judiciária, no Centro Administrativo da Bahia.

Pleiteou, também, **a inclusão de recursos no Plano Plurianual – PPA para a construção da sede da Seção Judiciária do Estado do Amazonas**. Para tanto, formulou pedido ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, Senador Gilberto Mestrinho, quando de sua visita ao Tribunal, em companhia do Senador Bernardo Cabral.

COMISSÃO DE PROMOÇÃO

A Comissão de Promoção, regimentalmente, é presidida pelo Corregedor-Geral. As sessões foram realizadas para decidir 19 processos de vitaliciedade e um de promoção de juízes federais substitutos.

ATUAÇÃO NOS ÓRGÃOS JULGADORES

O Corregedor-Geral relatou 24 processos da competência do Conselho de Administração, 18 da Corte Especial Administrativa e seis do Plenário.

CONDECORAÇÕES

O empenho do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima tem reconhecimento público. Somando-se às várias condecorações de 2002 recebidas à frente da Corregedoria-Geral, em diversas oportunidades foi agraciado, também, em 2003.

ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO



No dia 16 de junho, o Corregedor Geral prestigiou, juntamente com o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal, a solenidade de instalação do sistema informatizado para virtualização dos Juizados Especiais Federais no Distrito Federal.



Nas comemorações do aniversário do Tribunal, entregou o prêmio ao ganhador do concurso de fotografias realizado pelo PGQVT.

OUIDORIA

O serviço “Fale com o Corregedor-Geral” continua sendo a porta aberta às manifestações de todos quantos tenham interesse em obter da Corregedoria resposta a seus pleitos, opiniões e questionamentos. A Coger recebeu, em média, 127 e-mails por mês.



CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS E INSPEÇÕES

Corregedor-Geral Aloísio Palmeira Lima, Desembargadora Federal Selene de Almeida, juízes federais, dirigentes e servidores no encerramento da correição ordinária na Seccional de Mato Grosso.

As correições gerais ordinárias, extraordinárias e inspeções, realizadas com apoio de juízes federais e servidores, ocorreram na forma estabelecida no Regimento Interno e Proviemento n. 3, de 26 de março de 2002.

Foram **realizadas correições gerais ordinárias em** todas as varas de dez Seções Judiciárias e duas Subseções, totalizando **57 varas, além de dez Juizados e cinco Turmas Recursais.**

QUADRO 39
CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

SEÇÃO JUDICIÁRIA	PERÍODO	ÓRGÃOS
Acre	9 a 11 de junho	todas as varas e JEF
Amapá	24 a 27 de março	todas as varas e JEF
Amazonas	12 a 16 de agosto	todas as varas, JEF e Turma Recursal
Bahia (Salvador)	17 a 21 e 24 a 28 de novembro	todas as varas, JEF e Turma Recursal
Mato Grosso	20 a 24 de outubro	todas as varas e JEF
Pará (Belém)	18 a 20 e 22 a 25 de setembro	todas as varas, JEF e Turma Recursal
Pará (Santarém e Marabá)*	24 a 28 de novembro	todas as varas
Piauí	21, 22 e 24 a 26 de fevereiro	todas as varas, JEF e Turma Recursal
Roraima	26 a 28 de maio	todas as varas e JEF
Rondônia*	9 a 12 de dezembro	todas as varas, JEF e Turma Recursal
Tocantins	12 a 14 de maio	todas as varas e JEF

* Correições gerais realizadas por delegação.

No Juizado Especial Federal Cível da Seção Judiciária do Estado da Bahia, no dia 6 de maio, foi realizada inspeção e, nos dias 5 e 6 de maio, correição geral extraordinária.

ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA CORREGEDORIA-GERAL

QUADRO 40
PROCESSOS AUTUADOS E ARQUIVADOS

CLASSE	AUTUADOS	ARQUIVADOS
Correição parcial	65	76
Correição extraordinária	1	1
Representação	2	7
Expediente administrativo	51	40
Inspeção ordinária	153	247
Processo avulso	153	191
Sindicância	2	3
Inquérito	1	–
Correição geral ordinária	11	11
Consulta	23	17
TOTAL	464	594

QUADRO 41
DECISÕES DO CORREGEDOR-GERAL EM AUTOS DE PROCESSOS DIVERSOS

CLASSE	QUANTITATIVO
Processos administrativos	76
Consultas	18
Correição parcial	49
Expediente administrativo	7
Processo avulso	15
Recurso em processo administrativo	1
Sindicâncias	2
Representação	2
Inspeção ordinária anual	190
TOTAL	360

DOCUMENTOS OFICIAIS

Foram editados quatro provimentos, quatro orientações normativas e 21 portarias. Desse, destacam-se a Orientação Normativa n. 17, de 3 de dezembro de 2003 (*DJ* de 08/12/2003, Seção 2, p. 1), que recomenda aos magistrados da Primeira Região a adoção de medidas preventivas em procedimentos criminais de interceptação de comunicações telefônicas e quebra de sigilo em geral, e a aludida Portaria Presi/Cojer/Cojef n. 1, de 14 de março de 2003 (*DJ* de 20/03/2003, Seção 2, p. 1), que regulamenta, uniformemente, o funcionamento dos Juizados Especiais Federais, conferindo maior eficiência ao atendimento da crescente demanda de pleitos em todos os Juizados.

QUADRO 42
PROVIMENTOS

PROVIMENTOS/2003	EMENTA
N. 7, de 9 de setembro <i>DJ</i> de 12/09/2003, Seção 2	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da especialização da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais em vara de Juizado Especial Federal, determinada pela Resolução n. 600-009 de 09/09/2003.
N. 8, de 17 de setembro (revogou o Provimento n. 7, de 09/09/2003) <i>DJ</i> de 22/09/2003, Seção 2	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da especialização da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais em vara de Juizado Especial Federal, determinada pela Resolução n. 600-009 de 09/09/2003.
N. 9, de 19 de novembro <i>DJ</i> de 21/11/2003, Seção 2, p. 1	Regulamenta a escala de plantão do recesso forense nas Seções Judiciárias dos Estados da Bahia e de Minas Gerais e do Distrito Federal.
N. 10, de 15 de dezembro <i>DJ</i> de 17/12/2003, Seção 2, p. 2	Regulamenta a distribuição de processos para os Juizados Especiais Federais Cíveis nos casos em que o sistema processual indicar existência de processo do mesmo autor.
N. 11, de 16 de dezembro <i>DJ</i> de 19/12/2003, Seção 2, p. 3	Altera dispositivos do Provimento n. 3, de 26/03/2002, e dá outras providências.

NOVO SISTEMA PROCESSUAL PARA A PRIMEIRA INSTÂNCIA

Contando com o competente trabalho da Secretaria de Informática, o Tribunal tem promovido, cada vez mais, a integração das Seções Judiciárias.

No dia 4 de julho, foi finalizada a implantação do Sistema Processual de Primeira Instância, iniciada há dois anos, que atende as 14 Seções Judiciárias e as sete Subseções que compõem a Primeira Região.

O sistema processual tem como principal vantagem a **capacidade de acesso a um grande volume de informações**. Facilita a geração de relatórios e estatísticas precisas, bem como o controle do trâmite processual. Outras importantes vantagens do sistema são:

♦ **flexibilidade**: anteriormente as impressões de relatórios e outros documentos somente poderiam ser feitas na impressora que estivesse diretamente conectada à máquina em uso. O Sistema Processual permite a seleção de qualquer impressora ligada à rede;

♦ **economia**: pelo sistema antigo não era possível visualizar a impressão no monitor. Isso implicava erros e desperdícios de tinta e papel. Com o Processual, o usuário pode visualizar todo o procedimento e definir os ajustes adequados para a impressão;

♦ **visualização**: o antigo sistema exibia um leiaute formado por caracteres. O Processual conta com o modo gráfico de visualização, que facilita bastante a navegação;

♦ **busca de processos**: além de ser auto-explicativo, o Processual possui várias opções de pesquisa. Assim, para fazer uma consulta eficaz, o usuário pode inserir dados como o tipo de parte, o CPF, o número do processo, a vara onde tramita, entre outros;

♦ **compatibilidade com o sistema operacional**: todas as teclas de atalho e função seguem o padrão Windows;

♦ **integração plena com a intranet do TRF**.

Ao longo do período de implantação do Sistema Processual de Primeira Instância, a equipe da Secretaria de Informática realizou treinamentos com os servidores das Seções e Subseções Judiciárias. Ao todo, mais de mil usuários da Primeira Região foram habilitados a acessar o atual *software*.



EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL

Um dos destaques do ano, tanto no Tribunal quanto em toda a comunidade jurídica e tecnológica do país, foi a implantação do **Projeto de Execução Fiscal Virtual da Justiça Federal da Primeira Região**.

O processo de execução fiscal é o meio pelo qual o Estado recupera os valores de tributos dos contribuintes inadimplentes. A maior agilidade de procedimentos de execução desses valores é importante para os cofres públicos, principalmente considerando-se os montantes arrecadados com a execução da dívida ativa, que, em 2003, totalizaram mais de R\$ 3.000.000.000,00 na Primeira Região.

Envolvido nesse processo, com o objetivo de fazer os documentos e informações trafegarem de modo mais simples e ágil entre a Justiça Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o INSS, o Tribunal, pioneiramente, virtualizou os processos de execução fiscal, baseando-se nos estudos em andamento no TRF – 3ª Região. Com o sistema informatizado, é possível agilizar o andamento e a conclusão do grande volume de ações desse tipo em tramitação na Primeira Região.

Para o desenvolvimento e a implantação do sistema, foi criada comissão formada por juízes federais e servidores, com a competência de estudar, padronizar e mapear os procedimentos da execução fiscal.



Em uma segunda fase, o projeto foi entregue a empresa contratada mediante licitação, que, orientada pela Secretaria de Informática do Tribunal e pelas varas de execução fiscal da Seção Judiciária do Distrito Federal, desenvolveu o sistema automatizado.

O projeto piloto foi implantado nas mencionadas varas e, concluída a fase experimental, será estendido, progressivamente, a todas as Seções Judiciárias da Primeira Região.

Pela iniciativa pioneira, o Tribunal foi agraciado na Infoimagem/2003 com o prêmio de “Iniciativa do Ano”.

DESEMPENHO DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

ARRECAÇÃO

O montante arrecadado pela Justiça Federal da Primeira Região com a **execução de processos da dívida ativa ultrapassou R\$ 3.000.000.000,00 em 2003**, o que espelha a importância das varas federais para a execução dos débitos da União.

Na mencionada arrecadação, sobressaiu a Seção Judiciária do Distrito Federal, que, sozinha, respondeu por mais de R\$ 2.000.000.000,00.

QUADRO 43
ARRECAÇÃO DA PRIMEIRA REGIÃO
JANEIRO A NOVEMBRO DE 2003

DÍVIDA ATIVA	
AC	510.588,89
AM	36.633.570,01
AP	164.165,93
BA	107.786.866,24
DF	2.264.521.949,11
GO	48.578.130,30
MA	13.595.735,84
MG	462.123.678,76
MT	7.979.396,66
PA	45.136.247,25
PI	7.630.292,08
RO	21.715.238,08
RR	2.600.172,66
TO	7.407.728,67
TOTAL	3.026.383.760,48
Custas judiciais: R\$ 4.240.717,26	

Valores em reais

ATIVIDADE JUDICANTE

As Seções Judiciárias, muito embora tenha sido um ano de dificuldades decorrentes da efetiva implementação dos JEFs, desempenharam competentemente as atividades judicantes, contabilizando, em 2003, **521.574 processos distribuídos**, sendo 232.650 aos JEFs e 288.924 às varas federais.

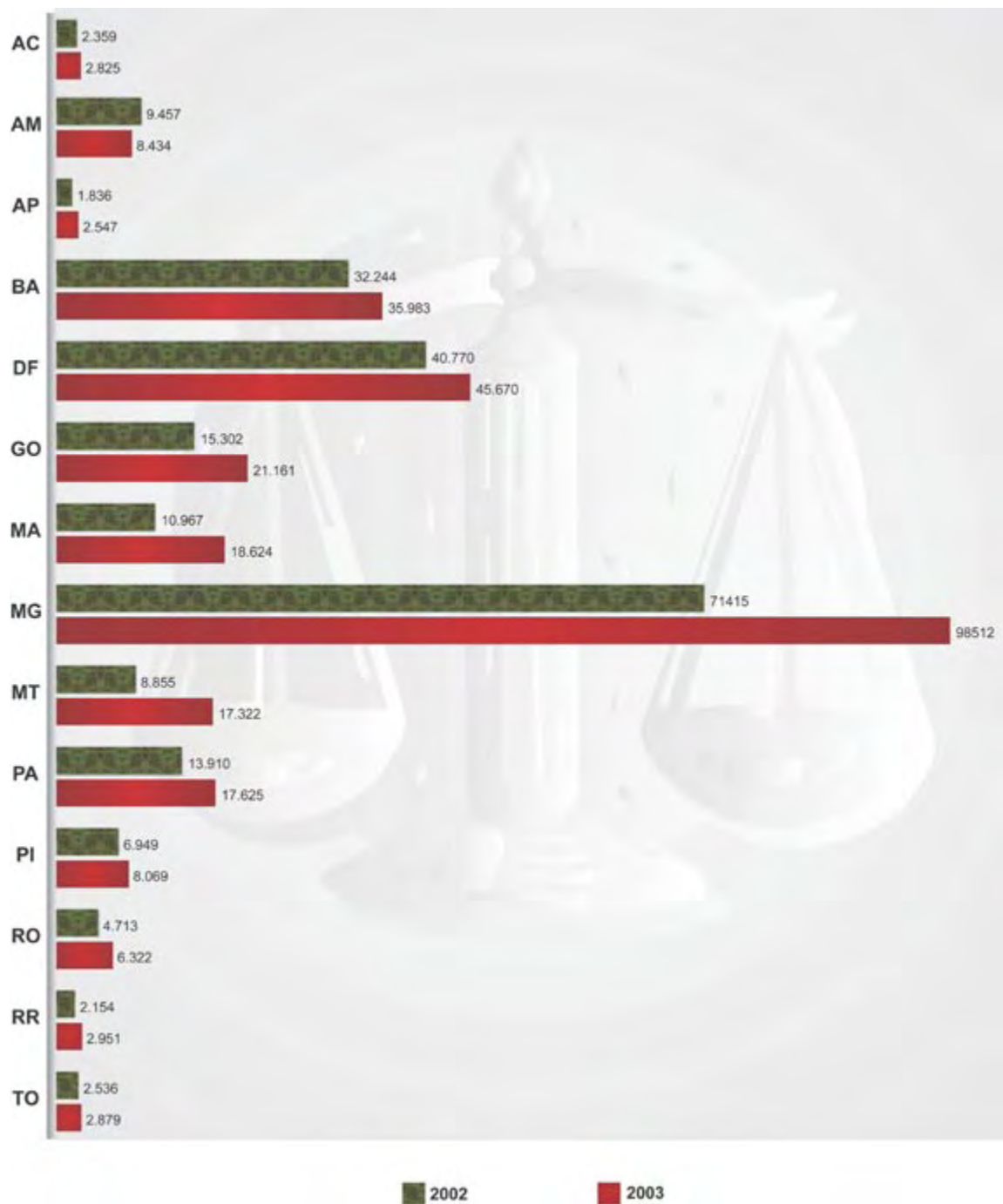
As varas cíveis, criminais, previdenciárias, de execução fiscal e agrárias registraram **demanda 29,3% superior à de 2002**, quando foram recebidos em distribuição 223.467 processos, ratificando a **existência de demanda adicional criada pelos JEFs**.

QUADRO 44
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA
(EXCLUÍDOS OS JEFs)

SEÇÃO JUDICIÁRIA	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		CRESCIMENTO (%)
	2002	2003	
AC	2.359	2.825	19,8%
AM	9.457	8.434	-10,8%
AP	1.836	2.547	38,7%
BA	32.244	35.983	11,6%
DF	40.770	45.670	12,0%
GO	15.302	21.161	38,3%
MA	10.967	18.624	69,8%
MG	71.415	98.512	37,9%
MT	8.855	17.322	95,6%
PA	13.910	17.625	26,7%
PI	6.949	8.069	16,1%
RO	4.713	6.322	34,1%
RR	2.154	2.951	37,0%
TO	2.536	2.879	13,5%
TOTAL	223.467	288.924	29,3%

Fonte: Secin
janeiro/2004

GRÁFICO 6
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA
(EXCLUÍDOS OS JEFs)



Apesar do número de juízes cedidos aos JEFs, os 129.944 **processos julgados** nas varas cíveis, criminais, previdenciárias, de execução fiscal e agrárias representaram montante **8,9% superior** ao do ano anterior. No total, **na Primeira Instância, foram julgados 232.516 processos em 2003**, sendo 102.572 nos JEFs.

QUADRO 45
PROCESSOS JULGADOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA
(EXCLUÍDOS OS JEFs)

SEÇÃO JUDICIÁRIA	QTDE. PROC. JULGADOS		CRESCIMENTO (%)
	2002	2003	
AC	1.343	1.215	-9,5%
AM	3.707	3.453	-6,9%
AP	531	731	37,7%
BA	17.557	16.933	-3,6%
DF	23.019	26.004	13,0%
GO	11.182	11.030	-1,4%
MA	4.263	4.417	3,6%
MG	36.845	44.520	20,8%
MT	5.017	5.586	11,3%
PA	8.153	7.039	-13,7%
PI	3.642	3.496	-4,0%
RO	2.501	3.029	21,1%
RR	631	1.116	76,9%
TO	938	1.375	46,6%
TOTAL	119.329	129.944	8,9%

Fonte: Secin
janeiro/2004

GRÁFICO 7
PROCESSOS JULGADOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA
(EXCLUÍDOS OS JEFs)

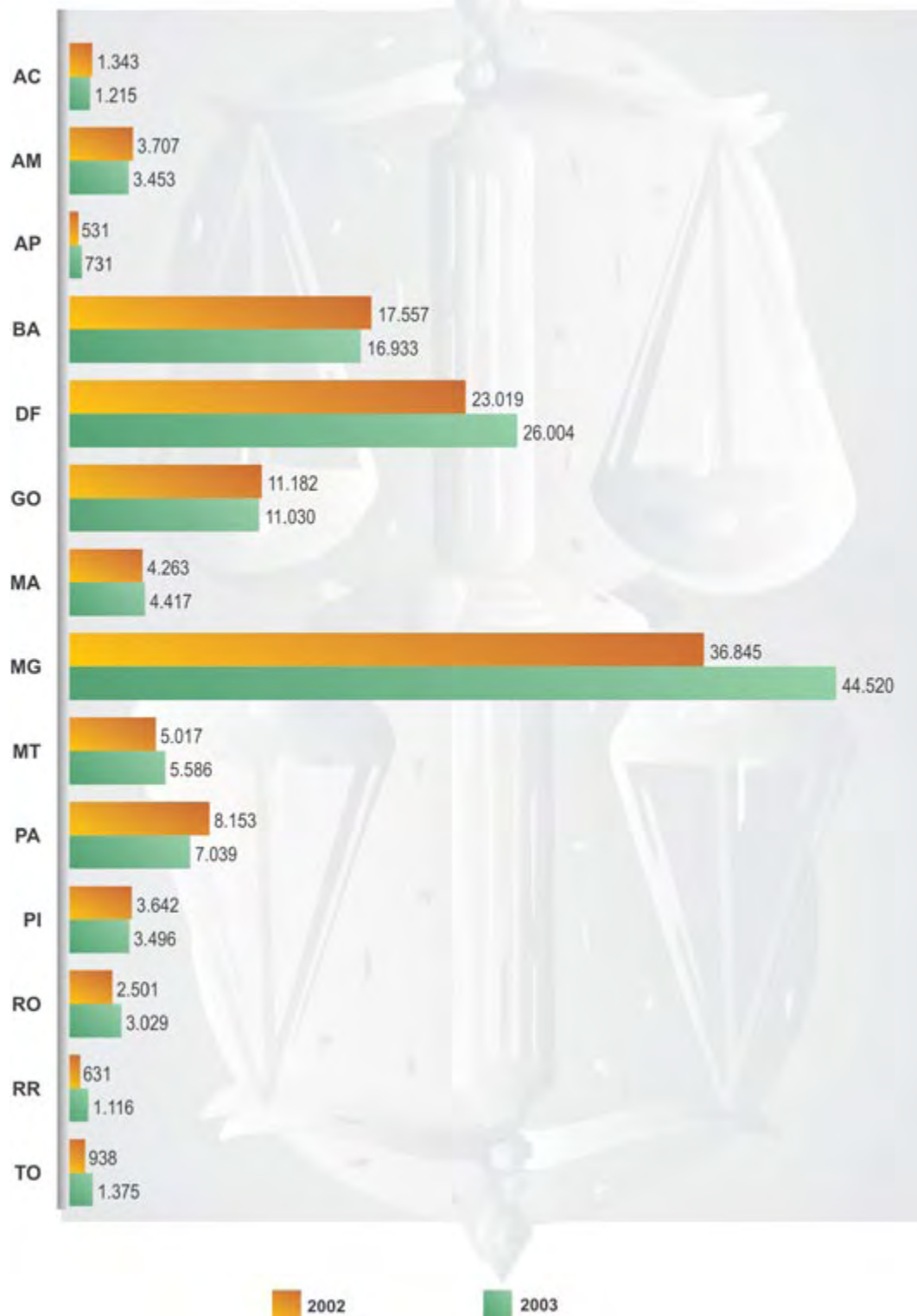
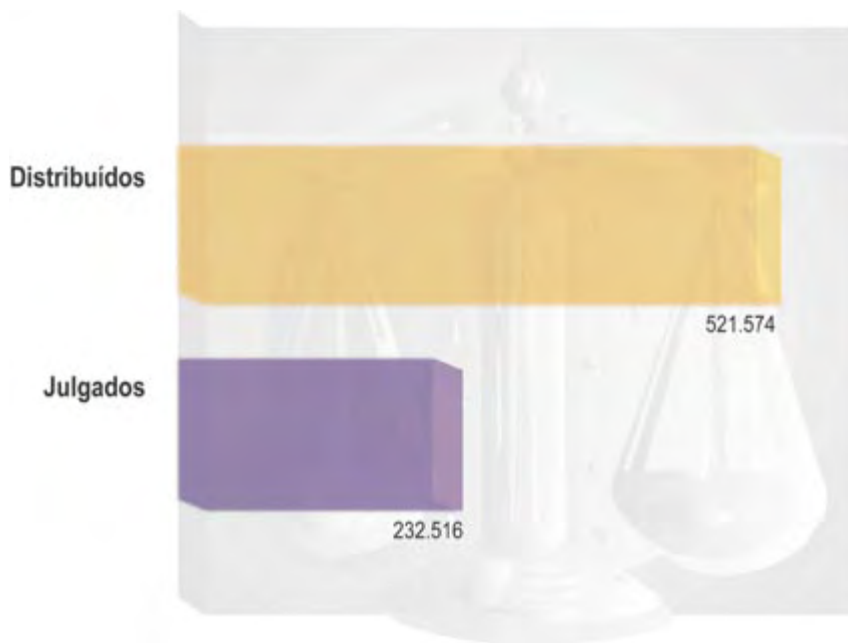


GRÁFICO 8
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JUGADOS EM 2003
PRIMEIRA INSTÂNCIA
(EXCLUÍDOS OS JEFs)

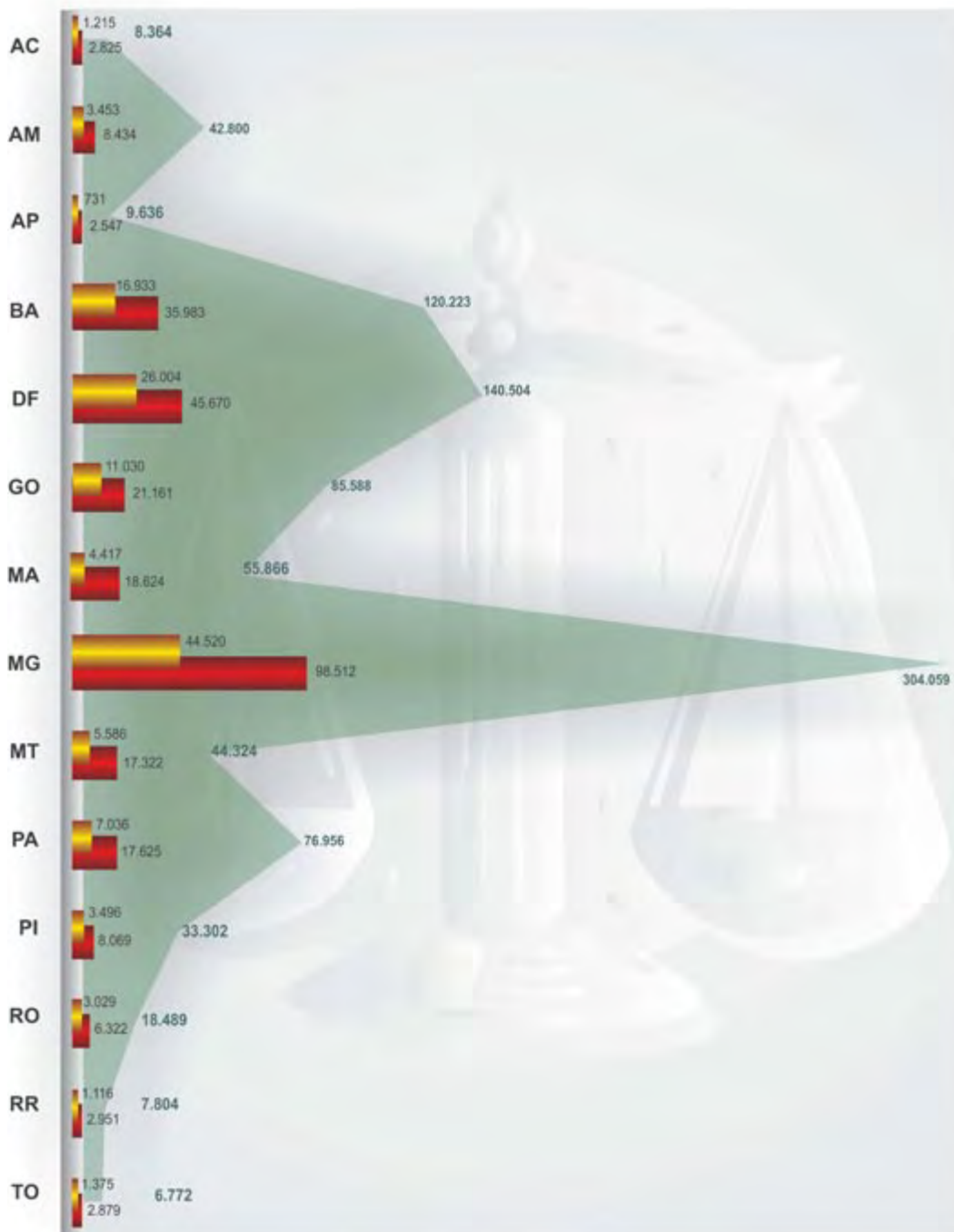


QUADRO 46
DESEMPENHO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA EM 2003
(EXCLUÍDOS OS JEFs)

	DISTRIBUÍDOS	JUGADOS	EM TRAMITAÇÃO
AC	2.825	1.215	8.364
AM	8.434	3.453	42.800
AP	2.547	731	9.636
BA	35.983	16.933	120.223
DF	45.670	26.004	140.504
GO	21.161	11.030	85.588
MA	18.624	4.417	55.866
MG	98.512	44.520	304.059
MT	17.322	5.586	44.324
PA	17.625	7.036	76.956
PI	8.069	3.496	33.302
RO	6.322	3.029	18.489
RR	2.951	1.116	7.804
TO	2.879	1.375	6.772
TOTAL	288.924	129.941	954.687

Fonte: Secin
janeiro/2004

GRÁFICO 9
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO
PRIMEIRA INSTÂNCIA
(EXCLUÍDOS OS JEFs)



Julgados
 Distribuídos
 Em tramitação

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Planeja, organiza e executa eventos com a finalidade de preparação, formação, treinamento e aperfeiçoamento dos magistrados federais.

Seção de Estudos, Pesquisas e Informações

Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento de Magistrados

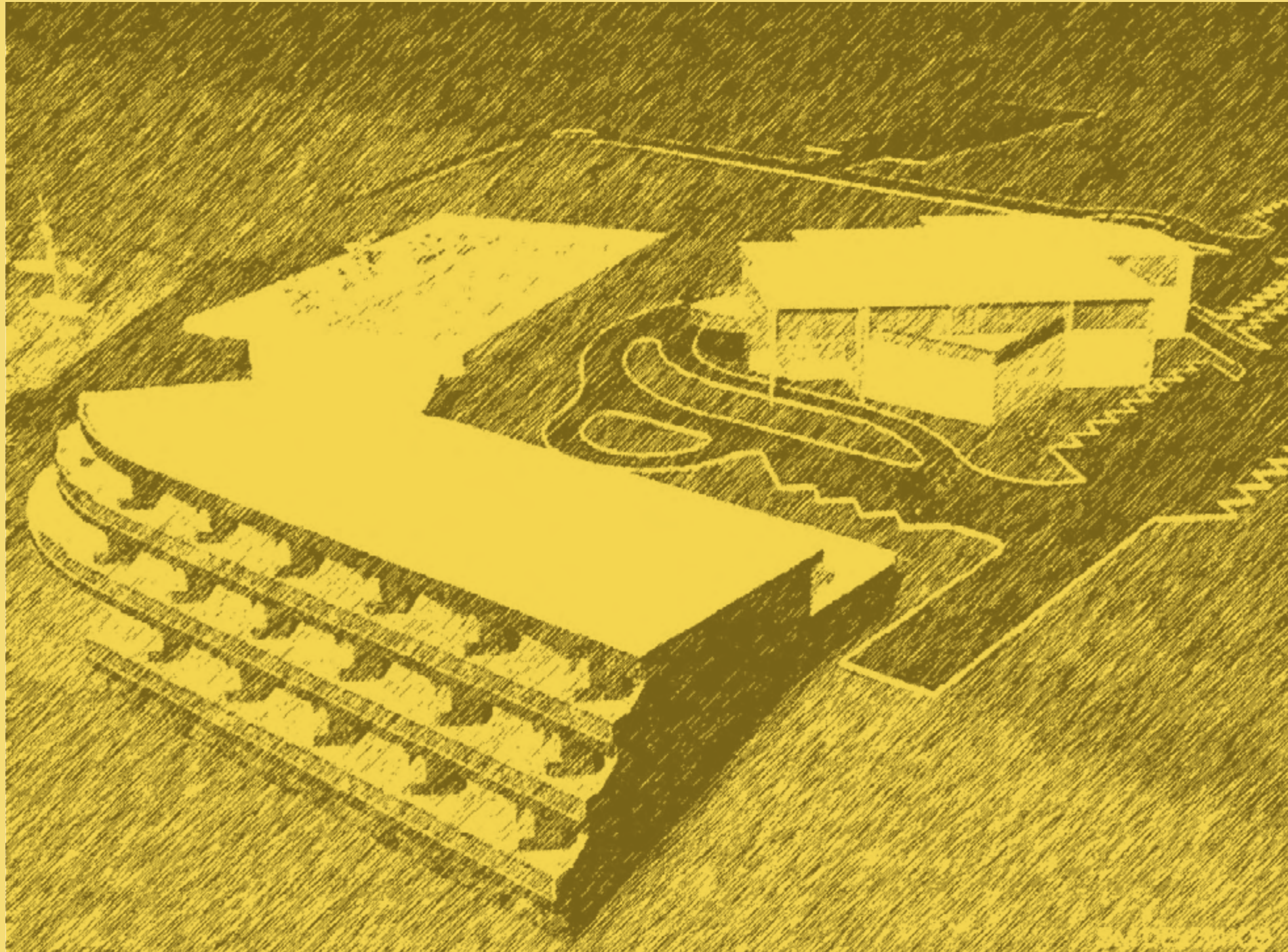
Destaques do ano

Preparativos para **implantação do Centrejufe; curso de preparação de magistrados**, destinado aos 45 juízes federais substitutos empossados em fevereiro; **VI e VII Encontros de Juízes Federais**, que tiveram como tema, respectivamente, Juizados Especiais Federais e Crime Organizado; colaboração, mediante **participação de juízes federais, em diversos eventos** de interesse da magistratura; **criação de página na internet**.

PREPARATIVOS PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTREJUFÉ

É com grande expectativa que a Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf aguarda a inauguração do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe, que a dotará de espaço físico e demais recursos para alcançar a excelência em treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem de conhecimentos.

O término das obras está previsto para março de 2004, e a inauguração para a primeira semana de abril, quando o Centrejufe deve sediar seu primeiro evento. As modernas edificações estão localizadas numa área privilegiada de Brasília, às margens do Lago Paranoá, no mesmo local em que já funcionam as instalações remanescentes do antigo clube da Siderbras, atualmente destinadas à recreação e ao lazer de magistrados e servidores.



O Centrejufe terá espaços planejados para eventos de formação, capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores. Ocupa aproximadamente 4.280m², distribuídos em dois blocos. Conterá com auditório de 280 lugares, palco, camarins, salão, cinco salas de aula, 36 apartamentos, restaurante, lanchonete, banheiros, vestiários, lavanderia e área para administração, além de amplo estacionamento para veículos.

çã, além de amplo estacionamento para veículos.

A programação de eventos a serem realizados em suas instalações está sendo elaborada. **Serão eventos de curta, média e longa duração, direcionados às atividades e necessidades específicas da Justiça Federal da Primeira Região.**

Além de proporcionar adequada comodidade no atendimento de magistrados e servidores de toda a Primeira Região, o Centrejufe reduzirá significativamente o emprego de recursos em treinamentos, hoje destinados ao pagamento de diárias e de aluguel de espaços.

CURSOS E ENCONTROS

A Esmaf seguiu as experiências dos anos anteriores, promovendo importantes eventos em 2003, que permitiram a preparação dos magistrados recém-chegados à Justiça Federal da Primeira Região, como também o aprimoramento daqueles que nela atuam desde anos anteriores.

VIII CURSO DE PREPARAÇÃO DOS MAGISTRADOS FEDERAIS DA PRIMEIRA REGIÃO

Curso dirigido aos 45 juízes federais substitutos empossados no dia 17 de fevereiro foi realizado, no período de 18 a 28 do mesmo mês, no auditório do Hotel Nacional, em Brasília.

O curso desenvolveu-se sob a forma de palestras. Os assuntos versaram sobre o Judiciário e a imprensa, técnicas e práticas forenses, entidades de apoio e de representação dos magistrados, conduta ética, organização administrativa da Justiça Federal e relações humanas. O objetivo primacial foi **familiarizar os novos juízes com a realidade que envolve a carreira judicante**.

As palestras foram proferidas por desembargadores do Tribunal, ministros de tribunais superiores, juízes representantes de entidades ligadas à magistratura, profissional especializado em recursos humanos e servidores qualificados.



VI ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Realizado em Uberlândia/MG, no período de 26 a 28 de junho, com **participação de 75 magistrados**, entre desembargadores e juizes federais da Primeira Região atuantes nos Juizados Especiais Federais.

O Encontro teve como tema o Juizado Especial Federal e desenvolveu-se no Plaza Shopping Hotel. **Pela primeira vez, a Esmaf realizou um Encontro em Subseção Judiciária**, medida adotada pelo Diretor da Escola, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, como forma de prestigiar as Seccionais e pelo aniversário de 15 anos de instalação da Justiça Federal em Uberlândia.



VII ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Interessa ao Judiciário, em especial à Justiça Federal, criar, em conjunto com o Executivo Federal e Estadual e órgãos de defesa da sociedade, mecanismos de combate aos crimes empreendidos em ampla e sistemática articulação, com tentáculos nacionais, até no aparelho estatal, e transnacionais.

Foi com esse propósito que desembargadores federais e juizes federais da Primeira Região, o governador do Amazonas, renomados juristas, membros do Ministério Público, da Polícia Federal, representante da Caixa Econômica Federal e estudantes de Direito debateram, no período de 5 a 7 de novembro, em Manaus, um dos problemas mais graves que desafiam o poder estatal brasileiro e de vários outros países, o crime organizado. A capital do Amazonas foi escolhida por situar-se numa região do Brasil em que há grande incidência de tráfico de entorpecentes, com repercussões na lavagem de dinheiro.



PÁGINA NA INTERNET

Com o objetivo de incrementar a comunicação com os magistrados da Primeira Região, foi criada página na internet com as seguintes opções de consulta:

- ◆ histórico da Esmaf;
- ◆ estatuto da Esmaf em três versões: português, inglês e espanhol;
- ◆ relação de instituições de ensino superior, certificadas pelo MEC, que oferecem cursos de pós-graduação;
- ◆ eventos realizados pela Esmaf;
- ◆ inscrição para eventos;
- ◆ relação de escolas de magistratura no Brasil e no exterior.

OUTROS EVENTOS E ATIVIDADES

A Esmaf, sempre em intercâmbio com órgãos afins e entidades promotoras de atividades culturais, científicas, de pesquisa ou de produção de conhecimentos jurídicos, possibilitou a participação de juízes federais em vários eventos:

- ◆ Curso de Segurança Pessoal para Magistrados, realizado no período de 15 a 19 de setembro, em Brasília/DF, promovido pela Escola Nacional da Magistratura em parceria com a Academia Nacional de Polícia — participação de dois juízes federais;
- ◆ Encontro da Ajufer no Jalapão/TO, realizado no período de 17 a 20 de setembro;
- ◆ I Encontro Nacional de Administração Judiciária, realizado nos dias 21 e 22 de novembro, em Brasília, promovido pelo Supremo Tribunal Federal — participação de dois juízes federais.

ATIVIDADES ORDINÁRIAS

- ◆ Elaboração de pareceres em processos referentes a afastamento de magistrados para realização de cursos.
- ◆ Acompanhamento e encaminhamento à Corregedoria dos relatórios de atividades dos juízes federais afastados para estudo.
- ◆ Repasse do conteúdo dos eventos realizados a todas as Seções Judiciárias em fitas de vídeo para conhecimento geral dos magistrados.
- ◆ Análise de propostas de projetos de cursos e encontros e elaboração de pareceres sobre eles.

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA

Gere os serviços administrativos e de processamento cartorário de feitos contenciosos do Tribunal, orienta e acompanha essas atividades nas Seções Judiciárias da Primeira Região, visando a propiciar a sustentação necessária ao atingimento dos objetivos propostos.

Núcleo Administrativo da Diretoria-Geral

Assessoria da Diretoria-Geral

Secretaria de Administração

Secretaria de Controle Interno

Secretaria de Informática

Secretaria Judiciária

Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais

Secretaria de Recursos Humanos

Destaques do ano

Elaboração de estudos e encaminhamento de projetos diversos para **organização das varas dos Juizados Especiais Federais e secretarias das Turmas Recursais**; especialização de varas criminais em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e referentes à lavagem de dinheiro; **reestruturação da Secju**; negociações e encaminhamento de **parcerias inéditas com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal**; gestões para **licenciamento do Centrejufe**; planejamento e gestão de **obras no Tribunal e nas Seccionais**.

O êxito administrativo do ano de 2003 foi possibilitado, principalmente, por dois elementos: a versátil articulação da Presidência com outros segmentos públicos e a eficiência gestora da Diretoria-Geral – Diges, apoiada, indistintamente, pela capacidade dos dirigentes das unidades técnicas e pela dedicação e empenho dos servidores no cumprimento de suas atribuições.

A perfeita adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros disponíveis aos propósitos da Primeira Região contribuiu para a ampliação do atendimento jurisdicional, sobretudo por meio dos Juizados Especiais Federais – JEFs, e para a obtenção e eficaz destinação dos recursos necessários à implementação de vários projetos e obras empreendidas.

A exemplo dos anos anteriores, a Diges desdobrou-se para atender com eficiência e agilidade às demandas dos desembargadores federais, adotando, a um só tempo, todas as providências para bem conduzir a política de recursos humanos do Tribunal, que tem como pedra angular a permanente valorização do corpo técnico.

A contínua orientação à Primeira Instância permitiu a congruência de esforços para o cumprimento das diretrizes traçadas para a Primeira Região, direcionadas à excelência no atendimento aos jurisdicionados em qualquer das Seccionais do Tribunal.

Entre os incontáveis assuntos que foram objeto de estudo, propostas, encaminhamento ou decisão da Diretoria-Geral, destacaram-se em 2003 os tópicos a seguir.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Criadas 59 varas pela Lei n. 10.772, de 21 de novembro de 2003, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal e à implantação dos JEFs, a Diges elaborou e apresentou à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região proposta de distribuição, organização e instalação das 18 varas autorizadas para os exercícios de 2003 e 2004 pela mencionada Lei, pelo critério estabelecido de implantação gradativa até 2008. A proposta foi aprovada pelo Plenário do Tribunal e convertida na Resolução n. 600-018, de 16 de dezembro de 2003.

Essa resolução deu nova disposição à estrutura e organização dos JEFs, que passaram formalmente a integrar a estrutura das Seções Judiciárias, embora com serviços administrativos e processuais destacados. O quadro de cargos e funções foi fixado como paradigma ideal, flexível, portanto, à realidade estrutural de cada uma das Seccionais. A exemplo das varas comuns, as dos JEFs funcionarão com um juiz federal e um juiz federal substituto; as Turmas Recursais contarão com uma secretaria única em cada Seccional para os serviços cartorários e para apoio aos magistrados que as compõem, a ser coordenada pelo presidente da Turma Recursal. Além da coordenação dos Juizados em cada localidade, denominada Coordenação Seccional, permaneceu a coordenação geral exercida por desembargador federal, denominada Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, com mandato de dois anos.

Os estudos realizados pela Diges permitiram que todas as funções comissionadas que haviam sido deslocadas das varas e da área administrativa pudessem retornar às unidades de origem, minimizando os impactos da criação dos JEFs nos quadros de pessoal das Seccionais.

Das 18 varas a serem implantadas, uma será destinada à Subseção Judiciária de Tabatinga/AM, com competência geral e com Juizado Especial Federal Adjunto Cível e Criminal e jurisdição nos municípios de Amatura, Atalaia do Norte, Benjamim Constant, Fonte Boa, Jutáí, Santo Amaro do Iça, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonatins.

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

O IX Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região, iniciado em 2001 e homologado pelo Tribunal em 12 de dezembro de 2002, teve 52 aprovados, dos quais 45 tomaram posse em fevereiro deste ano. Ainda assim, os quadros de juiz federal titular e juiz federal substituto estão deficitários.

Em face da carência atual de juízes e das 36 vagas decorrentes da edição da Lei n. 10.772/2003, a Diges propôs a realização de novo concurso público para provimento de cargo de juiz federal substituto, que, submetido à apreciação da Corte Especial Administrativa, foi aprovado para realização em 2004.

QUADRO 47
CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

ANO	CARGOS VAGOS		TOTAL
	JUIZ FEDERAL	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	
2003	17	15	32
2004	25 (acumulado)	23 (acumulado)	48 (acumulado)
2005	66 (acumulado)	64 (acumulado)	130 (acumulado)

REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

A criação da Quarta Seção e da Sétima e Oitava Turmas, bem como a revisão da distribuição das competências dos órgãos julgadores prevista no art. 407 do Regimento Interno do Tribunal, por meio da Emenda Regimental n. 3/2003, ensejaram a elaboração pela Diges, em curtíssimo tempo, de duas propostas de reestruturação da Secretaria Judiciária – Secju, com a colaboração da própria Secretaria, para atender os serviços cartorários desses novos órgãos julgadores.

A reestruturação aprovada pelo Plenário promoveu alterações com estrita observância e manutenção dos valores destinados aos cargos em comissão e às funções comissionadas, conforme exigências legais, e possibilitou que cada Turma de julgamento passasse a contar com uma unidade específica para o processamento cartorário e apoio aos julgamentos. O apoio à Quarta Seção foi incorporado pela Coordenadoria da Corte Especial e das Seções.

Com a reestruturação, também foi possível criar o cargo em comissão de Secretário Executivo (CJ-02) para a Coordenação dos JEFs, cujas atribuições contribuíram para a melhoria dos serviços administrativos a ela afetos.

REDISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Criadas as novas Turmas de julgamento (Sétima e Oitava) e a Quarta Seção, critérios deveriam ser estabelecidos para a redistribuição de mais de 60 mil feitos em razão das alterações nas áreas de especialização. A Diges elaborou, a partir de documentos oriundos da Comissão de Regimento e em parceria com a Secju, minuta de resolução para regulamentar a matéria, incluindo a própria redistribuição física dos processos, que restou aprovada e implantada pelo Tribunal.

VARA DE JUIZADO EM MINAS GERAIS

Foi elaborada minuta de resolução visando a transformar a 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais em vara de Juizado Especial Federal e a organizar seu funcionamento. Efetivada a transformação, formulou-se minuta de provimento para apreciação da Corregedoria-Geral – Coger, com o objetivo de disciplinar a redistribuição de feitos.

PROGRAMAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ITINERANTES

Consoante previsão legal (Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001), com base nas peculiaridades geográficas de algumas localidades sob jurisdição da Primeira Região e na situação socioeconômica de significativa parcela de sua população, o Tribunal instituiu os Juizados Especiais Federais Itinerantes – JEFs. O planejamento de atuação passou a ser obrigatório a partir da Portaria/Presi n. 600-381 de 29 de abril de 2003, cuja minuta foi elaborada pela Diges. Por esse instrumento, ficaram os coordenadores dos JEFs incumbidos de apresentar programação de roteiro e atendimento em sua área de jurisdição, para facilitar o acesso de todos a essa modalidade de prestação jurisdicional.

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Arrimada em orientações técnicas, a Diges elaborou projeto denominado a Justiça Vencendo Distâncias, com discriminação pormenorizada da concepção, viabilidade, justificativas, leiaute, planilha de custo, plano de execução e de desembolso e prestação de contas, visando

à implementação de Juizados Especiais Federais Itinerantes com utilização de unidades móveis (carretas) adaptadas aos serviços de atarrazamento e audiência. O trabalho objetivou fundamentar, perante a Fundação Banco do Brasil, a necessidade e legitimidade da ajuda financeira dessa instituição para a consecução do projeto pelo caráter social que encerra.

Assegurada a adesão, foi providenciado instrumento de convênio de cooperação financeira, ultimado no dia 5 de agosto. A convenente contribuiu com R\$ 116.990,00 para complementar os recursos necessários. Essa quantia possibilitou a aquisição de um veículo para tracionar carroçaria (cavalo mecânico) e a pintura de dois semi-reboques. O Tribunal obrigou-se, essencialmente, a promover a divulgação do nome e do apoio dado pela Fundação Banco do Brasil às ações dos JEFs.

SEGURANÇA ELETRÔNICA

Crimes praticados contra autoridades judiciárias e membros do Ministério Público levaram foros e tribunais a rever seu modelo de segurança. No Tribunal, a Diges propôs a implantação de sistema eletrônico semelhante ao existente no Superior Tribunal de Justiça. O sistema contará com circuito fechado de televisão interligado a câmeras fixadas em pontos estratégicos, detectores de metal (armas brancas e de fogo), catracas eletrônicas de controle de entrada e saída de pessoas com base em cadastramento/identificação prévia, entre outros. Veículos do Tribunal foram dotados de moderno sistema de radiocomunicação e os agentes de segurança treinados pela Academia de Polícia Civil.

INSTALAÇÃO DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL EM UBERLÂNDIA E EM MANAUS

Elaborou-se minuta de convênio de cooperação institucional proposto pela Associação Salgado Oliveira de Educação e Cultura – Asoec, mantenedora do Centro Universitário do Triângulo – Unit, sediado em Uberlândia/MG, para instalação de unidade de Juizado Especial Federal naquela instituição de ensino. Em razão da manifestação do Juiz Federal Coordenador da Subseção Judiciária de Uberlândia, foram realizados levantamentos estatísticos e de lotação de pessoal daquele foro e ponderações para facilitar a apreciação da matéria pela Coordenadoria dos JEFs, pela Corregedoria-Geral e, por último, pela Corte Especial Administrativa, que ainda não concluiu a apreciação da proposta.

Idêntico procedimento foi realizado em relação à proposta de convênio formulada pelo Centro Universitário Nilton Lins para instalação de um JEF nas dependências de seu *campus* universitário, em Manaus/AM. Os estudos e levantamentos recomendaram parecer favorável, aguardando-se a apreciação da Corte Especial Administrativa sobre o assunto.

ESPECIALIZAÇÃO DE VARAS

Os trabalhos de pesquisa e estatísticas e a própria elaboração de projeto de resolução para especialização de varas criminais para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores foram coordenados pela Diges. O projeto converteu-se na Resolução n. 600-021 de 19 de dezembro de 2003, que especializou para esse fim as seguintes varas: 2ª da Seção Judiciária da Bahia, 10ª do Distrito Federal, 11ª de Goiás, 1ª do Maranhão, 4ª de Minas Gerais e 4ª do Pará. Essas varas, especializadas em razão da matéria, atraíram para si competência sobre toda a área territorial sob jurisdição de sua respectiva Seção Judiciária.

ESTAGIÁRIOS

Reconhecidos são os benefícios do Programa de Estágio para o estudante e o Tribunal. Se aquele adquire fecunda experiência para futura vida profissional, este tem relevante apoio às suas atividades, sobretudo se considerados o aumento da demanda de processos e a criação de novas varas sem a suficiente quantidade de servidores, especialmente no caso dos JEFs. A quantidade de estagiários e o valor da bolsa, entretanto, há algum tempo, reclamavam recomposição. O baixo valor da remuneração dos universitários, em particular, provocava alta rotatividade, atraídos que eram por maiores vantagens em outros órgãos.

Para corrigir essa distorção, a Diges apresentou exposição de motivos, acompanhada de minuta de resolução, com o fito de alterar a IN-13-01, que trata do Programa de Estágio. A proposta foi convertida na Resolução n. 630-004 de 28 de abril de 2003. Os estagiários de nível superior tiveram sua remuneração elevada, as vagas foram aumentadas, reordenadas por área de formação e as alocações estabelecidas de acordo com o volume de atividades dos setores.

QUADRO DE PESSOAL

O Diretor-Geral indicou ao Presidente do Tribunal nomes para compor comissão destinada ao levantamento das necessidades de pessoal do Tribunal. A comissão foi instituída no dia 22 de agosto e apresentou relatório propondo quadro ideal de lotação, do que poderá resultar proposta de projeto de lei.

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA A JUSTIÇA FEDERAL

Foram efetivados estudos que culminaram em projetos de decretos, tendo sido as respectivas justificativas encaminhadas pela Presidência do Tribunal ao Ministério da Justiça para desapropriação de terreno em Belo Horizonte, que resultaram na edição do Decreto de 7 de maio de 2003 (revogado) e do Decreto de 29 de dezembro de 2003, este correspondente ao lote de terreno n. 1, com área de 17.705m², localizado no quarteirão n. 85, bairro Belvedere,

naquela capital, para a construção da sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (Ofício/Presi n. 600-1.641, de 22 de dezembro de 2003).

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Revogado o Decreto n. 2.743, de 21 de agosto de 1988, que criou o Sistema de Registro de Preços, adotado pelo Tribunal por meio da Resolução n. 15, de 2 de outubro de 2000, foi elaborada exposição de motivos para adequação dessa Resolução ao vigente Decreto n. 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto n. 4.342, de 23 de agosto de 2002, que foi aprovada.

CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

Como membro efetivo do Conselho Deliberativo do Pro-Social, o Diretor-Geral participou de sete reuniões, procedendo à análise e proferindo votos em vários processos que lhe foram distribuídos, entre os quais o que manteve o Coral do Tribunal.

ENCONTRO DE DIRETORES-GERAIS DOS TRFs

Como em anos anteriores, os Diretores-Gerais dos cinco Tribunais Regionais Federais participaram de reuniões no Conselho da Justiça Federal – CJF, para tratar de interesses comuns desses órgãos, sob a presidência do ilustre Secretário-Geral daquele colegiado, na maioria das quais com a participação dos Diretores da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária e da Secretaria de Informática do Tribunal, além de outras autoridades ligadas às áreas orçamentárias dos demais TRFs e do CJF.

Essas reuniões no CJF, pela competência reservada a esse órgão central de supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, têm especial importância para os interesses do Tribunal. Representam ocasião adequada para que cada um dos representantes dos TRFs exponha seus planos e dificuldades administrativas e o CJF, por seu turno, avalie e também exponha suas metas de atendimento e aperfeiçoamento de toda a Justiça Federal.

Entre outros assuntos, os Diretores-Gerais trataram, especialmente, do Plano Estratégico de Informática para a Justiça Federal que se pretende implantar; do desenvolvimento de Sistema Único de Folha de Pagamento na Justiça Federal pelas áreas de recursos humanos, orçamento e controle interno dos TRFs e do CJF; da Proposta Orçamentária 2004; do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2004-2007; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Também foi discutida a necessidade de se aperfeiçoar os sistemas de segurança na Justiça Federal para evitar cometimento de atos contra a vida de magistrados, providência já adotada no transcurso de 2003 pelo Tribunal, com o treinamento dos agentes de segurança, com ênfase para a direção defensiva e intensificação dos controles de portaria e tráfego interno nos prédios do Tribunal.

NEGOCIAÇÕES

EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL

Concluído o procedimento licitatório e firmado contrato com a empresa Policentro – Consulprev Informática Associados Ltda. para instalação do Sistema de Execução Fiscal Virtual, inicialmente prevista para as varas especializadas em execução fiscal da Seção Judiciária do Distrito Federal, as Procuradorias da Fazenda Nacional e do INSS apresentaram óbices de natureza técnica à imediata implantação. A Diges negociou com a contratada a dilação do prazo em 90 dias para execução dos serviços, ajustados ao preço global de R\$ 2.470.000,00. Expostos os motivos e sua imprevisibilidade por parte do Tribunal, concordou a contratada em manter inalterado o preço ajustado e prestar o serviço no período reformulado. Essa negociação permitiu regular andamento do projeto, coroado, após sua implementação, com o prêmio Iniciativa do Ano, em evento internacional de gerenciamento eletrônico de documentos.

IMPULSO ÀS OBRAS DE TABATINGA

Em fevereiro, a obra de construção da sede da Subseção Judiciária de Tabatinga, no Estado do Amazonas, encontrava-se quase paralisada, por desajustes contratuais. O Diretor-Geral, em reunião com representantes da empresa contratada, Econcel, eliminou os entraves. O ritmo normal foi retomado e a conclusão da obra está prevista para fevereiro de 2004.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO EM TABATINGA

A Diges promoveu estudos e gestões junto à Caixa Econômica Federal, que culminaram com a celebração de convênio de cooperação mútua, em que foram assegurados à Subseção Judiciária de Tabatinga/AM R\$ 150.000,00 para construção de estação de tratamento de esgoto em seu prédio.

RETOMADA DAS OBRAS DA SEDE DA SECCIONAL DE MATO GROSSO

Em junho, após reunião com representantes da empresa Albuquerque Engenharia Ltda., técnicos do Tribunal e da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, as obras de construção da sede da Seccional foram retomadas. Para isso, o primitivo contrato foi rescindido, os projetos e a planilha orçamentária revistos e nova empresa foi contratada.

LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTREJUF E CUMPRIMENTO DE CRONOGRAMA DE OBRAS

Divergências sobre os limites confrontantes da área de construção do Centrejufe com a margem do Lago Paranoá geraram restrições à aprovação do projeto. Com a intercessão do Diretor-Geral em órgãos do GDF e no Ministério Público, a edificação foi autorizada.

Rigoroso acompanhamento da Diges restringiu alterações no cronograma físico-financeiro das obras do Centrejufe, de reforma do Anexo I e da garagem do Edifício-Sede, impedindo atrasos injustificáveis.

RECURSOS PARA OS JEFs

Gestões da Diretoria-Geral perante a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional foram decisivas para obtenção de recursos com vistas à modernização da Justiça Federal e instalação de varas de Juizados Especiais Federais, tendo sido obtida parcela adicional especificamente para a Primeira Região.

INSTALAÇÃO DE JEF NA BAHIA

Mediante prévios contatos e gestões feitas pela Diretoria-Geral junto ao Ministério da Integração Nacional e ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, a Diges deu encaminhamento ao contrato de cessão de uso, em 21 de novembro de 2003, pelo qual, no subsolo e térreo do prédio dessa entidade, serão instaladas duas varas de Juizado Especial Federal, que reforçarão a atuação dessa espécie de prestação jurisdicional.

VAGA FÁCIL

Ciente do impacto negativo para os servidores com a implantação do serviço denominado Vaga Fácil pelo GDF, com a cobrança dos estacionamentos próximos aos tribunais superiores, a Diges atuou firmemente em diversas reuniões com órgãos localizados no Setor de Autarquias Sul e Esplanada dos Ministérios, no sentido de evitar sua implantação. Os esforços foram coroados com o adiamento da medida, que, posteriormente, foi suspensa por determinação judicial.

LIBERAÇÃO DE VERBAS LABORAIS

A Diges esteve efetiva, em 2003, na orientação da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária, Secretaria de Administração e da Secretaria de Recursos Humanos, visando à adoção das providências necessárias ao pagamento de todos os passivos laborais devidos a magistrados e servidores.

Em relação aos magistrados da Primeira Região, destacou-se o pagamento do abono da Lei n. 10.472, de 25 de junho de 2002. Quanto aos servidores da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau da Primeira Região, sobressaíram a devolução dos valores recolhidos indevidamente, a título de PSS, sobre função comissionada (de 1º.05.1999 a 28.02.2001), o pagamento das diferenças advindas da alteração do período do estágio probatório para dois anos, as substituições ocorridas entre 1997 e 1999 e a diferença do Auxílio-Alimentação, com a fixação do novo valor estabelecido em R\$ 435,00.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

Buscando a simplificação, melhor qualidade e redução de custos, foi realizada a atualização de *softwares* para as áreas de editoração e criada multimídia visando à diminuição de material impresso na Gráfica do Tribunal, destacando-se o projeto implementado em parceria com a Divisão de Divulgação Institucional/Secju para o lançamento da coletânea *Revistas do Tribunal 2002/2003* em CD-Rom, com término previsto para março de 2004.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Coordena as atividades cartorárias do Tribunal e orienta quanto à uniformização dessas atividades nas Seções Judiciárias da Primeira Região, visando a apoiar as atividades dos órgãos julgadores e a dinamizar e otimizar a prestação jurisdicional

Coordenadoria de Registros e Informações Processuais

Coordenadoria de Recursos

Coordenadoria da Corte Especial e das Seções

Coordenadoria da Primeira Turma

Coordenadoria da Segunda Turma

Coordenadoria da Terceira Turma

Coordenadoria da Quarta Turma

Coordenadoria da Quinta Turma

Coordenadoria da Sexta Turma

Coordenadoria da Sétima Turma

Coordenadoria da Oitava Turma

Coordenadoria de Taquigrafia

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

Destaques do ano

Reestruturação da Secretaria para apoio a três novos órgãos julgadores: a Quarta Seção, a Sétima e Oitava Turmas; **mutirão para redistribuição de processos**, devido às alterações das competências dos órgãos julgadores; **novas instalações físicas**, com a reforma do Edifício Anexo I; continuação das Turmas Suplementares; manutenção de **plantão judiciário permanente**; elaboração do *Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência*.

A atividade judicante deve revestir-se de flexibilidade para acompanhar e solucionar as demandas sociais. Imbuída dessa concepção, a Secretaria Judiciária – Secju demonstrou a excelência de sua equipe de profissionais, que **trabalhou com afinco e abnegação para realização de inúmeras mudanças** no decorrer de 2003, tanto físicas quanto operacionais, **sem interrupção nos atendimentos interno e externo.**

Apesar do grande volume de feitos que tramitam nas Coordenadorias, das dificuldades com recursos humanos e materiais e das mudanças para outros andares, as unidades mantiveram o serviço em dia, sem acúmulos, primando pela celeridade, presteza e qualidade na execução de suas atribuições e pela melhoria do atendimento aos jurisdicionados.

Em cumprimento ao art. 407 do Regimento Interno do Tribunal, o Plenário reviu a distribuição das competências dos órgãos julgadores e, adicionalmente, introduziu outras modificações no Regimento, aprovadas pela Emenda Regimental n. 3/2003.

Entre as principais alterações, destacaram-se, além da adequação à nova legislação processual civil, a **criação de três órgãos julgadores — a Quarta Seção, a Sétima e Oitava Turmas — e a modificação das competências dos colegiados, previstas no art. 8º**, motivadas, essencialmente, pela necessidade de fazer frente ao volume de feitos criminais em tramitação no Tribunal e de manter o equilíbrio da distribuição entre os órgãos julgadores.



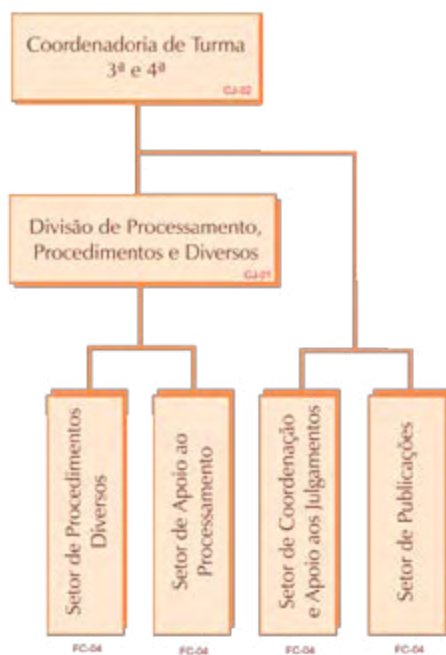
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Essas modificações ensejaram a concomitante **revisão da estrutura organizacional da Secju**, por meio da Resolução n. 600-03, de 25 de setembro de 2003, para propiciar aos novos órgãos julgadores o necessário apoio cartorário e aos julgamentos.

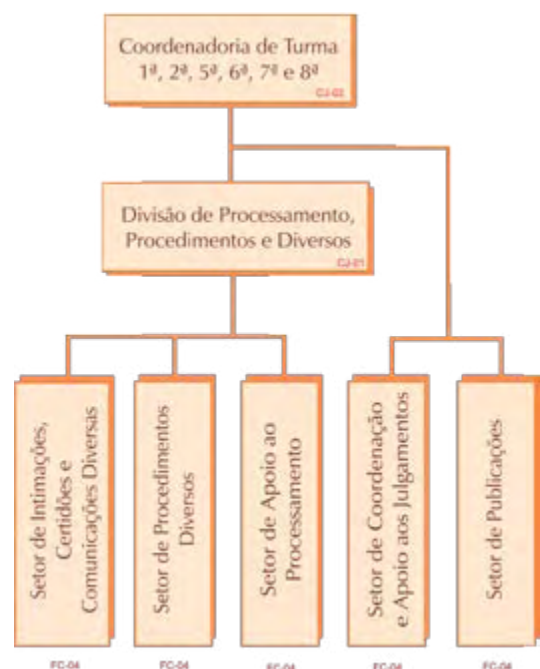
As principais alterações foram:

- ◆ as Subsecretarias da Secju passaram a denominar-se Coordenadorias e seus Diretores, Coordenadores, padronizando-se a nomenclatura adotada na reestruturação de 2002;
- ◆ **criação da Coordenadoria da Sétima Turma e da Coordenadoria da Oitava Turma;**
- ◆ os serviços cartorários e de apoio aos julgamentos da Quarta Seção foram incorporados pela Coordenadoria da Corte Especial e das Seções, que foi reforçada com mais duas funções comissionadas de Assistente Técnico II (FC-03);
- ◆ as seis Divisões de Coordenação de Julgamentos das Turmas foram extintas, ficando a competência a cargo das respectivas Coordenadorias;
- ◆ as Coordenadorias de Turmas Criminais (Terceira e Quarta Turmas) foram criadas com estruturas pouco menores que as demais, em razão da menor quantidade de feitos a processar.

ESTRUTURA APROVADA PARA AS COORDENADORIAS DA 3ª E 4ª TURMAS – MATÉRIA CRIMINAL



ESTRUTURA APROVADA PARA AS COORDENADORIAS DA 1ª, 2ª, 5ª, 6ª, 7ª E 8ª TURMAS



REDISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

Outra relevante consequência das alterações regimentais mencionadas foi a **redistribuição de mais de 60 mil processos**, de acordo com as novas competências dos órgãos julgadores, configurando-se na **maior distribuição de processos havida no Tribunal, desde sua criação.**



Em razão do elevado volume de feitos a preparar, os trabalhos foram centralizados no Salão Nobre do Tribunal, onde foram instalados inúmeros microcomputadores. Trabalhando em forma de mutirão, **a equipe consumou a tarefa em apenas 40 dias.**



NOVAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

A reforma do Edifício Anexo I, esperada por tantos anos, finalmente foi iniciada, ensejando o remanejamento físico das diversas áreas lá instaladas. Para garantir a continuidade dos serviços da Secju e facilitar o acesso dos jurisdicionados, todas as Coordenadorias foram mantidas no prédio durante as reformas. Essa medida, contudo, exigiu mais de uma mudança de local de cada área, dificultando sobremaneira o processamento dos feitos e a organização dos serviços — já que milhares de processos tiveram de ser movimentados —, obstáculo vencido graças à capacidade de iniciativa e desmedida colaboração da equipe da Secju e ao apoio prestado pelas Secretarias de Administração e de Informática.



As novas instalações já refletem bons resultados, pois **os servidores e o público passaram a usufruir de ambientes maiores, limpos e arejados, mais confortáveis e seguros.** Divisórias, persianas e armários já foram adquiridos e, brevemente, estarão instalados.

PLANTÃO NO ÂMBITO DA SECJU

Visando a atender aos jurisdicionados nas demandas em que fique plenamente evidenciada a possibilidade de perecimento de direito (*habeas corpus*, mandado de segurança, agravo de instrumento etc.), os coordenadores e diretores da Secju mantiveram, em sistema de rodízio, escala de plantão permanente após o término do expediente e em todos os finais de semana e feriados. **Os plantões garantiram o rápido encaminhamento de questões de grande repercussão na sociedade e na mídia**, preservando a eficácia da prestação jurisdicional.

TABELA ÚNICA DE ASSUNTOS DE DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL DA JUSTIÇA FEDERAL

Em 2003, importante passo foi dado em direção à padronização das classes processuais na Primeira e Segunda Instâncias da Justiça Federal, com a aprovação, pelo Conselho da Justiça Federal, no dia 5 de maio, de tabela única de assuntos de distribuição processual, a ser implantada por todos os Tribunais Regionais Federais em 2004.

A iniciativa permitirá um sistema processual unificado dos Juizados Especiais Federais, o aprimoramento do controle da prevenção processual, a criação de cadastro nacional de processos distribuídos na Justiça Federal, a coleta e organização de dados para a elaboração de estatísticas processuais e a definição de critérios de guarda e eliminação de processos que já transitaram em julgado.

Outra grande vantagem da tabela, que foi elaborada com base nas competências da Justiça Federal (Direito Tributário, Direito Previdenciário, Direito Penal, Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público, Direito Civil e outras matérias de Direito Privado), está na autuação e distribuição processuais, que terão um instrumento mais efetivo de controle das demandas, sobretudo quando o processo subir da Primeira para a Segunda Instância.

ATIVIDADES JUDICANTES

As petições e os processos do Tribunal podem ser protocolizados na própria sede ou em qualquer uma das 14 Seções ou sete Subseções Judiciárias jurisdicionadas, por intermédio do protocolo descentralizado. Outro meio de apresentá-las é pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico, via internet.

Em 2003, o Tribunal recebeu o total de **156.833 petições**, sendo 120.915 na própria

sede, 35.489 pelo protocolo descentralizado e 429 pela internet. O total foi 11% inferior ao recebido em 2002, correspondente a 176.112. Durante o ano, foram recebidos **48.152 processos em grau de recurso** da Primeira Instância, 20% inferior ao quantitativo recebido em 2002, correspondente a 59.703.

GRÁFICO 10
PETIÇÕES APRESENTADAS AO TRIBUNAL

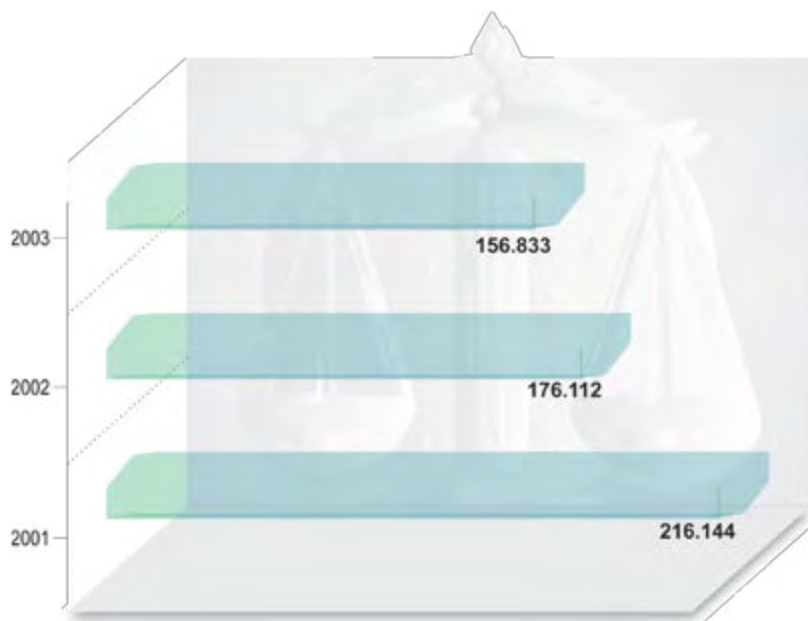
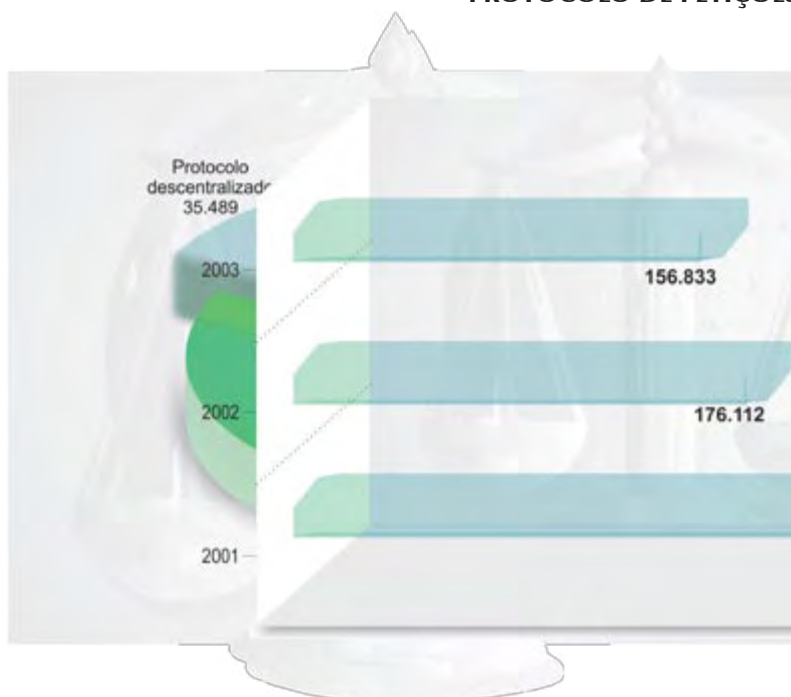


GRÁFICO 11
PROTOCOLO DE PETIÇÕES



O Protocolo Descen-
tralizado de Petições firmou-
se, desde anos anteriores,
como opção de economia e
celeridade para os advogados,
tendo permitido o encami-
nhamento de 22,6 % das pe-
tições dirigidas ao Tribunal
durante 2003.



Para treinar servidores das sete Subseções Judiciárias do Tribunal, localizadas em Ilhéus/BA, Imperatriz/MA, Juiz de Fora/MG, Marabá/PA, Santarém/PA, Uberaba/MG e Uberlândia/MG, foi realizado, no Tribunal, o **curso Protocolo Descentralizado – 2ª Etapa**, com duração de cinco dias, encerrado no gabinete da Vice-Presidência.

Durante o curso, foram ministradas aulas sobre:

- ◆ noções de Regimento Interno, com enfoque na competência recursal do Tribunal;
- ◆ conhecimento do Sistema Informatizado Juris;
- ◆ rotinas de recebimento, cadastramento e envio de petições pelo Protocolo Descentralizado.

Dessa forma, o Tribunal vem assegurando a eficácia da descentralização do recebimento de petições, proporcionando grandes facilidades para os advogados e jurisdicionados.

QUADRO 48
PETIÇÕES INICIAIS E DIVERSAS PROTOCOLIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Processos originários recebidos (TRF – 1ª Região)	8.267
Processos originários recebidos (Protocolo Descentralizado)	11.974
TOTAL	20.241
Petições protocolizadas no TRF – 1ª Região	113.077
Petições recebidas pelo Protocolo Descentralizado	23.515
TOTAL	136.592
Processos recebidos da Primeira Instância	48.152

QUADRO 49
PROTOCOLO DESCENTRALIZADO
PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

RECURSO	AC	AM	AP	BA	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	TOTAL
Agravo regimental	1	5	1	31	69	6	154	23	13	2	2	–	–	307
Agravo de instrumento	–	5	–	16	27	–	371	5	–	2	–	–	–	426
Embargos infringentes	–	–	–	5	5	–	42	1	1	2	–	–	–	56
Embargos de divergência	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	3
Embargos de declaração	1	9	–	165	97	69	1.455	27	34	8	5	–	3	1.873
Recurso extraordinário	–	88	1	126	65	43	791	19	24	6	6	–	–	1.169
Recurso especial	1	10	–	194	155	119	1.378	78	48	13	9	–	–	2.005
Recurso ordinário	2	1	–	3	–	–	4	–	2	–	–	–	2	14
Petições diversas	75	372	9	1.826	2.656	845	9.349	778	577	260	550	18	201	17.516
TOTAL	80	490	11	2.366	3.074	1.082	13.547	931	699	293	572	18	206	23.369

QUADRO 50
PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS NAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

RECURSO	ILHÉUS	IMPERATRIZ	JUIZ DE FORA	MARABÁ	SANTARÉM	UBERABA	UBERLÂNDIA	TOTAL
Agravo regimental	-	-	1	-	-	-	1	2
Agravo de instrumento	-	-	1	-	-	-	-	1
Embargos infringentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Embargos de divergência	-	-	-	-	-	-	-	-
Embargos de declaração	2	-	2	-	-	-	1	5
Recurso extraordinário	-	-	10	-	-	1	1	12
Recurso especial	1	-	4	-	-	-	1	6
Recurso ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-
Petições diversas	9	6	39	1	1	23	41	120
TOTAL	12	6	57	1	1	24	45	146

QUADRO 51
PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS NO TRIBUNAL

RECURSO	QUANTIDADE
Agravo regimental	1.859
Agravo de instrumento	8.299
Embargos infringentes	270
Embargos de divergência	9
Embargos de declaração	7.549
Recurso extraordinário	4.881
Recurso especial	11.962
Recurso ordinário	83
Petições diversas	78.165
TOTAL	113.077

QUADRO 52
PETIÇÕES INICIAIS E DIVERSAS RECEBIDAS POR MEIO ELETRÔNICO NO TRIBUNAL

Petições iniciais	15
Petições diversas	414
TOTAL	429

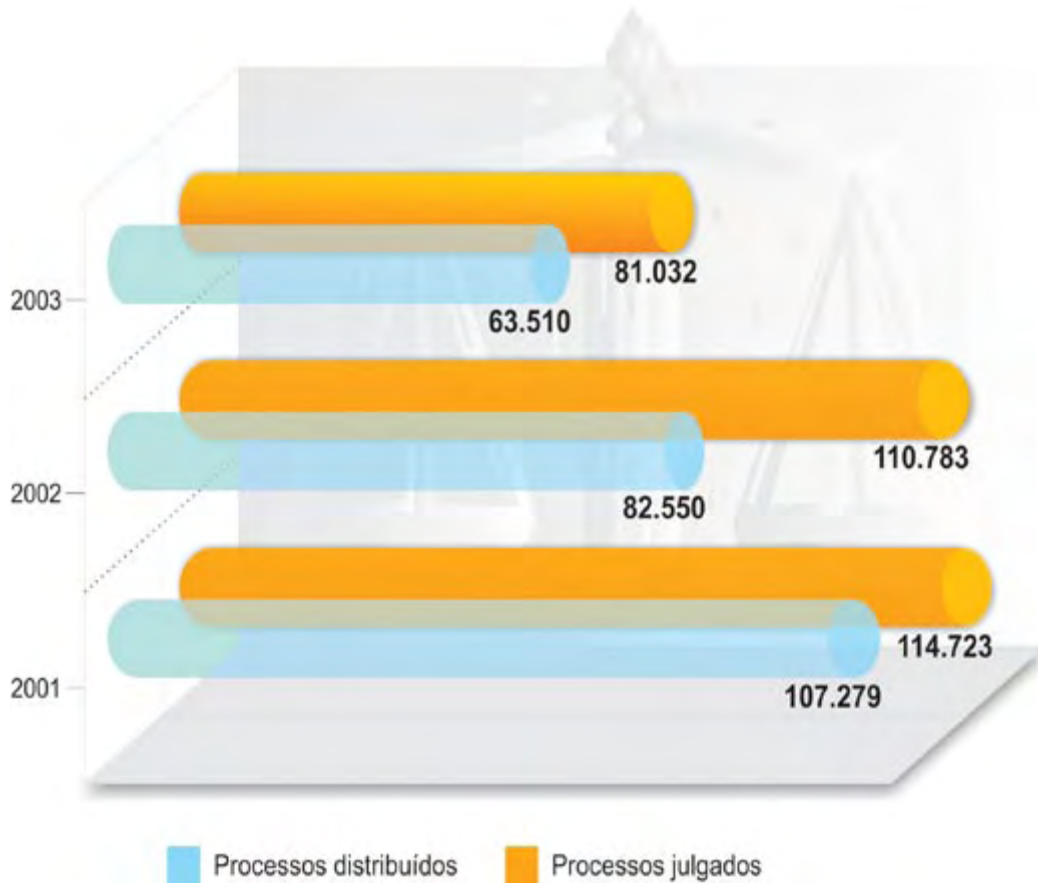
QUADRO 53
PROTOCOLO DESCENTRALIZADO
PETIÇÕES INICIAIS

SEÇÃO JUDICIÁRIA	QUANT.
Acre	76
Amapá	65
Amazonas	336
Bahia	2.686
Goiás	978
Maranhão	386
Mato Grosso	655
Minas Gerais	5.314
Pará	745
Piauí	399
Rondônia	190
Roraima	69
Tocantins	75
TOTAL	11.974

A quantidade de petições recebidas decresceu em relação a 2002, o mesmo ocorrendo com o número de processos distribuídos, 23% menor em 2003. Apesar da redução, o volume permanece consideravelmente acima da capacidade de processamento do Tribunal, correspondendo à média de 329 processos distribuídos por dia aos desembargadores federais, considerados os dias úteis.

Somando-se os processos distribuídos aos registrados, que são da competência do Presidente, verifica-se que **o Tribunal recebeu o total de 71.750 feitos para apreciação** durante o ano.

GRÁFICO 12
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS NO TRIBUNAL*



* Processos julgados inclui Corte Especial, Seções, Turmas, Turma Especial de Férias, Turmas Suplementares e despachos terminativos publicados.

Na Primeira Instância, houve aumento de 29,3% na quantidade de processos distribuídos em relação ao ano anterior e de 8,9% no número de processos julgados, muito embora 2003 tenha sido um ano de importantes alterações na estrutura da Justiça Federal, com a migração de parte da estrutura das varas federais para os Juizados Especiais Federais.

Esses aumentos não se refletiram no Tribunal, fato que pode ser atribuído à solução judicial nos Juizados Especiais Federais, cujos recursos são apreciados pelas Turmas Recursais, não subindo ao Tribunal, como também à solução das milhares de questões inerentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

QUADRO 54
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR MATÉRIA NO TRIBUNAL

ASSUNTO	PARTICIPAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO ANUAL	
	2002	2003
FGTS (levant./certificado/cobrança/correção)	33,5%	18,6%
Impostos	2,2%	1,0%
Contrib./anuidade cons. reps. classe	1,8%	0,7%
Benefício previdenciário	10,6%	12,7%
Contribuições	4,7%	5,2%
Contribuições previdenciárias	2,8%	2,8%
Imposto de Renda – Pessoa Física	2,9%	3,0%
Servidor público civil (outros casos)	6,8%	8,3%
PIS	1,3%	1,3%
Finsocial	0,6%	0,5%
Demais crimes não codificados	0,7%	0,7%
Multas de natureza tributária	0,8%	0,7%
Concursos públicos	1,0%	1,2%
Previdência social (outros casos)	0,1%	0,1%
Diferença salarial referente a 11,98% – URV	0,1%	0,2%
Indenização por perdas e danos	1,2%	1,5%
Multas por infração de leis e regulamentos	0,0%	0,0%
Correção monetária e/ou juros	0,0%	0,0%
Multas administrativas	2,0%	2,6%
Certidão Negativa de Débito – CND	0,8%	1,0%
Militar (outros casos)	1,0%	1,3%
Aposentadorias	1,0%	1,5%
Imposto de Renda – Pessoa Jurídica	0,8%	1,3%
Contratos (inad./reaj./ex./etc.)	2,6%	3,6%
Ensino	1,3%	2,1%
<i>Habeas corpus</i>	0,7%	1,3%
Conselhos representativos de classe	0,8%	1,4%
Sistema Financeiro da Habitação	5,1%	7,5%
Tributos em geral (outros casos)	3,2%	5,3%
Outros assuntos	9,5%	12,7%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Secin

Investigando a participação de cada assunto na distribuição total na Corte, verifica-se que, enquanto em 2002 os processos inerentes a levantamento, certificado, cobrança ou correção monetária do FGTS representavam 33,5% dos processos distribuídos, essa proporção caiu para 18,6% em 2003. Em números absolutos, esses percentuais representam uma redução de 11.671 processos distribuídos.

Impende ressaltar que o aumento percentual da participação dos demais assuntos não implica necessariamente aumento em seus números absolutos, visto que alguns assuntos passaram a possuir um peso maior na distribuição simplesmente pela queda na distribuição de ações inerentes ao FGTS.

QUADRO 55
PROCESSOS JULGADOS NO TRIBUNAL

ASSUNTO	PARTICIPAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO ANUAL	
	2002	2003
FGTS (levant./certificado/cobrança/correção)	28,6%	12,9%
Correção monetária e/ou juros	4,8%	2,0%
Contribuições	7,6%	6,7%
Diferença salarial referente a 11,98% – URV	1,9%	0,7%
Contribuições previdenciárias	4,4%	4,5%
Imposto de Renda – Pessoa Física	4,2%	4,6%
Multas por infração de leis e regulamentos	1,6%	1,0%
Contrib./anuidade cons. repres. classe	1,4%	0,9%
Impostos	1,8%	1,5%
Finsocial	1,4%	1,3%
Tributos em geral (outros casos)	1,9%	2,4%
Concursos públicos	0,8%	0,9%
Certidão Negativa de Débito – CND	0,5%	0,5%
Previdência social (outros casos)	1,5%	2,0%
Multas de natureza tributária	0,4%	0,4%
Imposto de Renda – Pessoa Jurídica	0,9%	1,1%
Demais crimes não codificados	0,6%	0,9%

Multas administrativas	1,0%	1,4%
Contratos (inad./reaj./ex./etc.)	1,6%	2,3%
PIS	2,2%	3,4%
Conselhos representativos de classe	0,4%	0,8%
<i>Habeas corpus</i>	0,6%	1,1%
Servidor público civil (outros casos)	7,2%	10,8%
Indenização por perdas e danos	0,5%	1,1%
Ensino	0,5%	1,2%
Aposentadorias	0,8%	1,8%
Benefício previdenciário	9,0%	14,0%
Sistema Financeiro da Habitação	2,8%	4,9%
Militar (outros casos)	0,5%	1,7%
Outros assuntos	8,5%	11,2%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Secin

De forma semelhante à distribuição, também a participação dos processos julgados com assuntos correlatos ao FGTS no total de processos julgados diminuiu de 2002 para 2003. Assim, enquanto em 2002 processos de FGTS eram responsáveis por 28,6% de todos os julgados nesta Corte, em 2003 a participação caiu para 12,9%.

Em termos absolutos, enquanto em 2002 houve 22.383 ações julgadas relativas a FGTS, em 2003 essa quantidade caiu para 6.799 processos, implicando queda de quase 70%.

Cumprir acrescentar que os processos que tratam de FGTS podem, na maioria das vezes, ser tratados conjuntamente; portanto, a redução de seu quantitativo não significa proporcional redução do volume de trabalho nesta Corte.

Outra questão relevante de 2003 diz respeito à redistribuição de processos decorrente da alteração das competências dos órgãos julgadores. A preparação para a redistribuição alterou por completo a rotina dos gabinetes, refletindo-se, por certo, na apreciação dos feitos e na preparação de relatórios e votos.

QUADRO 56
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REGISTRADOS

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		
CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
19	ação penal	2
20	ação penal	4
35	agravo de instrumento	16.870
36	agravo de instrumento	12
39	agravo de instrumento	15
86	apelação cível	32.123
94	apelação criminal	985
108	apelação em mandado de segurança	7.712
132	carta testemunhável	5
133	carta precatória	11
134	carta precatória	41
135	carta precatória	1
151	carta de ordem	1
152	carta de ordem	2
160	ação de improbidade administrativa	93
161	ação de improbidade administrativa	1
205	exceção de suspeição	36
213	<i>habeas corpus</i>	807
231	medida cautelar	17
248	medida cautelar	167
264	reclamação	1
265	recurso de <i>habeas data</i>	11
272	recurso criminal	383
273	recurso criminal	1
280	recurso de <i>habeas corpus</i>	12
302	recurso ordinário	1
329	agravo de petição trabalhista	4
336	remessa <i>ex officio</i>	861
337	remessa <i>ex officio</i> em mandado de segurança	1.076
345	representação	4

346	representação	2
380	medida cautelar	2
400	recurso de <i>habeas corpus</i> (ex officio)	41
418	recurso criminal (ex officio)	1
434	petição	6
452	impugnação ao valor da causa	2
477	restauração de autos	2
558	agravo em execução penal	4
566	medida cautelar originária	6
639	reclamação	2
647	exceção de suspeição	5
663	petição	12
697	exceção de incompetência	1
702	embargos de divergência	3
710	embargos infringentes em AR	24
728	embargos infringentes em AC	201
729	embargos infringentes em recurso ordinário	2
744	conflito de competência	347
752	mandado de segurança	302
760	revisão criminal	10
779	ação rescisória	695
787	embargos infringentes em REO	1
809	ação penal	1
817	queixa-crime	5
824	inquérito	198
825	inquérito	141
833	mandado de segurança	109
841	<i>habeas corpus</i>	2
850	conflito de competência	60
930	petição	43
965	reclamação	3
973	representação	7
992	impugnação ao valor da causa	11
TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		63.510

PROCESSOS REGISTRADOS		
CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
35	agravo de instrumento	2
36	agravo de instrumento originário	1
43	agravo de instrumento em RE	3.153
44	agravo de instrumento em REsp	4.828
108	apelação em mandado de segurança	2
124	avocatória	5
130	carta de ordem	26
136	carta precatória	40
248	medida cautelar	1
370	suspensão de segurança	157
380	medida cautelar	22
507	petição	3
Processos registrados (Desembargador Federal Presidente)		8.240
TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REGISTRADOS		71.750

QUADRO 57
PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS

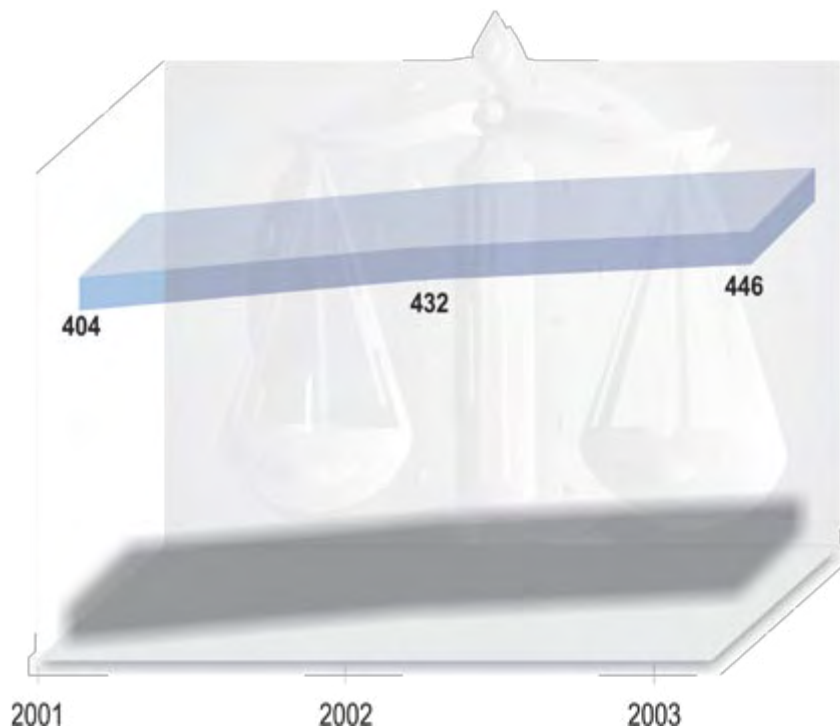
DESEMBARGADORES FEDERAIS	QUANTIDADE
Plauto Ribeiro	325
Tourinho Neto	6.446
Eustáquio Silveira	6.480
Assusete Magalhães	2.356
Jirair Aram Meguerian	2.294
Carlos Fernando Mathias	4
Olindo Menezes	430
Mário César Ribeiro	6.439
Luciano Tolentino Amaral	6.454
Cândido Ribeiro	359

Hilton Queiroz	375
Carlos Moreira Alves	2.037
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	403
Carlos Olavo	473
José Amílcar Machado	2.029
Antônio Ezequiel da Silva	6.593
Daniel Paes Ribeiro	2.634
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	2.047
João Batista Moreira	2.698
Souza Prudente	2.628
Selene de Almeida	2.632
Fagundes de Deus	2.632
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	2.044
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	2.657
Maria do Carmo Cardoso	6.512
TOTAL DE PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS	69.981

QUADRO 58
SESSÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS			EXTRAORDINÁRIAS			TOTAL		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Corte Especial	17	22	17	6	2	3	23	24	20
Primeira Seção	17	20	20	1	–	–	18	20	20
Segunda Seção	19	18	20	–	–	–	19	18	20
Terceira Seção	14	19	18	2	–	–	16	19	18
Quarta Seção	–	–	3	–	–	–	–	–	3
Primeira Turma	53	55	56	–	–	–	53	55	56
Segunda Turma	59	58	58	4	6	9	63	64	67
Terceira Turma	54	57	54	–	–	–	54	57	54
Quarta Turma	55	59	63	–	–	–	55	59	63
Quinta Turma	51	57	50	–	1	2	51	58	52
Sexta Turma	51	57	51	1	1	2	52	58	53
Sétima Turma	–	–	10	–	–	–	–	–	10
Oitava Turma	–	–	10	–	–	–	–	–	10
TOTAL	390	422	430	14	10	16	404	432	446

GRÁFICO 13
SESSÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL



QUADRO 59
PROCESSOS JULGADOS NO TRIBUNAL

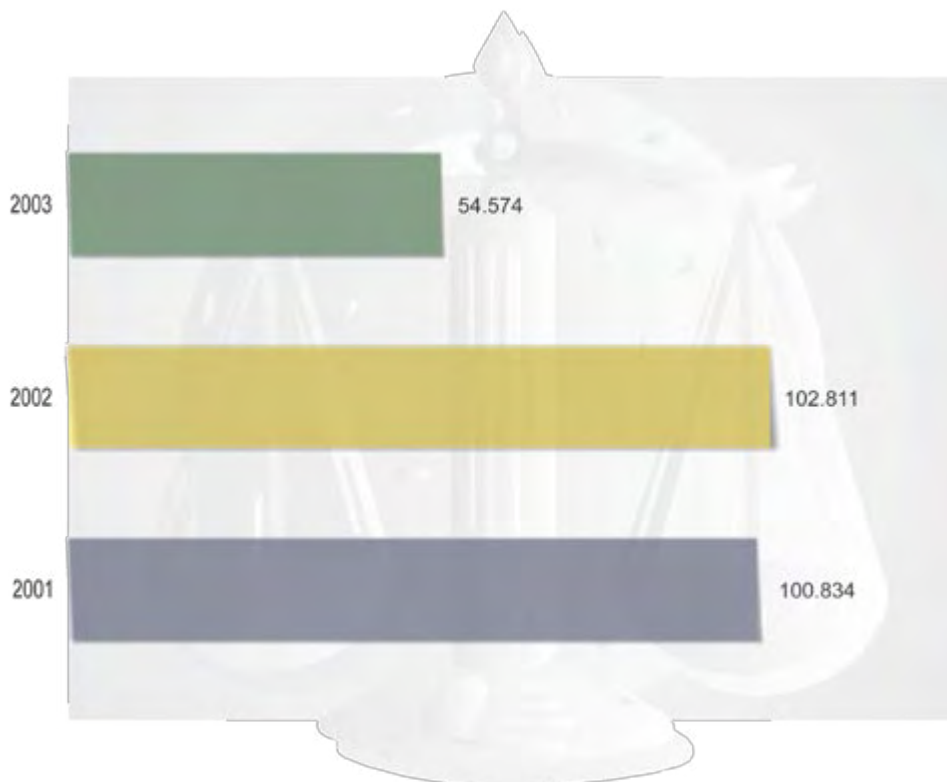
ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Corte Especial	130
Primeira Seção	670
Segunda Seção	212
Terceira Seção	943
Quarta Seção	21
Primeira Turma	9.243
Segunda Turma	6.059
Terceira Turma	6.560
Quarta Turma	7.921
Quinta Turma	6.348
Sexta Turma	5.027
Sétima Turma	771
Oitava Turma	482
TOTAL	44.387

QUADRO 60
DESPACHOS TERMINATIVOS PUBLICADOS

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE
Corte Especial	385*
Primeira Seção	402*
Segunda Seção	162*
Terceira Seção	703*
Quarta Seção	13*
Primeira Turma	1.040
Segunda Turma	729
Terceira Turma	2.806
Quarta Turma	1.033
Quinta Turma	4.914
Sexta Turma	8.674
Sétima Turma	1.395
Oitava Turma	613
TOTAL	22.869

*Fonte: Juris

GRÁFICO 14
ACÓRDÃOS PUBLICADOS



QUADRO 61
ACÓRDÃOS PUBLICADOS

ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Corte Especial	104
Primeira Seção	685
Segunda Seção	222
Terceira Seção	1.467
Quarta Seção	7
Primeira Turma	8.003
Segunda Turma	5.955
Terceira Turma	6.698
Quarta Turma	7.210
Quinta Turma	7.187
Sexta Turma	7.814
Sétima Turma	395
Oitava Turma	107
TOTAL	45.854

QUADRO 62
COORDENADORIA DE RECURSOS

Processos remetidos por baixa definitiva	106.798
Processos remetidos à origem pela Resolução n. 11 de 03/07/2000	4.085
Processos remetidos à origem	115
Processos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça	12.818
Processos recebidos do Superior Tribunal de Justiça	7.707
Processos remetidos ao Supremo Tribunal Federal	5.478
Processos recebidos do Supremo Tribunal Federal	34.220
Processos requisitados da origem	2.275
Processos recebidos da Corec	36.022
TOTAL	209.518

QUADRO 63
OUTRAS ESTATÍSTICAS

ÓRGÃO JULGADOR	CORTE ESPECIAL	PRIMEIRA SEÇÃO	SEGUNDA SEÇÃO	TERCEIRA SEÇÃO	QUARTA SEÇÃO	PRIMEIRA TURMA	SEGUNDA TURMA	TERCEIRA TURMA	QUARTA TURMA	QUINTA TURMA	SEXTA TURMA	SÉTIMA TURMA	OITAVA TURMA	TOTAL
Pautas publicadas	21	20	17	20	1	58	55	41	67	52	54	9	12	427
Atas publicadas	18	18	18	18	4	47	53	33	66	52	50	5	10	392
Processos baixados ao juízo de origem	10.992	147	218	1.528	4	7.071	5.918	12.773	22.309	17.849	15.687	1.098	83	95.677
Processos remetidos à Corec	135	319	97	2.756	2	1.946	1.048	1.576	2.919	978	749	45	10	12.580

TURMA ESPECIAL DE FÉRIAS

A Turma Especial de Férias, criada para julgar processos de caráter urgente durante as férias coletivas dos magistrados do Tribunal funcionou, em janeiro de 2003, de acordo com a Portaria/Presi n. 7 de 6 de janeiro, presidida pelo Desembargador Federal Catão Alves e composta pelos magistrados Carlos Fernando Mathias, Ítalo Fioravanti Sabo Mendes e Carlos Olavo.

No período de 2 a 31 de julho, o funcionamento foi regulamentado pela Portaria/Presi n. 1.104 de 16 de junho, tendo sido a Turma presidida pelo Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian e composta pelos magistrados Hilton Queiroz, Ítalo Fioravanti Sabo Mendes e João Batista Gomes Moreira.

Durante o ano, a Turma Especial de Férias realizou 4 sessões. No total, foram **apreciados e julgados 86 processos**, sendo 27 em janeiro e 59 em julho.

TURMAS SUPLEMENTARES

As Turmas Suplementares foram criadas em março de 2001, com o objetivo de julgar os processos atuados e distribuídos no Tribunal, no período de 1989 a 1999, pendentes de julgamento.

Diante dos resultados positivos, em novembro de 2003, **o Tribunal decidiu pela permanência das Turmas Suplementares até 1º de julho de 2004**, ocasião em que será realizada nova avaliação, em conformidade com a Resolução n. 5 de 21 de março de 2001, que determina a avaliação da necessidade de continuidade das Turmas Suplementares a cada seis meses de funcionamento.

Dos quase 40 mil processos atribuídos às três Turmas Suplementares, 23 mil já haviam sido julgados quando completaram dois anos de existência, em março de 2003.

Após a redistribuição das competências entre as oito Turmas do Tribunal, houve, também, **mudança nas competências das Turmas Suplementares**, da seguinte forma:

- ♦ Primeira e Segunda Turmas Suplementares: competência para julgar os processos da Primeira Seção;
- ♦ Terceira Turma Suplementar: competência para julgar os processos da Terceira e Quarta Seções e os remanescentes da Segunda Seção.

Para operacionalizar as alterações, um aparato logístico foi demandado do Gabinete Executivo – Gabex e da Central Executiva de Apoio Processual – Cenex para **recebimento, atribuição e reatribuição de mais de 5 mil processos**, além do encaminhamento de praxe, o que resultou num montante enviado de mais de 36 mil processos para julgamento entre 2001 e 2003.

A partir do desempenho das Turmas Suplementares no julgamento de processos em 2003, estima-se que cada órgão julgador deverá concluir seus trabalhos em 2005, já contabilizadas as novas atribuições e competências.

QUADRO 64
SESSÕES REALIZADAS – TURMAS SUPLEMENTARES

TURMA SUPLEMENTAR	ORDINÁRIA	EXTRAORDINÁRIA
Primeira Turma	39	1
Segunda Turma	33	–
Terceira Turma	34	–
TOTAL	106	1

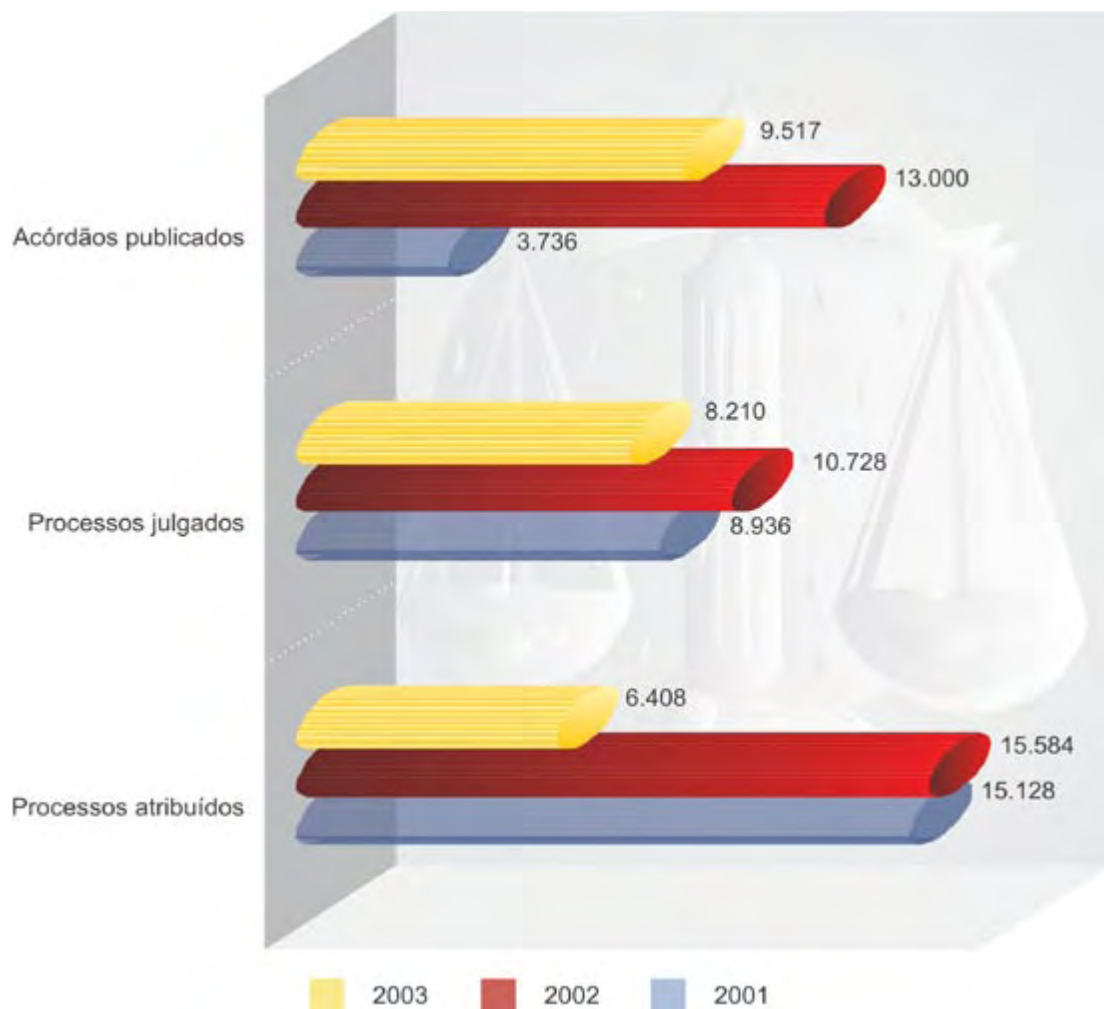
QUADRO 65
PROCESSOS BAIXADOS À ORIGEM E CARTA DE ORDEM

BAIXADOS À ORIGEM	CARTA DE ORDEM
7.862	8

QUADRO 66
DESPACHOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES

TURMA SUPLEMENTAR	TERMINATIVO	INTERLOCUTÓRIO
Primeira Turma	14	105
Segunda Turma	119	98
Terceira Turma	237	136
TOTAL	370	339

GRÁFICO 15
DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES



QUADRO 67
DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES 2001-2003

PROCESSOS	2001	2002	2003
Atribuídos	15.128	15.584	6.408
Julgados	8.936	10.728	8.210
Acórdãos publicados	3.736	13.000	9.517

QUADRO 68

DETALHAMENTO DO DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES

TURMA SUPLEMENTAR	ATRIBUÍDOS			JULGADOS			ACÓRDÃOS PUBLICADOS		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Primeira Turma	3.679	5.856	1.989	1.639	2.639	2.389	1.198	2.728	2.378
Segunda Turma	4.343	5.504	1.683	2.849	2.604	2.893	1.127	3.881	2.623
Terceira Turma	7.106	4.224	2.736	4.448	5.485	2.928	1.411	6.391	4.516
TOTAL	15.128	15.584	6.408	8.936	10.728	8.210	3.736	13.000	9.517

SERVIÇOS TAQUIGRÁFICOS

A Coordenadoria de Taquigrafia – Cotaq foi especialmente requisitada em 2003. A criação dos novos órgãos julgadores, com alteração do calendário de sessões, e a manutenção das Turmas Suplementares aumentaram consideravelmente a demanda pela área, que teve o **número de sessões semanais elevado de 17 para 21** com o mesmo quadro de pessoal.

O ano foi bastante produtivo, totalizando a elaboração de **27.206 notas taquigráficas**, apanhadas em **624 sessões de julgamento** realizadas pelos órgãos julgadores e, ainda, pela Turma Especial de Férias, pelo Conselho de Administração, Conselho Deliberativo do Pro-Social e pela Comissão de Promoção. Foram taquigrafadas, também, várias solenidades e realizadas gravações de fitas de entrevistas para a Divisão de Divulgação Institucional, responsável pela Revista do Tribunal.

Parte das notas taquigráficas foi enviada diretamente aos gabinetes dos desembargadores federais pelo sistema informatizado de “escaninho”, que foi atualizado e colocado disponível pelo Sistema de Atendimento ao Usuário – Siate, agilizando significativamente o atendimento aos gabinetes.

Além das atenções para a informatização, novos equipamentos de áudio estão sendo adquiridos, com o objetivo de modernizar os serviços de som das sessões.

COMISSÃO DE CONCURSO

A Comissão de Concurso, presidida pelo eminente Desembargador Federal Olindo Menezes e apoiada pela Cojud, **finalizou o IX Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto** da Primeira Região, iniciado em 2002.

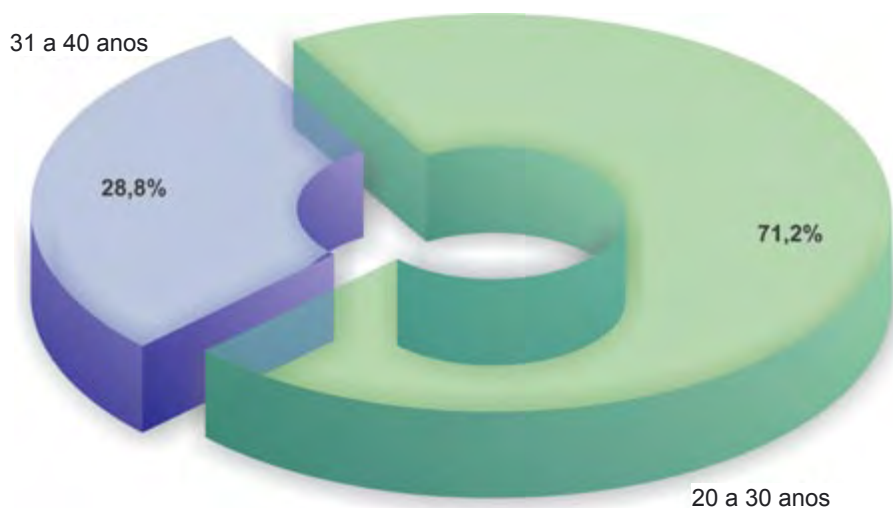
Foram aprovados 52 candidatos, dos quais 45 empossados em 17 de fevereiro.

A maioria dos aprovados situa-se na faixa etária de 20 a 30 anos e é oriunda das profissões de procurador (19 candidatos), advogado (8) e funcionário público (8).

QUADRO 69
IX CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

TOTAL DE INSCRITOS	INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	APROVADOS				
		1ª PROVA	2ª PROVA	3ª PROVA	ORAL E TÍTULOS	RESULTADO FINAL
2.008	1.915	158	76	91	56	52

GRÁFICO 16
CANDIDATOS APROVADOS – FAIXA ETÁRIA



APOIO À COMISSÃO DE REGIMENTO

Presidida pelo eminente Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian e apoiada pela Cojud, a Comissão de Regimento trabalhou intensamente durante o ano, recebendo e analisando inúmeras sugestões dos desembargadores federais para alteração do Regimento Interno do Tribunal. As alterações foram, inicialmente, motivadas pelo disposto no art. 407, que determinava a revisão das competências das três Seções após dois anos de instalação.

As sugestões culminaram com a **aprovação da Emenda Regimental n. 3**, publicada no *Diário da Justiça 2*, em 4 de setembro de 2003, que alterou grande quantidade de artigos do Regimento Interno, redefinindo a competência dos órgãos julgadores com o advento da Quarta Seção e da Sétima e Oitava Turmas e adequando o texto à nova realidade orgânica do Tribunal e às recentes reformas na legislação processual pátria.

Procedeu-se a outra alteração no Regimento Interno em 2003 com a edição da **Emenda Regimental n. 4**, publicada no *Diário da Justiça 2*, em 3 de outubro de 2003, que alterou o art. 37, *caput*, com o fim de flexibilizar os horários de realização das sessões de julgamento.

JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

ARQUIVO JUDICIAL

A Divisão de Arquivo Judicial realiza a conferência final dos acórdãos do Tribunal, sua distribuição aos advogados, sua digitalização, quando necessária, e o arquivamento e empréstimo de processos judiciais.

Em 2003, apesar de os acórdãos serem gravados eletronicamente na rede corporativa do Tribunal pelos gabinetes dos desembargadores federais, houve necessidade de **digitalização de 4.320 partes de inteiros teores**.

O atendimento ao público interno e externo foi efetuado na central de atendimento, que realiza serviço personalizado, por telefone, *e-mail*, fax e malote (correio). As cópias reprográficas cobradas dos usuários externos totalizaram, durante o ano, R\$ 5.388,00. No total, **9.445 processos judiciais foram arquivados**.

BIBLIOTECA

Na Biblioteca, foi realizado inventário que indicou que **o índice de obras extravias baixou quase 50%** em relação ao do ano anterior, devido às medidas adotadas para controle da circulação de livros, permitindo a manutenção do acervo e a economia com novas aquisições.

O acervo da Biblioteca passou a contar com **1.206 novas publicações**, tendo sido 963 adquiridas e 243 recebidas em doação. A divulgação foi realizada pelo Alerta Dibib, distribuído em meio eletrônico.

Quanto ao acervo do Tribunal, cujas aquisições são definidas pela Comissão de Acervo

Jurídico, foi acrescido de **591 novos livros**, sendo 490 destinados aos gabinetes dos desembargadores federais e 101 para outras unidades administrativas.

QUADRO 70
ATIVIDADES DA BIBLIOTECA

Consultas realizadas	9.669
Pesquisas realizadas	7.196
Empréstimos de obras	10.265
Empréstimos interbibliotecários	155
Processamento técnico de livros	720
Normas incluídas no sistema	365
Periódicos incluídos no sistema	55

ANÁLISE E REGISTRO DE JURISPRUDÊNCIA

É por meio das atividades de seleção, análise e indexação das decisões colegiadas e monocráticas do Tribunal, bem como dos acórdãos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais – JEFs da Primeira Região, que são alimentadas as fontes de consulta jurisprudenciais do TRF – 1ª Região de forma sistemática e racional. Isso assegura aos consulentes pesquisa mais depurada, uma base de dados sem volume de decisões idênticas.

Durante 2003, a área de jurisprudência analisou 57.526 acórdãos publicados pelos órgãos julgadores. Desse total, **15.159 acórdãos foram lançados na base de dados jurisprudenciais e 35 indexados.**

Também **foram lançadas na base de dados 1.661 decisões monocráticas** dos desembargadores federais, mantendo disponível para os gabinetes e outros tribunais rica fonte de consulta.

A partir de janeiro, **a jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região foi colocada à disposição do público**, por meio de sistema de alimentação implantado pela Secretaria de Informática do Tribunal. No período de 7 de janeiro a 8 de agosto, 614 acórdãos foram lançados na base de dados da Justiça Federal da Primeira Região.

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A *Revista do Tribunal*, o *Ementário de Jurisprudência* e o *Boletim Informativo de Jurisprudência* são outros instrumentos de divulgação da jurisprudência do Tribunal.

A Cojud, por meio da Divisão de Divulgação Institucional – Didiv, também editou o *Índice Geral da Revista nov./2000 a dez./2002*.

Para publicação em 2004, estão em curso os trabalhos de pesquisa e elaboração de **CD-Rom com o conteúdo das Revistas do Tribunal editadas em 2002 e 2003** e a obra intitulada *Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência*.



QUADRO 71

DIVULGAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL

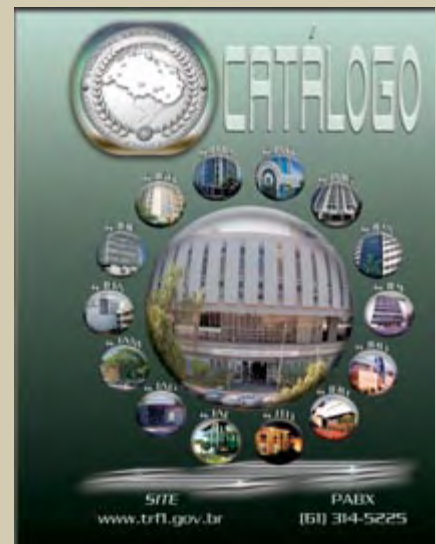
Publicação eletrônica do <i>Boletim Informativo de Jurisprudência</i>	36 edições
Publicação eletrônica do <i>Ementário de Jurisprudência</i>	34 edições
<i>Revista do Tribunal</i>	12 edições
Acórdãos para publicação em repositórios oficiais	365 encaminhamentos
Pesquisas realizadas durante o expediente do Tribunal	1.300 atendimentos diversos (personalizado, via telefone ou fax); 699 atendimentos por e-mail
Extração de inteiro teor de acórdãos de outros tribunais solicitados pelo público interno	858 atendimentos

SERVIÇOS DE REVISÃO E EDITORAÇÃO

A mídia impressa do Tribunal, à exceção dos trabalhos produzidos pela Ascom, tem a completa editoração realizada pela Cojud. Na Divisão de Produção Editorial – Diedi, são concentrados os serviços de diagramação, concepção gráfico-visual ou *design*, revisão e confecção de matrizes para produção de fotolitos em empresa terceirizada e posterior remessa à gráfica do Tribunal. Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se o fornecimento de suporte técnico para a execução de diversos trabalhos editoriais para as Seccionais da Primeira Região.

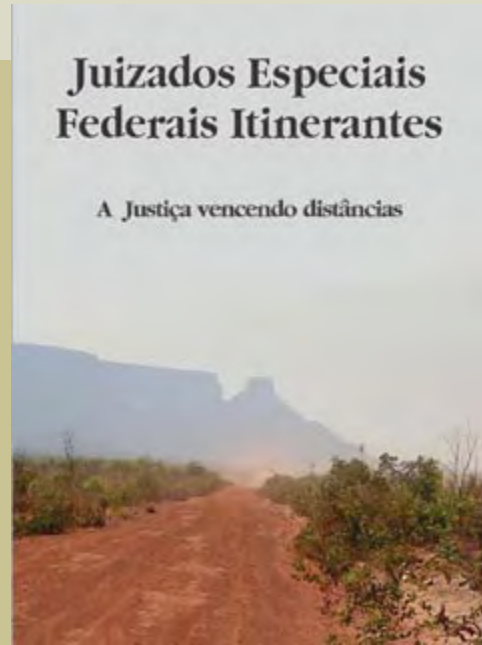
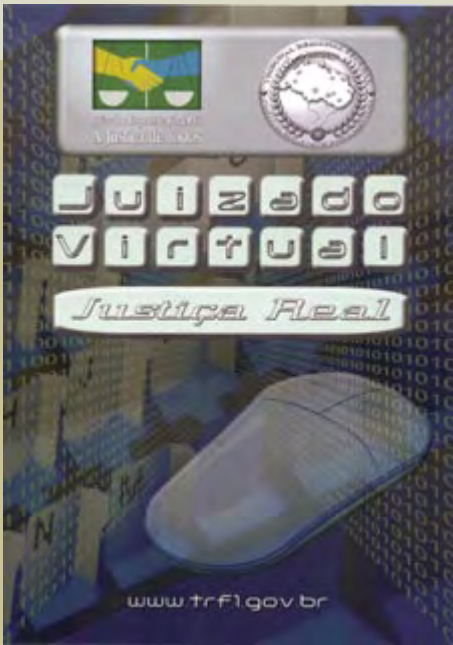
Há uma extensa lista de trabalhos produzidos: livros, revistas, livretos, pôsteres, cartazes, cartões em geral, convites, entre outros.

Catálogo Telefônico do Tribunal – Concebido em padrão de apresentação renovado e visando a contribuir para a **melhoria do processo de comunicação na Primeira Região, a obra tornou-se mais abrangente.** Passou a conter dados com maior nível de especificidade em relação às Seções Judiciárias, fazendo constar nome, *e-mail*, fax e telefones de juízes e dirigentes até o nível de seção, além de dados relativos aos Juizados Especiais Federais, incluindo as Turmas Recursais. Favorecendo ainda a identificação das Seções e Subseções Judiciárias, foram introduzidas as fotos das respectivas sedes nas páginas destinadas aos dados daquelas unidades.



Relatório de Atividades 2002 – Além da editoração, do projeto gráfico-visual e da revisão dos textos e tabelas, a Diedi auxiliou nos serviços de totalização de dados, consolidação e redação final do material recebido das unidades administrativas do Tribunal.

Material de Divulgação dos Juizados Especiais Federais – Foram confeccionados cartazes e editorado o manual *Juizado Virtual*, a pedido da Cojef.



Feira de Saúde e Semana do Servidor

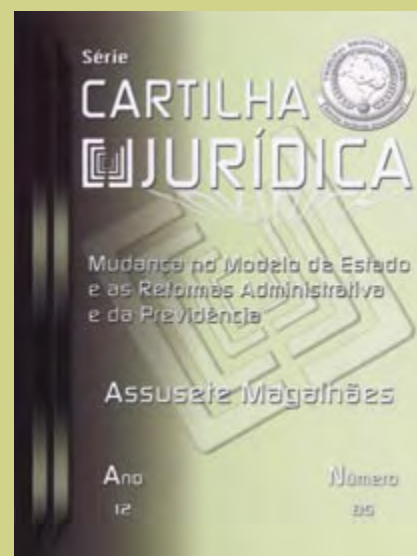
– A exemplo de anos anteriores, a Diedi elaborou todo o material de promoção e execução da VIII Feira de Saúde, que, no ano de 2003, trouxe também em sua edição a comemoração da Semana do Servidor.



Cartilha Jurídica – A obra *Mudança no Modelo de Estado e as Reformas Administrativas e da Previdência*, da Desembargadora Federal Assusete Magalhães, inaugurou o novo leiaute da série Cartilha Jurídica.



Regimento Interno – Lançamento da 3ª edição do Regimento Interno, na redação da Emenda n. 3, alterada pela Emenda n. 4.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Coordena as atividades de planejamento institucional e de administração orçamentária no Tribunal e orienta sua execução nas Seções Judiciárias vinculadas, visando à alocação dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao efetivo cumprimento das ações globais formuladas para a Primeira Região.

Divisão de Planejamento Estratégico

Divisão de Avaliação de Resultados e Informações Gerenciais

Divisão de Programação Orçamentária e Financeira

Destaques do ano

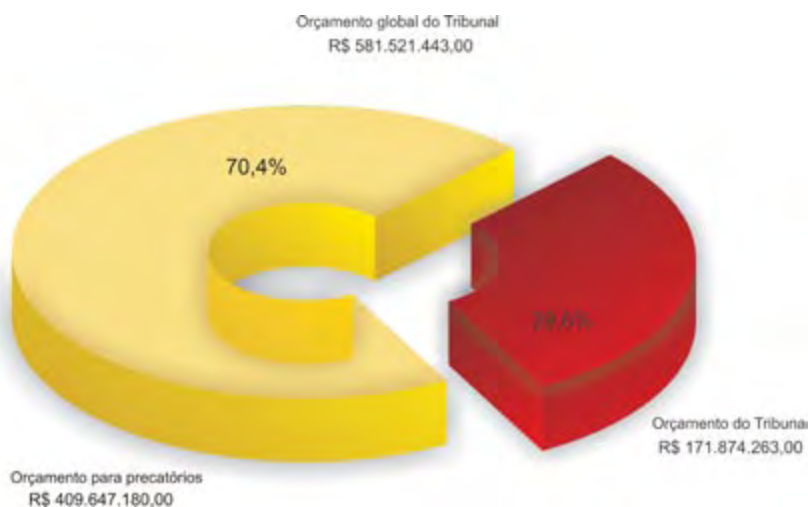
Obtenção de recursos para construção do **Centrejufe**, reforma do **Anexo I**, construção da **garagem oficial** do Tribunal, da sede das **Seções Judiciárias dos Estados do Acre, de Mato Grosso e do Piauí**; implantação do **Sistema Integrado de Gestão e Informação**; renovação da **frota de veículos**; processo de **virtualização dos Juizados Especiais Federais**; pagamento de **verbas laborais e benefícios**; previsão de recursos para execução de **projetos em 2004**.

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS DE 2003

Editada a Lei Orçamentária n. 10.640, de 14 de janeiro de 2003, foram detalhados os créditos e aberto processo administrativo para descentralização dos recursos orçamentários, dentro das respectivas Ações de Governo. As propostas orçamentárias do Tribunal e das Seccionais foram adequadas aos créditos recebidos e encontram-se de acordo com orientações da Presidência do Tribunal.

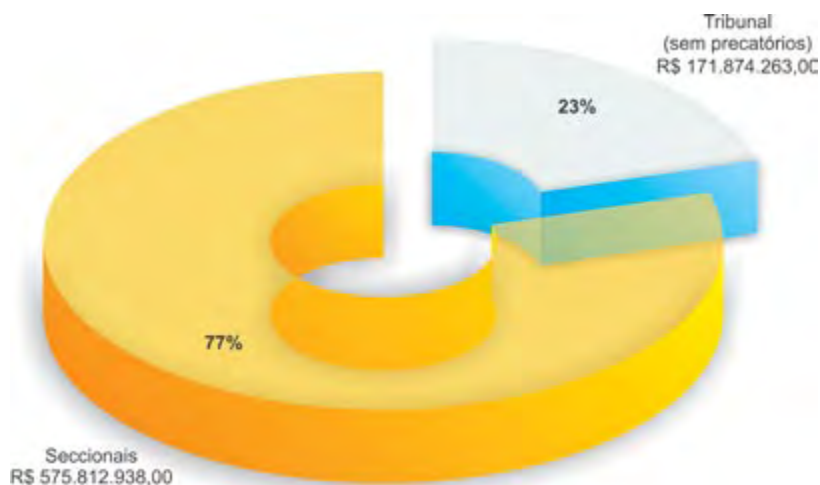
A dotação orçamentária total da Primeira Região, em 2003, foi de R\$ 1.157.334.381,00, tendo sido R\$ 409.647.180,00 destinados ao pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPVs. Apenas R\$ 171.874.263,00 foram destinados ao funcionamento do Tribunal, incluindo pagamentos laborais e obras, com **utilização de 98,47% das dotações.**

GRÁFICO 17
IMPACTO DOS PRECATÓRIOS NO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL



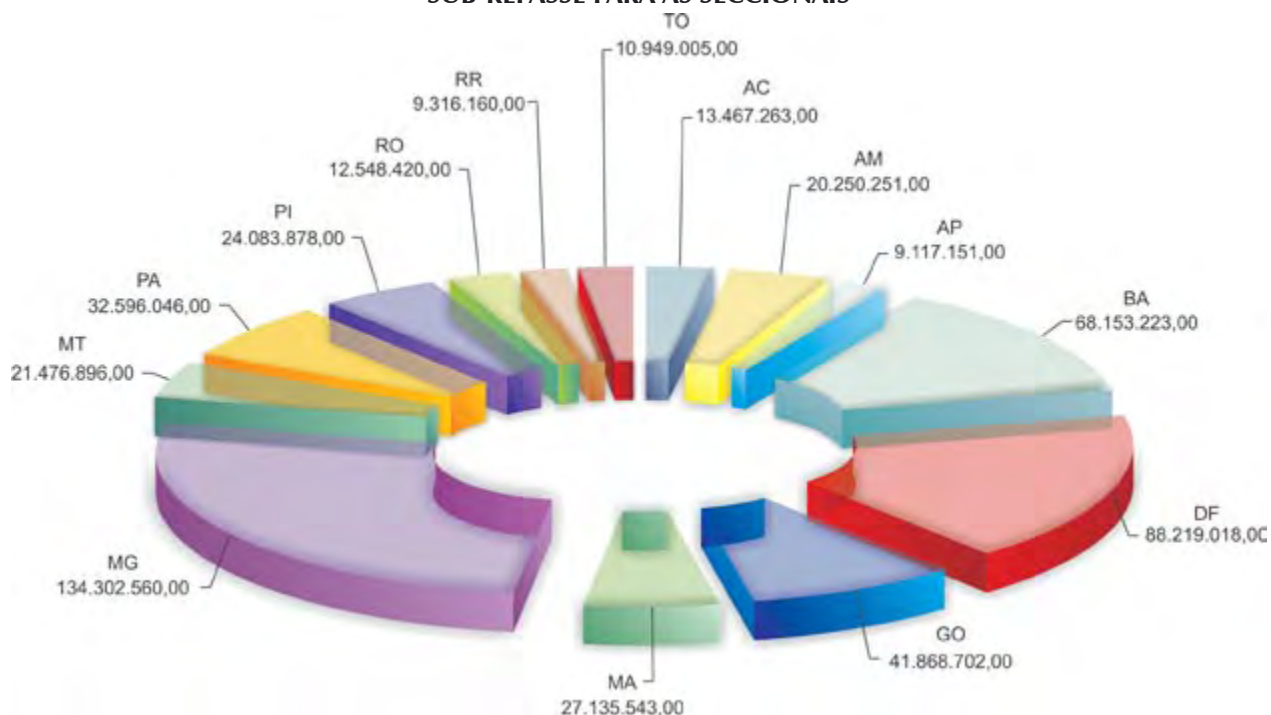
com **utilização de 98,47% das dotações.**

GRÁFICO 18
ORÇAMENTO APROVADO PARA A PRIMEIRA REGIÃO



Para as Seccionais, a dotação orçamentária foi de R\$ 575.812.938,00, com utilização de R\$ 567.158.163,00, correspondentes a 98,50% de aproveitamento da dotação.

GRÁFICO 19
SUB-REPASSE PARA AS SECCIONAIS



CRÉDITOS ADICIONAIS

Em abril, foi encaminhada ao Conselho da Justiça Federal – CJF solicitação de créditos adicionais, com cancelamentos, para atender o Tribunal e as Seções Judiciárias. A suplementação foi necessária para cobrir despesas classificadas como Administração de Unidade e projetos, tais como a implantação do Sistema Integrado de Gestão e Informação, as reformas de edificações do Tribunal e a construção do Centrejufe.

Em junho, os pleitos referentes à **manutenção dos serviços contínuos** e às **pre-tensões de novas despesas** até dezembro foram selecionados, e os solicitantes cientificados dos créditos contemplados, com quadros demonstrativos devidamente justificados.

CONTINGENCIAMENTOS E DESCONTINGENCIAMENTOS

Deu-se em abril o primeiro contingenciamento do orçamento pelo Governo Federal. À Justiça Federal coube o valor total de R\$ 95.174.738,00, não atingindo despesas com pessoal, encargos sociais e precatórios. No mês de junho, houve descontingenciamento.

Em setembro, com o advento do segundo contingenciamento de créditos orçamentários, procedeu-se à readequação de todo o planejamento para comportar as despesas até o final do exercício. Entretanto, **com o segundo descontingenciamento, em novembro, alguns projetos paralisados foram retomados e adiantado o cronograma de algumas obras.**

Ao todo, na Primeira Região, R\$ 30.850.369,00 foram contingenciados do orçamento de 2003 pelo Governo Federal, sendo que, no decorrer do ano, R\$ 13.551.720,00 foram descontingenciados.

GRÁFICO 20
CONTINGENCIAMENTO DA PRIMEIRA REGIÃO – 2003



GRÁFICO 21
VALORES DESCONTINGENCIADOS



OBRAS E REFORMAS

Foi um **ano de obras e reformas**. A construção do Centrejufe, entre todas, foi conduzida com particular desafio: iniciada no começo do ano, deve ser concluída ainda na atual gestão, provavelmente em março de 2004.

Outras tantas, geridas pelas Seccionais com apoio do Tribunal, graças à **firme disposição da Presidência na busca dos recursos necessários** para realizá-las ou concluí-las, permitirão à Justiça Federal cumprir sua missão institucional com maior adequação e eficiência.

QUADRO 72
OBRAS E REFORMAS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

OBRA	PERÍODO						PERCENTUAL CONCLUÍDO (%)										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
Construção das instalações do Juizado Especial Federal em Marabá/PA																	
Reforma e ampliação do edifício-sede da Subseção Judiciária de Marabá/PA																	
Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM																	
Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá																	
Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado do Acre, em Rio Branco																	
Reforma do edifício-sede da Subseção Judiciária de Uberaba/MG																	
Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí, em Teresina																	
Reforma do edifício-sede da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA e construção do estacionamento																	
Ampliação e cobertura do estacionamento da Seção Judiciária do Estado de Roraima, em Boa Vista																	
Ampliação do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, em Palmas																	
Recuperação do telhado, reforma do sistema elétrico e instalação de elevadores do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, em Palmas																	



Seção Judiciária do Estado do Acre



Seção Judiciária do Estado do Acre



Subseção Judiciária de Tabatinga/AM



Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso



Seção Judiciária do Estado de Roraima



Seção Judiciária do Estado do Tocantins



Maquete do Centrejufe



Instalações da Seção Judiciária do Estado do Acre



Subseção Judiciária de Ilhéus/BA



Subseção Judiciária de Uberaba/MG



Seção Judiciária do Estado do Piauí

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Com o primeiro descontingenciamento de crédito, ocorrido em junho, foi possível dar continuidade ao processo de virtualização dos Juizados Especiais Federais, cuja implantação iniciou-se na Seção Judiciária do Distrito Federal. Em novembro, viabilizou-se dotação necessária à abertura de procedimentos licitatórios para **aquisição de equipamentos destinados à virtualização de mais sete Juizados.**

Respeitada a disponibilidade orçamentária existente, foi elaborado estudo para execução do cronograma dos Juizados Especiais Federais Itinerantes para o período de julho de 2003 a dezembro de 2004, fazendo-se previsão, também, para as despesas da espécie durante o ano de 2004.

RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Em cumprimento às diretrizes da Presidência, definiu-se, em maio, o valor de R\$ 650.000,00 para iniciar a renovação da frota de veículos de serviços das Seções Judiciárias. Foram fixados a quantidade de veículos e o volume dos recursos necessários e disponíveis para cada uma.

VERBAS LABORAIS E BENEFÍCIOS

Em fevereiro, foram garantidos créditos orçamentários para reajuste do Auxílio-Alimentação e atualização do Auxílio-Pré-Escolar no exercício 2003, bem como para o pagamento integral da restituição do Plano de Seguridade Social – PSS aos magistrados e servidores.

No mês de maio, recursos foram obtidos para o pagamento parcial da restituição do PSS aos servidores, referente ao período de maio de 1999 a fevereiro de 2001. Em novembro, para o pagamento de diferença do PSS sobre a função gratificada. Em dezembro, para o pagamento referente à devolução do PSS incidente sobre 1/3 de férias, horas extras e adicionais de periculosidade e insalubridade. Também para o pagamento da antecipação do Auxílio-Alimentação, em cumprimento à decisão do CJF, que objetivou regularizar o regime de competência.

CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS (PRECATÓRIOS E RPVs)

No exercício de 2003, com as alterações oriundas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que impôs o destacamento para o Tribunal das dotações orçamentárias referentes às entidades, o pagamento de precatórios aumentou substancialmente. **O incremento na execução das Requisições de Pequeno Valor foi de aproximadamente 130% em relação ao exercício de 2002.**

Para quitação dos precatórios referentes ao passivo de entidades diversas, foram adotados dois procedimentos:

- a) solicitação nas entidades de repasse dos recursos financeiros inscritos em Restos a Pagar;
- b) utilização dos créditos incluídos na Lei Orçamentária de 2003, solicitando-se, sempre que necessário, suplementação para quitação dos processos em sua totalidade.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2004 E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2004-2007

A elaboração da Proposta Orçamentária de 2004 foi precedida de reformulação das planilhas encaminhadas às Seccionais, com o fito de ajustar a padronização, agilizar os procedimentos e conferir mais transparência a eles, além de propiciar efetiva participação dos gestores no processo orçamentário.

Recebidas as informações das unidades administrativas do Tribunal e das Seccionais quanto à necessidade de seus projetos para o quadriênio 2004-2007, **as metas foram ajustadas às realidades setoriais, sem prejuízo da manutenção das atividades e dos investimentos necessários.**

Simultaneamente, foram realizados estudos atinentes à execução do orçamento individual das unidades gestoras, com vistas à elaboração das solicitações de créditos adicionais para atender suas particulares necessidades.

No mês de maio, foi encaminhado à Secretaria de Orçamento e Finanças do CJF o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, contendo as previsões para o quadriênio 2004-2007 relativas a pessoal, custeio, benefícios, projetos em andamento e novos.

O CJF, após análise dos dados fornecidos, definiu os limites para o orçamento de 2004.

Reuniões entre o CJF e os demais Tribunais Regionais Federais foram realizadas com o escopo de criar estratégias de atuação objetivando a inclusão de emendas parlamentares

aos Projetos de Lei n. 30 e 31/2004, concernentes ao PPA, quadriênio 2004-2007, e ao orçamento de 2004, respectivamente. Propostas de emendas foram encaminhadas ao Congresso Nacional, elaboradas em conjunto com a Assessoria Parlamentar do Tribunal e o Conselho da Justiça Federal.

A Proposta Orçamentária de 2004 seguiu para o CJF com os seguintes montantes:

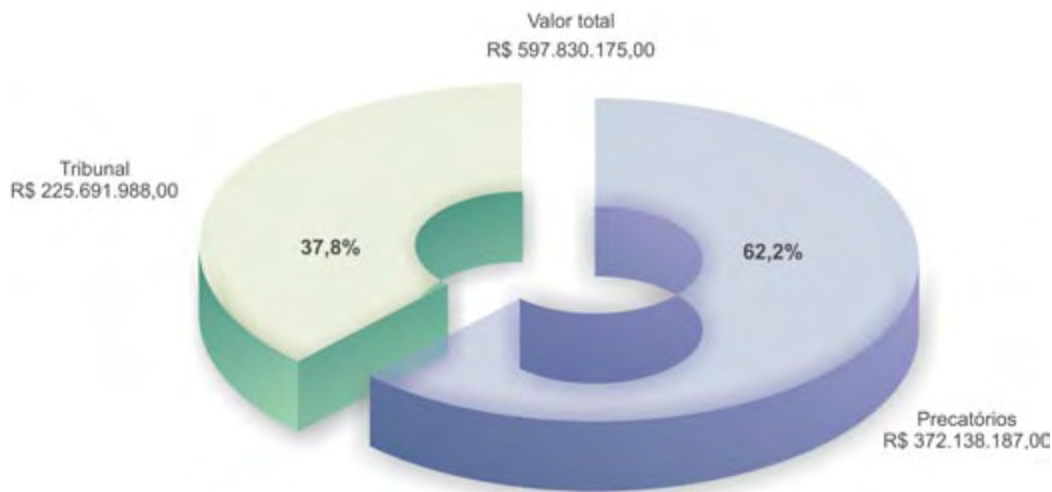
TRIBUNAL

- a) orçamento sem precatórios: R\$ 225.691.988,00;
- b) precatórios: R\$ 372.138.187,00;
- c) orçamento com precatórios: R\$ 597.830.175,00.

SEÇÕES JUDICIÁRIAS

- a) orçamento com previsão de instalação das novas varas de Juizados Especiais Federais, aprovadas pela Lei n. 10.772, de 21 de novembro de 2003: R\$ 1.117.481.194,00;
- b) orçamento sem previsão de instalação de Juizados Especiais Federais: R\$ 868.419.610,00.

GRÁFICO 22
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O TRIBUNAL EM 2004



Na Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a proposta sofreu os seguintes ajustes:

- a) orçamento do Tribunal sem precatórios: R\$ 156.860.930,00;
- b) orçamento das Seções Judiciárias: R\$ 611.808.963,00.

PROJETOS PREVISTOS PARA 2004

Os projetos de construção civil e de reforma de prédios previstos não eliminam a carência de imóveis e de adequação de espaços existentes, apenas atingem o volume de recursos reputados passíveis de execução, consideradas as limitações orçamentárias anuais. Dessarte, projetos nesse sentido ainda deverão figurar em futuros exercícios, pois, mantida a política de contenção de recursos, **a completa solução de espaço para o Tribunal, as Seções Judiciárias e os Juizados Especiais Federais ocorrerá paulatinamente.** Relembre-se que, quando da criação dos Tribunais Regionais Federais, não havia edificações destinadas ao Tribunal e a suas 14 Seccionais. A solução foi ocupar prédios públicos disponíveis ou realizar locação de imóveis de terceiros. Com o advento dos Juizados Especiais Federais, a situação ficou desequilibrada: foram criados com prazo exíguo de instalação, sem imóveis e recursos materiais e humanos. As edificações e reformas, por constrições orçamentárias, serão planejadas de acordo com a exequibilidade em cada exercício.

QUADRO 73
PROJETOS PREVISTOS PARA 2004

PROJETOS	PROPOSTA AJUSTADA AO LIMITE (R\$)
Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	1.744.000,00
Construção do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe	50.000,00
Reforma do edifício anexo do Tribunal	200.000,00
Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí	2.800.000,00
Modernização de instalações da Justiça Federal	500.000,00
Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional	4.000.000,00
Ampliação do edifício anexo da Seção Judiciária do Estado do Amazonas	2.089.000,00
Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	1.577.000,00
Construção do edifício-sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	4.500.000,00
Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	1.500.000,00
Ampliação do edifício anexo da Seção Judiciária do Estado da Bahia	1.500.000,00
Construção do edifício-sede dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia	500.000,00
Aquisição de imóvel para a Seção Judiciária do Estado do Pará	300.000,00
Aquisição de veículo fluvial para os Juizados Especiais Federais Itinerantes	3.400.000,00
TOTAL DE RECURSOS	24.660.000,00

QUADRO 74
DEMONSTRATIVO DAS VARIÇÕES NA LEI ORÇAMENTÁRIA
TRIBUNAL E SEÇÕES
ORÇAMENTO 2003

Data: 31.12.2003

R\$ 1,00

UO	GRUPO DE DESPESA	PROPOSTA 2003	LEI ORÇAMENTÁRIA N. 10.640/2003	SUPLEMENTAÇÃO/CANCELAMENTO	PROVISÃO RECEBIDA/CONCEDIDA	DOTAÇÃO DISPONÍVEL 2003	DESPESA LIQUIDADADA
12101 Seções	Pessoal	479.287.370	451.683.614	15.954.002	–	467.637.616	466.776.544
	Outras despesas correntes	126.970.468	78.932.506	5.849.278	(5.527.950)	81.835.391	79.085.216
	Investimentos	100.148.656	18.552.980	11.180.898	(4.392.863)	26.339.938	21.296.402
TOTAL 12101		706.406.494	549.169.100	32.984.178	(9.920.813)	575.812.945	567.158.162
12102 TRF	Pessoal	118.664.311	111.888.352	4.353.809	–	116.242.161	116.242.161
	Outras despesas correntes	37.017.984	30.841.920	1.090.926	5.132.950	37.075.626	36.301.117
	Investimentos	19.498.159	9.451.000	4.590.001	4.787.863	18.556.481	16.699.423
TOTAL 12102		175.180.454	152.181.272	10.034.736	9.920.813	171.874.268	169.242.701
Total 1ª Região S/CSJ		881.586.948	701.350.372	43.018.914	–	747.687.213	736.400.863
Precatórios		184.381.450	184.381.450	(8.425.746)	–	175.955.704	175.955.704
RPV		15.045.000	15.045.000	28.691.000	–	43.736.000	43.736.001
Total sentenças judiciais transitadas em julgado		199.426.450	199.426.450	20.265.254	–	219.691.704	219.691.705
Precatórios de entidades		–	–	–	–	189.955.476	182.567.217
TOTAL GERAL - PE		1.081.013.398	900.776.822	63.284.168	–	967.378.917	956.092.568
TOTAL GERAL + PE		1.081.013.398	900.776.822	63.284.168	–	1.157.334.393	1.138.659.785

Demonstra as variações orçamentárias ocorridas em 2003, referentes às unidades orçamentárias 12101 (Seção Judiciária) e 12102 (TRF – 1ª Região), por grupo de despesas (pessoal, outras despesas correntes e investimentos) e decisões judiciais transitadas em julgado. Retrata a proposta orçamentária e a Lei Orçamentária no exercício de 2003, as variações decorrentes das alterações orçamentárias ocorridas no período devido à suplementação/cancelamento e a descentralização interna de créditos (provisão recebida/concedida), com-pondo, assim, a dotação disponível de 2003. Reflete, também, a despesa empenhada e liquidada.

QUADRO 75
DESPESA LIQUIDADADA POR AÇÕES – PRIMEIRA REGIÃO
ORÇAMENTO 2003

Data: 31.12.2003

R\$ 1,00

AÇÃO	SIGLA	TRF	SEÇÕES	TOTAL 1ª REGIÃO
Pessoal ativo	JC	105.435.512	369.041.845	474.477.357
Pessoal inativo	PAP	10.806.650	97.734.700	108.541.350
Assistência jurídica pessoas carentes	AJPC	–	1.285.603	1.285.603
Administração da unidade	ADU	27.163.925	42.636.286	69.800.211
Implantação de Juizados Especiais Cíveis	IJEC	2.549.618	740.568	3.290.186
Auxílio-Alimentação	AA	5.925.797	22.625.947	28.551.744
Auxílio-Transporte	AT	212.268	657.314	869.582
Assistência pré-escolar	APE	732.093	2.800.001	3.532.094
Assistência médico-odontológica	AMOS	2.817.320	10.567.320	13.384.640
Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação	ISIGIJ	5.495.045	434.677	5.929.722
Capacitação de recursos humanos	CRH	271.918	794.410	1.066.328
APIU – Adm. Patr. Imob. União	APIU/MF	9.649	–	9.649
Obra Mato Grosso	CES-MT	–	2.583.742	2.583.742
Obra Piauí	CES-PI	–	3.999.999	3.999.999
Reforma, ampliação e modernização de instalações	MDI-JF	337.310	1.508.981	1.846.291
Ampliação do edifício anexo em Manaus	AMP-AM	200.000	225.400	425.400
Construção do edifício-sede em Minas Gerais	CES-BH	–	1.164.090	1.164.090
Construção da garagem e da oficina no TRF	CGT	1.428.875	–	1.428.875
Construção do Centro de Treinamento – 1ª Região	Centrejufe	2.300.000	–	2.300.000
Reforma do anexo do TRF – 1ª Região	REF. TRF	3.556.720	–	3.556.720
Aquisição de terreno em BH/MG	AQ. TER. BH	–	7.481.425	7.481.425
Implantação de varas federais	IVF	–	875.855	875.855
TOTAL		169.242.700	567.158.163	736.400.863
Sentenças judiciais transitadas em julgado	CSJ	175.955.704	–	175.955.704
	RPV	43.736.000	–	43.736.000
Total sentenças judiciais transitadas em julgado		219.691.704	–	219.691.704
Precatórios de entidades	PE	182.567.217	–	182.567.217
TOTAL GERAL		571.501.621	567.158.163	1.138.659.784

Detalha a execução da despesa realizada por ações de governo, padronizada pela União, referente ao Tribunal e às Seccionais a ele vinculadas.

QUADRO 76**DESPESA COM SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO LIQUIDADADA POR GRUPO**

Data: 31.12.2003

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO APROVADO	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESA EXECUTADA
Pessoal	110.066.345	110.066.345	102.205.023
Outras despesas correntes	102.686.942	102.686.942	97.729.891
Inversões financeiras	6.938.417	6.938.417	5.920.590
TOTAL	219.691.704	219.691.704	205.855.504
Precatórios de entidades	189.955.476	189.955.476	182.567.217
TOTAL GERAL	409.647.180	409.647.180	388.422.721

Demonstra o orçamento aprovado, a provisão recebida e a despesa executada, por grupo de despesa, com relação às operações especiais de governo, traduzidas em ações orçamentárias: a) cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas (precatórios); b) ações consideradas de pequeno valor – RPVs. Também demonstra valores referentes a precatórios de entidades.

QUADRO 77**OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTO POR SECCIONAL**

Data: 31.12.2003

R\$ 1,00

SEÇÃO	CRÉDITOS RECEBIDOS	CRÉDITOS UTILIZADOS	% UTILIZAÇÃO	SALDO
AC	2.833.964	2.804.553	98,96%	29.411
AM	7.213.701	4.110.419	56,98%	3.103.282
AP	2.102.436	2.064.963	98,22%	37.473
BA	12.192.212	12.157.231	99,71%	34.981
DF	12.527.804	12.412.249	99,08%	115.555
GO	6.923.308	6.912.926	99,85%	10.382
MA	4.694.855	4.626.459	98,54%	68.396
MG	28.558.619	28.507.335	99,82%	51.284
MT	8.273.268	6.941.018	83,90%	1.332.250
PA	5.006.649	4.970.719	99,28%	35.930
PI	7.486.278	7.432.663	99,28%	53.615
RO	2.908.712	2.834.339	97,44%	74.373
RR	2.350.920	2.321.943	98,77%	28.977
TO	2.352.177	2.284.801	97,14%	67.376
Saldo Secor	1.636.979	–	0,00%	1.636.979
Subtotal	107.061.882	100.381.618	93,76%	6.680.264
TRF	55.632.101	53.000.538	95,27%	2.631.563
Saldo Secor	–	–	0%	–
Subtotal	55.632.101	53.000.538	95,27%	2.631.563
TOTAL	162.693.983	153.382.156	94,28%	9.311.827

QUADRO 78

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
TRF – 1ª REGIÃO E SEÇÕES

Data: 31.12.2003

R\$ 1,00

SEÇÃO JUDICIÁRIA	MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		
	PROVISÃO	DESPESA LIQUIDADADA	% UTILIZAÇÃO	SUB-REPASSE CONCEDIDO	DARF SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSO	TOTAL
AC	13.872.117	13.818.831	99,62%	11.020.932	2.446.331	13.467.263
AM	25.522.383	22.385.928	87,71%	16.281.134	3.969.117	20.250.251
AP	10.247.248	10.194.327	99,48%	7.245.391	1.871.760	9.117.151
BA	75.096.763	75.057.199	99,95%	54.250.806	13.902.417	68.153.223
DF	98.443.371	98.177.487	99,73%	69.530.650	18.688.369	88.219.018
GO	46.543.502	46.532.580	99,98%	32.991.096	8.877.606	41.868.702
MA	30.416.567	30.292.749	99,59%	21.676.622	5.458.921	27.135.543
MG	148.098.189	148.045.849	99,96%	109.217.544	25.085.016	134.302.560
MT	26.535.685	25.203.219	94,98%	17.229.399	4.247.497	21.476.896
PA	35.478.354	35.409.634	99,81%	25.379.110	7.216.936	32.596.046
PI	26.452.858	26.363.682	99,66%	19.991.581	4.092.297	24.083.878
RO	13.757.014	13.656.533	99,27%	10.132.970	2.415.450	12.548.420
RR	10.002.843	9.973.866	99,71%	7.643.129	1.673.032	9.316.160
TO	12.139.456	12.046.279	99,23%	8.619.824	2.329.181	10.949.005
Saldo Secor	3.206.588	-	0%	-	-	-
TOTAL 12101	575.812.938	567.158.163	98,50%	411.210.189	102.273.929	513.484.118
TRF	171.874.263	169.242.700	98,47%	112.227.243	28.441.754	140.668.997
Saldo Secor	-	-	0%	-	-	-
TOTAL 12102	171.874.263	169.242.700	98,47%	112.227.243	28.441.754	140.668.997
TOTAL 12101/12102	747.687.201	736.400.863	98,49%	523.437.432	130.715.683	654.153.115
CSJ	175.955.704	175.955.704	100,00%	171.176.150	-	171.176.150
RPV	43.736.000	43.736.000	100,00%	37.065.225	-	37.065.225
PE	189.955.476	182.567.217	96,11%	184.548.572	-	184.548.572
Total Prec.	409.647.180	402.258.921	98,20%	392.789.947	-	392.789.947
TRF c/ Prec.	581.521.443	571.501.621	98,28%	505.017.190	28.441.754	533.458.944
TOTAL GERAL	1.157.334.381	1.138.659.784	98,39%	916.227.379	130.715.683	1.046.943.062

Demonstra a movimentação orçamentária e financeira ocorrida durante o exercício, discriminada por Seção Judiciária, incluindo-se o Tribunal, com as despesas inscritas em Restos a Pagar.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Coordena as atividades de planejamento, acompanhamento e desenvolvimento de recursos humanos no Tribunal e orienta essas atividades nas Seções Judiciárias, visando à qualificação do corpo funcional e ao aprimoramento dos serviços prestados.

Divisão de Cadastro de Pessoal

Divisão de Pagamento de Pessoal

Divisão de Legislação de Pessoal

Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos

Destaques do ano

Participação dos servidores em **mais de 60 eventos de capacitação**; decisão do Conselho da Justiça Federal de **redução da duração do estágio probatório dos servidores**; conclusão dos treinamentos para a **implementação do Processo de Gestão de Desempenho – Proged**, destinado à avaliação de servidores após o estágio probatório; **pagamento de diversas diferenças salariais** aos magistrados e servidores; elaboração de estudo para **definição da lotação ideal de pessoal** das diversas áreas do Tribunal.

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

Em 2003, foi **iniciado projeto piloto do Programa de Gestão de Pessoas por Competências**, em parceria com o Conselho da Justiça Federal – CJF e com a Seção Judiciária do Distrito Federal, para possibilitar aos ocupantes de funções gerenciais condições de adequação de seu perfil de competências às exigências das funções que ocupam. O Programa utiliza dinâmicas, provas situacionais e entrevistas individuais e tem como resultado o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que confere condições para a autogestão do desenvolvimento profissional, mediante ações de capacitação. Posteriormente, o programa deverá ser estendido a toda a Justiça Federal.

Apesar da escassez de recursos orçamentários, **os servidores participaram, durante o ano, de mais de 60 eventos internos e externos** — sempre apoiados, preparados ou intermediados pela Secretaria de Recursos Humanos – Secre —, garantindo-se o aprendizado contínuo, a busca de inovações e o desenvolvimento de aptidões do corpo funcional do Tribunal e das Seccionais.

Como resultado de reuniões com assessores e chefes de gabinete dos desembargadores federais, especial **ênfase foi dada aos cursos da área de Direito**, com direcionamento à preparação dos servidores para as mudanças decorrentes da criação de novos órgãos julgadores no Tribunal e da alteração das competências das Seções e Turmas.





Em abril, foi realizada a última etapa do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG, iniciado em 2002.

QUADRO 79
EVENTOS DE CAPACITAÇÃO EXTERNOS COM ÔNUS PARA O TRIBUNAL

EVENTO	PARTICIPANTES	PERÍODO	LOCAL
Curso Integrado de Execução Orçamentária e Financeira no Serviço Público – LRF	1	20 a 25/01	Rio de Janeiro
Seminário Especial de Planejamento, Controle e Otimização de Frotas	3	07 e 08/02	São Paulo
Curso de Psicoterapia Breve de Orientação Gestalt/Neurolingüística	1	22 e 23/02 22 e 23/03	Brasília
A Evolução nas Compras Públicas: novas práticas e princípios	3	14 e 15/02	São Paulo
3º Seminário de Qualidade de Vida nas Organizações	5	23 e 24/04	Brasília
Como Reduzir Custos de Serviços Terceirizados na Administração Pública	2	03 e 04/04	Brasília
Temas Modernos de Direito no Novo Código Civil	2	17 a 21/03	Brasília
Programação e Gestão Financeira e Orçamentária	1	23/03 a 24/04	Brasília
Curso Prático de Orçamento Público com Elaboração do PPA – Parâmetro LDO	1	26 a 29/03	Salvador
Formação de Pregoeiros	1	23 a 25/04	Brasília
Formação de Pregoeiros	1	14 a 16/05	Brasília
Curso Avançado de Gestão Empresarial e Qualidade de Vida – módulos I e II	2	13 a 17/05 03 a 07/06	São Paulo
III Congresso ISMA-BR e V Fórum de Qualidade de Vida no Trabalho	3	10 e 11/06	Porto Alegre
III Congresso ISMA-BR e V Fórum de Qualidade de Vida no Trabalho e visita técnica ao TRF – 4ª Região	2	10 e 11/06 12 e 13/06	Porto Alegre
Curso de Contabilidade Governamental e Análise de Balanços em Conformidade com a LRF	2	31/03 a 04/04	Brasília
Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas	1	28 e 29/05	Brasília
Curso O Novo Código Civil	8	06 e 07/06 13 e 14/06	Brasília
II Curso de Planejamento e Orçamento Público para Não-Especialistas	2	1º/09 a 03/10	Brasília
III Seminário Internacional de Compras Governamentais	1	16 a 18/09	São Paulo
13º Congresso Brasileiro de Perícias Médicas	2	15 a 18/10	João Pessoa
Treinamento Operacional Básico Relativo à Impressora Speedmaster CD102-5+LX-CP 2000 – Novo	1	14 a 18/07	São Paulo
Terceirização de Serviços na Administração Pública: do projeto básico à fiscalização do contrato	1	09 e 10/10	Brasília
Indexação do Assunto de Documentos	1	22 a 26/09	Brasília
Curso de Especificação de Mobiliário	3	26 a 29/08	Brasília

Direitos Fundamentais: o indivíduo e o Estado punitivo	1	08 a 26/09	Brasília
Curso de Direito Penal – módulos I e II	4	1º a 04/10 06 a 10/10	Brasília
Temas Modernos de Direito Penal e Processual Penal	4	25 a 28/08	Brasília
Congresso Infoimagem 2003	5	06 a 09/10	São Paulo
Curso PPA: Elaboração do Plano de Gestão por Programa – 2 turmas	3	22 a 24/09 17 a 19/11	Brasília
Palestra no Encontro Centro-Oeste de Psicodrama	1	31/10 a 1º/11	Brasília
Direito Processual Penal: visão constitucional do processo penal	29	06 a 08/11	Brasília
Temas Fundamentais de Direito Tributário	7	18/11 a 11/12	Brasília
1º <i>Workshop</i> Fujitsu de Digitalização	1	dia 27/11	São Paulo
Simpósios NDJ	5	1º e 02/12	Brasília
Condução de Caminhão Tractor – habilitação categoria “E”	3	julho/agosto	Brasília
Palestra na Jornada de Psicodrama da ABP	2	21 e 22/11	Brasília

QUADRO 80
EVENTOS EXTERNOS SEM ÔNUS PARA O TRIBUNAL

EVENTO	PARTICIPANTES	ORGANIZAÇÃO	PERÍODO	LOCAL
Palestra Tempo de Transformação	4	MPDFT	25/02	Brasília
Palestra Responsabilidade Social	4	MPDFT	1º/04	Brasília
Palestra Parem de Falar Mal da Rotina	7	MPDFT	29/04	Brasília
Curso Mobilizando Equipes	2	STF/ENAP	05 a 09/05	Brasília
Treinamento para Implantação do Programa de Promoção de Saúde e Prevenção do TST	3	TST	19 a 23/05	Brasília
Seminário Gestão da Informação: desafios e soluções	1	Grupo Ambient	21/08	Brasília
Palestra Fronteiras da Inteligência	5	MPDFT	30/09	Brasília
Palestra História Brasileira: heranças da administração pública portuguesa	1	MPDFT	28/08	Brasília
Palestra Elaboração de Projetos Básicos em Contratos	7	TJDFT	20/10	Brasília
Palestra As Crises Familiares: problemática família-trabalho	3	MPDFT	30/10	Brasília
Palestra Fiscalização em Obras Públicas	3	TJDFT	14/11	Brasília
Palestra Ética, Indivíduo e Sociedade	5	MPDFT	02/12	Brasília

QUADRO 81
EVENTOS INTERNOS REALIZADOS OU APOIADOS PELA DIREH/SECRE

EVENTO	TURMAS	PARTICIPANTES
Formulários em PDF	1	10
Curso de Protocolo Descentralizado	1	7
Treinamento de avaliadores para implantação do Proged	3	109
Curso de Corel Draw – básico	2	7 (1ª turma) 6 (2ª turma)
Curso de Planilha Eletrônica Excel – básico	1	6
Auxiliar de Brigadista	4	99
Curso de Corel Draw – avançado	2	9
Palestra Proged	1	95
III Encontro dos Coordenadores dos Comitês Gerenciais do PCQVT da Primeira Região	1	33
Encontro dos Representantes do Pro-Social da Primeira Região	1	32
Palestras do Serviço Médico	5	300*
Apresentação do Proged para os avaliadores	1	80
Treinamento de avaliadores para a implementação do Proged	1	17
Treinamento para agentes de segurança	1	29
Curso de Planilha Eletrônica Excel – avançado	1	5
Metodologia da Pesquisa Jurídica na Internet	2	8 (1ª turma) 8 (2ª turma)
Curso de Word – básico	2	3 (1ª turma) 8 (2ª turma)
Curso de InDesign	1	5
VII Feira de Saúde	–	2.000
Recursos Cíveis	1	47
Direito Penal – módulo I	2	24 (1ª Turma) 26 (2ª Turma)
Palestra PCTT	2	apoio
Treinamento em serviço sobre o Siafi Gerencial	1	7

* Estimativa de comparecimento.

QUADRO 82
EVENTOS DE CAPACITAÇÃO LOCAIS

EVENTO	INSTRUTORES	PERÍODO
Treinamento sobre o Proged na SJ/MT	1	03/11
Treinamento para peritos odontólogos na SJ/BA	1	04 e 05/12
Treinamento na área de Pagamento da SJ/MA	3	24 e 25/03 27 e 28/03
Treinamento na área de Pagamento da SJ/MT	1	08 e 09/05

QUADRO 83
EVENTOS REGIONAIS PROMOVIDOS EM PARCERIA COM OUTROS ÓRGÃOS

EVENTO	PARTICIPANTES	PERÍODO	ÓRGÃO PROMOTOR
Curso Prático sobre o Subsistema de Contas a Pagar e a Receber – CPR (ônus com diárias e passagens)	3 do TRF e 18 das Seccionais	17 e 18/11	CJF
I Encontro sobre o Novo Manual de Atribuições de Cargos	2 do TRF e 14 das Seccionais	20 e 21/11	CJF
Capacitação de Instrutores da Tabela Única de Assuntos da Justiça Federal	5 do TRF e 7 das Seccionais	18 a 21/11	CJF

DIFERENÇAS SALARIAIS

Além da preparação e execução das folhas ordinárias de pagamento de vencimentos e benefícios, seguindo sua política de valorização de recursos humanos, o Tribunal desvelou-se junto ao Conselho da Justiça Federal e ao Congresso Nacional em obter recursos extraordinários necessários ao pagamento de diversas diferenças salariais no decorrer do exercício, o que resultou **na integralização de todas as pendências salariais** administrativamente autorizadas ou determinadas judicialmente, assegurando os direitos de magistrados e servidores da Primeira Região.



QUADRO 84
DIFERENÇAS SALARIAIS/BENEFÍCIOS PAGOS EM 2003

DESCRIÇÃO	LEGISLAÇÃO/ DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	MÊS DE PAGAMENTO
Diferença de Auxílio-Alimentação – ago.-dez./2003 – o valor passou de R\$ 345,00 para R\$ 390,00	Portaria/Presi n. 91/2003	fev. a dez. /2002	jan./2003
Antecipação do Auxílio-Alimentação de jan./2004	Decisão CJF	jan./2004	previsão: dez./2003
Diferença de PSS aos magistrados – exercícios anteriores	Lei n. 10.474/2002	jan./1998 a maio/2002	fev./2003
Devolução de PSS sobre função comissionada – exercícios anteriores – 1ª parcela (63,32%)	CJF/Proc. n. 200024003-1 e n. 200116098-0; art. 5º da Lei n. 8.472/1992 e despacho do Presidente, Desembargador Federal Catão Alves, no Proc. TRF n. 5.574/2002	maio/1999 a fev./2001	abr./2003
Devolução de PSS sobre função comissionada – exercícios anteriores – 2ª parcela (3,56%)		maio/1999 a fev./2001	abr./2003
Devolução de PSS sobre os adicionais de 1/3 de férias, serviço extraordinário, insalubridade e periculosidade	Decisão CJF	maio/1999 a dez./2003	previsão: dez./2003
Diferença de 1% sobre remuneração e função comissionada	Lei n. 10.697/2003	vigência: jan./2003	jul./2003
Implantação do abono (R\$ 59,87) e pagamento da diferença retroativa	Lei n. 10.698/2003	jan. a jul./2003	jul./2003
Decisão do CJF sobre manifestação do TCU – inacumulação de função integral com vantagens pessoais incorporadas (VPNI/Quintos)	Proc. TC n. 005.425/2000-4 Acórdão n. 582/2003 – publ. no DOU de 10/06/2003	10/06/2003	jul./2003
Pasep	Convênio	2003	set./2003
Devolução de PSS sobre Função Comissionada – Exercícios Anteriores – 3ª parcela (33,12%)	CJF/Proc. n. 200024003-1 e n. 200116098-0; art. 5º da Lei n. 8.472/92 e despacho do Presidente, Desembargador Federal Catão Alves, no Proc. TRF n. 5.574/2002	maio/1999 a fev./2001	nov./2003
Diferença de Gratificação Natalina sobre o abono da Lei n. 10.698 de 02/07/2003	CJF/PA n. 2003131749 e Of. SRH/SUPES/DICAP n. 2003020405 de 18/11/2003	2003	nov./2003
Diferença de substituição de função comissionada	CJF/PA n. 2003160448 e Of. SRH/SUDES/DINOR n. 2003020325 de 19/09/2003	11/12/1997 a 12/11/1999	dez./2003

GESTÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES

A exemplo dos anos anteriores, o desempenho dos servidores em estágio probatório foi acompanhado de acordo com a metodologia do Sistema Unificado de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório – Suades. Após discussões que envolveram todos os Tribunais Regionais Federais e o Conselho da Justiça Federal, **foi aprovada redução da duração do estágio probatório** de servidores da Justiça Federal de três para dois anos, por meio da Resolução n. 335/2003 – CJF. A medida alcançou tanto os servidores que já cumpriram o estágio e, assim, atingiram a estabilidade como aqueles que ainda estão submetidos ao Suades, o que lhes garantirá o recebimento das progressões a que tiverem direito.

Para beneficiar os servidores após o estágio probatório, o Conselho da Justiça Federal criou o Processo de Gestão de Desempenho – Proged, que tem como principais vantagens para o aprimoramento do exercício profissional a consideração das características pessoais e profissionais de cada servidor, o estabelecimento de comunicação mais eficiente entre servidor e chefia e maior clareza dos padrões de desempenho esperados pelo Tribunal.

Durante o ano, foram ministrados vários treinamentos do Proged.



DEFINIÇÃO DA LOTAÇÃO IDEAL DE PESSOAL

A qualidade das ações do Tribunal e a produtividade dos servidores são diretamente relacionadas ao correto dimensionamento da lotação de pessoal de cada unidade administrativa.

Pela indefinição desses quantitativos para os segmentos administrativos do Tribunal e escassez de pessoal nas diversas áreas, foi constituída comissão de estudos para elaboração de proposta de lotação ideal para cada unidade administrativa, por meio da Portaria/Presi n. 630-537 de 18 de agosto de 2003. Os estudos consideraram as atribuições das unidades, o volume e a periodicidade dos serviços e a lotação atual de servidores. Recomendaram, devido ao crescimento da demanda judicial e ao conseqüente aumento da demanda pelos serviços administrativos, a ampliação do atual quadro permanente de servidores e alteração e criação de algumas funções comissionadas.

De imediato, os resultados dos estudos poderão orientar a alocação de pessoal no Tribunal e, proximamente, subsidiar anteprojeto de lei para ampliação do número de cargos e funções do Tribunal.

DIVULGAÇÃO EXTERNA DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL DO TRIBUNAL

Os trabalhos na área de Psicologia Organizacional, principalmente de psicodrama, desenvolvidos no Tribunal geraram convites por parte de outros órgãos do Judiciário e participações em eventos de âmbito regional e nacional, como o III Congresso de Stress da International Stress Management Association – ISMA-BR; o Encontro Centro-Oeste de Psicodrama; a Jornada de Psicodrama da Associação Brasiliense de Psicodrama e Sociodrama – ABP e a Feira de Saúde do Tribunal Superior do Trabalho.

NOVO SISTEMA AUTOMATIZADO DE RECURSOS HUMANOS

Até outubro, as áreas de cadastro e de pagamento de pessoal realizavam suas atividades com o apoio de informações funcionais cadastradas no antigo sistema Mumps. A partir de novembro, foi implantado pela Secretaria de Informática novo sistema informatizado, na plataforma Oracle, com importação dos dados. Sua principal vantagem relaciona-se à segurança,

pois **compara as informações cadastradas e controla os lançamentos, evitando erros.**

O novo sistema encontra-se em fase inicial no Tribunal e, após os ajustes necessários, será estendido às Seções Judiciárias.

ESTAGIÁRIOS

A Secre desincumbiu-se dos procedimentos para contratação, pagamento, acompanhamento e desligamento dos estagiários do Tribunal.

No que tange à seleção de estagiários, houve introdução de testes no processo seletivo para apuração do índice de rendimento escolar. A providência visa a demonstrar aos

estudantes a importância do estudo para a formação profissional e a incentivá-los em sua formação.

QUADRO 85
PROGRAMA DE ESTÁGIO

ESPECIFICAÇÃO	TRIBUNAL	TOTAL
Estagiários de ensino superior contratados em 2003	105	157
Estagiários de ensino médio contratados em 2003	52	
Quadro de estagiários de ensino superior*	222	351
Quadro de estagiários de ensino médio*	129	

* Situação em dez./2003.

A IN-13-01 – Programa de Estágio passou por alterações que consistiram, essencialmente, na **criação de quadro para os Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, recomposição dos valores das bolsas de estágio**, na sua desvinculação do salário mínimo e na criação de vagas para estagiários em número compatível com as necessidades de

serviço, respeitadas as possibilidades orçamentárias da Primeira Região.

Com as modificações, foi fixado em 357 o número de vagas para o Tribunal e em 87 para os setores administrativos das Seções e Subseções Judiciárias; 372 vagas foram distribuídas entre as varas federais e 166 destinadas aos Juizados Especiais Federais. Esses quantitativos serão ajustados anualmente, segundo as disponibilidades orçamentárias e a movimentação de processos nas varas federais.

As alterações contemplaram, também, a **autorização para a celebração de convênios com instituições de ensino** superior para contratação de estagiários sem ônus para a Justiça Federal, ressalvado o pagamento do seguro previsto em lei. Esse regramento permite significativas reduções de custos para a Justiça Federal e facilidades para a população

e para os estudantes de Direito.

Além de valorizar os estagiários, as mudanças atenderam às prementes necessidades dos Juizados Especiais e definiram regras para a alocação de estagiários nos gabinetes dos desembargadores federais e nas varas.

PROJETOS EM ANDAMENTO

- ◆ Elaboração do **Programa de Gestão de Talentos Internos da Primeira Região** em conjunto com a equipe do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT: em fase de desenvolvimento do sistema informatizado pela Secretaria de Informática.
- ◆ Elaboração, em conjunto com equipe do Serviço Médico, de **projeto de melhoria do atendimento ao público do setor e fortalecimento da equipe (em andamento)**: realização da 1ª etapa do projeto, com treinamento em atendimento ao público, destinado a servidores da recepção nas áreas médica e odontológica.
- ◆ **Estudos preliminares para ação destinada a minimizar o estresse dos técnicos judiciários – especialidade Segurança e Transporte**, por solicitação da área.
- ◆ Participação no Comitê do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT e coordenação dos estandes Ser Gente e Ser Solidário na Feira de Saúde de 2003.

QUADRO 86

FORÇA DE TRABALHO – SERVIDORES ATIVOS

ÓRGÃO	EFETIVOS (1)	REQUISITADOS (2)	CEDIDOS (3)	SEM VÍNCULO (4)	TOTAL (1+2-3+4)
TRF	954	176	66	40	1.104
Seções Judiciárias	3.815	197	125	15	3.902
TOTAL	4.769	373	191	55	5.006

Situação em dez./2003.

Além do mencionado, a Secre cuidou dos procedimentos para lotação inicial de servidores, avaliação de desempenho de estágio probatório, contratação de servidores concursados, aposentadorias, alteração de lotação e outras atividades.

QUADRO 87
MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL
TRIBUNAL

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	nomeação	14
	redistribuição	3
	requisição/exercício provisório	13
	retorno à origem	2
	TOTAL	32
Vacância	aposentadoria	4
	exoneração	6
	redistribuição	4
	falecimento	–
	posse em cargo inacumulável	1
	retorno à origem	7
	cessão	3
	TOTAL	25

Situação em dez./2003.

QUADRO 88
MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL
SEÇÕES JUDICIÁRIAS

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	nomeação	62
	redistribuição	3
	requisição/exercício provisório	16
	retorno à origem	6
	TOTAL	87
Vacância	aposentadoria	21
	exoneração	8
	demissão	1
	redistribuição	3
	falecimento	1
	posse em cargo inacumulável	17
	retorno à origem	7
	cessão	10
	TOTAL	68

Situação em dez./2003.

INCENTIVOS FUNCIONAIS

Os incentivos funcionais foram instituídos na Primeira Região pela Portaria/Presi n. 185 de 31 de julho de 2000, como meio de crescente e permanente valorização daqueles que constroem o dia-a-dia do Tribunal e das Seções Judiciárias.

A cristalização do reconhecimento aos servidores destaca-os como modelo de cidadania; representa motivação e impulso em termos humanos, sociais e profissionais.

Em 2003, um servidor completou 30 anos de serviço na Justiça Federal, quatro completaram 20 anos e 79 completaram dez anos, recebendo, em solenidade oficial, a justa **homenagem por tempo de serviço com diplomas e *bottons* de lapela.**



Alcides Diniz da Silva, Diretor-Geral do Tribunal, agraciado por 30 anos de serviço.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Coordena as atividades de serviços gerais e de gestão financeira no âmbito do Tribunal, visando a possibilitar o funcionamento das unidades administrativas e orientar essas atividades nas Seções Judiciárias da Primeira Região.

Divisão de Engenharia e Manutenção

Divisão de Segurança e Serviços Gerais

Divisão de Comunicação e Arquivo Administrativo

Divisão de Serviços Gráficos

Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira

Divisão de Compras

Divisão de Material e Patrimônio

Destaques do ano

Construção e reforma dos prédios

do Tribunal e das Seções Judiciárias em toda a Primeira Região; maior **celeridade dos procedimentos licitatórios**; ampla **renegociação dos contratos** e convênios já firmados, com significativa economia para o Tribunal.



Reforma do Edifício Anexo I do Tribunal



Reformas no interior do Edifício Anexo I do Tribunal

OBRAS E REFORMAS

Com o objetivo de melhorar as instalações em toda a Primeira Região e de ampliar o quadro das edificações já existentes, aperfeiçoando as condições de trabalho dos servidores e, assim, o atendimento ao jurisdicionado, **o Tribunal realizou grandes investimentos em importantes e indispensáveis obras e reformas.**

Os recursos para os investimentos, providenciados pela Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária – Secor, permitiram o andamento das obras e pagamento dos contratados em conformidade com os cronogramas estabelecidos.



Inauguração da Sala de Atendimento de Precatórios no Tribunal



Refeitório inaugurado para prestadores de serviço no Tribunal



Visita do Presidente Catão Alves às obras do Estúdio de Rádio e TV do Tribunal



Reformas no interior do Edifício Anexo I do Tribunal



Construção da Sede da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM



Obra da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM



Centrejufe – dezembro/2003



A CONSTRUÇÃO DO CENTREJUFÉ

O Centro de Treinamento da Justiça Federal – **Centrejufe, antigo sonho da Primeira Região, saiu do papel e está prestes a tornar-se realidade.** As obras para construção de confortável e moderna edificação foram iniciadas em 2003 e têm previsão de conclusão para março de 2004.

No local, às margens do Lago Paranoá, serão realizados eventos de formação, capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias. A área de eventos de capacitação funcionará sem prejuízo às atividades do centro de lazer existente no local.

As instalações compreendem dois prédios, que totalizam 4.280m². O bloco I destina-se a auditório de 280 lugares, palco e camarins, *hall*, sanitários, salas de aula, área para administração, salão, copa e dois terraços. O bloco II abriga 36 apartamentos e toda a área necessária para a administração dos serviços de hospedagem.

AS REFORMAS DO TRIBUNAL

Os prédios principais que abrigam o Tribunal são edificações antigas, que vêm exigindo manutenções corretivas constantes e prejudicando sobremaneira o andamento dos serviços e a produtividade dos servidores.

Assim sendo, concluída a reforma do edifício-sede em 2000, deu-se total prioridade à melhoria das instalações dos andares e salas do Edifício Anexo I, prédio que abriga grande parte das unidades e servidores do Tribunal bem como as atividades das coordenadorias dos órgãos julgadores e de autuação e distribuição de processos e petições.

A **reforma do Edifício Anexo I** compreende, entre outros itens, a substituição do piso, do forro, das divisórias, das persianas, da iluminação e dos sistemas de ar condicionado e contra incêndio e, ainda, reforma total das instalações elétricas.



Para possibilitar a continuidade dos serviços, principalmente das áreas cartorárias, a obra foi programada em etapas, de forma que permitisse o deslocamento alternado das unidades administrativas para outros prédios – Edifício Funasa e Edifício Adriana. Assim, à medida que são concluídas etapas da reforma, as unidades deslocadas são remanejadas para os andares finalizados.

A conclusão das reformas está prevista para o mês de fevereiro de 2004, momento em que todas as unidades voltarão a ocupar seu lugar no prédio.

Também o Edifício Adriana passou por obras em 2003, para a instalação de novos pontos de energia, forro e ar-condicionado, a fim de corrigir os danos causados por pequeno incêndio ocorrido no final de 2002.

QUADRO 89
OBRAS E REFORMAS NO TRIBUNAL



OBRA	PERÍODO			PERCENTUAL CONCLUÍDO (%)										
	2002	2003	2004	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	
Aquisição e instalação de duas torres de arrefecimento – Edifício-Sede														
Obra de reforma do Edifício Anexo I														
Obra de construção do Centrejufe														
Obra de construção da garagem oficial do TRF														
Adaptação externa e interna de 2 carretas de atermação e audiência – Juizados Especiais Federais														

A Secretaria de Administração, por intermédio da Divisão de Engenharia e Manutenção – Dieng, também geriu diretamente as obras da Subseção Judiciária de Tabatinga, jurisdicionada pela Seccional do Amazonas. As obras, iniciadas em 2002, chegaram ao final de 2003 com 80% dos serviços concluídos, estando a finalização prevista para fevereiro de 2004.

A nova unidade da Justiça Federal agilizará a apreciação dos feitos e contribuirá efetivamente para a melhoria da prestação jurisdicional naquela localidade. Considerada rota do tráfico de drogas, Tabatinga está localizada na fronteira com a cidade colombiana de Letícia.

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

É notória a dificuldade dos órgãos públicos para atender aos pedidos de aquisição em prazos compatíveis com a necessidade dos clientes internos, mantida a exigência legal do menor preço.

A partir da edição da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, foi instituída modalidade de licitação denominada pregão, cuja característica mais marcante é a disputa por meio de propostas e lances em sessão pública, inclusive de forma eletrônica.

O pregão é, atualmente, a mais versátil forma de licitação, tanto pela agilidade na realização como pela possibilidade de redução no preço cotado, tendo em vista a disputa entre os licitantes no momento em que é realizado, razão pela qual foi o procedimento mais realizado em 2003, correspondendo a 80% das aquisições por licitação no período.

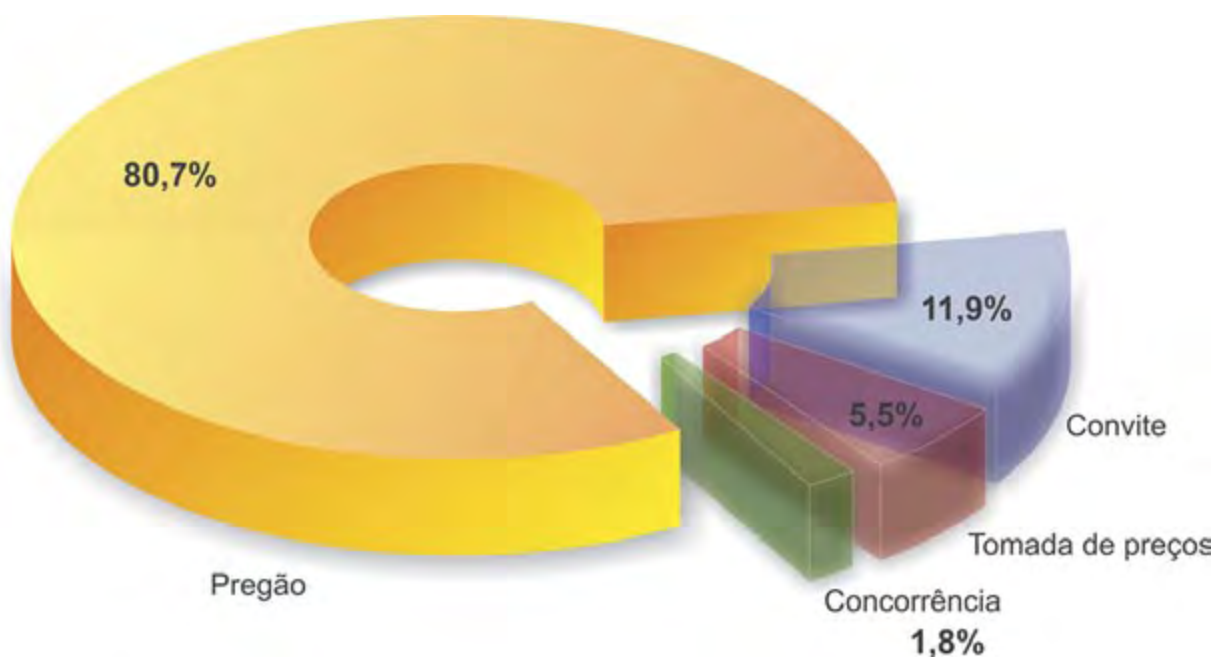
O corpo técnico do Tribunal, cujo vasto conhecimento em licitações e contratos tem sido disseminado para outros órgãos, assimilou rapidamente a condução do pregão presencial e eletrônico.

Como resultado, houve substancial redução dos gastos estimados, com **economia de aproximadamente R\$ 1.000.000,00**. Tudo isso conferiu maior celeridade às aquisições, resguardada a eficiência imprescindível à atividade.

QUADRO 90
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO

PROCEDIMENTO	TIPO	QUANTIDADE
Licitação	convite	13
	tomada de preço	6
	concorrência	2
	pregão	88
Outros	suprimento de fundos	65
	dispensa de licitação	308
	extrato de inexigibilidade	15

GRÁFICO 23
AQUISIÇÃO POR LICITAÇÃO



Com o objetivo de diminuir custos administrativos e financeiros e dando continuidade à política de redução dos custos dos contratos adotada desde 2002, foram **renegociados os contratos vigentes** com as empresas prestadoras de serviços.

A negociação teve como objetivo substituir os índices gerais, setoriais ou específicos por planilhas de variação de custos, forma mais próxima da realidade e menos onerosa.

Os índices de reajuste, anteriormente fixados na média de 20%, foram acordados em torno de 11%, o que levou à **economia de mais de R\$ 700.000,00** de recursos orçamentários.

QUADRO 91
INSTRUMENTOS CONTRATUAIS ELABORADOS

TIPO	QUANTIDADE
Contrato	31
Carta-contrato	39
Convênio	3

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira compreende as atividades relacionadas ao fluxo de recursos financeiros necessários à realização efetiva dos gastos dos recursos públicos para a realização dos programas de trabalho definidos.

Em consonância com as prioridades estabelecidas pelo Tribunal, em 2003, foram executadas todas as providências necessárias ao pagamento das despesas, de acordo com a atividade realizada, desde a implantação dos Juizados Especiais Federais e a Execução Fiscal Virtual até as obras do Centrejufe e do Edifício Anexo I.

QUADRO 92
EXECUÇÃO DA DESPESA POR SUBATIVIDADE – TRIBUNAL

SUBATIVIDADE	TRF		SEÇÕES*		APLICAÇÃO DA DESPESA REALIZADA %
	DESPESA REALIZADA	DESPESA RESTOS A PAGAR	DESPESA REALIZADA	DESPESA RESTOS A PAGAR	
Pessoal ativo e inativo	104.097.597,85	12.144.564,15	–	–	19,52%
Despesas administrativas	20.496.593,12	3.014.107,41	3.559.140,55	94.083,09	4,51%
Auxílio-Refeição/ Transporte/Pré-escolar	6.789.767,16	80.389,98	–	–	1,27%
Assistência médico-odontológica	2.817.320,00	–	–	–	0,53%
Implantação Juizados Especiais Federais	–	–	1.404.877,28	836.036,00	0,26%
Implantação Sistema Integrado de Gestão	–	–	3.120.498,93	2.265.798,04	0,59%
Modernização das instalações	–	–	–	337.309,65	–
Construção do edifício-sede de Cuiabá	–	–	–	200.000,00	–
Treinamento	269.999,97	–	1.918,00	–	0,05%
Obra Anexo I	2.800.486,46	756.233,54	–	–	0,53%
Obra garagem	65.074,27	1.363.801,10	–	–	0,01%
Obra Centrejufe	1.120.264,90	1.179.735,10	–	–	0,21%
Precatórios/RPV União	205.855.503,31	13.836.200,69	–	–	38,60%
Precatórios/RPV Entidades	180.917.513,58	4.507.679,05	–	–	33,92%
TOTAL	525.230.120,62	36.882.711,02	8.086.434,76	3.733.226,78	100,00%

* Recursos das Seções executados na unidade orçamentária do Tribunal.

A execução orçamentária de **99,72%** dos créditos disponíveis, excluídas as despesas a liquidar, apesar de extremamente satisfatória, ficou um pouco aquém do desejado, tendo em vista vedação legal que limitou os restos a pagar para o ano de 2003.

QUADRO 93

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR SUBGRUPO – TRIBUNAL

SUBPROJETO/ ATIVIDADE	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
Pessoal ativo	105.435.512,00	94.481.115,24	10.954.396,76	100,00%	89,61%
Pessoal inativo	175.955.704,00	168.912.611,17	7.043.092,83	100,00%	96,00%
Sentença judicial – RPV	43.736.000,00	36.942.892,14	6.793.107,86	100,00%	84,47%
Capacitação de RH	270.000,00	269.999,97	–	100,00%	100,00%
Auxílio-Transporte	212.310,00	138.764,52	73.502,68	99,98%	65,36%
Auxílio-Alimentação	5.945.940,00	5.924.936,89	860,00	99,66%	99,65%
Assistência pré-escolar	732.110,00	726.065,75	6.027,30	100,00%	99,17%
Assistência médico-odontológica	2.817.600,00	2.817.320,00	–	99,99%	99,99%
Pessoal inativo	10.806.650,00	9.616.482,61	1.190.167,39	100,00%	88,99%
Administração da unidade	24.357.963,99	20.496.593,12	3.014.107,41	96,52%	84,15%
Centrejufe	2.300.000,00	1.120.264,90	1.179.735,10	100,00%	48,71%
Reforma Anexo I	3.556.720,00	2.800.486,46	756.233,54	100,00%	78,74%
Construção da garagem	1.600.000,00	65.074,27	1.363.801,10	0,00%	0,00%
TOTAL	377.726.509,99	344.312.607,04	32.375.031,97	99,72%	91,15%

QUADRO 94

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – TRIBUNAL

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ.%	EXEC. FIN.%
1 – Pessoal e encargos sociais	226.308.507,00	206.302.620,63	20.005.886,37	60,08%	59,92%
3 – Outras despesas correntes	134.598.585,99	127.400.118,46	6.759.972,19	35,62%	37,00%
4 – Investimentos	9.881.000,00	4.689.278,61	4.591.345,75	2,46%	1,36%
5 – Inversões financeiras	6.938.417,00	5.920.589,34	1.017.827,66	1,84%	1,72%
TOTAL	377.726.509,99	344.312.607,04	32.375.031,97	100,00%	100,00%

A execução financeira das Seccionais realizada pelo Tribunal refere-se aos valores liquidados de forma centralizada, apesar de estarem consignados no orçamento das Seções Judiciárias.

QUADRO 95
CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR SUBGRUPO – SECCIONAIS

SUBPROJETO/ATIVIDADE	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
Implantação Sistema Integrado de Gestão	6.630.456,84	3.120.498,93	2.265.798,04	81,24%	47,06%
Capacitação de RH	1.918,00	1.918,00	–	100,00%	100,00%
Administração da unidade	3.677.535,87	3.559.140,55	94.083,09	99,34%	96,78%
Implantação dos Juizados Especiais Federais	2.724.719,88	1.404.877,28	836.036,00	82,24%	51,56%
Construção do edifício-sede de Cuiabá	200.000,00	–	200.000,00	100,00%	0,00%
Modernização das instalações	595.000,00	–	337.309,65	56,69%	0,00%
Ministério do Orçamento e Gestão	9.830,00	8.454,00	1.195,00	98,16%	86,00%
TOTAL	13.839.460,59	8.094.888,76	3.734.421,78	85,48%	58,49%

QUADRO 96
CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – SECCIONAIS

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
3 – Outras despesas correntes	5.558.981,04	3.733.607,20	1.094.356,31	40,81%	46,12%
4 – Investimentos	8.280.479,55	4.361.281,56	2.640.065,47	59,19%	53,88%
TOTAL	13.839.460,59	8.094.888,76	3.734.421,78	100,00%	100,00%

A execução orçamentária e financeira das dotações destinadas ao pagamento de precatórios das entidades, tais como Ibama, Banco Central, INSS e universidades federais, atingiu as metas previstas para 2003.

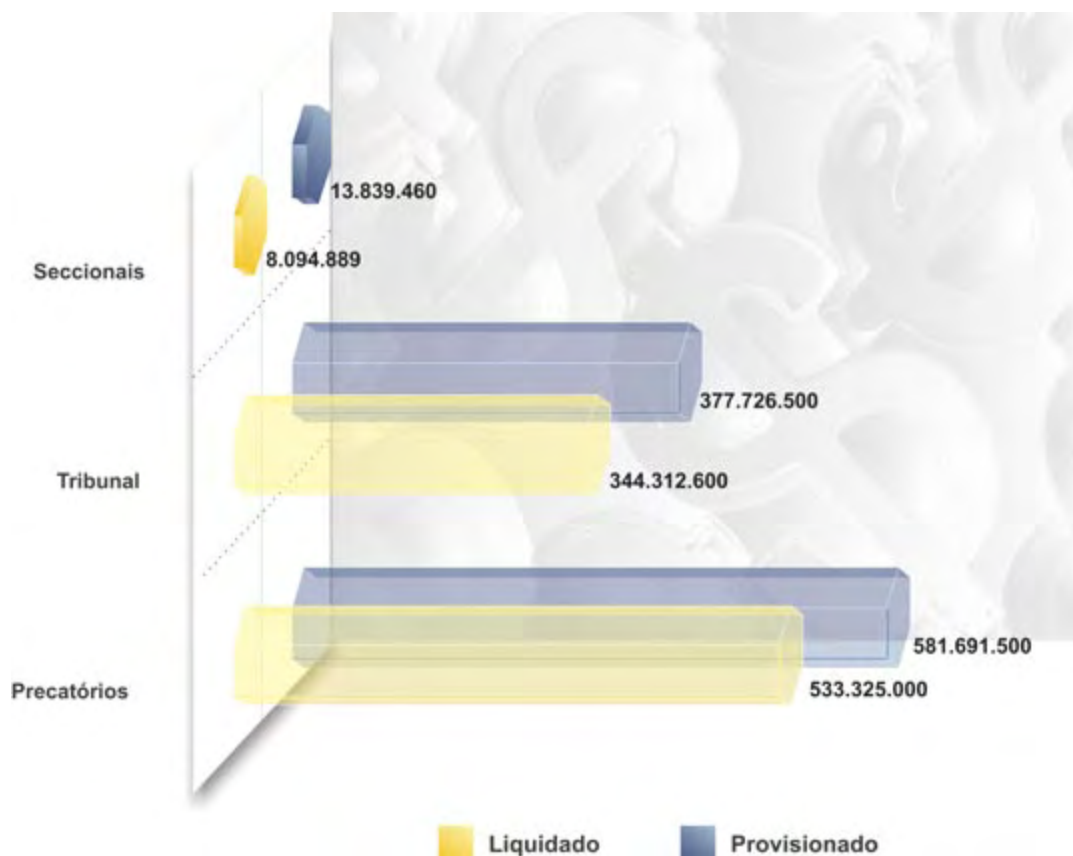
QUADRO 97

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADADO POR CATEGORIA DE GASTO – PRECATÓRIOS

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
1 – Pessoal e encargos sociais	305.004.566,50	282.133.648,34	21.321.923,96	52,87%	52,90%
3 – Outras despesas correntes	210.723.572,03	195.415.870,35	11.033.400,14	35,97%	36,64%
4 – Investimentos	18.161.479,55	9.050.560,17	7.231.411,22	2,84%	1,70%
5 – Inversões financeiras	47.801.828,00	46.724.930,52	1.030.397,48	1,34%	8,76%
TOTAL	581.691.446,08	533.325.009,38	40.617.132,80	100,00%	100,00%

GRÁFICO 24

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADADO





Devido às deficiências no atendimento, o contrato para administração do restaurante foi rescindido pelo Tribunal.

A reinauguração do restaurante foi realizada após **contratação de empresa especializada**, que detém longa experiência na área e ótimas referências. Além do almoço, a empresa lançou duas novidades que vêm fazendo muito sucesso: o café-da-manhã e o lanche da tarde *self-service*.

Para supervisionar a qualidade dos serviços, foi criada comissão de fiscalização, composta por dois membros do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho e dois servidores da Secad.

A exemplo dos contratos, **os convênios também foram objeto de intensa negociação**, cujo resultado mais notável foi a parceria com a Fundação Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, para aquisição de cavalo mecânico para o Juizado Especial Federal Itinerante e para construção de Estação de Tratamento e Esgoto na Subseção Judiciária de Tabatinga/AM, respectivamente.

COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A comunicação administrativa engloba as atividades relacionadas aos processos administrativos, ao protocolo de correspondências e aos serviços de telecomunicação e de reprografia.

O destaque dessa atividade, em 2003, foi a **adoção de ferramentas informatizadas** tanto para a solicitação e emissão de telegramas, por meio de formulário e correio eletrônicos, como para controle das correspondências.

O Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências – Sirec, voltado principalmente para a tramitação de documentos, foi desenvolvido pela Secretaria de Informática e implantado em julho. Trouxe avanços significativos, como a padronização no protocolo de correspondências, relatórios e consultas, além da interrupção do uso dos livros de protocolo.

Convém ressaltar, ainda, a atividade de manutenção do acervo documental administrativo, formado por **39.225 documentos**, excluídos os processos administrativos. A Divisão de Comunicações Administrativas – Dicad, com a implantação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT e, principal-

mente, após a estruturação e operacionalização do Arquivo Central Administrativo, preparou-se, ao longo de 2003, para retornar; a partir de 2004, as atividades de recebimento da documentação administrativa sujeita a guarda provisória e permanente.

QUADRO 98
COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇO	TIPO	QUANT.
Processos administrativos	atuados	6.797
	arquivados	1.531
Matérias encaminhadas para publicação	diários oficiais	2.806
	<i>Jornal de Brasília</i>	85
Telegramas	transmitidos	1.417
	recebidos	33
Fax	transmitidos	18.952
	recebidos	6.681
Reprografia	tiragem de cópias	1.482.589
	custas recolhidas	R\$ 240.900,71
Documentos entregues	SJ/DF	8.874
	CJF	376
	STJ	1.164

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

QUADRO 99
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

O atendimento às requisições e o desempenho das atividades de controle de material de consumo e permanente são as atividades englobadas pela administração de material.

Em 2003, o destaque ficou com a atividade de **catalogação de todo o material de consumo**, para subsidiar a aquisição por meio de pregão eletrônico.

SERVIÇO	QUANTIDADE
Requisições de material atendidas	18.182
Notas fiscais atestadas	698
Pedidos de aquisição de material emitidos	1.194
Livros tombados	895
Bens patrimoniais tombados	2.473
Termos de responsabilidades emitidos	1.635
Bens patrimoniais cedidos/doados	106
Bens patrimoniais baixados	17

SERVIÇOS GRÁFICOS

Para melhor aproveitamento da área destinada à Gráfica, foi realizada **reforma das instalações físicas**, com ampliação de áreas sanitárias e instalação de copa e, ainda, com o remanejamento de maquinário e equipamentos.



Em visita à Gráfica do TRF – 1ª Região, o Presidente e sua equipe tiveram a oportunidade de conhecer de perto todo o trabalho de impressão e montagem de livros e revistas editados pelo Tribunal.

A crescente demanda por serviços gráficos é responsável pela significativa evolução das atividades de reprodução realizadas pela Gráfica do Tribunal, para acompanhar os modernos conceitos de qualidade e a celeridade de atendimento. Retrato disso foi a **reprodução de 144.065 exemplares** de documentos, publicações ou impressos durante 2003.

QUADRO 100
SERVIÇOS GRÁFICOS

	TIPO	QUANTIDADE	TIPO	QUANTIDADE
Juizado Especial Federal	manuais	3.560	fôlderes	11.000
	capas para processos	52.000	livretos	1.920
	cartões	2.200	revistas	1.900
	cartazes	5.000	convites	1.100
VIII Feira de Saúde do TRF	calendário do TRF	2.000	<i>Guia Prático de Etiqueta – 2ª edição</i>	200
	marcador de livro	1.600	convites	700
	fôlderes	7.500	livro <i>Aposente-se</i>	1.000
	panfletos	700	cartão de visitação ao TRF	700
Publicações diversas	<i>Revista do TRF – 1ª Região</i>	10.450	<i>Cartilha Jurídica – n. 85 Desembargadora Federal Assusete Magalhães</i>	600
	cartaz da Revista do TRF	1.800	<i>Cartilha do Júri – SJ/RR</i>	1.500
	Índice Geral da Revista	200	Provimento Geral Consolidado	90
	<i>Revista Jurídica da Bahia – Vol. II</i>	800	Catálogo Telefônico	1.300
	<i>Destaque mensal</i>	27.500	Série Insignes – Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima	200
	<i>Destaque Especial – Feira de Saúde</i>	2.500	<i>Regimento Interno do TRF – 1ª Região</i>	145
	<i>Destaque Especial – 15 meses de gestão</i>	3.000	<i>Regimento Interno da Corregedoria</i>	50
	<i>Cartilha de Responsabilidade Social</i>	500	<i>Relatório de Atividades 2002</i>	350

SEGURANÇA E SERVIÇOS GERAIS

Responsáveis diretos pelo suporte operacional, os serviços gerais são os bastidores da atividade jurisdicional: quanto mais efetivos menos aparecem.

Entre esses serviços, a segurança ocupa lugar de destaque, pois é assunto corriqueiro na vida urbana moderna, onde as mudanças e a correria do dia-a-dia exigem atenção especial, principalmente quando se trata das matérias julgadas na Justiça Federal.

Nessa concepção, muitas foram as providências do Tribunal durante o ano, voltadas para a maior tranquilidade dos magistrados, servidores e jurisdicionados.

Apesar da correta aplicação dos procedimentos de segurança vigentes, tornou-se clara a necessidade de aprimorar o serviço de portaria, que registrou, no decorrer de 2003, **68.796 pessoas** em visita ao Tribunal. Objetivando impedir o acesso de pessoas não identificadas, o ingresso de armas e, ainda, promover a melhoria e rapidez na identificação de pessoas, foi adotado conjunto de medidas para o Sistema de Segurança do Tribunal e licitados os equipamentos e *softwares* especiais, que permitirão:

- ♦ controle do acesso de pessoas por meio de câmeras de monitoração e de conjuntos para identificação, com fotografia automática dos visitantes, escâner para os documentos, catracas eletrônicas e leitoras óticas de cartões;
- ♦ controle de ingresso de armas brancas e armas de fogo por meio de portais detectores de metal;
- ♦ identificação de chamadas pelos telefones diretos dos magistrados;
- ♦ comunicação permanente dos veículos do Tribunal com a área de segurança e entre os agentes, por meio de equipamentos portáteis especiais.

QUADRO 101
SERVIÇOS GERAIS

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Confecção de chaves e fechaduras	345
Afixação em quadros de aviso	170
Entrada de pessoas	68.796
Entrada de material	3.624
Saída de material	1.416
Solicitação de serviços de segurança	1.073
Requisição de viatura/motorista	7.260
Manutenção de veículos oficiais	123
Abastecimentos de veículos	2.476

Com o objetivo de promover a prevenção e o combate a incêndio no Tribunal, foi firmado **convênio** de cooperação técnica **com o Corpo de Bombeiros** do Distrito Federal, com as seguintes metas:

- ♦ 24 horas diárias de prontidão;
- ♦ inspeção mensal dos equipamentos e materiais de combate a incêndio e salvamento;
- ♦ reestruturação do plano de evacuação das edificações do Tribunal;
- ♦ treinamento mensal de turma com 25 alunos do Tribunal;
- ♦ otimização das condições de trabalho do Corpo de Bombeiros do DF.

Com essa parceria, o Tribunal instituiu serviço especializado que visa a garantir segurança às atividades institucionais, aos equipamentos, materiais e processos e, mais importante, visa à preservação da vida das pessoas que de alguma forma desempenham suas atividades profissionais nesta Corte.



Além de incrementar os controles físicos, 29 agentes de segurança do TRF e da SJ/DF participaram de treinamento prático na Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, com ênfase em direção defensiva.



A Secad, por meio do Setor de Segurança, organizou e realizou, ainda, o **I Curso de Auxiliar Brigadista**, cuja abertura contou com a presença do Comandante dos Destacamentos Avançados do Corpo de Bombeiros, Capitão Barcellos.

O curso, as aulas práticas e teóricas ensinaram como evitar e combater incêndios, utilizar equipamentos de segurança e prestar, de forma correta, os primeiros-socorros, habilitando os treinandos a atuarem em situações críticas.

Foram treinadas **125 pessoas**, entre servidores, estagiários e prestadores de serviço, que receberam certificado do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Neste ano, pela primeira vez, foi **formada turma exclusiva para 15 servidores nas 14 Seccionais**, que atuarão como agentes multiplicadores nas suas localidades.

Para escolha da **logomarca do Grupo de Brigadistas Voluntários**, foi realizado concurso aberto à participação de magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários, com prêmio para o vencedor no valor de R\$ 1.000,00.

Os 18 candidatos inscritos foram avaliados por comissão julgadora presidida pelo Juiz Federal Bruno Augusto de Oliveira, que indicou como vencedor o servidor Luiz Afonso Zaire Lima, lotado na Corec.



Para facilitar a identificação, foram adotados **novos coletes para os agentes de segurança** do Tribunal: modelo em verde destinado ao pessoal encarregado do transporte e modelo em azul para os agentes que realizam atividade de segurança.

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Coordena as atividades de informática no Tribunal, visando ao atendimento das necessidades de informação dos níveis decisório, intermediário e operacional, e orienta essas atividades nas Seções Judiciárias da Primeira Região.

Divisão de Planejamento e Teleprocessamento

Divisão de Atendimento ao Usuário

Divisão de Estatística

Subsecretaria de Sistemas

Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Divisão de Produção

Divisão de Desenvolvimento Organizacional

Destaques do ano

Sistema Informatizado para o **Juizado Especial Federal Virtual e Processo Eletrônico de Execução Fiscal**; implantação do novo **Sistema de Acompanhamento Processual da Primeira Instância**.

A morosidade do sistema processual e o alto custo financeiro de tramitação são assuntos constantes nas discussões acerca da melhoria do sistema judiciário.

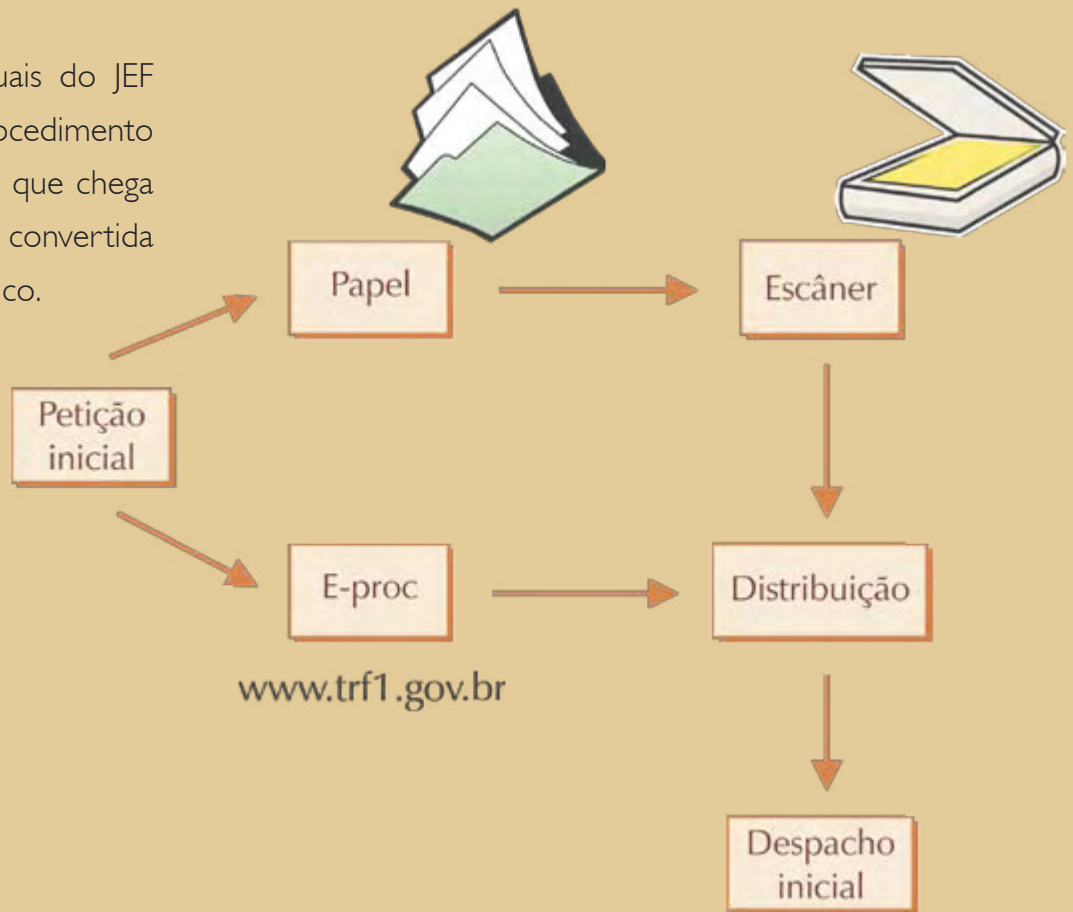
Com o objetivo de minimizar esses problemas e, futuramente, saná-los de forma definitiva, foi implantado em 2003 o **Sistema JEF Virtual**, que possibilita a virtualização de todos os procedimentos relativos ao processo.



Como primeiro passo, o sistema foi implantado apenas no Juizado Especial Federal do Distrito Federal, pela proximidade com o TRF. Assim, é possível acompanhar o desenvolvimento do sistema *in loco* sem que haja gastos com deslocamento e diárias dos técnicos envolvidos.



Os ritos processuais do JEF foram adequados ao procedimento virtual. A petição inicial que chega em papel é escaneada e convertida em documento eletrônico.



A virtualização do processo judicial no JEF possibilitou a adoção de procedimentos novos e de soluções mais dinâmicas. Assim, as inovações são as seguintes:

- citação, intimação e encaminhamento de correspondências por *e-mail*, com a redução dos serviços de oficiais de justiça e de postagem;
- peticionamento inicial, contestação e incidentes via e-proc, cuja transmissão de peças processuais e documentos é realizada pelo sistema eletrônico de atos processuais da Primeira Região;
- marcação automática de audiências e perícias, quando for o caso;
- segurança de dados e informações, pela utilização de código identificador único, como forma de garantia dos dados existentes e das novas informações;
- simplificação de rotinas, com a redução de algumas atividades burocráticas e repetitivas, o que gera maior agilidade nos procedimentos.

EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL NA PRIMEIRA REGIÃO

Com o objetivo de fazer os documentos e as informações trafegarem de modo mais simples e ágil entre a Justiça Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o INSS, o Tribunal, de forma pioneira, virtualizou os processos de execução fiscal, baseando-se nos estudos em andamento no TRF – 3ª Região.

Assim, o Processo de Execução Fiscal Eletrônico da Primeira Instância – Pefe foi desenvolvido com as seguintes finalidades:

- ♦ abolir a utilização do papel;
- ♦ promover a racionalização e padronização de procedimentos;
- ♦ automatizar o trâmite do processo;
- ♦ eliminar o deslocamento físico;
- ♦ possibilitar a agilização no julgamento.

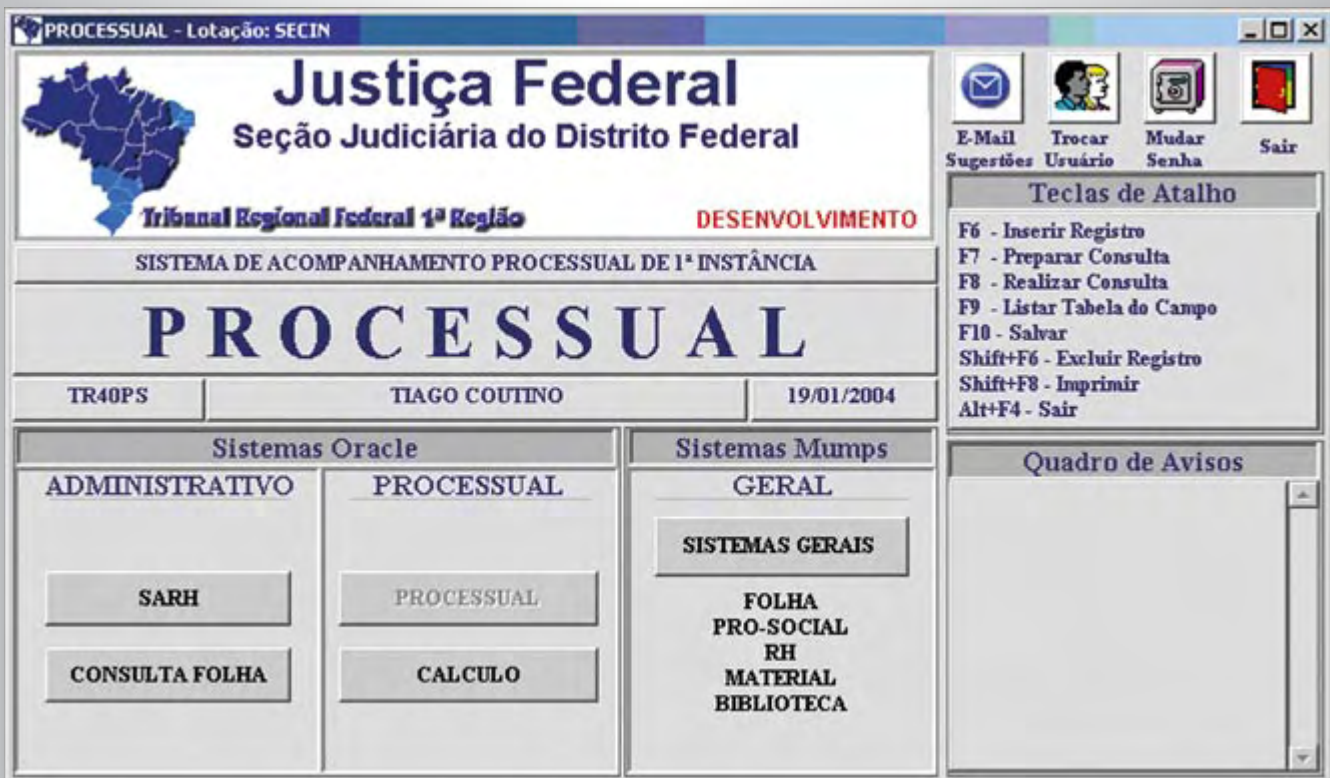
A princípio, o sistema foi implantado nas Varas de Execução Fiscal do Distrito Federal, como experiência piloto, devendo ser oportunamente estendido a todas as Seccionais.

Desenvolvido por empresa terceirizada, cujo contrato foi assinado dia 22 de janeiro, sob a coordenação da Secin, o Pefe engloba modernas tecnologias de GED e de Workflow. Foram incluídas também ferramentas de segurança da informação, com certificação digital de documentos.

Para desenvolver o sistema, foi necessário mapeamento do fluxo da execução fiscal, realizado por comissão composta de juízes federais e diretores de secretaria de vara, apoiada tecnicamente pela área de Desenvolvimento Organizacional do Tribunal.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Foi finalizada, dia 4 de julho, a implantação do Sistema de Acompanhamento Processual de Primeira Instância, que atende às 14 Seções Judiciárias e às sete Subseções que compõem a Primeira Região.



Ao longo do período de implantação do Sistema Processual, que durou dois anos, a equipe da Informática realizou treinamentos com os servidores das Seções e Subseções Judiciárias. Ao todo, **mais de mil usuários foram habilitados** a acessar o novo *software*.

Em substituição ao antigo sistema Siapro, que utilizava a plataforma Mumps, o novo sistema, desenvolvido com tecnologia Oracle, é constituído por **21 bancos de dados**, que permitem a integração de mais de **6 mil usuários**.

O sistema agilizou o dia-a-dia dos seus usuários pela criação das seguintes soluções:

- ◆ flexibilidade na impressão, pela escolha de qualquer impressora ligada à rede;
- ◆ busca de processos por diversos tipos de consulta: nome da parte, CPF, número do processo e vara de origem, entre outros;
- ◆ visualização em modo gráfico, o que facilita a navegação;
- ◆ economia de gasto com tinta e papel, pela possibilidade de visualizar a impressão no monitor, evitando erros e desperdícios;
- ◆ compatibilidade com o sistema operacional padrão Windows;
- ◆ integração plena com a intranet do Tribunal.

TREINAMENTOS REALIZADOS

A implementação de novos sistemas e adequações nos já existentes requerem, para a efetiva utilização das ferramentas disponíveis, a capacitação dos usuários envolvidos. Durante 2003, a Secretaria de Informática realizou diversos treinamentos para os projetos apresentados a seguir:

- ◆ Juizado Especial Federal (servidores e juízes);
- ◆ Sistema de Estagiários (apresentação);
- ◆ Sistema de Apoio Administrativo (apresentação e treinamento);
- ◆ Treinamento para os servidores da Central de Mandados, varas federais, JEFs, Arquivo, Contadoria, Distribuição, Protocolo, Certidões em oito Estados;
- ◆ Projeto Eletrônico de Execução Fiscal na Infoimagem 2003 (apresentação);
- ◆ Instalação de protocolo descentralizado nas Subseções Judiciárias: curso para os servidores das seções de protocolo das Subseções Judiciárias;
- ◆ Utilização do Sistema de Taquigrafia;
- ◆ Curso de Visual Basic ministrado ao pessoal da Disis.

ATIVIDADES RELACIONADAS A SISTEMAS E PROGRAMAS

A manutenção e o ajuste de sistemas informatizados são reflexo do dinamismo inerente à área de informática. Em 2003, muitas foram as atividades realizadas nesse sentido, desde a adequação de rotinas já existentes até a criação de módulos inteiros. O objetivo precípua foi o atendimento à necessidade dos usuários.

QUADRO 102
RESUMO DE ATIVIDADES DA SECIN

ATIVIDADE REALIZADA	ROTINA/MÓDULO/PROGRAMA
Agendas	médica
	psicológica
	odontológica
Controle	atendimentos na enfermagem
	atestados médicos
	participação dos pais
	diárias para pagamento de benefícios
	medicamentos da enfermagem
	processos-tombo do arquivo
Criação	bases de dados dos novos sistemas: Siget_JF, Sirec, Web, Semad, Cálculo e JEFVirtual
	função no banco de dados para cálculo de diária
Desenvolvimento	programa para realização da distribuição de processos
	no módulo de contratos do Sicam de relatórios para emissão de pagamentos realizados (anual), rato X empenho e de relatório para identificação de empresas com reajuste no contrato
	componente para a assinatura pelo PAD do JEF Virtual
	cadastro dos períodos de inspeção
	no Sispra, das seguintes funcionalidades: <ul style="list-style-type: none"> ♦ módulo de deslocamento interno, módulo de apensação ♦ módulo de anexação ♦ módulo para cancelamento de processos, pesquisa textual (por assunto, interessados e verbete), identificação dos processos pendentes de recebimento, lançamento da data de julgamento, emissão e controle das guias de encaminhamento dos processos e distribuição de processos administrativos para comissões internas do Tribunal
Elaboração	página setorial dos Juizados Especiais Federais na internet
	rotina de psicologia para a Feira de Saúde
	relatórios para a rotina de cadastro de servidores no Pro-Social
	relatórios para o módulo da Feira de Saúde
Emissão	cartas de citação/alvarás (processual) etc.
	guias a partir de pesquisa
	estatísticas de atendimento odontológico
	<i>help on-line</i>

Implantação	estatística nas Seções Judiciárias onde foram migradas para o sistema Oracle
	banco TRF1DSV no Linux, conforme política adotada pela Secin de realizar estudos relacionados ao <i>software</i> livre
	JEF Virtual na Seção Judiciária do Distrito Federal com o peticionamento eletrônico via e-proc
	módulo da Turma Recursal (JEF Virtual)
	sistema de cálculo em todos os Estados
	sistema processual nos Estados: PA, MA, PI, RO, AC, RR, AP, AM, TO
	em conjunto com a Imprensa Nacional, do novo sistema de envio de matérias – Incom, que substituiu o EEM
Instalação	protocolo descentralizado nas Subseções Judiciárias: adequação dos recursos (telas, relatórios, base de dados, rotinas etc.)
	Oracle nas Seções Judiciárias do PA, MA, PI, RO, AC, RR, AP, AM, TO
	servidores de banco de dados e do Oracle nas Subseções de Imperatriz, Marabá e Santarém
	módulo para emissão de certidões diversas com textos pré-cadastrados (Juris)
	tabela de procedimentos médicos e odontológicos
	programa de publicação do Sistema Processual para atender demandas das Seccionais
	programa para emissão de alvarás (processual)
	pesquisas para remessa de dados do malote digital ao STJ
	programa de emissão de etiqueta de autuação de precatórios/RPV
	programa de geração/exportação de base de acórdãos do JEF para o Conselho da Justiça Federal
	programa de súmulas do JEF, jurisprudência
	programa de súmulas, jurisprudência, decisões monocráticas e argüição de inconstitucionalidade no banco de dados Oracle
	quadro de avisos no Sistema Processual para informar as implementações do sistema
	recuperação de guias para lançamentos de movimentação, localização física
	relatórios de recadastramento do Pro-Social

Rotinas	BAT para anexação automática do e-proc no JEF Virtual
	cálculo e emissão de relatório para servir ao gabinete da Desembargadora Federal Assusete Magalhães – cálculo de tempo aposentadoria com a finalidade de agilizar os processos
	no Sicam, para identificação de erro de saldo nos materiais na entrada do sistema e de pedido de material na entrada do sistema
	no sistema da Corregedoria para distribuição de processos administrativos de responsabilidade da Corregedoria para Comissão de Promoção (Vitaliciedade)
	processamento da GFIP (no sistema Oracle)
	processamento da RAIS (no sistema Oracle)
	Proged
	cálculo de abono da gratificação natalina
	cálculo de diferença de férias
	cálculo de 11,98% de anos anteriores para servidores
Sistemas	Siget2
	consulta <i>on-line</i> ao catálogo telefônico e de lotação TRF
	consulta processual e jurisprudencial dos Juizados Especiais Federais na internet
	consulta processual na internet para a base de Oracle de todas as Seccionais
	controle de banco de sangue
	controle de estagiários
	aplicativo que controla versão do sistema JEF Virtual mantendo o executável atualizado na máquina cliente
	cotas (Pro-Social)
	lista de discussão exclusiva dos magistrados da Primeira Região
	publicação de documentos oficiais na internet
	publicação de notícias da Ascom
	publicação de documentos oficiais na internet
	(Wizard) de geração de modelos de documentos (JEF Virtual)
	aplicativo Winsock que controla a trava de processos reservados nas tramitações e dispara a geração de documentos PDF (JEF Virtual)

Com o objetivo de democratizar o acesso à Justiça, foi desenvolvido e implantado, em 2003, o sistema de consulta jurisprudencial das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região Intranet

Consulta Rápida de Processos: Órgão [] Processo []

Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais

Critérios da Pesquisa		
Tipo	<input checked="" type="checkbox"/> Acórdãos <input checked="" type="checkbox"/> Súmulas (Enunciados) [?]	
Processo/Número	[] [?]	
Relator	[] [?]	
Órgão Julgador	<input checked="" type="checkbox"/> Todos [?] <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - AM/RR <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - BA <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - DF/TO <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - GO <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - MA <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - MG <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - MT <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - PA/AP <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - PI <input checked="" type="checkbox"/> PRIMEIRA TURMA - RO/AC <input checked="" type="checkbox"/> SEGUNDA TURMA - MG <input checked="" type="checkbox"/> TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO	
Pesquisa Livre	[] [?]	

- Apenas os campos 'Tipo' e 'Órgão Julgador' têm preenchimento obrigatório.
- Para recuperar todas as jurisprudências, basta selecionar todas as opções do campo 'Tipo' e clicar no botão 'Consultar'.

O sistema facilita a busca à Justiça, em especial da população de baixa renda que procura seus direitos nos JEFs, pois foi criado para que as pessoas, mesmo aquelas sem formação na área jurídica, possam ter as informações de que necessitem. A pesquisa pode ser realizada de diversas maneiras, pela data de julgamento, pelo órgão julgador, pelo tipo de feito entre outras.

Com tela e procedimento simples, reduz o tempo de consulta e pesquisa jurisprudencial. Com tecnologia inovadora, supera o sistema já existente para pesquisa na base de jurisprudência do Tribunal.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

As instruções normativas, como documentos de organização e ordenamento administrativo interno, devem, sempre que necessário, sofrer alterações ou uniformizações de métodos e procedimentos, visando ao bom andamento das atividades.

QUADRO 103
EVOLUÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS

SITUAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	
Aprovadas	IN-13-01 – Programa de Estágio IN-15-03 – Comunicações Administrativas	Em 2003, foram aprovadas as revisões das INs 13-01 – Programa de Estágio e 15-03 – Comunicações Administrativas.
Revisadas	IN-14-13 – Serviços de Biblioteca IN-14-18 – Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos IN-18-02 – Inscrição e Desligamento do Pro-Social	
Autuada e distribuída	IN-13-03 – Identificação Funcional	
Autuada e encaminhada para distribuição	IN-14-11 – Viagens a Serviço IN-14-15 – Controle Patrimonial	
Em revisão	IN-18-01 – Auxílio-Transporte IN-11-01 – Serviços Taquiográficos IN-14-09 – Serviços Gráficos IN-14-05 – Aquisição de Materiais e Contratação de Serviços IN-14-10 – Serviços de Portaria e Segurança	
Em elaboração	IN-14-20 – Plantão de Segurança IN-15-05 – Padronização das Publicações	

ORGANIZAÇÃO

○ **Regulamento de Serviço** é o documento que tem por objetivo estabelecer e demonstrar a estrutura organizacional do Tribunal e das Seções Judiciárias, normatizando as funções e competências das unidades bem como as atribuições de seus titulares.

Tendo em vista as alterações processadas na estrutura organizacional do Tribunal, por meio da Resolução 600-011/2003, foi realizada **adequação do Regulamento de Serviço**, com a efetiva participação das unidades administrativas do Tribunal.

Em decorrência da criação de setores na estrutura da Corte, foi **atualizado e aprovado, em 2003, o glossário de siglas** bem como definidos novos critérios para sua criação.



REGULAMENTO DE SERVIÇO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE – PCTT

A preservação dos documentos de importância legal, informativa e histórica, aliada à necessidade de descartar aqueles que não possuam essas características, exige ações efetivas e de alcance geral por parte dos administradores públicos.

Dentro dessa realidade e considerando que o acúmulo de documentos armazenados nas unidades administrativas do Tribunal desde 1989 poderia levar ao esgotamento do espaço físico existente, foi realizado, em 2003, o **Dia D – Dia Tribunal de Descarte** de documentos administrativos, que possibilitou a eliminação de documentos setoriais, de acordo com a temporalidade indicada no PCTT.



Para tanto, foi criada comissão interdisciplinar composta pelos dirigentes das seguintes unidades:

- ♦ Dicad – Divisão de Comunicação e Arquivo Administrativo;
- ♦ Didor – Divisão de Desenvolvimento Organizacional;
- ♦ Direh – Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos;
- ♦ Ascom – Assessoria de Comunicação Social.

A fim de preparar as unidades para o Dia D e incentivar a participação, foi criada uma comissão multidisciplinar, bem como realizadas palestras, elaborados manuais e **lançada a Gincana PCTT Solidário**.

As unidades participantes receberam diploma. Foram consideradas ganhadoras da gincana e premiadas as unidades que encaminharam a maior quantidade de documentos para descarte no Dia D. O primeiro lugar ficou com a Divisão de Material e Patrimônio – Dimap. No total, foram **descartadas quase duas toneladas de papel**.



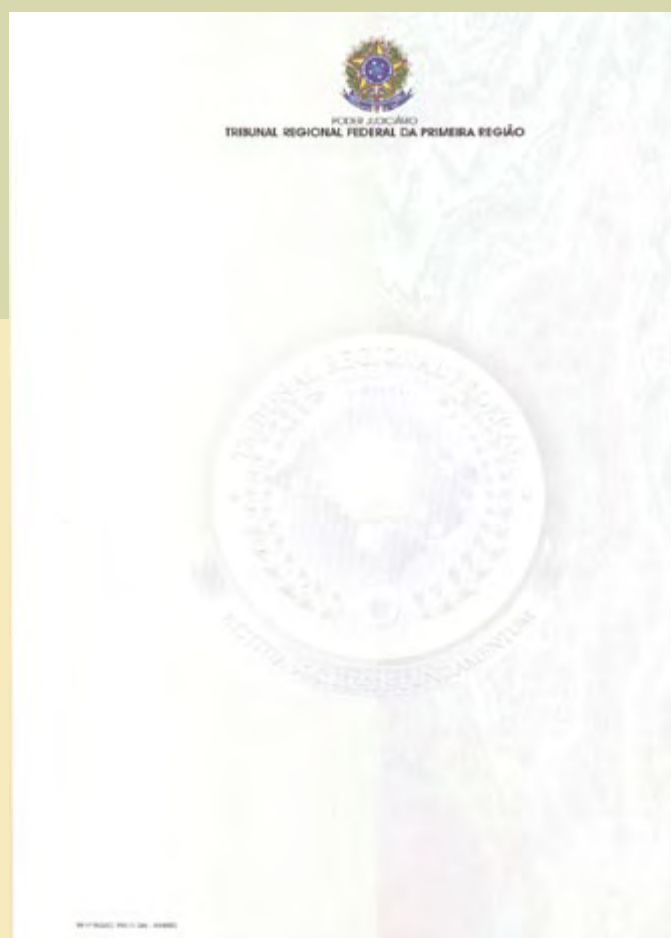
Em atendimento à solicitação da Seccional do Amazonas, foi realizada a implantação do PCTT naquela localidade, com a participação de servidores de todas as unidades administrativas. A metodologia adotada, a exemplo do trabalho empreendido na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em 2002, foi a de capacitação de multiplicadores para disseminar o conhecimento aos demais servidores da Seccional.

FORMULÁRIOS

A atividade de destaque relacionada aos formulários padronizados para a Primeira Região, em 2003, foi a **migração para o aplicativo Adobe Acrobat**, o que exigiu a rediagramação e reprogramação de todos os modelos eletrônicos disponíveis na intranet do Tribunal.

A principal vantagem desse procedimento foi a possibilidade de **estender para as Seccionais o uso de formulários eletrônicos, sem quaisquer acréscimos financeiros**, pois o aplicativo escolhido para preenchimento — Acrobat Reader — é gratuito e já se encontra instalado na maioria dos equipamentos da Primeira Região.

Entre os impressos colocados à disposição do Tribunal e das Seções Judiciárias durante o ano, destacou-se o impresso criado exclusivamente para emissão de certidões de atos processuais, para o qual foi adotado selo auto-adesivo, em papel brilhante, a ser aplicado próximo à assinatura aposta no documento. O selo utiliza a logomarca do Tribunal e garante a autenticidade do documento, pois não permite reprografia.



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Planeja, coordena, acompanha e avalia as atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos atos de gestão praticados pelo Tribunal, quanto à legalidade, legitimidade economicidade, eficiência e eficácia, e orienta sua realização nas Seções Judiciárias, visando à identificação e ao saneamento de eventuais impropriedades, de forma que a documentação da Primeira Região esteja perfeitamente enquadrada à legislação vigente.

Divisão de Contabilização e Controle

Divisão de Auditoria

Divisão de Verificação e Análise

Destaques do ano

Aprovação de 11 tomadas de contas das Seções Judiciárias da Primeira Região; maior **interação com as Seccionais** e com as unidades administrativas do Tribunal; elaboração de manuais de procedimentos para **padronização das atividades**.

Na estrutura organizacional, distribuída em 15 órgãos, a integração é fundamental para que o sistema de controle interno possa desempenhar suas competências.

Nessa ótica, **o aprimoramento de rede de comunicação permanente entre o Tribunal e as Seccionais vinculadas foi o ponto central da atuação da Secretaria de Controle Interno em 2003.**

Para atingir esse objetivo, foi necessária a uniformização de procedimentos, alcançada mediante a **elaboração de manuais técnicos e a utilização de avançados recursos tecnológicos de informática.** Exemplo disso foi a divulgação das informações e pareceres para conhecimento interno e também de outros órgãos, como o Conselho da Justiça Federal – CJF e o Tribunal de Contas da União – TCU.



A fim de possibilitar a efetiva adoção do módulo do SIAFI Educacional, foi elaborado o Manual de Treinamento, do qual constam os seguintes itens:

- a) acesso ao sistema;
- b) Justiça Federal de Primeiro Grau;
- c) registro da dotação orçamentária;
- d) registro dos recursos financeiros;
- e) execução da despesa – Seções Judiciárias e TRF/administração;
- f) u.o. I2I02 – TRF – Iª Região;
- g) alteração de q.d.d.



**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE VERIFICAÇÃO E ANÁLISE**

MANUAL DE ORIENTAÇÃO (Resumo de Alterações da Folha de Pagamento)



2003

Outro documento importante foi o manual de orientação destinado ao processamento das folhas de pagamento. Revelou-se de grande valia ao padronizar a formalização dos processos de resumo da folha de pagamento no âmbito da Primeira Região.

O desenvolvimento do manual foi fruto da colaboração incondicional das Seccionais da Primeira Região e, principalmente, do anseio do Tribunal em facilitar a análise das prestações de contas.

AUDITORIAS

Para aprimorar a atividade de Controle Interno, a Secretaria prestou apoio prévio, concomitante e posterior à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal e das Seccionais.

Para tornar as auditorias mais eficazes, antes da sua realização foram conduzidas pré-auditorias, com o levantamento de informações sobre as Seccionais a serem auditadas e, ainda, a elaboração de papéis de trabalho preparatórios para as auditorias operacionais e de gestão.

A pré-auditoria compreende:

- ♦ análise dos inventários de Bens Móveis e Almoxarifado com a escolha dos itens a serem verificados *in loco*;
- ♦ emissão e análise do Razão, exercício de 2003, das contas pertencentes ao grupo Material Permanente, com o objetivo de analisar a movimentação ocorrida no ano, e seleção de bens para compor a amostragem a ser verificada;
- ♦ emissão de relatórios dos servidores que tiveram exercício após a última auditoria e amostragem de servidores nomeados antes do ano de 2000, dos beneficiários da assistência pré-escolar e do Auxílio-Transporte e relação de credenciados na área médica, odontológica e psicológica, com a elaboração dos respectivos papéis de trabalho;
- ♦ análise dos recebimentos e custeios desses benefícios nos três meses anteriores à auditoria como forma de detectar e providenciar acertos dos pagamentos;
- ♦ análise da concessão de suprimentos de fundos e diárias, quanto aos prazos e inscrição de responsabilidade, por meio do Siafi.

QUADRO 104
AUDITORIAS OPERACIONAIS REALIZADAS

UNIDADES GESTORAS	PERÍODO
Seção Judiciária do Estado do Tocantins	07 a 11/04
Seção Judiciária do Estado do Amazonas	05 a 09/05
Seção Judiciária do Estado de Goiás	26 a 30/05
Seção Judiciária do Estado do Maranhão	23 a 27/06
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	04 a 08/08
Seção Judiciária do Estado do Piauí	18 a 22/08
Seção Judiciária do Estado de Rondônia	08 a 12/09
Seção Judiciária do Estado do Acre	29/09 a 03/10
Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG	15 e 16/10
Tribunal Regional Federal da Primeira Região	04 a 30/11

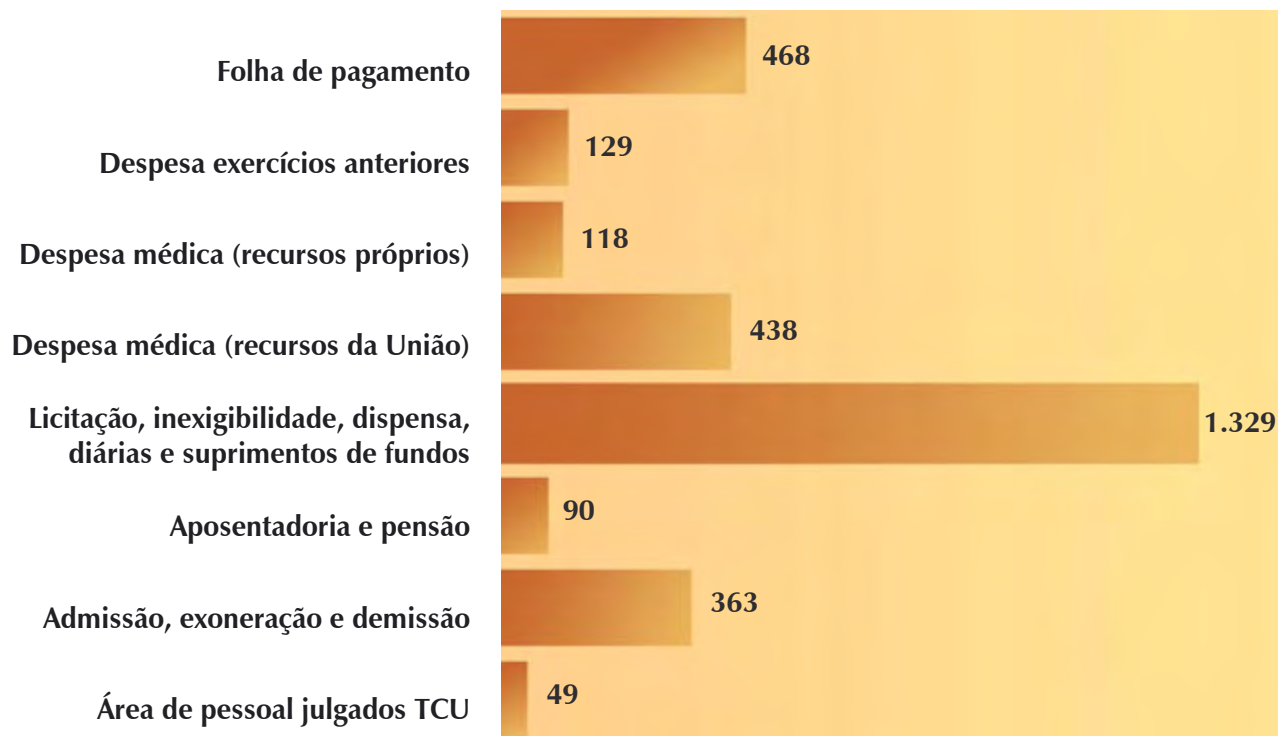
TOMADAS DE CONTAS

Compete ao Tribunal de Contas da União verificar as contas do Poder Público. A aprovação das contas do Tribunal e das Seccionais é motivo de júbilo, pois demonstra que a atuação administrativa tem sido executada dentro dos preceitos legais e, ainda, com atendimento à eficiência e efetividade.

QUADRO 105
TOMADAS DE CONTAS

UNIDADE	APROVADAS/ EXERCÍCIO	DATA DA SESSÃO DO TCU	No ano de 2003, após avaliação plenária, o TCU aprovou 11 Tomadas de Contas da Primeira Região.
090002 – Amazonas	2001	14/10/2003	
090012 – Bahia	2001	11/03/2003	
090013 – Minas Gerais	2001 e 2002	11/03 e 11/11/2003	
090025 – Rondônia	2000	11/03/2003	
090005 – Piauí	2001	04/09/2003	
090023 – Distrito Federal	2001	14/10/2003	
090037 – Amapá	2001	14/10/2003	
090003 – Pará	2001	21/10/2003	
090038 – Tocantins	1997 e 2001	18/11 e 20/11/2003	

GRÁFICO 25
PROCESSOS ANALISADOS PELA SECOI



QUADRO 106
OUTRAS ATIVIDADES DA SECOI

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Acompanhamento, atualização e catalogação da legislação pertinente	32
Avocação de processos e documentos	532
Cadastramento, reativação, desbloqueios e exclusões de senhas dos sistemas Siafi, Senha-Rede e Siasg	207
Certificado de regularidade de contas	15
Consultas atendidas referentes às contabilizações de registros contábeis e execução financeira, orçamentária e patrimonial	93
Consultas atendidas referentes a licitação, contratos, suprimento de fundos, diárias e folha de pagamento	257
Cumprimento de diligências determinadas pelo TCU	69
Diligências determinadas ao Setor de Pessoal	93
Encaminhamento de ofícios advindos do CJF solicitando providências no âmbito da Primeira Região ou transmitindo orientações por meio de normas do próprio CJF ou do TCU nas áreas de atuação do Controle Interno.	11
Encaminhamento dos dados ao TCU, por transmissão eletrônica (Sisac), relativos a admissão, desligamento, aposentadoria e pensão	453
Exame de contratos e termos aditivos referentes às aquisições e contratações de serviços pelo Tribunal	140
Informações emitidas no sentido de recomendar a adoção de medidas para correção ou prevenção de falhas, omissões ou impropriedades detectadas na análise de processos	146
Informações referentes ao suporte legal e normativo dos atos de gestão do Tribunal e Seccionais	7
Lançamento de documentos no Siafi Educacional	23
Relatório de análise contábil	15
Relatório sobre folha de pagamento	12
Relatório sobre impropriedades detectadas em licitação, inexigibilidades, dispensas, contratos e alterações, retenção de tributos e contribuições	12
Relatórios consolidados em relação à administração financeira	4
Relatórios de auditoria de gestão e operacional	24
Relatórios sintéticos de planejamento e prestação de contas em cumprimento à Lei Complementar n. 101 – LRF	166
Relatórios sobre os pagamentos das despesas do Pro-Social com base nos registros do Siafi	9
Reportes de auditoria	14

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Coordena o sistema de serviços e benefícios sociais do Tribunal e das Seções Judiciárias, estabelecendo diretrizes gerais e fixando objetivos a serem alcançados, visando ao desenvolvimento de ações que atuem na promoção de saúde e prevenção de doenças de servidores e dependentes.

Divisão de Programas e Benefícios

Divisão Administrativa e Financeira

Divisão de Perícias

Divisão de Assistência à Saúde

Destaques do ano

Alteração do Regulamento Geral do Pro-Social; contratação de empresa para elaboração do **cálculo atuarial** das receitas e despesas do Pro-Social; criação do **Comitê de Responsabilidade Social** do Tribunal.

A Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – Secbe, responsável pela gestão do Pro-Social, vem, ao longo dos anos, procurando manter a qualidade dos serviços que o Programa oferece, sem onerar demasiadamente os beneficiários titulares.

A gradual redução da participação da União no custeio das despesas do Programa, aliada aos reajustes de mercado, levou à adoção de medidas que garantissem sua continuidade, mantidos os serviços prestados e com a devida qualidade.

As novas medidas implicaram diversas alterações no Regulamento Geral do Pro-Social, aprovadas pela Resolução n. 670-006/2003, entre as quais se destacaram o estabelecimento de custeio para os pais e para UTI aérea e a modificação da tabela de contribuição.



Com o objetivo de manter o atendimento aos **pais inscritos** sem afetar a segurança financeira do Programa, foi fixado percentual de participação financeira para o beneficiário titular, em 50% do gasto efetivamente realizado por seu genitor inscrito. Assim, evitou-se que o titular tivesse suas despesas aumentadas, seja pela busca de plano de saúde particular, seja pelo pagamento de custeio prévio e imediato.



A **remoção** do paciente **em UTI aérea** é onerosa para o Pro-Social, apesar de necessária em alguns casos. O custo desse serviço passou a ser coberto, em partes iguais, pelo Programa e pelo beneficiário, por contratação da Secbe, porém somente com a autorização expressa do titular.

O **sistema de custeio prévio** foi instituído em 2001, data da primeira tabela de contribuição. Desde então, os serviços vêm passando por reajustes de mercado, gerando aumento das despesas.

QUADRO 107
TABELA DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL

FAIXA SALARIAL	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
Até 840,00	52,00
de 840,01 a 1.680,00	79,00
de 1.680,01 a 2.520,00	131,00
de 2.520,01 a 3.360,00	184,00
de 3.360,01 a 4.200,00	236,00
de 4.200,01 a 5.040,00	289,00
de 5.040,01 a 5.880,00	341,00
de 5.880,01 a 6.720,00	394,00
de 6.720,01 a 7.560,00	446,00
mais de 7.560,00	472,00

Para evitar distorções entre as receitas e despesas, a **Tabela de Contribuição Mensal foi reajustada em 25%**, índice menor que o apurado na alteração das despesas do Programa, porém suficiente para, em conjunto com outras medidas, garantir a sanidade financeira do Pro-Social.

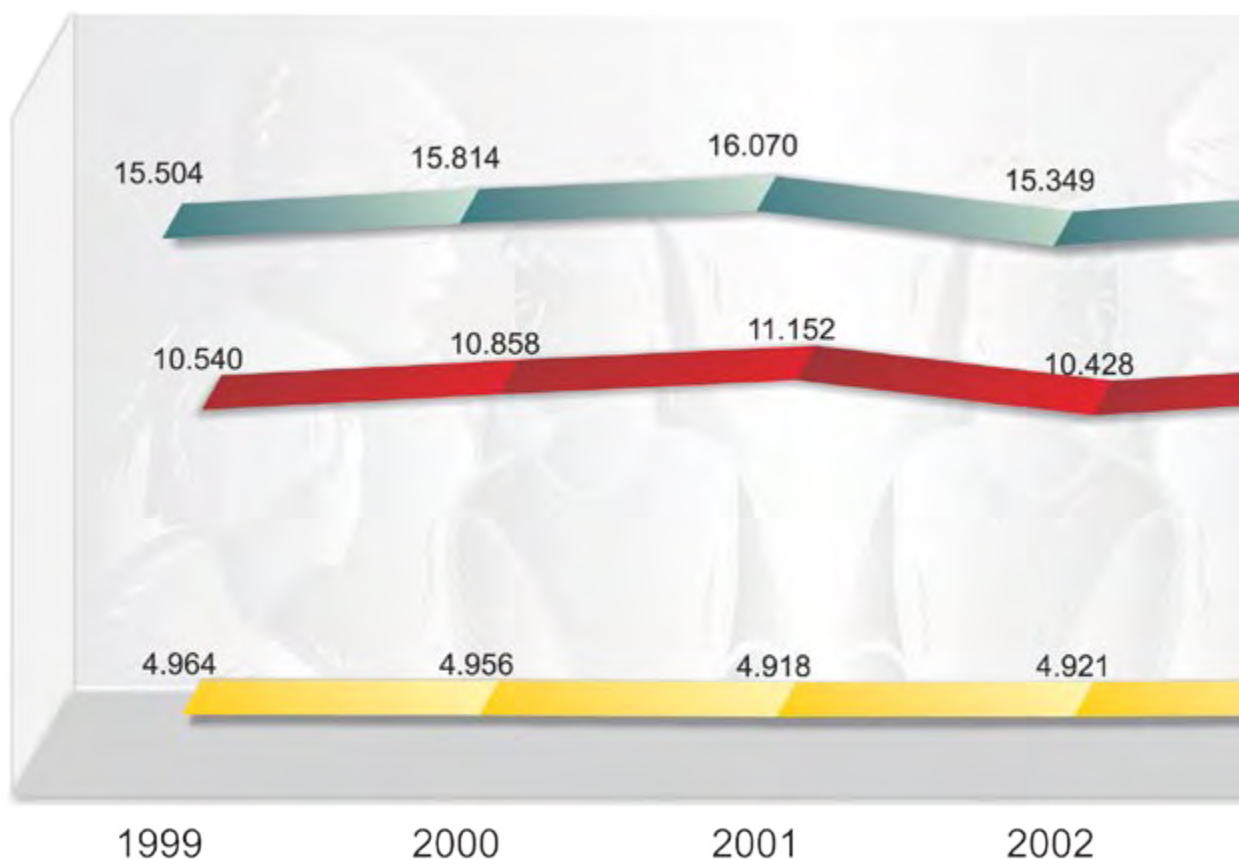
Além da atualização do Regulamento Geral, foi também aprovada, na sessão da Corte Especial Administrativa de 2 de outubro, a mudança do nome do Pro-Social, que **passou a chamar-se Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A partir do reajuste da Tabela de Contribuição Mensal, em 25%, observou-se equilíbrio, evidenciado pela **proporcionalidade entre as receitas e despesas** e pelo **restabelecimento da reserva financeira**, cujo valor em dezembro totalizava R\$ 7.705.712,00.

O **número de beneficiários do Programa** na Primeira Região, em 2003, que totalizou 15.771, sendo 4.963 titulares e 10.808 dependentes, **registrou variação inferior a 1% em relação a 2002**, reflexo do quadro estável de servidores do Tribunal e das Seccionais.

GRÁFICO 26
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PRO-SOCIAL



QUADRO 108
RECEITAS E DESPESAS DO PRO-SOCIAL

MÊS	RECEITAS		DESPESAS
	UNIÃO	PRÓPRIOS	
Saldo 31/12	–	5.987.133,79	–
Janeiro	4.067.842,00	1.129.675,78	5.183.495,40
Fevereiro	3.383.326,00	1.220.800,46	4.305.348,41
Março	3.325.417,00	1.177.091,62	4.534.435,44
Abril	3.401.044,00	1.180.518,65	4.676.995,77
Maiο	3.605.345,00	1.202.704,55	4.682.893,01
Junho	3.454.086,00	1.400.821,91	4.464.690,70
Julho	3.749.722,00	1.578.919,98	4.434.751,64
Agosto	3.514.471,00	1.439.345,56	4.397.976,60
Setembro	3.563.091,00	1.497.354,09	4.846.982,31
Outubro	3.526.025,00	1.508.827,74	4.910.100,97
Novembro	3.543.132,00	1.511.668,72	4.758.014,70
Dezembro	4.825.292,00	1.562.435,84	7.454.694,26
TOTAL	43.958.793,00	22.397.298,69	58.650.379,21

Fonte: Secbe e Secor

QUADRO 109

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL POR BENEFÍCIOS

ÁREAS	BENEFÍCIOS	VALOR		
		UNIÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL
I – Despesas sociais	Auxílio-Alimentação	26.618.432,00	–	26.618.432,00
	creche	3.514.005,00	–	3.514.005,00
	Auxílio-Transporte	811.739,00	–	811.739,00
	material escolar	–	237.360,00	237.360,00
	Programa de Qualidade de Vida	–	176.324,89	176.324,89
SUBTOTAL I		30.944.176,00	413.684,89	31.357.860,89
II – Despesas médicas	consultas	1.617.717,14	1.376.063,31	2.993.780,45
	exames laboratoriais	1.051.581,22	894.496,50	1.946.077,72
	exames radiológicos	953.971,57	811.467,74	1.765.439,31
	internações	4.099.604,99	3.487.207,89	7.586.812,88
	psicologia	536.202,30	456.104,65	992.306,95
	TFD	–	171.592,93	171.592,93
	outras	2.224.196,39	1.891.948,66	4.116.145,05
SUBTOTAL II		10.483.273,61	9.088.881,68	19.572.155,29
III – Despesas odontológicas	dentisteria	675.458,73	574.559,01	1.250.017,74
	prótese dentária	927.942,33	789.326,74	1.717.269,07
	periodontia	179.601,74	152.772,92	332.374,66
	radiologia	180.903,20	153.879,97	334.783,17
	endodontia	114.528,65	97.420,41	211.949,06
	outras	452.908,74	385.253,45	838.162,19
SUBTOTAL III		2.531.343,39	2.153.212,50	4.684.555,89
IV – Despesas administrativas	Fenaserjus	–	2.306.660,75	2.306.660,75
	seguro de vida	–	330.374,55	330.374,55
	passagens e hospedagens	–	59.116,33	59.116,33
	outras	–	339.653,51	339.653,51
SUBTOTAL IV		–	3.035.805,14	3.035.805,14
TOTAL GERAL		43.958.793,00	14.691.584,21	58.650.377,21

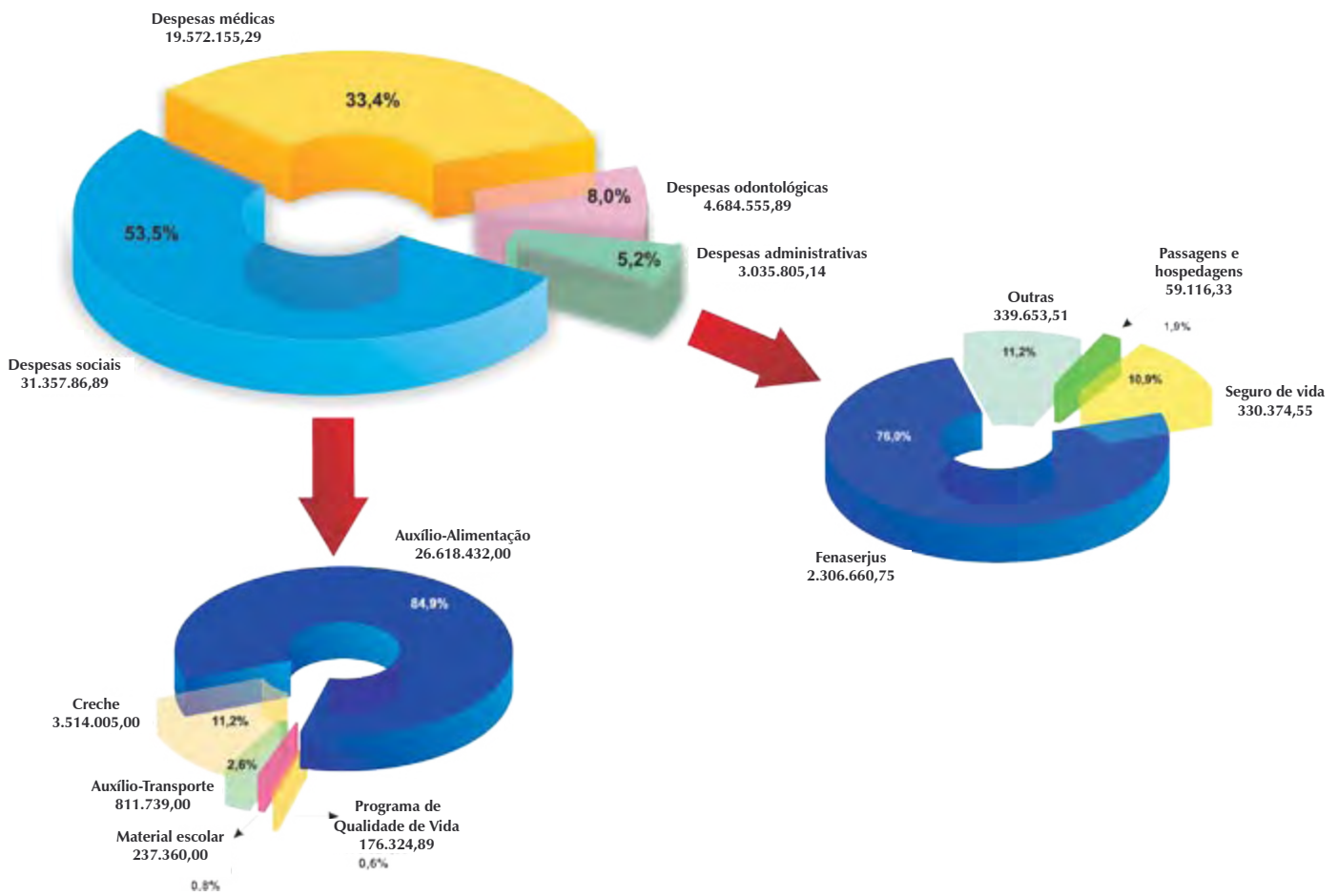
Fonte: Secbe e Secor

Outras despesas médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras despesas odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras despesas na área administrativa: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

GRÁFICO 27
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL



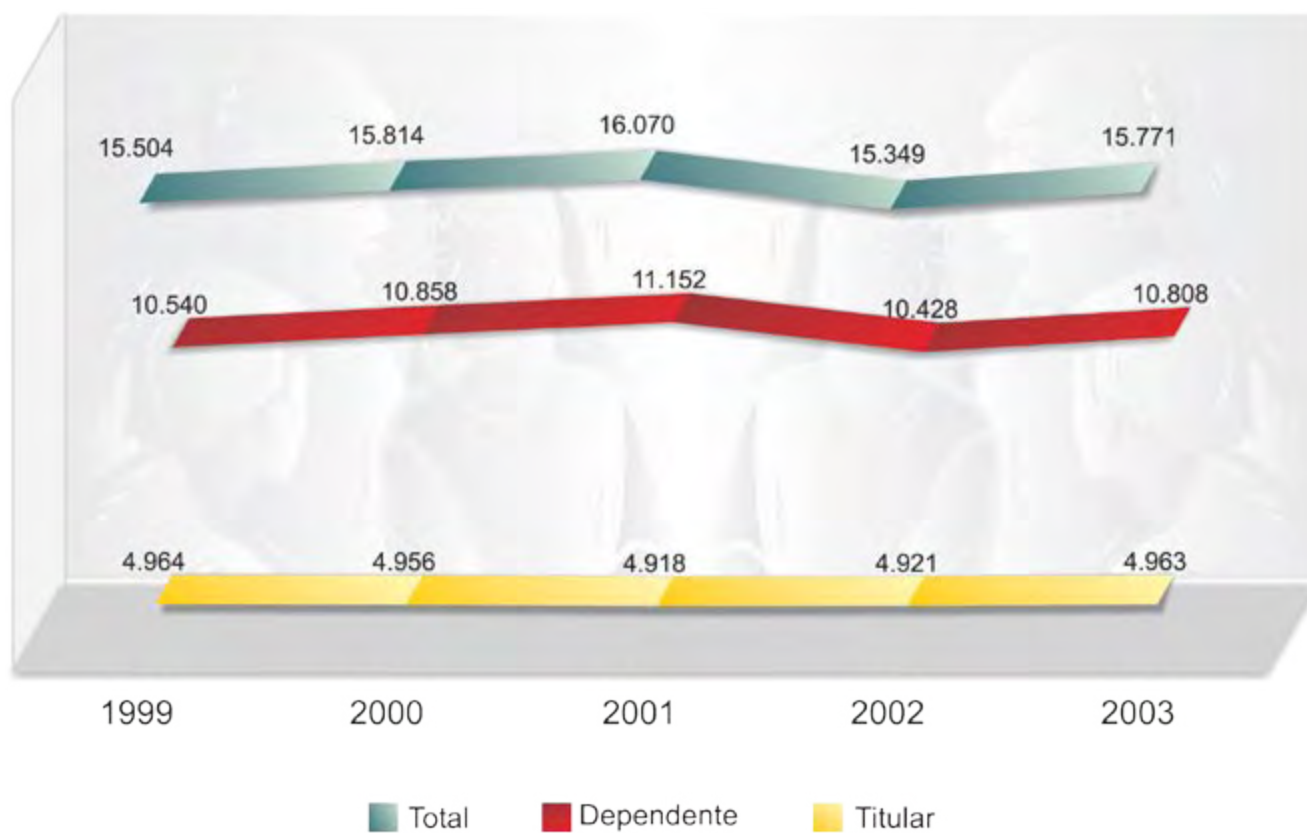
QUADRO 110
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

BENEFÍCIOS	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS
Consulta médica	45.168
Exame laboratorial	14.618
Exame radiológico	10.674
Internação	6.654
Fonoaudiologia	862
Tratamento fora do domicílio	14
Outras área médica	18.356
Psicologia	3.800
Consulta odontológica	6.025
Dentisteria	2.960
Prótese dentária	1.012
Periodontia	937
Radiologia	3.812
Endodontia	638
Outras área odontológica	2.603
TOTAL	118.133

QUADRO 111
BENEFICIÁRIOS DO PRO-SOCIAL

ÓRGÃO	TITULARES	DEPENDENTES	TOTAL
TRF	1.037	2.307	3.344
SJ/AC	105	274	379
SJ/AM	162	419	581
SJ/AP	77	201	278
SJ/BA	508	952	1.460
SJ/DF	720	1.345	2.065
SJ/GO	356	751	1.107
SJ/MA	230	628	858
SJ/MG	921	1.839	2.760
SJ/MT	163	357	520
SJ/PA	244	537	781
SJ/PI	166	433	599
SJ/RO	105	280	385
SJ/RR	79	213	292
SJ/TO	90	272	362
TOTAL	4.963	10.808	15.771

GRÁFICO 28
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PRO-SOCIAL



QUADRO 112
AUXÍLIOS CONCEDIDOS

ÓRGÃO	AUXÍLIO			
	ALIMENTAÇÃO	CRECHE	TRANSPORTE	MATERIAL ESCOLAR
TRF	1.001	283	342	436
Acre	98	36	10	54
Amapá	74	33	5	35
Amazonas	153	79	–	93
Bahia	563	175	335	143
Distrito Federal	659	207	216	228
Goiás	307	110	52	84
Maranhão	217	110	114	115
Mato Grosso	162	49	–	70
Minas Gerais	1.017	283	452	324
Pará	248	81	3	102
Piauí	164	68	88	97
Rondônia	90	43	–	66
Roraima	67	30	–	44
Tocantins	87	37	–	51
TOTAL	4.478	1.636	1.618	1.942

CÁLCULO ATUARIAL



Em razão de ser o sistema de custeio prévio modalidade ainda nova no Pro-Social, foi contratada empresa especializada para elaboração de cálculo atuarial.

Esses cálculos objetivam avaliar o equilíbrio financeiro do Programa, por meio da projeção do custo futuro, verificado pelo comportamento observado da utilização dos serviços de saúde em determinado período.

O estudo é uma necessidade antiga da Secbe, atendida por aprovação do Conselho Deliberativo do

Pro-Social à proposta apresentada pelo representante dos servidores naquele órgão colegiado. A atual metodologia de contribuição, provavelmente, acompanhará os resultados desse estudo e as propostas apresentadas pela equipe responsável.

QUADRO 113
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PRO-SOCIAL

ANO	RECEITAS		DESPESAS
1999	22.243.633	7.963.584	26.907.217
2000	29.005.460	12.195.580	35.168.305
2001	32.286.234	12.898.517	38.336.160
2002	35.707.840	21.413.836	51.134.542
2003	43.958.793	22.397.298	58.650.379

O cálculo atuarial toma como base os valores de receitas e despesas de período anterior bem como o histórico de utilização do Programa, de inscrição e desligamento de beneficiários, de convênios e serviços oferecidos.

Para o cálculo das mensalidades a serem pagas pelos beneficiários de programas de saúde, é necessária a análise do custo do risco bem como de premissas relacionadas à inclusão/exclusão de coberturas, ao tipo de rede credenciada e de acomodação oferecida, à abrangência — regional ou nacional — das coberturas, à expectativa de vida dos usuários e, ainda, à previsão de aumento dos custos médicos. Esse é **o ramo da atuária**, atividade imprescindível na formulação de serviços, que **utiliza modelos estatísticos**.

SERVIÇOS DE SAÚDE

A saúde, entendida como bem-estar físico, mental, social e espiritual, é fator imprescindível para o desempenho profissional de magistrados e servidores, motivo pelo qual o Tribunal tem priorizado as atividades relacionadas à sua preservação e melhoria.

Os serviços médico, odontológico e social foram prestados interna e externamente, garantindo aos titulares e dependentes consultas, exames e acompanhamento médico-odontológico, psicológico e fonoaudiológico.

QUADRO 114
SERVIÇOS DE SAÚDE

SERVIÇO	QUANTIDADE
Consulta	6.295
Pedido exame/receita	839
Resultado de exame	387
Autorização	5.678
Homologação de atestado	1.312
Atestado de saúde	120
Admissão	30
Internação no TRF	175
Orientação (pessoal/ telefone)	302
Visita hospital/domiciliar	17
Representantes	420
Análise de processo/outros	272
Junta médica	495
Elaboração de documentos	43
Pesquisa internet/ bibliografia	48
Reunião	12
Encaminhamento	101
Pequenas cirurgias	106
TOTAL	16.175

Para tornar mais efetivo o trabalho dos serviços de saúde do Tribunal, está sendo elaborado **sistema de controle de prontuários médicos** e de agenda, odontológico e da enfermagem. A partir da implantação total, o sistema permitirá levantamento de múltiplos dados úteis aos serviços de saúde e administrativos, assim como otimizar o programa de exames periódicos a ser implementado.



PSFS24_PRONTUARIO

Identificação | História Clínica | Exames Complementares | Consultas | Lista

Registro do Prontuário
Data: 23/01/2004 Categoria: Exame Periódico

Tipo de Paciente
 Servidor Terceirizado

Tipo de Atendimento
Serviço: 1 SERVIÇOS MEDICOS

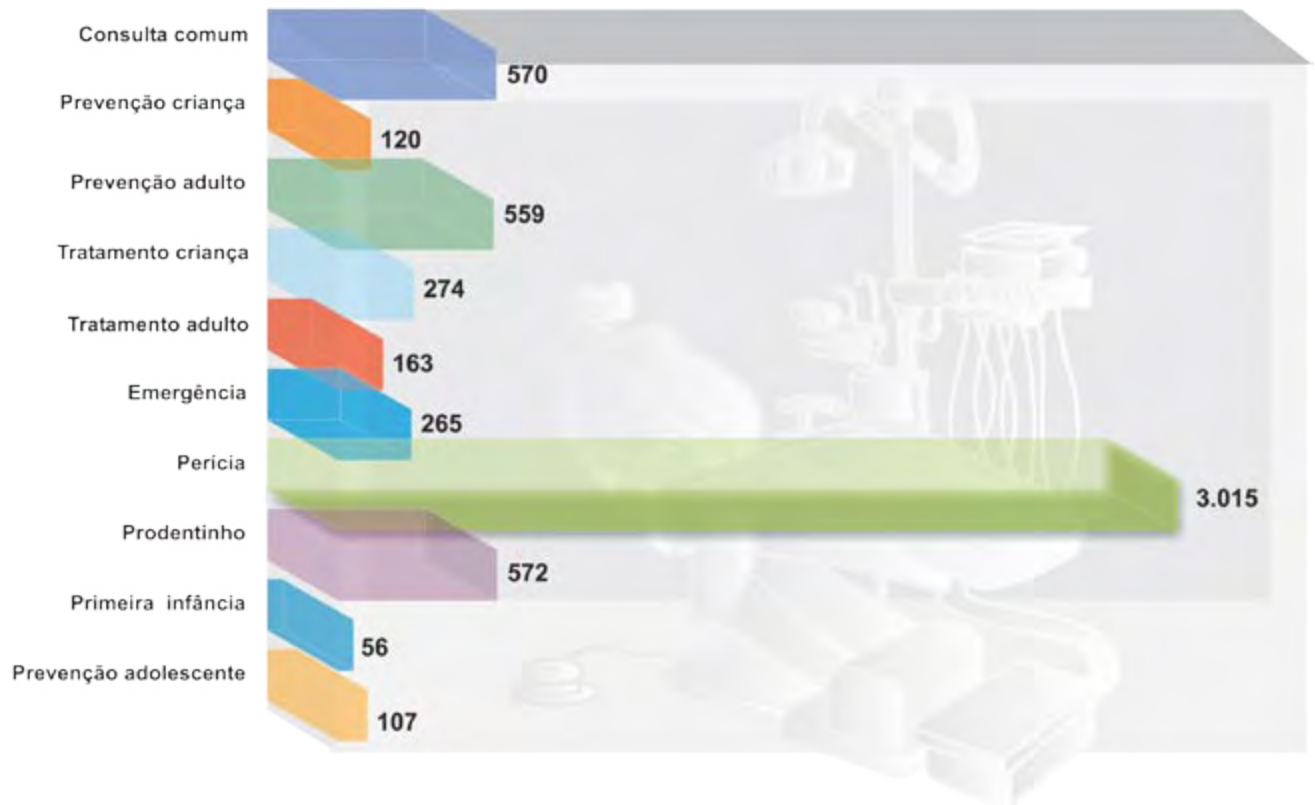
Paciente
Matricula: TR 300134 Nome: HELIO BERGO
Foto: 
Mat. do Dependente: Dependente: 

Outras Informações
Naturalidade: SAO JOAO DEL REI
Nascimento: 07/04/1951
Estado Civil: CASADO(A)

Informações Físicas/Médicas
Altura: 1,7 Doador: NÃO
Sexo: MASCULINO Tipo Sanguíneo: A-
Cutis: BRANCA

Endereço | Instrução | Dados Func.

GRÁFICO 29
ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

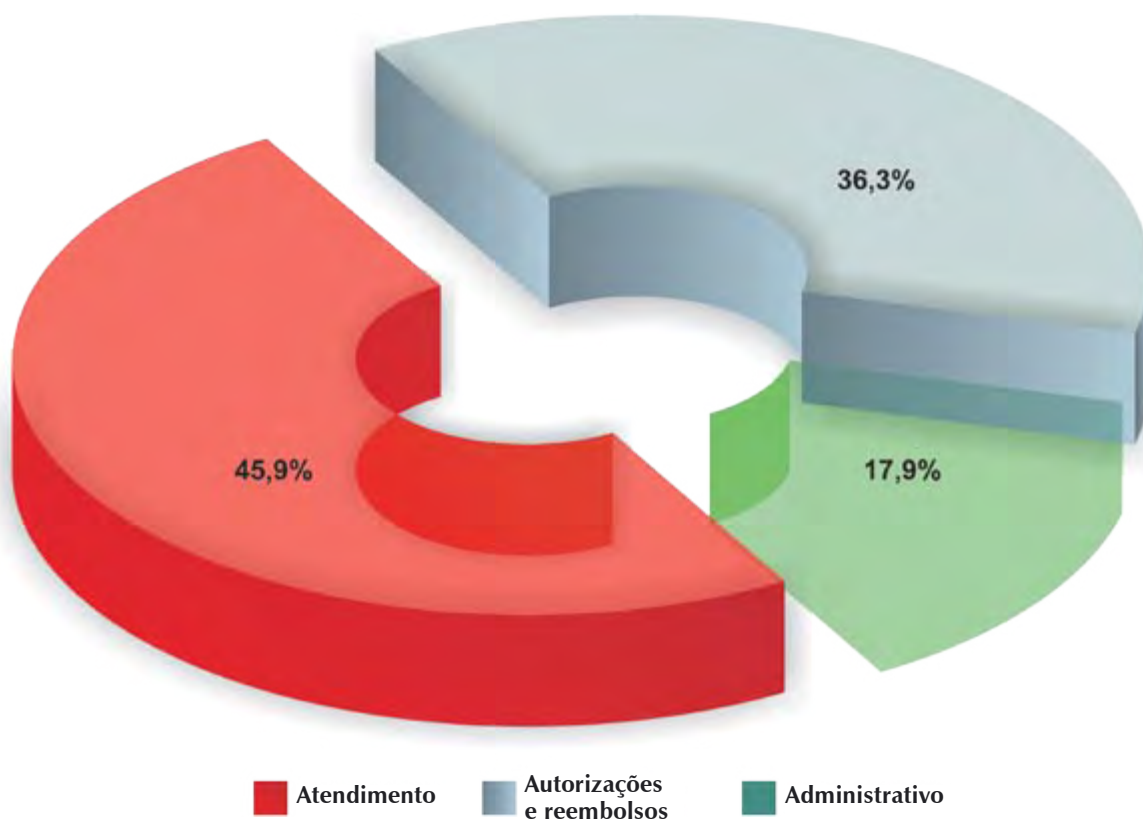


Foram atendidas, nos consultórios odontológicos, **5.703 pessoas**, entre magistrados, servidores, dependentes, estagiários e prestadores de serviço.

A área de Psicologia, mais que simplesmente prestar atendimento, tem o papel de investir no ambiente de trabalho e na saúde integral dos magistrados, servidores e seus familiares, com atuação preventiva.

Para tanto e com o objetivo de investir na qualidade de vida do corpo funcional desta Casa, passou a integrar o Comitê do PGQVT, como membro da equipe multidisciplinar, a psicóloga lotada no Tribunal.

GRÁFICO 30
ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS



Foi promovida, em duas etapas, campanha de vacinação, durante a qual foram realizados 562 atendimentos.

A **vacina contra gripe** foi aplicada em 496 servidores e em 104 prestadores de serviço e estagiários.



A **campanha de prevenção de doenças cardíacas** contribuiu para a conscientização da necessidade de mudança de estilo de vida de magistrados e servidores.

Foram realizadas, ao longo de 2003, diversas palestras educativas abordando o tema “Coração”, com a aferição da pressão arterial e de taxas de glicose, colesterol e triglicérides. Foram elas:

- ♦ A Pressão Arterial – o que é e como controlá-la;
- ♦ A Importância da Alimentação para a Saúde;
- ♦ Medicação para Controle da Pressão Arterial – quando e por que usá-la;
- ♦ A Importância da Atividade Física na Promoção da Saúde;
- ♦ Medicina, Arte e Vida.

Todos os participantes que apresentaram algum risco de doença cardiovascular foram encaminhados para atendimento e acompanhamento no Serviço Médico do Tribunal.



O berçário do Tribunal completou seu primeiro aniversário com justa comemoração, que reuniu crianças e mães em evento de congraçamento e alegria. O principal objetivo do berçário é minimizar a separação entre mãe e filho, quando do retorno da licença-maternidade.

PROGRAMA DE GESTÃO EM QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO



Criado em 2000, o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT teve como destaque, em 2003, a instituição de **oito comissões especiais** que ficaram responsáveis pela implementação dos projetos. Na criação desses grupos de trabalho, foram consideradas a natureza das atividades desenvolvidas e a tipologia das ações previstas.

Do total provisionado para o funcionamento do PGQVT em 2003, R\$ 40.777,64 não foram utilizados. Essa economia foi obtida com parcerias e patrocínios e, ainda, pela implementação das atividades do PGQVT em algumas Seccionais, sem utilização de todo recurso disponível.

QUADRO 115
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PGQVT

ÓRGÃO	VALOR PROVISIONADO	TOTAL UTILIZADO	SALDO
TRF	48.588,74	67.111,65	-18.522,91
Acre	6.345,00	–	6.345,00
Amapá	5.129,99	749,00	4.380,99
Amazonas	8.282,37	1.242,35	7.040,02
Bahia	20.902,50	17.677,30	3.225,20
Distrito Federal	31.897,99	27.089,01	4.808,98
Goiás	15.367,86	6.008,10	9.359,76
Maranhão	10.243,22	15.988,21	-5.744,99
Mato Grosso	9.541,38	5.263,00	4.278,38
Minas Gerais	33.320,73	20.711,59	7.006,24
Pará	10.940,04	3.933,80	7.006,24
Piauí	8.761,06	10.712,88	-1.952,82
Rondônia	6.549,17	4.194,00	2.355,17
Roraima	4.847,33	–	4.847,33
Tocantins	5.874,71	5.133,56	741,15
TOTAL	226.592,09	185.814,45	40.777,64

QUADRO 116
PLANO DE AÇÃO – PGQVT
AÇÕES DESENVOLVIDAS

PROJETO	ATIVIDADES	RESULTADOS
Capacitação dos Comitês do PGQVT	realização de reuniões periódicas com os integrantes do comitê gerencial – participação de membros representativos do comitê gerencial em eventos externos sobre qualidade de vida	realização de 15 reuniões com a participação de 38 integrantes do comitê
	visitas técnicas a órgãos e instituições implementadoras de programas de qualidade de vida	a ABQV solicitou a realização de diversas visitas e o Tribunal recebeu visita externa
	realização do III Encontro de Coordenadores do PGQVT	participação efetiva de 13 integrantes do comitê central e 18 representantes das Seccionais
Projeto Viva Melhor	realização de encontros vivenciais para discussão de temas de interesse e programação sociocultural	foram realizadas 10 reuniões durante o exercício de 2003
	criação de um grupo de estudo para elaboração do Manual de Preparação para Aposentadoria	lançamento do Manual durante a Feira de Saúde
	atuação dos aposentados como voluntários internos e externos, em projetos diversos	15 aposentados encontram-se engajados em trabalhos de voluntariado em creches, hospitais e no próprio TRF
Implantação do Banco de Doadores de Sangue	encaminhamento de doadores repositores aos bancos de sangue locais	atendimento a 100% das solicitações emergenciais
Comemoração de temas geradores de ações de qualidade integradas	comemorações do Dia Internacional da Mulher e das Sextas Natalinas	participação efetiva das servidoras homenageadas
	elaboração conjunta com a ASCOM de jornal especial em comemoração ao Dia Internacional da Luta contra a AIDS	foram distribuídos 2.000 exemplares em toda a Primeira Região
Utilização de meios de comunicação para compartilhamento de experiências e divulgação das atividades do PGQVT	apresentação do PGQVT do TRF – 1ª Região no III Congresso Internacional da ISMA-RS e no Seminário de Medicina Preventiva, em Campinas/SP, atendendo convite da Unimed/SP	vídeo institucional feito no TRF tem sido mostrado durante os eventos externos
	apresentação do projeto Viva Melhor no IBQV, em Brasília/DF, e na V Mostra Nacional de Qualidade do Poder Judiciário, em Santa Catarina	–
Projeto De Bem com a Vida	ioga	realização de 3 aulas semanais após o horário de expediente, para uma turma de 40 alunos
	massagem expressa	aquisição de 3 cadeiras e contratação de 3 massagistas
	clube da caminhada	realização de 6 passeios ecológicos em diferentes locais do DF e GO
	vigilantes do peso	atendimento a 4 grupos de 20 pessoas com blocos de 10 reuniões semanais, financiadas pelos próprios participantes

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Fazem parte do calendário da Primeira Região, já há algum tempo, **diversas campanhas de solidariedade, que contribuem para o desenvolvimento da responsabilidade social**, um dos valores estimulados pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT.

Como ápice dessas atividades e em razão da necessidade de torná-las mais eficazes, foi criado o Projeto de Responsabilidade Social para o TRF – 1ª Região, com o objetivo de reunir e estimular os projetos sociais que já aconteciam, além de fomentar novas iniciativas.



O comitê de responsabilidade social do Tribunal coordenou a realização do **1º Curso de Alfabetização de Adultos**, destinado aos prestadores de serviço da área de conservação e limpeza do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal, com a parceria do UniCEUB.

Durante 2003, o curso contou com 18 alunos. A meta é que cada aluno seja auxiliado por um padrinho, por meio de doações para a compra de material didático e atividades extracurriculares.

A criação do Comitê de Responsabilidade Social possibilita que os **servidores interessados recebam qualificação profissional para atuar no voluntariado.**

Apesar do pouco tempo de existência, já foram realizadas as seguintes atividades:

- ♦ cadastramento de 63 servidores interessados em atuar como voluntários;
- ♦ cadastramento de 50 doadores de sangue para o banco do Hemocentro de Brasília;
- ♦ estudos preliminares para implementação de Programa de Gestão Ambiental, no Tribunal.



Durante a festa junina realizada pela Assejufe, houve arrecadação de uma tonelada de alimentos, distribuídos para instituições carentes de Brasília, como o Lar dos Velinhos, em parceria com o Programa Mesa Brasil, do SESC.

VIII FEIRA DE SAÚDE



Como já é tradição no Tribunal, realizou-se em 2003, no mesmo evento, a **VIII Feira de Saúde e a III Expo Qualidade de Vida**.

Foram montados dez estandes criativos, organizados em forma de corredor, cujo objetivo era estimular a conquista da plenitude do SER integral e a melhoria da qualidade do VIVER coletivo. O trabalho foi recompensado pela **presença de 1.982 pessoas**, entre magistrados, servidores, dependentes, estagiários, prestadores de serviço e convidados.

A interatividade foi uma das marcas desta edição da Feira. Todos os estandes planejaram, de forma criativa, maneiras de levar sua mensagem ao público participante.

Oficina de culinária infantil



Estande Ser Feliz – Projeto Viva Melhor (aposentados do TRF)



Para encerrar a semana, animada festa — **“Asrep Hour”** — lotou o restaurante do Tribunal, decorado especialmente com o tema do dia das bruxas. A música das bandas animou os convidados, que dançaram ao ritmo do xote, baião e *rock* sem a menor cerimônia.

QUADRO 117
COORDENAÇÃO DOS ESTANDES DA VIII FEIRA DE SAÚDE

ESTANDES	RESPONSABILIDADE	PARCERIAS
Ser Livre	Diben	-
Ser Comunicativo	Ascom	
Ser Solidário	Diben/Gabin	SESC – Polícia Militar Ambiental
Ser Feliz	Diben	servidores aposentados
Ser Saudável	Diper/Diasi	GDF – Secretária de Saúde / Numenat – Prevent Kids – SESC
Ser Social	Asrep	artistas plásticos e Buffet Sweet Cake
Ser Criativo	Diben/PGQVT	Talentos da Casa
Ser Gente	Direh/Serviço Psicológico	facilitadores externos
Ser Ativo	Diben	empresas e facilitadores externos

PRÊMIOS E INDICAÇÕES



PREMIAÇÕES RECEBIDAS PELO TRIBUNAL EM 2003

Em 2003, a exemplo de anos anteriores, o Tribunal mostrou-se uma instituição empreendedora, com a implementação de ações inovadoras tanto no segmento público quanto no privado.

Essa disposição obteve **reconhecimento nacional e internacional**, com a premiação dos seguintes trabalhos.

PRÊMIO INICIATIVA DO ANO



PRÊMIO CENADEM

Gerenciamento Eletrônico de
Documentos

INICIATIVA DO ANO

O CENADEM - Centro Nacional de Desenvolvimento
do Gerenciamento da Informação, por ocasião da
INFOIMAGEM-2003, outorga este prêmio ao

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
1ª REGIÃO**

Pela excelência e qualidade do sistema
implantado, que proporcionara grande
velocidade de transmissão da informação entre
organismos públicos, com a transferência do
meio papel para mídia digital.

São Paulo, 7 de outubro de 2003.



CENADEM

O empenho na busca de soluções viáveis para a modernização e o conseqüente aprimoramento da Justiça colocou o Tribunal em destaque com a premiação **Iniciativa do Ano**, durante a Infoimagem/2003, segundo maior evento do mundo voltado para o Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.



O projeto foi desenvolvido com o objetivo de fazer os documentos e as informações trafegarem de modo mais simples e ágil entre a Justiça Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, o INSS e o Tribunal, baseando-se nos estudos em andamento no TRF – 3ª Região. Com o sistema informatizado, é possível agilizar o andamento e a conclusão do grande volume de ações em tramitação na Primeira Região.

Para a padronização e o mapeamento dos procedimentos da execução fiscal, foi constituída comissão formada por juízes federais da Seção Judiciária do Distrito Federal e servidores daquela Seccional e do Tribunal, tendo sido o desenvolvimento e a implantação do sistema informatizado coordenados pela Secretaria de Informática – Secin. O sistema foi desenvolvido por empresa contratada mediante licitação.



“O setor governamental mostrou sua força. A 1ª Região do Tribunal Regional Federal levou o prêmio de Iniciativa do Ano com uma solução de GED inovadora que busca superar os problemas judiciais causados pela morosidade e pelo grande volume dos processos em papel, que geram elevados custos.” (<http://www.cenadem.com.br/infoimagem/>)

PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO

MATÉRIA SOBRE GUERRILHA DO ARAGUAIA

No dia 10 de dezembro, a matéria sobre a Guerrilha do Araguaia produzida pelo Tribunal para o programa Via Legal, do Conselho da Justiça Federal, foi premiada na sede da OAB em Porto Alegre, durante a 20ª edição do **Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, na categoria Resgate Histórico**.

A matéria foi produzida por repórter e estagiários da Assessoria de Comunicação Social – Ascom, que também foi responsável por parte das imagens apresentadas durante a reportagem.

Foram produzidas duas matérias especiais sobre o tema: a primeira contando a história da guerrilha. A segunda, a história do processo judicial, que, devido aos inúmeros recursos de sucessivos governos, tramita na Justiça Federal há 21 anos.

Abordaram parte da história brasileira ainda desconhecida da sociedade, tendo em vista a recente decisão judicial que determinou a abertura dos arquivos secretos do Exército Brasileiro relativos à Guerrilha do Araguaia, considerada o Vietnã brasileiro.

O Programa Via Legal é produzido pelo Conselho da Justiça Federal, em parceria com as Assessorias de Comunicação dos Tribunais Regionais Federais, e vai ao ar na TV Justiça às quintas-feiras, às 21h, e na TV Cultura aos sábados, às 9h.



Somou-se às premiações, a indicação de matéria produzida pelo recém-criado Núcleo de Televisão do Tribunal para **concorrer ao Prêmio Imprensa Embratel 2003**, uma das maiores premiações do Brasil em termos de valores oferecidos e a de maior abrangência no setor da comunicação social.

Foram mais de 180 trabalhos inscritos na categoria Regional desse importante prêmio, cujo objetivo é reconhecer trabalhos jornalísticos de grande qualidade e estimular a publicação de reportagens sobre temas brasileiros de interesse da sociedade.

Colocada entre as três finalistas da categoria Regional, a matéria do TRF – 1ª Região, feita para o Programa Via Legal, falou sobre um dos maiores comércios ilegais do planeta: o tráfico de animais silvestres, que perde apenas para o tráfico de drogas e o de armas. De conteúdo investigativo, a matéria foi veiculada nos dias 12 e 14 de junho, na TV Justiça e na TV Cultura.

PRÊMIO NACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA

PROGRAMA DE GESTÃO EM QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO – PGQVT

O Tribunal sempre se evidenciou pela valorização de seu corpo funcional e, atento às dinâmicas organizacionais, direcionou diversas ações para a qualidade de vida no trabalho, mantendo-se na vanguarda, também, nesse segmento.

Incluir a abordagem em qualidade de vida como ferramenta de gestão nas organizações, diante do cenário econômico atual constitui-se em grande desafio aos gestores de recursos humanos, saúde e benefícios. (Alberto J. Ogata – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV Nacional)

O Prêmio Nacional de Qualidade de Vida da ABQV tem por objetivo estimular o desenvolvimento e a implantação de programas de qualidade de vida nas instituições, premiando organizações que realizam ações específicas, inovadoras e eficazes nesse âmbito de atuação.

O prêmio é diferenciado em duas categorias a fim de estimular a participação de instituições de portes e setores diversos:

- a) prêmio para um programa global (conjunto de ações);
- b) prêmio para uma ação específica.

O envolvimento do Tribunal e o comprometimento de integrantes da alta administração no direcionamento e na manutenção do PGQVT, no decorrer do exercício de 2003, foram fatores fundamentais para a aceitação, implantação e implementação, no TRF e nas 14 Seções Judiciárias jurisdicionadas, das diversas ações que integram o Programa.

O PGQVT tem buscado atingir, gradativamente, 100% dos magistrados e servidores efetivos, requisitados e sem vínculo, que totalizam, atualmente, 5.227 pessoas em toda a Primeira Região. Algumas ações específicas têm envolvido ainda o pessoal terceirizado, os estagiários e os dependentes.

Para melhor divulgar a filosofia do Programa e operacionalizar as ações propostas para o biênio 2002-2003, foram formados um Comitê Gerencial no TRF e um Comitê local em cada uma das 14 Seções Judiciárias com representantes das diversas unidades.

A Coordenação Executiva do PGQVT é exercida pela Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – Secbe. Levando em consideração a natureza das atividades desenvolvidas e a tipologia das ações previstas, foram formadas oito comissões especiais, responsáveis pela implementação dos projetos, de acordo com segmentos específicos.



Criado em 2000, o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT objetiva a maximização do potencial humano, estabelecendo elos essenciais e a interdependência entre a pessoa, o processo produtivo e os recursos tecnológicos, buscando equilíbrio entre trabalho e qualidade de vida.



HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES



Os desembargadores federais, dirigentes e assessores do Tribunal receberam ao longo do ano diversas condecorações e homenagens.

AGRACIADOS

COMENDA **ORDEM DO MÉRITO MILITAR**
NO GRAU DE **COMENDADOR**,
OUTORGADA PELO
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DATA: 15 DE ABRIL DE 2003

LOCAL: QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO,
BRASÍLIA/DF



Desembargador Federal
Aloísio Palmeira Lima



Desembargador Federal
I'talo Fioravanti Sabo Mendes

AGRACIADOS



Desembargador Federal
Cândido Ribeiro



Desembargador Federal
Antônio Ezequiel da Silva

COMENDA ORDEM DO MÉRITO MILITAR,
NO GRAU DE OFICIAL,
OUTORGADA PELO
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DATA: 15 DE ABRIL DE 2003

LOCAL: QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO,
BRASÍLIA/DF

AGRACIADOS

COMENDA ORDEM DO MÉRITO MILITAR
NO GRAU DE OFICIAL,
OUTORGADA PELO
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DATA: 15 DE ABRIL DE 2003

LOCAL: QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO,
BRASÍLIA/DF



Desembargador Federal
Daniel Paes Ribeiro



Desembargador Federal
João Batista Moreira

AGRACIADOS



Desembargadora Federal
Assusete Magalhães



Desembargador Federal
Jirair Aram Meguerian

MEDALHA DO MÉRITO ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

DATA: 23 DE ABRIL DE 2003

LOCAL: PLENÁRIO DO TRE E SALA VILLA LOBOS
DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO,
BRASÍLIA/DF

AGRACIADOS

MEDALHA DA ORDEM DO MÉRITO, NO
GRAU GRÃO-COLAR DO QUADRO ESPECIAL,
CONFERIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DATA: 20 DE MAIO DE 2003

LOCAL: BRASÍLIA/DF

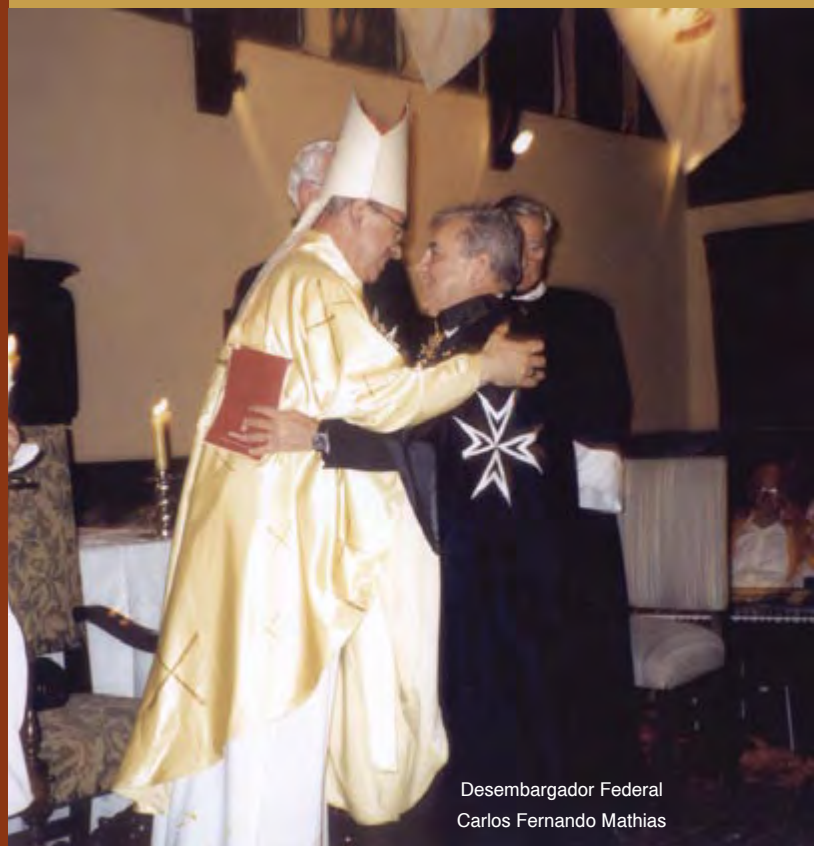


Desembargador Federal
Catão Alves

ADMISSÃO NA ORDEM MILITAR E SOBERANA DE
MALTA, NO GRAU DE
CAVALEIRO DE GRAÇA MAGISTRAL

DATA: 23 DE JUNHO DE 2003

LOCAL: SÃO PAULO/SP



Desembargador Federal
Carlos Fernando Mathias

AGRACIADOS



Desembargador Federal
Catão Alves

**MEDALHA DA ORDEM DO MÉRITO TOCANTINS,
OUTORGADA PELO
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2003

**LOCAL: SALÃO NOBRE DO TRIBUNAL,
BRASÍLIA/DF**



Desembargador Federal
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

Desembargador Federal
Jirair Aram Meguerian

Assessora da Presidência
Helga Ferraz Jucá

Desembargador Federal
Antônio Sávio de Oliveira Chaves

MEDALHA DO PACIFICADOR

DATA: 28 DE AGOSTO DE 2003

**LOCAL: QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO,
BRASÍLIA/DF**

AGRACIADOS

INSÍGNIA DA ORDEM DO MÉRITO
DE DOM BOSCO,
NO GRAU DE GRANDE OFICIAL

DATA: 2 DE SETEMBRO DE 2003

LOCAL: SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO, BRASÍLIA/DF



Desembargadora Federal
Maria Isabel Gallotti Rodrigues

INSÍGNIA DA ORDEM DO MÉRITO
DE DOM BOSCO,
NO GRAU DE COMENDADOR

DATA: 2 DE SETEMBRO DE 2003

LOCAL: SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO, BRASÍLIA/DF



Juiz Federal
João Carlos Mayer Soares

AGRACIADOS



Desembargadora Federal
Maria do Carmo Cardoso

MEDALHA DO PACIFICADOR

DATA: 11 DE SETEMBRO DE 2003

LOCAL: QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO,
BRASÍLIA/DF



Desembargador Federal
Catão Alves

MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILTON CAMPOS

DATA: 12 DE SETEMBRO DE 2003

LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE/MG

AGRACIADOS

MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILTON CAMPOS

DATA: 12 DE SETEMBRO DE 2003

LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE/MG



Desembargador Federal
Aloísio Palmeira Lima



Desembargadora Federal
Selene de Almeida

AGRACIADOS



Alcides Diniz da Silva
Diretor-Geral

MEDALHA JUSTIÇA SÉCULO XXI

DATA: 12 DE SETEMBRO DE 2003

**LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE/MG**



Desembargador Federal
Carlos Fernando Mathias

**MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO
MILTON CAMPOS**

DATA: 3 DE OUTUBRO DE 2003

**LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE/MG**

AGRACIADOS

MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILTON CAMPOS

DATA: 5 DE DEZEMBRO DE 2003

LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE/MG



Desembargadora Federal
Assusete Magalhães



Desembargador Federal
Jirair Aram Meguerian

AGRACIADOS



Desembargador Federal
Mário César Ribeiro



Desembargador Federal
Luciano Tolentino Amaral

MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO

MILTON CAMPOS

DATA: 5 DE DEZEMBRO DE 2003

LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS

GERAIS, BELO HORIZONTE/MG

AGRACIADOS

MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILTON CAMPOS

DATA: 5 DE DEZEMBRO DE 2003

LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE/MG



Desembargador Federal
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira



Desembargador Federal
Souza Prudente

AGRACIADOS



Desembargador Federal
Antônio Sávio de Oliveira Chaves



Desembargador Federal
Hércules Quasímodo da Mota Dias

MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO

MILTON CAMPOS

DATA: 5 DE DEZEMBRO DE 2003

LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS

GERAIS, BELO HORIZONTE/MG

AGRACIADOS

MEDALHA GRÃ-CRUZ DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILTON CAMPOS

DATA: 5 DE DEZEMBRO DE 2003

LOCAL: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE/MG

TÍTULO DE CIDADÃO AMAPAENSE, OUTORGADO
PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAPÁ

DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2003

LOCAL: MACAPÁ/AP



Desembargador Federal
Euclides Reis Aguiar



Desembargador Federal
Catão Alves

AGRACIADOS



Desembargador Federal
Carlos Fernando Mathias

**MEDALHA GRÃ-CRUZ DA ORDEM DO MÉRITO
ANHANGÜERA, CONFERIDA PELO TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**

DATA: 29 DE NOVEMBRO DE 2003

LOCAL: GOIÂNIA/GO



Desembargador Federal
Catão Alves

**PLACA MINISTRO CARLOS MADEIRA –
HOMENAGEM DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO
DO MARANHÃO**

DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2003

LOCAL: SÃO LUÍS/MA

MEDALHA MINISTRO CARLOS MADEIRA –
HOMENAGEM DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO
DO MARANHÃO

DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2003

LOCAL: SÃO LUÍS/MA



Alcides Diniz da Silva
Diretor-Geral

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS		GRÁFICOS	
PRESIDÊNCIA			
1	Sessões administrativas realizadas no Tribunal, 4	1	Processos registrados e despachos exarados, 8
2	Assuntos administrativos de maior relevância apreciados pelos Colegiados, 6		
3	Estatística da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – Asret, 9		
4	Presidência da Primeira Turma Suplementar, 10		
5	Participação em sessões do CJF, 10		
6	Plantões do Presidente, 11		
7	Documentos oficiais editados/emitidos, 11		
8	Visitas internas realizadas pelo Presidente, 33		
9	Visitas externas realizadas pelo Presidente, 33		
ASESP			
10	Abreviaturas e siglas, 36		
11	Câmara dos Deputados, 37		
12	Senado Federal, 40		
13	Congresso Nacional, 42		
14	Projeto para criação de novas varas, 43		
15	Terreno em Belo Horizonte, 46		
COJEF			
16	Juizados itinerantes em locais públicos, 66	2	Processos distribuídos, 78
17	JEFs itinerantes realizados com as carretas, 69	3	Processos julgados, 78
18	Varas a serem instaladas em 2004, 74	4	Processos distribuídos e processos julgados nos JEFs, 79
19	Juizados Especiais Federais – estatística processual, 80	5	Processos distribuídos e processos julgados nas Turmas Recursais, 83
20	Turmas Recursais – estatística processual, 82		
COREJ			
21	Orçamento dos precatórios, 87		
22	Atividades de 2003, 88		
23	Precatórios/RPVs aguardando pagamento em 2004, 89		
ASCOM			
24	Produção para televisão, 118		
25	Publicações produzidas, 121		

QUADROS		GRÁFICOS	
ASMAG			
26	Programa de capacitação, 128		
27	Magistratura de Primeiro Grau – cargos providos e vagos na Primeira Região, 131		
28	Magistrados convocados em 2003, 132		
29	Magistrados convocados para compor Turmas Suplementares, 133		
30	Magistrados desconvocados das Turmas Suplementares, 133		
31	Permuta entre juízes federais, 134		
32	Remoção de juízes federais e juízes federais substitutos, 134		
33	Juízes federais eleitos para compor Tribunais Regionais Eleitorais no biênio 2003-2005, 135		
34	Composição da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência, 135		
35	Juízes federais substitutos declarados aptos à vitaliciedade, 136		
VIPRE			
36	Distribuições, 140		
37	Processos recebidos/atribuídos, 140		
38	Estatística anual, 140		
COGER			
39	Correições gerais ordinárias, 152	6	Processos distribuídos na Primeira Instância (excluídos os JEFs), 159
40	Processos autuados e arquivados, 153	7	Processos julgados na Primeira Instância (excluídos os JEFs), 161
41	Decisões do Corregedor-Geral em autos de processos diversos, 153	8	Processos distribuídos e julgados em 2003 – Primeira Instância (excluídos os JEFs), 162
42	Provimentos, 154	9	Processos distribuídos, julgados e em tramitação – Primeira Instância (excluídos os JEFs), 163
43	Arrecadação da Primeira Região – janeiro a novembro de 2003, 157		
44	Processos distribuídos na Primeira Instância (excluídos os JEFs), 158		
45	Processos julgados na Primeira Instância (excluídos os JEFs), 160		
46	Desempenho da Primeira Instância em 2003 (excluídos os JEFs), 162		
DIGES			
47	Cargos vagos de juiz federal substituto, 175		

QUADROS		GRÁFICOS	
SECJU			
48	Petições iniciais e diversas protocolizadas, 191	10	Petições apresentadas ao Tribunal, 189
49	Protocolo descentralizado – petições diversas recebidas nas Seções Judiciárias, 191	11	Protocolo de petições, 189
50	Petições diversas recebidas nas Subseções Judiciárias, 192	12	Processos distribuídos e julgados no Tribunal, 194
51	Petições diversas recebidas no Tribunal, 192	13	Sessões realizadas no Tribunal, 202
52	Petições iniciais e diversas recebidas por meio eletrônico no Tribunal, 193	14	Acórdãos publicados, 203
53	Protocolo descentralizado – petições iniciais, 193	15	Desempenho das Turmas Suplementares, 209
54	Processos distribuídos por matéria no Tribunal, 195	16	Candidatos aprovados – faixa etária, 211
55	Processos julgados no Tribunal, 196		
56	Processos distribuídos e registrados, 198		
57	Processos redistribuídos, 200		
58	Sessões realizadas no Tribunal, 201		
59	Processos julgados no Tribunal, 202		
60	Despachos terminativos publicados, 203		
61	Acórdãos publicados, 204		
62	Coordenadoria de Recursos, 204		
63	Outras estatísticas, 205		
64	Sessões realizadas – Turmas Suplementares, 208		
65	Processos baixados à origem e carta de ordem, 208		
66	Despachos das Turmas Suplementares, 208		
67	Desempenho das Turmas Suplementares 2001-2003, 209		
68	Detalhamento do desempenho das Turmas Suplementares, 210		
69	IX concurso para juiz federal substituto, 211		
70	Atividades da Biblioteca, 213		
71	Divulgação jurisprudencial do Tribunal, 214		
SECOR			
72	Obras e reformas na Primeira Instância, 223	17	Impacto dos precatórios no orçamento do Tribunal, 220
73	Projetos previstos para 2004, 229	18	Orçamento aprovado para a Primeira Região, 220
74	Demonstrativo nas variações da Lei Orçamentária, 230	19	Sub-repasse para as Seccionais, 221
75	Despesa liquidada por ações – Primeira Região, 231	20	Contingenciamento da Primeira Região – 2003, 222
76	Despesa com sentenças judiciais transitadas em julgado liquidada por grupo, 232	21	Valores descontingenciados, 222

QUADROS		GRÁFICOS	
77	Outras despesas correntes e investimento por Seccional, 232	22	Proposta orçamentária para o Tribunal em 2004, 228
78	Demonstrativo orçamentário e financeiro, 233		
SECRE			
79	Eventos de capacitação externos com ônus para o Tribunal, 238		
80	Eventos externos sem ônus para o Tribunal, 239		
81	Eventos internos realizados ou apoiados pela Direh/ Secre, 240		
82	Eventos de capacitação locais, 241		
83	Eventos regionais promovidos em parceria com outros órgãos, 241		
84	Diferenças salariais/benefícios pagos em 2003, 243		
85	Programa de estágio, 246		
86	Força de trabalho – servidores ativos, 247		
87	Movimentação de pessoal – Tribunal, 248		
88	Movimentação de pessoal – Seções Judiciárias, 248		
SECAD			
89	Obras e reformas no Tribunal, 257	23	Aquisição por licitação, 259
90	Procedimentos de aquisição, 258	24	Créditos provisionado e liquidado, 263
91	Instrumentos contratuais elaborados, 259		
92	Execução da despesa por subatividade – Tribunal, 260		
93	Créditos provisionado e liquidado por subgrupo – Tribunal, 261		
94	Créditos provisionado e liquidado por categoria de gasto – Tribunal, 261		
95	Créditos provisionado e liquidado por subgrupo – Seccionais, 262		
96	Créditos provisionado e liquidado por categoria de gasto – Seccionais, 262		
97	Créditos provisionado e liquidado por categoria de gasto – precatórios, 263		
98	Comunicação administrativa, 265		
99	Administração de material, 266		
100	Serviços gráficos, 267		
101	Serviços gerais, 268		
SECIN			
102	Resumo de atividades da Secin, 281		

QUADROS		GRÁFICOS	
103	Evolução das instruções normativas, 286		
SECOI			
104	Auditorias operacionais realizadas, 297	25	Processos analisados pela Secoi, 298
105	Tomadas de contas, 297		
106	Outras atividades da Secoi, 299		
SECBE			
107	Tabela de contribuição mensal, 304	26	Evolução das receitas e despesas do Pro-Social, 305
108	Receitas e despesas do Pro-Social, 306	27	Aplicação dos recursos do Pro-Social, 308
109	Aplicação dos recursos do Pro-Social por benefícios, 307	28	Evolução do número de beneficiários do Pro-Social, 311
110	Benefícios concedidos, 309	29	Atendimentos odontológicos, 317
111	Beneficiários do Pro-Social, 310	30	Atendimentos psicológicos, 318
112	Auxílios concedidos, 312		
113	Evolução das receitas e despesas do Pro-Social, 314		
114	Serviços de saúde, 315		
115	Aplicação dos recursos do PGQVT, 322		
116	Plano de ação – PGQVT (ações desenvolvidas), 323		
117	Coordenação dos estandes da VIII Feira de Saúde, 329		